



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

GABRIELA PINTO DE MOURA

**ZONEAR:
PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE AS DINÂMICAS
ESPACIAIS DA PROSTITUIÇÃO NO CENTRO DE SALVADOR**

Salvador
2022

GABRIELA PINTO DE MOURA

**ZONEAR:
PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE AS DINÂMICAS ESPACIAIS
DA PROSTITUIÇÃO NO CENTRO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestra em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira

Salvador
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)**

M929

Moura, Gabriela Pinto de.

Zonear [recurso eletrônico] : perspectivas feministas sobre as dinâmicas espaciais da prostituição no Centro de Salvador / Gabriela Pinto de Moura. – Salvador, 2022.

213 p. : il.

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira.

1. Planejamento urbano - Centro Histórico (Salvador, BA) - Aspectos políticos. 2. Prostituição - Centro Histórico (Salvador, BA) - Aspectos sociais - Séc. XX. 3. Prostituição - Centro Histórico (Salvador, BA) - Aspectos sociais - Séc. XXI. 4. Crítica feminista. I. Pereira, Gabriela Leandro. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4:176.5(813.8)

Responsável técnico: Ramon Davi Santana - CRB/5-1972



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 04/04/2022 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ARQUITETURA E URBANISMO no. 1, área de concentração Urbanismo, do(a) candidato(a) GABRIELA PINTO DE MOURA, de matrícula 2019104774, intitulada ZONEAR: PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE AS DINÂMICAS ESPACIAIS DA PROSTITUIÇÃO NO CENTRO DE SALVADOR. Às 15:00 do citado dia, videoconferência, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^ª. Dra. GABRIELA LEANDRO PEREIRA que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. Dra. THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA e Prof^ª. Dra. Diana Helene Ramos. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. Diana Helene Ramos, UFAL

Examinadora Externa à Instituição

Dra. THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA, UFBA

Examinadora Interna

Dra. GABRIELA LEANDRO PEREIRA, UFBA

Presidente

GABRIELA PINTO DE MOURA

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras Diana Helene, Gabriela Gaia e Thais Portela por terem aceitado o convite para fazer parte da banca avaliadora, por acompanharem o trabalho desde o início e contribuírem generosamente para seu aprimoramento, e por serem fonte de inspiração e admiração.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais Rosa e Magno, e amigos que me acompanharam e foram de fundamental suporte na vida durante o período de desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA, aos professores, funcionários e colegas da pós-graduação, pelo apoio, atenção, contribuições, por terem participado e possibilitado o meu processo de formação acadêmica.

Agradeço ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço aos grupos de estudos Corpo, Discurso e Território e Cidade, corpo e territorialidades dissidentes (NuCuS/IHAC), pelas discussões e reflexões conjuntas fundamentais para o meu crescimento acadêmico e para a construção desta pesquisa, e em especial a Alê, Fay e professor Edu Rocha, por terem sido tão receptivos e me acolhido tão bem desde o primeiro contato, pelas partilhas e produções coletivas em torno do grupo de pesquisa Cartografia Sexuada de Salvador.

Agradeço aos meus colegas e professores da graduação da UFES, que são a base para as experiências e as reflexões que tenho acumulado no campo da arquitetura e urbanismo dentro da universidade, e que me apresentaram à área da pesquisa.

Agradeço às funcionárias do Arquivo Histórico Municipal de Salvador, do Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia, da Biblioteca Mário Leal Ferreira, da Fundação Casa Jorge Amado e da Biblioteca Estadual da Bahia, pela disponibilidade e atenção no atendimento.

Agradeço à Sol, que foi uma pessoa muito querida e acolhedora desde o primeiro contato e me mostrou lugares e pessoas especiais de Salvador, e à Aleida, Léa e Ana, com quem

dividi ideias, preocupações, angústias e realizações, que me fortaleceram e incentivaram nas vidas acadêmica e pessoal. Já estou com saudades!

Agradeço a todas mulheres com quem tive contato e pude conhecer no centro de Salvador, as que me concederam as entrevistas, que se disponibilizaram para a pesquisa, com quem conversei ou compartilhei momentos, e as que me ofereceram suporte no período em que morei no bairro.

Agradeço a João Pena pela abertura e solidariedade nas trocas, conversas e reflexões conjuntas fundamentais no início do processo de pesquisa, e por ter me apresentado à Fátima Medeiros, presidente da APROSBA, com quem desde então tenho construído uma relação de admiração, confiança e trabalho. Muito obrigada Fátima, Fernanda e Bel pela confiança, por me ensinarem e compartilharem tanto, espero que venham muitos outros projetos. Vida longa à APROSBA! Vida longa às trabalhadoras sexuais organizadas na Bahia!

POEMA DA PROSTITUTA

de Fátima Medeiros e Livia Horácio

Antes de me intitular prostituta, rapariga, vulgar
Conheça primeiro a história que vou te contar Pois
sou mulher guerreira, prostituta, e não vulgar Sempre
aguardava no cais o barco ancorar
Porque sabia que dali ia direto pro quarto deitar e meu dinheiro ganhar
Sou realizadora de sonhos, só não me deixo se apaixonar
Pois sou puta e tenho meu lugar
Que é lutar para me valorizar
Sei dialogar, e teus problemas amenizar
Usando minha vagina como ombro para os homens chorar Já
fui até condenada em júri popular
Cheguei a apanhar, para a luta ganhar
E hoje estou sentada, vendo todos me homenagear Pois
até na folhinha do calendário conseguimos entrar E
continuo aqui como queiram me chamar
Só não me chamem de santa, podem me chamar de mulher má
Tenho orgulho de ter sido chamada dama do cais, rainha do mar

MOURA, Gabriela Pinto de. *Zonear: perspectivas feministas sobre as dinâmicas espaciais da prostituição no centro de Salvador*. 2022. Orientadora: Gabriela Leandro Pereira. 213 f. il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Os feminismos, em sua pluralidade, têm contribuído com o avanço dos estudos urbanos ao introduzir novos olhares sobre o território, a luta urbana e as diversas experiências na cidade, posicionando as mulheres no centro dos processos urbanos e as visibilizando como produtoras e transformadoras do espaço. O pensamento e as ações engendradas pelas prostitutas em diálogo com outros grupos de mulheres são mote para as reflexões sobre os feminismos e o urbano desenvolvidas nesta pesquisa, que tem como enfoque de estudo as dinâmicas espaciais da prostituição no centro de Salvador ao longo dos séculos XX e XXI, e principalmente no contexto de recuperação de sua área histórica tombada, iniciado a partir do final da década de 1960. Foram realizados levantamentos de dados de origens diversas, através de revisão bibliográfica, pesquisa arquivística de notícias de jornal, documentos oficiais e fotografias, observações de campo, conversas informais e entrevistas, cujos fragmentos de narrativas das mulheres do centro de Salvador foram reunidos e costurados, em um exercício reflexivo interessado em introduzir novas visões e caminhos possíveis de investigação. Desde o contexto de predominância de zonas de tolerância delimitadas para a concentração da prostituição em meados do século XX, localizadas no perímetro de tombamento do patrimônio histórico, até a sua posterior dissolução e prevalência da prostituição de rua, com a ocupação das prostitutas em pontos específicos de ruas e praças do centro histórico transformado em zona turística, a discussão conduzida em torno das dinâmicas espaciais da prostituição no centro de Salvador contribui para novos apontamentos sobre como a cidade é “zoneada” em distintos momentos históricos, tanto por processos ordenadores que muitas vezes resultam na exclusão e segregação das mulheres na cidade, quanto pelo protagonismo das mesmas na organização de formas coletivas de resistência frente aos processos espaciais excludentes, que guarda a potência de bagunçar as formas válidas de construção do pensamento e da cidade e abrir possibilidades para novos olhares e abordagens.

Palavras-chave: Prostituição. Puta-feminismo. Feminismos. Zona. Planejamento Urbano. Centro Histórico. Salvador.

MOURA, Gabriela Pinto de. *Zonear: perspectivas feministas sobre las dinámicas espaciales de la prostitución en el centro de Salvador*. 2022. Orientadora: Gabriela Leandro Pereira. 213 f. il. Disertación (Máster en Arquitectura y Urbanismo) – Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2022.

RESUMEN

Los feminismos, en su pluralidad, han contribuido al avance de los estudios urbanos al introducir nuevas miradas sobre el territorio, la lucha urbana y las diferentes experiencias en la ciudad, situando a las mujeres en el centro de los procesos urbanos y visibilizándolas como productoras y transformadoras de espacio urbano. Los pensamientos y acciones engendrados por las prostitutas en diálogo con otros grupos de mujeres son el tema de las reflexiones sobre los feminismos y lo urbano desarrolladas en esta investigación, que se centra en las dinámicas espaciales de la prostitución en el centro de Salvador a lo largo de los siglos XX y XXI, y principalmente en el contexto de recuperación de su casco histórico, iniciado a partir de finales de la década de 1960. Se realizaron levantamientos de datos de diversa procedencia, a través de revisión bibliográfica, búsqueda de archivo de noticias periodísticas, documentos oficiales y fotografías, observaciones de campo, conversaciones informales y entrevistas, cuyos fragmentos de narrativas de mujeres del centro de Salvador fueron reunidos y cosidos, en un ejercicio reflexivo interesado en introducir nuevas visiones y posibles vías de investigación. Desde el contexto de predominio de las zonas de tolerancia delimitadas para la concentración de la prostitución a mediados del siglo XX, ubicadas en el perímetro del patrimonio histórico, a su posterior disolución y predominio de la prostitución callejera, con la ocupación de prostitutas en puntos específicos de las calles y plazas del centro histórico transformado en área turística, la discusión en torno a las dinámicas espaciales de la prostitución en el centro de Salvador contribuye a nuevas miradas sobre cómo la ciencia y la ciudad se “zonifican” en diferentes momentos históricos, tanto por procesos de ordenación que a menudo resultan en la exclusión y segregación de las mujeres en la ciudad, como por el protagonismo de mujeres en la organización de formas colectivas de resistencia frente a procesos espaciales excluyentes, que tiene el poder de desordenar formas válidas de pensamiento y construcción de ciudad, y abrir posibilidades para nuevas miradas y enfoques.

Palabras-clave: Prostitución. Puta feminismo. Feminismos. Zona. Urbanismo. Centro Histórico. Salvador.

MOURA, Gabriela Pinto de. *Zoning: feminist perspectives on the spatial dynamics of prostitution in the center of Salvador*. 2022. Thesis advisor: Gabriela Leandro Pereira. 213 s. il. Dissertation (Master in Architecture and Urbanism) – Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

Feminisms, in their plurality, have contributed to the advancement of urban studies by introducing new perspectives on the territory, the urban struggle and the different experiences in the city, placing women at the center of urban processes and making them visible as producers and transformers of urban space. The thoughts and actions engendered by prostitutes in dialogue with other groups of women are the fuel for the reflections on feminisms and the urban developed in this research, which focuses on the spatial dynamics of prostitution in the center of Salvador throughout the 20th and 21st centuries, and especially in the context of the recovery of its historic area, which began in the late 1960s. Data collections of different origins were carried out, through bibliographic review, archival research of newspaper news, official documents and photographs, field observations, informal conversations and interviews, whose fragments of narratives of women from the center of Salvador were gathered and stitched together, in a reflective exercise interested in introducing new visions and possible avenues of investigation. From the context of the predominance of red light districts for the concentration of prostitution in the mid-twentieth century, located in the perimeter of historic heritage, to its subsequent dissolution and prevalence of street prostitution, with the occupation of prostitutes in specific points of streets and squares in the historic center transformed into a touristic area, the discussion around the spatial dynamics of prostitution in the center of Salvador contributes to new insights into how science and the city are “zoned” in different historical moments, both by ordering processes that often result in the exclusion and segregation of women in the city, as well as by the women’s protagonism in the organization of collective forms of resistance in the face of excluding spatial processes, which has the power to mess valid forms of thought and city construction and open up possibilities for new looks and approaches.

Keywords: Prostitution. Puta feminismo. Feminisms. Zone. Urban planning. Historic Center. Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e delimitação do núcleo histórico tombado de Salvador, anos 1970 e 1980.....	20
Figura 2 – Mapa da distribuição espacial por renda da cidade de Campinas (2000), realizado por Diana Helene, com identificação da localização do bairro de prostituição Jardim Itatinga.....	72
Figura 3 – Mapa de deslocamentos da prostituição no centro do Rio de Janeiro, entre 1900 e 2015, feito por Diana Helene.....	76
Figura 4 – Prostitutas protestam contra o fechamento das vitrines do Red Light District, em Amsterdam. Lê-se na faixa: “Não nos salvem, salvem as nossas vitrines!”.....	83
Figura 5 – Desfile da Daspu no Putadei – Campinas, em 2014.....	86
Figura 6 – Mapas da territorialização da prostituição em São Paulo, entre 1924 e início da década de 1970, produzidos por Sarah Feldman.....	93
Figura 7 – Mapa: intervenções urbanas na área central de Salvador de início do séculoXX versus deslocamentos das zonas de prostituição.....	99
Figuras 8 - Ilustrações produzidas pelos artistas Carybé (à esquerda) e Hansen Bahia (à direita) nos locais de prostituição do centro de Salvador em meados do séculoXX...103	
Figura 9 - Identificação e localização das zonas de prostituição no centro de Salvador nos anos 1960, de acordo com Gey Espinheira (1971).....	108
Figura 10 – Esquemas da organização espacial interna do sobrado colonial e sua adaptação para a casa-de-cômodo.....	112
Figura 11 - Registros fotográficos da zona do Maciel realizados pelos funcionários do IPAC (à esquerda) e pelo artista Miguel Rio Branco (à direita).....	114
Figura 12 – Hierarquia interna da zona do Maciel.....	116
Figura 13 – Informações gerais sobre o perfil das moradoras do Maciel entrevistadas durante a década de 1970 e 1980 pelos funcionários do IPAC.....	118
Figura 14 – Mapa da ocupação da prostituição travesti em Salvador produzido por Fayola Caucaia tendo como referência as pesquisas de Neusa de Oliveira (1994) e Don Kulick (2008).....	127

Figura 15 – Placa pendurada na porta de um casarão do Maciel: “Seja educado, não bata e não entre: FAMÍLIA”.....	134
Figura 16 - Delimitação oficial do núcleo histórico tombado do centro de Salvador nos anos 1970.....	146
Figura 17 – Identificação dos casarões reformados pela Fundação do Patrimônio nos anos 1970 e novos usos dados ao imóvel (FPACBa, 1979a).....	150
Figura 18 - Mapa com nova delimitação oficial de tombamento do Centro Histórico de Salvador.....	153
Figura 19 - Áreas de intervenção das etapas implementadas do Programa de Recuperação.....	155
Figura 20 - Registros dos prédios em ruínas no Maciel, final dos anos 1970..	159
Figura 21 – A Aprosba no Jornal A Tarde.....	171
Figura 22 - Registro do evento Mulher-Dama no centro de Salvador.....	173
Figura 23 - O Casarão da Diversidade, localizado na Rua do Tijolo [28 de Setembro], antiga zona de prostituição de Salvador.....	177
Figura 24 – A prostituição nas áreas turísticas de Paris (à esquerda) e Amsterdam (à direita).....	181
Figura 25 – Novo projeto habitacional proposto para a 7ª Etapa.....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
AHMS	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMACH	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador
AMOCAVIM	Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa
ANPARQ	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
ANPROSEX	Articulação Nacional das Profissionais do Sexo
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
APROSBA	Associação de Prostitutas da Bahia
Aprosmig	Associação de Prostitutas de Minas Gerais
ATRAS	Associação de Travestis e Transformistas de Salvador
Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAS	Centro Antigo de Salvador
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DST	Doença sexualmente transmissível
ENANPARQ	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
FOSTA	Allow States and Victims to Fight Online Sex Trafficking Act
FPACBa	Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia GEMPAC Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISER	Instituto de Estudos da Religião
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MSTB	Movimento Sem-Teto da Bahia
MUNCAB	Museu da Cultura Afro-Brasileira

OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDMC	Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel
PFF	Projeto Força Feminina
PHIS	Programa de Habitação de Interesse SocialPL Projeto de Lei
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROHABIT	Programa Habitacional do Servidor Público RBP Rede Brasileira de Prostitutas
SESTA	Stop Enabling Sex Traffickers Act TAC Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A CIÊNCIA E A CIDADE ZONEADAS: PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE PROSTITUIÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO	32
2.1. SER PROSTITUTA E FEMINISTA.....	35
2.2. URBANISMO MODERNO E OS LUGARES DAS MULHERES NA CIDADE	53
3. A ZONA NO CENTRO DE SALVADOR	88
3.1. REFORMAS URBANAS, PRINCÍPIOS HIGIENISTAS E AS ESTRATÉGIAS DE CONFINAMENTO DAPROSTITUIÇÃO.....	88
3.2. ENTRE O DISCRETO E O “MANGUE OSTENSIVO”: ORGANIZAÇÃO E HIERARQUIA ESPACIAIS DAPROSTITUIÇÃO.....	105
3.3. AS MULHERES FAZENDO ZONA.	119
4. PATRIMÔNIO RECUPERADO, PROSTITUTAS RECUPERADAS? AS MUDANÇAS NAS DINÂMICAS ESPACIAIS DA PROSTITUIÇÃO NO CONTEXTO DE “RECUPERAÇÃO” DO CENTRO DE SALVADOR	141
4.1. DA INCLUSÃO FORÇADA À EXCLUSÃO: OS PLANOS DO ESTADO PARA A “RECUPERAÇÃO” DO CENTRO DE SALVADOR.	143
4.2. “UTOPIA DISTÓPICA”: A DISSOLUÇÃO DA ZONA.	156
4.3. DE PROSTITUTAS “RECUPERADAS” A “MULHERES DE RUA”	164
4.4. A PROSTITUIÇÃO NO “PELÔ”: DA ZONA AO PONTO.	178
4.5. A INTERNET ZONEADA.....	192
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	201

1. INTRODUÇÃO

O feminismo tem cada vez mais se popularizado enquanto um movimento para a construção do pensamento e de ações na luta pela superação das desigualdades e opressões, e do lugar neutro reivindicado pela produção de conhecimento científico, através do reconhecimento da existência de relações sociais desiguais que localizam as mulheres em uma posição de sistemática opressão em relação aos homens, bem como da possibilidade de transformação desse quadro que é socialmente construído. No contexto atual, tem-se utilizado a expressão feminismos, no plural, a fim de evidenciar a multiplicação de vertentes no movimento feminista protagonizadas por grupos de mulheres que não se sentem representadas pela discussão e pautas dominantes e que defendem o reconhecimento de outros espaços, sujeitas e experiências para a produção do conhecimento e ação política, para além dos já validados e consagrados, como forma de abrir o movimento para uma diversidade de visões de mundo, práticas e teorias produzidas em distintos contextos sociais e realidades de mulheres que contribuem para o avanço do combate às opressões (NATÁLIA SILVA; DANIELA FARIA; MARÍLIA PIMENTA, 2017; NATÁLIA SILVA, 2018; LARISSA LACERDA; MARINA HARKOT; PAULA SANTORO; ISABELA BERLOFFA; GISELE BRITO, 2019)¹.

No Brasil, pesquisadoras têm defendido e construído perspectivas feministas dentro do campo dos estudos urbanos, criticando a visão universalista adotada como a forma válida de produção de conhecimento científico e da cidade, que privilegia o ponto de vista do homem branco ocidental e resulta no apagamento das experiências urbanas diferentes e desiguais das mulheres em sua diversidade, das múltiplas relações de poder, para além do marcador social de classe, imbricadas na produção do espaço urbano. Essas pesquisas apontam para a potência da contribuição para o avanço dos estudos urbanos de um movimento que funciona enquanto teoria e prática política em prol da superação das desigualdades urbanas, abrindo novas formas de compreensão e novos olhares sobre o território. São trabalhos que centralizam as análises sobre as experiências de segregação e exclusão das mulheres na cidade em sua relação com a espacialização da divisão sexual do trabalho, a desvalorização dos espaços onde são desenvolvidos os trabalhos reprodutivos, as desigualdades territoriais e o acesso restrito ao mercado formal de terra e moradia, os processos de remoção em contextos de renovação urbana. Ao mesmo tempo, visibilizam o protagonismo das mulheres

¹ Optou-se por apresentar o nome e o sobrenome das/os autoras/es nas citações das referências bibliográficas ao longo da dissertação por entender que apresentar apenas o sobrenome, como indica a norma, dificulta a identificação de quem é o sujeito que está teorizando e contribui para a manutenção da ideia de um sujeito universal que produz conhecimento, mas que no geral é lido como masculino, o que gera apagamentos da participação das mulheres nas produções acadêmicas.

como produtoras e transformadoras do espaço urbano, ou seja, como agentes ativos que frequentemente reconcebem a cidade através de ações que carregam a potência de transformar estruturas desiguais de poder em possibilidades de novas formas de viver e construir relações nos territórios e na luta contra as desigualdades urbanas (SÔNIA CALIÓ, 1997; PAULA SANTORO, 2008; TEREZA GONZAGA, 2011; ROSSANA TAVARES, 2015b; NATÁLIA SILVA ET AL, 2017; POLIANA MONTEIRO ET AL, 2017; NATÁLIA SILVA, 2018; JÚLIA FRANZONI ET AL, 2018; LARISSA LACERDA ET AL, 2019; POLIANA MONTEIRO, 2019; DIANA HELENE, 2019b; CAROLINA FREITAS, 2019).

Esta pesquisa defende o reconhecimento do pensamento e das ações engendradas pelas prostitutas como caminho potente para introduzir novos olhares sobre o território e as diversas experiências das mulheres na cidade, em diálogo junto a outros grupos de mulheres que, assim como as prostitutas, apesar de não estarem consensualmente inseridas nos espaços validados e consagrados como feministas, têm contribuído com a luta contra as desigualdades sociais e urbanas. Dentre os estudos já desenvolvidos no campo da arquitetura e do urbanismo com enfoque na prostituição exercida por mulheres, destaca-se o pioneirismo da dissertação “Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo”, de Sarah Feldman, defendida na Universidade de São Paulo em 1989, cujo objetivo é compreender os processos de segregação espacial que se revelam na territorialização da prostituição exercida por mulheres no contexto da cidade de São Paulo, entre 1924 e início da década de 1970.

Em seu trabalho, Sarah realça a ausência até então de estudos sobre a produção do espaço urbano pelo recorte da prostituição exercida por mulheres no contexto das cidades brasileiras, sendo a temática um objeto de estudo privilegiado na sociologia e antropologia urbanas. Sarah ainda aponta para o potencial de estudar a territorialização da prostituição exercida por mulheres para a compreensão da segregação espacial como um processo determinado por múltiplos fatores, atravessados não só por determinantes econômicos, como pelas relações de gênero e as transformações do papel da mulher nas sociedades modernas (SARAH FELDMAN, 1989).

Mais recentemente, destacam-se as teses “Cidades sensuais: práticas sexuais desviantes x renovação do espaço urbano”, de Eduardo Rocha Lima, e “Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdam”, de João Pena, produzidas no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia em 2012 e 2020, respectivamente. Ambas as pesquisas, comprometidas com abordagens que exercitam uma postura antropológica sobre a cidade, possuem o enfoque de estudo em áreas de cidades brasileiras e estrangeiras cuja presença da prostituição está interligada com as transformações do espaço no âmbito de revitalizações

urbanas para abrigar fluxos turísticos em contextos recentes, atravessando discussões sobre o turismo sexual no mundo globalizado, e possuem suas reflexões ancoradas nos estudos sobre sexualidade, em discussões recentes de teóricas queer que investigam a sexualidade enquanto construção social e constituição política do corpo, conectando-as com análises sobre a produção do espaço urbano que focam no cotidiano para desvelar presenças e ações que são apagadas quando se considera apenas os planos e os discursos oficiais.

A tese de Eduardo, em especial, possui como discussão central a apropriação do espaço urbano por corpos marginalizados devido a questões de sexualidade e gênero, dentre os quais as prostitutas, reconhecendo sua agência na produção da cidade diante de conflitos instaurados em contextos de revitalização urbana. Desde 2018, o grupo Cartografia Sexuada de Salvador², situado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e coordenado por Eduardo Rocha Lima, como desdobramento de sua pesquisa de doutorado, tem se configurado também como espaço de contínua reflexão e ação através da produção de narrativas urbanas sobre a prática de corpos dissidentes na configuração dos territórios urbanos de Salvador.

Por fim, a tese de Diana Helene, defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2015 e publicada como livro em 2019 sob o título de “Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas”, centraliza a perspectiva de gênero na análise sobre a segregação da prostituição na cidade de Campinas. O estudo traz para o campo do urbanismo novos diálogos com pesquisas de acadêmicas feministas de outras áreas de conhecimento e contextos que pautam sua atuação em colaboração com o movimento de prostitutas, como Gail Pheterson, Soraya Simões e Aparecida de Moraes, assim como com escritos publicados de prostitutas militantes, como Gabriela Leite e Grisélidis Réal. Além disso, Diana desenvolve sua própria pesquisa em colaboração com a Associação Mulheres Guerreiras, primeira associação fundada por e para prostitutas em Campinas, a partir da qual se visibiliza a relação da construção de formas de luta e resistência pelas prostitutas contra as tentativas de segregação das mesmas na cidade devido a estigmas de gênero, evidenciando a contribuição do movimento de prostitutas para a luta pelo direito à cidade empreendida pelas mulheres (DIANA HELENE, 2019a).

Nota-se nos trabalhos de Sarah Feldman (1989), Eduardo Rocha Lima (2012), Diana Helene (2019a) e João Pena (2020) que, apesar de pouco presente nos estudos urbanos, a prostituição exercida por mulheres é uma temática que tem contribuído, com variadas abordagens e intensidades a depender do interesse das pesquisas, na reflexão sobre a

² Para saber mais, acesse: <https://cartografiasexuadasalvador.wordpress.com/>.

necessidade de construir análises sobre a produção da cidade para além das relações sociais de classe, predominando leituras a partir das relações de gênero e sexualidade. No geral, esses estudos já consolidados apontam para a conexão entre a organização da prostituição nas cidades com uma forma de controle estatal que atua em favor da manutenção da ordem moral pautada na valorização de determinadas identidades de gênero e sexuais que expressam os valores da família nuclear burguesa patriarcal, promovendo processos de segregação, exclusão e controle do comportamento das mulheres de um modo geral. A presença das mulheres na cidade seria afetada pela restrição aos lugares e pelo disciplinamento do gestual e vestimentar onde circulam de modo a expressarem ao máximo o modelo ideal da “mulher de família” para serem respeitadas e valorizadas na cidade, em contraponto à prostituta, que seria localizada física e simbolicamente nos espaços marginais da cidade sob justificativa da ameaça que representa à moralidade pública, e por isso seria um dos principais alvos de expulsão em contexto de valorização de áreas a serem renovadas.

Esses estudos também revelam movimentos de organização coletiva e produção de discursos por parte das prostitutas a fim de denunciar e resistir às tentativas de exclusão de sua presença nas cidades, sendo que no trabalho de Diana Helene a produção de conhecimento sobre o urbano em colaboração com as prostitutas organizadas ganha contornos mais expressivos, e o resultado aponta para a valorização do papel das prostitutas nas lutas urbanas e feministas a partir da análise do contexto específico da cidade de Campinas. Esse apontamento converge com as reformulações mais recentes do movimento de prostitutas, que, com uma trajetória de cerca de quatro décadas de luta e de construção de um pensamento próprio reivindicando serem reconhecidas como trabalhadoras e sujeitas da própria história (LETÍCIA BARRETO, 2015), têm cada vez mais empreendido a apropriação da identidade feminista, articulando alianças e disputando espaço dentro do movimento feminista, construindo uma vertente própria, o putafeminismo (THADDEUS BLANCHETTE; ANA PAULA DA SILVA, 2018).

Utiliza-se o verbo “zonear” no título desta pesquisa como síntese das duas principais compreensões aqui desenvolvidas em torno dos processos de produção da ciência e da cidade com base nas perspectivas feministas, explorando-o em seus dois sentidos de: 1. Separar/delimitar/dividir por zonas; 2. Fazer zona, bagunçar. Por um lado, a ação de “zonear” em seu sentido de separar, delimitar, dividir por zonas, que pode ser associada à função do zoneamento, instrumento característico do planejamento urbano utilizado para a organização das cidades em zonas funcionais, é relacionada nesta pesquisa à crítica feminista sobre a lógica racional e ordenadora à qual se baseia a forma válida de produzir ciência e cidade, presente também no uso do discurso de desordem e caos (ou zona) associado a certos espaços da cidade a fim de justificar intervenções que visam sua organização. Teóricas

feministas defendem que junto com o discurso da racionalidade e da universalidade que caracteriza e valida a organização das cidades nesses moldes há a legitimação do privilégio do ponto de vista masculino branco e cis- heteronormativo sobre as experiências e usos da cidade, o que contribui para o estabelecimento dos lugares marginais das mulheres na cidade, impactando negativamente suas vidas e apagando sua presença nos territórios.

Por outro lado, a ação de “zonear” enquanto sinônimo de fazer zona, ou bagunçar, é relacionada nesta pesquisa com a identificação e discussão de ações e reflexões protagonizadas por mulheres que guardam a potência de transformar estruturas desiguais de poder em possibilidades de novos olhares e abordagens na produção de ciência e cidade, bagunçando as formas válidas de construção do pensamento e da cidade. Desse modo, entende-se que a ciência e a cidade são “zoneadas” tanto pela lógica do zoneamento da produção do conhecimento e da cidade válidos que estrutura desigualdades e exclusões, quanto pelo fazer zona engendrado por ações protagonizadas por mulheres que constroem novas formas de produzir conhecimento e cidade em resposta às desigualdades estruturais vivenciadas.

O uso da expressão “zonear” para representar de forma sintética os processos de produção da ciência e da cidade refletidos a partir das perspectivas feministas foi pensado em referência ao termo “zona”, que já é conhecido dos estudos urbanos sobre prostituição por designar um tipo característico de organização espacial da atividade nas cidades brasileiras na qual há a concentração da rede de estabelecimentos e atividades ligados predominantemente ao uso da prostituição em uma zona de tolerância bem delimitada da cidade. Pode-se pensar a configuração da “zona” a partir dos sentidos aqui explorados através do verbo “zonear”, assim como dos diferentes arranjos espaciais da prostituição na cidade, sendo que nesta pesquisa se pretende ater especificamente nas dinâmicas espaciais da prostituição no contexto do centro de Salvador.



Figura 1 – Localização e delimitação do núcleo histórico tombado de Salvador, anos 1970 e 1980. Fonte: Google Earth 2022, elaborado pela autora.

A escolha de pesquisa pelo enfoque nas dinâmicas espaciais da prostituição no centro de Salvador é resultado do contato inicial com a narrativa oficial produzida por uma série de planos e diagnósticos elaborados a partir do final da década de 1960 que visavam a recuperação física do núcleo histórico tombado de Salvador (figura 1) com o objetivo de promover sua revalorização econômica (DIANA HELENE, 2019a) como uma zona turística e cultural. Nesse período, a área histórica, formada por um conjunto de monumentos, igrejas e sobrados representativos do período colonial, concentravam moradias coletivas muitas vezes habitadas por mulheres que alugavam os cômodos para utilizá-los como espaços de moradia e/ou trabalho, em especial o conjunto de casarões mais antigos que se concentrava em um setor da área de tombamento conhecido na época como Maciel. No discurso oficial, a presença da prostituição³ era enxergada como um dos principais problemas, que contribuíam para a denominação daquele setor da cidade como o lugar da marginalidade, criminalidade e miséria de Salvador e para a condição precária dos casarões coloniais tombados, sendo que a defesa era pela expulsão das “putas” e pelo retorno das “sinhás” do período colonial para

³ São vários os termos utilizados para nomear a prática ou a pessoa que pratica o sexo em troca de dinheiro ou outras recompensas, por isso, ressalta-se aqui que se optou por utilizar os termos “prostituição” e “prostituta” nesta pesquisa pois eram os comumente encontrados nos documentos, trabalhos, discursos e relatos referentes ao contexto de estudo. Ao longo da dissertação, também serão apresentadas algumas discussões promovidas por putativistas sobre como nomear a si mesmas e à sua profissão.

habitar os casarões coloniais restaurados como parte do processo de valorização da área (FPACBa, 1969; GEY ESPINHEIRA, 1971; IPAC, 1995).

Antes do contexto de finais do século XX dos planos de recuperação do patrimônio histórico de Salvador para abrigar o turismo, as primeiras intervenções urbanas ocorridas no início do século XX, com o objetivo de embelezamento e modernização do centro de Salvador para reforçar sua centralidade como centro comercial do estado da Bahia, foram acompanhadas de ações policiais que atuavam no controle da presença das prostitutas nos espaços públicos e na sua remoção dos espaços reformados, concentrando-as na década de 1930 em zonas de tolerância (NÉLIA SANTANA, 1996) apartadas das intervenções modernizadoras e localizadas em um perímetro do próprio centro de Salvador que nos anos seguintes despertaria o interesse do governo estadual pelo valor histórico e cultural de seu patrimônio edificado tombado, sendo o Maciel uma extensão da antiga zona de tolerância definida pela polícia para confinamento das prostitutas daquela época.

Ao mesmo tempo, é preciso compreender o Maciel para além dos processos urbanos excludentes e da construção de sua imagem e discurso associados com a criminalidade e a marginalidade, considerando sua importância para as mulheres como espaço possível de se estabelecerem na área central da cidade e viabilizarem suas condições de vida e de seus dependentes, muitas vezes contribuindo diariamente para a construção de formas coletivas e solidárias de se relacionar centradas no cuidado e na reprodução da vida do bairro histórico, e na preservação dos casarões coloniais tombados. Diante das transformações empreendidas durante o processo de recuperação no núcleo histórico tombado do centro de Salvador para o desenvolvimento do turismo, que se concentrou entre final da década de 1960 e início dos anos 2000, esse longo processo de reorganização da vida individual e coletiva pelas prostitutas e demais moradoras que tiveram suas possibilidades de moradia e trabalho no centro afetadas pelos processos excludentes e especulativos de revalorização econômica da área também tem como potencialidade o fomento à construção de formas de resistir à expulsão do centro de Salvador que abrem para novas alternativas e possibilidades de ações e discursos de como se relacionar com o espaço e de qual tipo de projeto de cidade construir.

As diversas formas de luta organizada articuladas contra a remoção e a fim de denunciar o projeto de cidade excludente em curso no centro de Salvador nesse período, cujo protagonismo é das mulheres, são conectadas nesta pesquisa ao surgimento e à consolidação do primeiro movimento organizativo por e para prostitutas na Bahia, fundado em 1997 como Associação das Prostitutas da Bahia (APROSBA) com o objetivo inicial de combater as violências policiais sofridas pelas prostitutas durante a recuperação da área no final do século XX e de conquistar o direito de permanecer trabalhando no centro de Salvador. As prostitutas organizadas conseguiram abrir diálogo com o poder público, denunciar por vias

institucionais as violações sofridas no processo da reforma e reivindicar o reconhecimento do direito de permanecer trabalhando no centro, o que resultou em uma mudança de postura da polícia com as mesmas que viabilizou a continuidade de modo mais seguro da presença histórica das prostitutas no centro de Salvador, que então se transformava no “Pelô”, o centro turístico de Salvador representado como o berço da cultura baiana a ser exportado dentro do circuito de turismo globalizado.

Com os casarões coloniais reformados para abrigar usos culturais e turísticos, prevaleceu um novo arranjo espacial da prostituição na área restaurada, no qual as mulheres ocupam pontos específicos de praças e ruas a fim de encontrar clientes e se deslocam para a realização dos serviços, no qual é possível perceber novamente como eles são lidos como os espaços de perigo e deteriorados da área restaurada e, ao mesmo tempo, se nota em seu cotidiano a construção pelas prostitutas de relações que vão além do exercício do trabalho e envolvem arranjos coletivos que viabilizam a reprodução das vidas das mulheres e as de seus dependentes. Portanto, desde a concentração da prostituição na zona de tolerância localizada no perímetro de tombamento do patrimônio histórico no centro de Salvador, ocupando os casarões coloniais para o desenvolvimento da atividade, até a distribuição das prostitutas em pontos específicos das ruas e praças do centro transformado em distrito turístico, objetiva-se nesta pesquisa gerar discussões a partir de perspectivas feministas sobre as dinâmicas espaciais da prostituição no centro de Salvador ao longo dos séculos XX e XXI, e principalmente no contexto de recuperação de sua área histórica tombada, iniciado a partir do final da década de 1960.

Acredita-se que esse movimento guarda a potência de gerar novos olhares sobre as condições desiguais e opressoras da produção da ciência e da cidade que invisibilizam e impactam negativamente a vida das mulheres no espaço urbano de um modo geral, assim como sobre o seu protagonismo na organização de formas de resistência e construção de alternativas e novas perspectivas frente a esses processos excludentes que organizam as cidades e o pensamento, contribuindo para o fortalecimento dos feminismos.

Esta pesquisa se torna mais pertinente pelo fato de que são diversos os trabalhos acadêmicos, situados principalmente nas áreas da história, antropologia e sociologia, que, comprometidos com o desenvolvimento de abordagens e reflexões de interesse dentro de suas respectivas áreas de conhecimento, estudaram a prostituição no centro de Salvador ao longo das transformações do espaço ocorridas nos séculos XX e XXI devido às intervenções urbanas (JEFERSON BACELAR, 1982; GEY ESPINHEIRA, 1984; NEUSA DE OLIVEIRA, 1994; NÉLIA SANTANA, 1996; JUTTA BARTH, 1996; DON KULICK, 2008; ERICA WILLIAMS, 2013), porém, no campo do urbanismo, apesar de ser recorrente a menção à presença histórica da prostituição no centro de Salvador em pesquisas desenvolvidas sobre

a área de estudo, ainda carece de trabalhos cuja temática central enfoque na intersecção entre prostituição e as transformações urbanas ocorridas na área como possibilidade de construir novas compreensões e reflexões para o campo de estudo.

Ressalta-se que a prática da prostituição extrapola os espaços analisados nesta pesquisa, que foram escolhidos por serem representativos das dinâmicas espaciais da prostituição que predominaram em determinado momento histórico, e abrange outras áreas do centro e ao longo de todo o perímetro urbano de Salvador, não sendo pretensão deste trabalho realizar um mapeamento exaustivo sobre as áreas ocupadas pela prostituição em Salvador. Ademais, apesar de a análise empreendida por esta pesquisa focar na prostituição exercida por mulheres, não se descarta a possibilidade da mesma coexistir com dinâmicas de prostituição exercidas por homens no centro de Salvador, algo que precisaria ser melhor investigado por pesquisas futuras.

O processo de construção teórico-metodológico sofreu diversas modificações ao longo do desenvolvimento da pesquisa, até porque a falta de vivência da pesquisadora com questões relacionadas à prostituição, e com a própria área de estudo, em período anterior à realização da pesquisa implicou em mudanças drásticas de olhar sobre o assunto à medida que se dava o amadurecimento e o acúmulo de conhecimento através do contato com o campo e a bibliografia estudada, e aprendia-se a navegar por entre as diferentes abordagens e representações, novas e já consolidadas, sobre a prostituição. As considerações trazidas nas bancas de qualificação com relação ao aporte teórico-metodológico também foram importantes para as mudanças incorporadas ao longo do percurso de pesquisa.

O incômodo inicial que despertou para a realização desta pesquisa foi gerado a partir do contato com o discurso dominante sobre os espaços do centro histórico de Salvador anteriores à reforma, cuja condição de deterioração física dos casarões era associada à degradação moral pela presença das prostitutas, discurso que foi repetido pelo poder público e outros grupos dominantes, na imprensa e nas representações artísticas. A intenção inicial era refletir sobre como essas representações dominantes sobre os espaços de prostituição de Salvador eram reflexo de lógicas coloniais e patriarcais que atuam no silenciamento e na marginalização social das prostitutas. Para isso, era preciso olhar para além do que essas representações dominantes têm a dizer, dos discursos produzidos pelas mesmas, e, então, buscar as narrativas das prostitutas se fazia necessário para imprimir novos olhares críticos sobre as representações, sobre o território e as mudanças das dinâmicas espaciais da prostituição, que ganhou cada vez mais enfoque na pesquisa, por ser uma discussão que interessa ao campo de estudo.

Destaca-se o processo de envio e publicação do trabalho “Prostituição e espaço urbano:

a perspectiva putafeminista nos escritos de três prostitutas escritoras brasileiras” para odossiê “Território, gênero e interseccionalidade” da Revista de Estudos Urbanos e Regionais como importante experiência para o amadurecimento do aporte teórico desta pesquisa, onde as considerações das pareceristas durante a avaliação despertou para a importância dos diálogos aqui propostos entre diferentes conjuntos de pesquisas, putativistas escritoras e putafeministas a fim de lançar as perspectivas feministas sobre a prostituição e o planejamento urbano que servem de base para a análise das dinâmicas espaciais da prostituição no centro de Salvador. Ao mesmo tempo, ressalta-se que a revisão bibliográfica empreendida, que cruza análises sobre as pesquisas sobre prostituição no campo do urbanismo, as pesquisas feministas sobre o urbano e a prostituição, objetiva mais do que construir o repertório teórico conceitual para esta pesquisa, sendo uma contribuição para o fortalecimento das alianças em torno do putafeminismo, e em direção ao reconhecimento da luta das prostitutas nos feminismos na luta urbana junto a outros grupos de mulheres.

Para a análise sobre o centro de Salvador, foram realizados levantamentos de dados através de revisão bibliográfica de teses e dissertações sobre prostituição na área de estudo, de pesquisa arquivística de notícias do Jornal A Tarde, acessadas pela plataforma digital disponível na Biblioteca Estadual da Bahia, de documentos oficiais, diagnósticos e planos, disponíveis na Biblioteca Manuel Querino (Acervo do IPAC) e na Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira, e de fotografias que compõem o Acervo Fotográfico do IPAC e o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, além de observações de campo, conversas informais e entrevistas.

O contexto de pandemia do novo coronavírus ainda em curso, que atingiu o Brasil em março de 2020 e tem exigido a adoção de medidas protetivas de isolamento social pela população como forma de prevenção e contenção da transmissão do vírus, trouxe novos desafios para a realização da pesquisa. Com a interrupção temporária das atividades acadêmicas da universidade e a suspensão temporária do atendimento ao público de bibliotecas e acervos institucionais, houve a restrição de acesso a arquivos, livros e trabalhos acadêmicos. Além disso, a sugestão de autoridades médicas e governos estadual e municipal para que a população ficasse em casa e evitasse aglomerações trouxe questionamentos quanto à possibilidade e formas de realizar incursões no território de estudo com vistas a um contato mais próximo com a realidade da prostituição no centro de Salvador que contribuísse para a leitura empreendida na pesquisa.

Destaca-se ainda como desafio para a realização da pesquisa o fato de que a mobilidade geográfica é um fator presente na dinâmica da prostituição, e as prostitutas costumam migrar entre áreas de prostituição das diversas cidades de acordo com as circunstâncias, o que dificulta ter acesso àquelas que vivenciaram os processos históricos de

transformação do centro de Salvador. Muitas já são idosas e fazem parte do grupo de risco do novo coronavírus, o que requer ainda mais cuidado e precaução na aproximação e em firmar algum tipo de contato. Além disso, são mulheres que já não trabalham mais como prostitutas e muitas vezes, como forma de proteção do estigma, preferem não lembrar ou falar sobre esse fato do seu passado, demonstram receio de que seus vizinhos escutem. No caso das prostitutas travestis, pesa ainda o fato de que sua expectativa de vida é de 35 anos, e muitas das que estavam presentes durante a execução do plano de recuperação do centro de Salvador já faleceram.

Houveram algumas tentativas de contato por ligação telefônica e trocas de mensagens virtuais com mulheres que já trabalharam e viveram no centro de Salvador e atualmente estão em outras cidades, que foram indicadas por outras mulheres de Salvador, contudo, como não havia um contato presencial prévio, a dinâmica das trocas de mensagens propiciada pelo espaço virtual não foi eficaz no sentido de desenvolver o contato inicial para trocas maiores necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, as mulheres não pareciam interessadas em manter a conversa, não respondiam, ou queriam negociar informações.

Diante das dificuldades e de acordo com as circunstâncias avaliadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, adotaram-se fontes de dados de origens diversas e de forma fragmentada para o acesso a narrativas das mulheres do centro de Salvador - desde teses e dissertações; notícias de jornais; documentos oficiais, diagnósticos; observações de campo, conversas informais e entrevistas -, estratégia similar adotada no trabalho produzido por Larissa Lacerda et al (2019) para visibilizar as experiências das mulheres nos processos de remoções engendrados na cidade de São Paulo, que construíram seu texto através da justaposição de diversos fragmentos, relatos, oficinas, textos literários e entrevistas junto com mulheres que sofreram ou foram ameaçadas por processos de remoção em São Paulo.

Larissa Lacerda et al (2019) consideram a potencialidade da adoção desse método, que aponta menos para a construção de uma pesquisa “acabada” em seus moldes tradicionais, com formulações de um objeto específico e linhas teórico-metodológicas e conclusões bem definidas, e coloca como centralidade da pesquisa a construção de um exercício de reflexão coletiva em constante refazimento, cujos fragmentos diversos reunidos orientam para outras perguntas e caminhos possíveis de investigação e reflexão. Partindo desse princípio, e considerando a sugestão de Poliana Monteiro (2019) para a tarefa coletiva de costura de uma colcha epistêmica feminista formada por cortes-retalhos que narram histórias de mulheres cujas práticas são consideradas como transgressoras e potencialmente feministas ao contribuírem para a luta urbana, os exercícios investigativos produzidos nesta pesquisa a partir da mobilização e costurados diversos fragmentos sobre as narrativas das prostitutas do centro de Salvador sobre suas ações frente aos processos de segregação e remoção vivenciados

podem ser pensados como parte dessa colcha epistêmica feminista proposta por Poliana Monteiro(2019).

Foram dois caminhos metodológicos adotados de forma complementar para coletar, organizar e operar a análise dos fragmentos das narrativas das mulheres do centro de Salvador. Quando o governo da Bahia decidiu investir na transformação da área histórica tombada do centro de Salvador em centro turístico e cultural, em meados da década de 1960, foi criada a Fundação do Patrimônio, atual IPAC, órgão responsável pelos estudos e propostas para a área. A Fundação possuía um departamento de pesquisas, mais atuante na década de 1970 e início de 1980, que contava com uma equipe multidisciplinar que produziu diversos registros das moradoras do centro de Salvador que vão além da aplicação do modelo tradicional de diagnósticos e estatísticas nos estudos urbanos, interessados em perspectivas antropológicas, experimentando metodologias participativas com foco em abordagens sociais, realização de entrevistas para documentar a trajetória de vida e perspectivas das moradoras, sua visão sobre as transformações do bairro e seus modos de vida, principalmente na região que concentrava a zona de prostituição, denominada de Maciel. Parte dessas pesquisas compõem o arquivo da biblioteca da instituição (Biblioteca Manuel Querino).

Diante da aceção antropológica tradicional que considera o campo realizado através da interlocução direta com os sujeitos da pesquisa o contexto ideal para a apreensão do conjunto de valores e crenças que interessa à antropologia, Fraya Frehse (2005) defende a possibilidade de que os arquivos sejam vistos também como campo de pesquisa válidos de uma investigação antropológica, como espaços sociais no interior dos quais o diálogo "para valer" pode se dar e os dados etnográficos podem ser levantados. "Vai conformando assim, no corpo a corpo com o arquivo - cruzamento de dados de fontes diversas entre si e com aqueles que a leitura das fontes secundárias lhe fornece - um segundo campo, por assim dizer, campo mais restrito [...] de interlocuções com os autores e personagens que integram a documentação" (FRAYA FREHSE, 2005, p. 136).

Já Ariella Azoulay (2017) critica o processo tradicionalmente adotado para o arquivamento, que envolve a atuação de autoridades responsáveis por guardar os documentos e empreender os processos de codificação e classificação dos mesmos que resulta na transformação de seu conteúdo em uma verdade histórica a ser meramente consultada, não contestada. Ao mesmo tempo, a autora fala das novas formas de apresentar e utilizar os arquivos empreendidas por "pesquisadoras cujo interesse no arquivo é despertado por domínios relativamente novos do conhecimento, do pós-colonialismo à teoria de gênero" (ARIELLA AZOULAY, 2017, s/p), que não compreendem os arquivos como uma instituição que preserva um passado findo mas como elementos ativos na constituição das relações do presente, e o interesse está nas formas de intervenção nele, em sua transmissão,

reconstruindo a imagem que ele fornece sobre o estar juntos no mundo.

Como exemplo, Saidiya Hartman (2019) realiza em sua pesquisa procedimento metodológico no qual, baseada em personagens e eventos extraídos de registros oficiais sobre jovens negras norte-americanas do século XX, no qual as mesmas são representadas em chaves como da criminalidade e da promiscuidade, lança uma outra lente para perceber essa realidade, realçando a potência insurgente e desobediente da vida dessas mulheres: “Nesse espírito, pressionei os limites do arquivo e do documento, especulei sobre o que poderia ter sido, imaginei as coisas sussurradas em quartos escuros e amplifiquei momentos de retenção, fuga e possibilidade, momentos em que a visão e os sonhos da rebelde parecia possível” (SAIDIYA HARTMAN, 2019, p. 14-15, tradução nossa).

Nesta pesquisa, foram utilizados fragmentos de seis entrevistas realizadas por funcionários do IPAC ao longo da década de 1970 e início de 1980 e acessadas através da biblioteca da instituição (DIONIZIA SANTOS, 1977; ALZIRA OLIVEIRA, 1978; ISABEL CRUZ, 1978; JORGE MAURÍCIO, 1981), e de três relatos de história de vida registrados em pesquisas acadêmicas da área da sociologia realizadas por funcionários do IPAC da época (GEY ESPINHEIRA, 1984; JEFERSON BACELAR, 1982), cujas entrevistadas foram residentes em casarões situados no Maciel, e em sua maioria tiveram experiência trabalhando como prostitutas (para mais informações sobre os perfis das entrevistadas, ver figura 13, no capítulo 3, página 122).

São relatos que no geral registram a trajetória de vida, a chegada e vivência das mulheres no bairro, sua relação com a vizinhança e familiares, sua percepção sobre as mudanças no bairro, cujos trechos, quando são analisados por meio de uma compreensão feminista sobre a prostituição e o espaço urbano, como é proposto por esta pesquisa, apontam para novos entendimentos sobre as relações produzidas na zona de prostituição localizada na área histórica do centro de Salvador e as mudanças provocadas pelo processo de recuperação do patrimônio histórico, que complexificam a narrativa histórica única que recai hoje sobre o Maciel e que o IPAC tem sido um dos responsáveis na construção e manutenção, experimentando assim a possibilidade de rever essa narrativa através dos próprios documentos produzidos e arquivados pelo Estado. Junto a esses relatos, são referências os trabalhos na área da antropologia realizados por Neusa de Oliveira (1994) e Don Kulick (2008) sobre as vivências travestis no centro de Salvador antes e durante o processo de recuperação da área histórica tombada, que expõem a relação das travestis com os espaços de prostituição e a área central de Salvador.

Devido ao contexto pandêmico, optou-se também por morar no centro de Salvador no período entre agosto de 2020 e maio de 2021, para que a relação mais próxima com o território

de estudo fosse possível de modo mais constante e sem grandes exposições, através do uso de máscara e respeitando o distanciamento social, sendo que o período entre julho e novembro de 2020 foi quando as visitas ao território de estudo foram mais frequentes, pois foi um período em que a transmissão do vírus estava mais contida. Com relação às observações de campo realizadas nesse período, ressalta-se que não se pretende reivindicar à pesquisa um caráter etnográfico, o qual necessitaria de uma maior frequência e profundidade nas relações com o campo e da elaboração de ferramentas metodológicas mais apuradas, porém, assim como João Pena (2020), reconhece-se a importância dessas experimentações e aproximações da área de estudo em proporcionar um contato mais sensível com a realidade da prostituição capaz de provocar mudanças no olhar sobre a atividade e sua presença no centro de Salvador.

O movimento de turistas no centro histórico de Salvador diminuiu drasticamente a partir de março de 2020 e os diversos estabelecimentos do bairro foram fechados ou tiveram funcionamentos restritos devido a medidas adotadas pela prefeitura para evitar a disseminação do vírus. Desse modo, houve um esvaziamento do bairro, contudo, partidas prostitutas seguiram trabalhando devido à falta de uma segurança financeira que garantisse às mesmas a possibilidade de interromper a atividade e se manter em casa cumprindo com o isolamento social e se protegendo contra a contaminação do novo coronavírus. Nas visitas, notou-se que as prostitutas continuavam trabalhando no centro de Salvador, apesar do esvaziamento das ruas e da baixa procura dos clientes, e foi possível o diálogo e realização de entrevista com Ester⁴ e Jacira⁵.

Ester começou a morar e trabalhar como prostituta nos casarões do Maciel em meados dos anos 1980; já Jacira trabalhou como prostituta na Ladeira da Montanha na década de 1970 e posteriormente se mudou para a rua São Francisco onde morou e trabalhou a partir de meados dos anos 1990, região também situada na área histórica tombada que sofreu intervenções urbanas no início dos anos 2000. As entrevistas com Ester e Jacira revelam as impressões de quem vivenciou e teve sua trajetória de vida impactada pelas transformações mais recentes empreendidas pelo processo de recuperação do patrimônio histórico no centro de Salvador, construiu meios de reorganização que têm possibilitado sua permanência no bairro e segue movimentando cotidianamente suas ruas e praças junto a outras mulheres.

Antes do início da pandemia, em janeiro de 2020, realizei junto com João Pena uma entrevista com Fátima Medeiros, fundadora e presidente da Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), para a produção do registro textual coletivo “Prostituição e direito à cidade em Salvador: disputas e resistência no Centro Histórico”, com o objetivo de visibilizar os processos de disputa por permanência no centro pelas prostitutas organizadas no contexto

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

de recuperação da área histórica. Fátima chegou a Salvador em 1988, e morou inicialmente no centro de Salvador, onde trabalhou como prostituta em bares, boates e navios, acompanhando o impacto em sua profissão provocado pela reforma da área histórica para os turistas, bem como mobilizando suas companheiras de profissão para a importância de se organizarem para permanecer trabalhando no local. Desde 1997, ela tem atuado na APROSBA e construído coletivamente a luta das prostitutas por melhores condições de vida e de trabalho, sem abrir mão de sua profissão, em articulação a nível local, nacional e internacional.

Durante a pandemia, a APROSBA tem desempenhado importante papel na assistência das prostitutas da Bahia, diante da falta de políticas públicas específicas que proporcionem segurança e proteção para as mesmas no contexto de crise sanitária (JOÃO PENA; FERNANDA SILVA, 2021). Nesse processo, em paralelo à pesquisa, houve uma maior aproximação com Fátima e a Associação a fim de fornecer auxílio para as demandas existentes, realizando desde doações, ações voluntárias, desenvolvimento de projetos e escritas conjuntas sobre a história da Associação, experiências que têm gerado laços cada vez mais estreitos com a Associação e influenciado nos posicionamentos, nas reflexões e no comprometimento com a luta das prostitutas adotados neste trabalho, além de contribuir para uma maior compreensão da participação das prostitutas organizadas na Bahia nas transformações no centro de Salvador ao longo de sua trajetória de atuação.

Por fim, também se utiliza como dado de pesquisa a entrevista com Keila Simpson, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e ex-coordenadora de políticas públicas do Casarão da Diversidade de Salvador, realizada por Eduardo Rocha Lima e Fayola Caucaia em outubro de 2019 como uma das atividades do grupo de pesquisa Cartografia Sexuada de Salvador. Keila chegou a Salvador em meados da década de 1980, e desde então tem morado e trabalhado como prostituta na área central da cidade. Sua entrevista é um importante relato sobre a presença histórica das travestis ocupando os casarões tombados do centro de Salvador, as dinâmicas da prostituição travesti no bairro, a relação com os vizinhos e a polícia, e o impacto provocado pelo processo de recuperação da área histórica tombada na vida das travestis.

O vídeo da entrevista de Keila Simpson foi editado e está disponível na internet sob o título de “Centro Histórico Travesti”⁶ como um dos três episódios que compõem a minissérie “Existências Urbanas”, organizada pelo Cartografia Sexuada de Salvador a partir de registros audiovisuais produzidos durante ações do grupo com espaços e grupos LGBTQIA+ de

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lqm5XGcnHPE&t=41s>. Acesso em: 05 dez. 2021.

Salvador com o intuito de gerar reflexões a respeito de suas presenças e experiências na cidade. Além disso, uma análise sobre o processo de recuperação do centro de Salvador com foco nos conflitos urbanos instaurados pela presença de corpos sexuados desviantes que expõe o ponto de vista de Keila Simpson expresso na entrevista foi publicada como artigo “Narrativas em disputa: a cidade sexuada e a “recuperação” do Centro Histórico de Salvador”, uma produção coletiva escrita junto de Eduardo Rocha Lima e Alexandre Pajeú Moura, publicada nos anais do VI ENANPARQ e indicada pelo comitê científico do evento para publicação na Revista Thesis da ANPARQ.

A dissertação segue com o capítulo “A ciência e a cidade zoneadas”, que instaura diálogos entre as pesquisas sobre prostituição no campo do urbanismo e as pesquisas feministas sobre o urbano e a prostituição a fim de lançar perspectivas feministas sobre a prostituição e o planejamento urbano. No capítulo “A zona no centro de Salvador”, busca-se compreender a área de estudo nas vésperas das transformações no padrão de ocupação da prostituição provocadas pelos planos de recuperação da área históricatombada, período em que predomina a zona enquanto expressão espacial da atividade, na qual os estabelecimentos voltados para o seu exercício se concentravam em um setor de tolerância localizado na área histórica tombada do bairro. Discute-se como a conformação das zonas de tolerância no centro de Salvador se relacionam com processos engendrados pelo Estado para controle e ordenamento dos espaços das mulheres na cidade, apresenta-se o olhar de estigma construído sobre esses espaços da cidade, e em especial o Maciel, e aponta-se para outras compreensões sobre o mesmo através da visibilização do cotidiano construído pelas mulheres na empreitada de viabilizar a reprodução de suas vidas e de seus dependentes.

Por fim, no capítulo “Patrimônio recuperado, prostitutas recuperadas?”, são analisadas as mudanças nas dinâmicas espaciais da prostituição no contexto de transformação da área histórica tombada de Salvador pelos planos de recuperação para fins turísticos. Discute-se as orientações de projeto no sentido da eliminação da prostituição da área a fim de empreender o processo de revalorização econômica pretendido atrelado à manutenção de uma ordem moral espacializada na cidade, bem como a organização coletiva protagonizada pelas prostitutas contra a expulsão, que, assim como outros grupos de mulheres, tiveram importante papel na denúncia do projeto excludente em curso e na conquista da permanência no centro de Salvador. Identifica-se nesse contexto o processo de dissolução das zonas de tolerância e o domínio da prostituição de rua em pontos específicos da área que se transformava na zona turística do Pelô, onde as prostitutas seguem construindo cotidianamente seus meios de sobrevivência e redes de apoio, e enfrentando o controle e o estigma que recaem sobre esses pontos considerados como os lugares deteriorados e perigosos da área restaurada.

2. A CIÊNCIA E A CIDADE ZONEADAS: PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE PROSTITUIÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

Ramon Grosfoguel (2016) analisa o papel da filosofia cartesiana na fundação da forma válida de produção de conhecimento das universidades ocidentalizadas. Através da filosofia cartesiana, estipulou-se uma divisão dicotômica entre mente e corpo, na qual a mente adquiria uma posição desencarnada, equivalente à “visão do olho de Deus”, o que concedia à mesma um suposto status de universalidade visto que não seria determinada por uma condição particular de existência. Além disso, o conhecimento seria produzido pelo sujeito através de um monólogo interior, sem a contaminação das relações sociais, o que reforçaria a noção de que o conhecimento é produzido de um não lugar e sem assumir um ponto de vista encarnado.

Então, Ramon Grosfoguel conecta a formação da filosofia cartesiana com os projetos de destruição de pessoas (genocídios) executados ao longo do século XVI, como o caça às bruxas na Europa e o genocídio de povos indígenas e africanos escravizados durante a colonização europeia da América, que também eram projetos de destruição dos conhecimentos produzidos pelas mesmas (epistemicídio), afirmando que “a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo” (RAMON GROSGOQUEL, 2016, p. 31). Quando as universidades se transformaram em seculares, houve a incorporação em escala mundial das estruturas eurocêntricas de conhecimento baseadas nos preceitos de universalidade e racionalidade construídos pela filosofia cartesiana, de modo que até hoje se baseiam no conhecimento produzido por uns poucos homens da Europa Ocidental para construir a base teórica canônica de todas as disciplinas das ciências humanas (RAMON GROSGOQUEL, 2016).

Por trás da prerrogativa de um pretensão universalismo e racionalidade na validação do conhecimento científico das universidades ocidentalizadas, o que se tem é a prevalência do privilégio do ponto de vista dos homens brancos ocidentais em detrimento da inferiorização e destruição das outras formas de conhecimento produzido por mulheres e demais homens, sedimentando um racismo/sexismo epistêmico que legitima e reforça as ordens patriarcal e racial instauradas (RAMON GROSGOQUEL, 2016).

A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas. Qualquer conhecimento que pretenda partir do corpo político do

conhecimento (Anzaldúa, 1987; Fanon, 2010) e chegar à geopolítica do conhecimento (Dussel, 1977), em oposição ao mito do conhecimento da geopolítica cartesiana, é visto como tendencioso, inválido, irrelevante, sem seriedade, parcial, isto é, como conhecimento inferior (RAMON GROSGOUEL, 2016, p. 30).

Para Ramon Grosfoguel (2016), como forma de ruptura com o universalismo da epistemologia ocidental, é preciso a incorporação pelas universidades da diversidade epistêmica que sobreviveu ao projeto colonial de genocídio/epistemicídio, mas que não é igualmente reconhecida como conhecimento científico, “criando o pluralismo de sentidos e conceitos, onde a conversação interepistêmica [...] produz novas redefinições para velhos conceitos e cria novos conceitos plurais com “muitos decidindo por muitos”(pluri-verso), em lugar de “um definir pelos outros” (uni-verso)” (RAMON GROSGOUEL, 2016, p. 45). Larissa Pelúcio (2012) cita um conjunto de teóricas/os pós-coloniais, feministas e queers como responsáveis dentro das universidades pela construção de enunciações teóricas que criticam a prevalência do privilégio do ponto de vista dos homens brancos europeus na produção científica das universidades ocidentalizadas, desafiando-a em um “esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (LARISSA PELÚCIO, 2012, p. 399).

Partindo do pressuposto de que a transformação do pensamento precisa caminhar junto com a transformação da cidade, neste capítulo, realiza-se uma revisão bibliográfica de algumas teóricas que compõem o quadro apresentado por Larissa Pelúcio (2012) a fim de formular perspectivas feministas sobre prostituição e planejamento urbano, através das quais se pretende denunciar os prejuízos da adoção de uma lógica universalista na construção do pensamento sobre o planejamento urbano que apaga a presença e os processos de exclusão e segregação das mulheres, inerentes à produção de cidades indiferentes à diferença (ROSSANA TAVARES, 2015b), ao mesmo tempo que se pretende abrir para o reconhecimento de ações protagonizadas pelas mulheres que são potencialmente transformadoras de estruturas desiguais de poder em possibilidades de novas formas de viver e construir relações nas cidades.

Parte-se da defesa pela construção de feminismos, no plural, por teóricas feministas negras e decoloniais que questionam a forma essencializada com que o feminismo tem mobilizado a categoria “mulher”, aproximando-se de uma reprodução da ideia de universalidade através da qual o ponto de vista da mulher branca ocidental tem sido articulado como representativo das experiências e opressões sociais comuns de todas as mulheres, e reivindicam o reconhecimento de outros espaços, sujeitas e experiências para além dos já validados e consagrados pelo feminismo, na construção de um repertório teórico diverso que abarca distintos contextos sociais e realidades de mulheres, dentre as quais as prostitutas.

Na trajetória do movimento feminista, a prostituição tem sido um assunto de destaque nas reflexões em torno da sexualidade da mulher e que tem produzido dissensos entre as teóricas, entendida ora como fator de opressão da mulher, ora como possibilidade de empoderamento pela mulher através do exercício da liberdade sexual e do prazer. Em meio a esse embate, apresenta-se neste capítulo o surgimento e consolidação do movimento organizado de prostitutas, com foco no contexto brasileiro, que tem caminhado junto com a construção de um pensamento próprio das prostitutas sobre si e sua profissão, reivindicando serem reconhecidas como trabalhadoras a fim de lutar por direitos e melhores condições de trabalho e de vida.

Através da construção de alianças, críticas e reflexões junto com ativistas e acadêmicas feministas, as prostitutas organizadas têm questionado os discursos salvacionistas de feministas que defendem o resgate da mulher da prostituição como forma de emancipação e que se recusam a considerar válido o ponto de vista das putativistas; pressionado os limites do feminismo para o reconhecimento de si mesmas e de sua luta como feministas, através da construção de argumentos sólidos que desconstruem oposições e gera aproximações e identificações entre prostitutas e demais mulheres e feministas, autodenominando-se como putafeministas; e influenciado na produção acadêmica sobre a prostituição, deslocando as perspectivas que então predominavam e consideravam as prostitutas como criminosas ou vítimas em direção ao reconhecimento da prostituta como sujeita de direitos e da prostituição como uma profissão legítima que possibilita agência e emancipação da mulher.

A partir da apresentação desses pontos que apontam para a contribuição das práticas e dos discursos das prostitutas organizadas para o avanço da produção de conhecimento e da luta das mulheres, busca-se reforçar a importância da afirmação dos feminismos, ou seja, da condição plural e diversa de um movimento formado por mulheres de diferentes realidades e origens, para o florescimento de uma diversidade de visões de mundo, práticas e teorias que contribuam para o combate às opressões. Então, parte-se para o contexto do planejamento urbano, em que se discute a organização da prostituição nas cidades a partir de processos de segregação e exclusão sofridos pelas mulheres, e como a luta das prostitutas se relaciona com os mesmos e se conecta com a luta de outros grupos de mulheres, moradoras de favelas e ocupações urbanas, que também não estão necessariamente inseridas nos espaços feministas consagrados, mas têm contribuído com o combate às desigualdades sociais e urbanas, e na construção de outras cidades possíveis.

2.1. SER PROSTITUTA E FEMINISTA

No final do século XX, cresceram as reflexões teóricas de feministas negras e decoloniais sobre a necessidade de articular racismo e sexismo como eixos estruturantes e definidores da sociedade capitalista e de reconhecer a experiência histórica díspar vivida pelas mulheres em diversos contextos, considerando a dominação colonial como determinante na reorganização das hierarquias de gênero de países ao redor do mundo. Mais do que dar maior visibilidade a temas para o debate, essas teóricas questionavam a forma essencializada com que o feminismo mobilizava a categoria “mulher”, aproximando-se de uma reprodução da ideia de universalidade através da qual o ponto de vista da mulher branca ocidental tem sido articulado como representativo das experiências e opressões sociais comuns de todas as mulheres, construindo uma agenda comum representativa apenas de um grupo dominante de mulheres, o que apaga e dificulta a inclusão de diferentes pautas e realidades de mulheres e o reconhecimento da necessidade de amplificar as vozes de diferentes grupos de mulheres, desconsiderando a diversidade dentro do movimento.

Assim, o feminismo negro e decolonial denuncia a insuficiência do feminismo para dar resposta às opressões das mulheres; sua reprodução de uma representação hegemônica implicada na construção cultural e ideológica da “Mulher” distanciada da realidade das “mulheres” enquanto sujeitos materiais de sua própria história; a manutenção de estruturas de silenciamento e subalternização (GAYATRI SPIVAK, 2014) sobre determinados grupos de mulheres. Ao mesmo tempo, defendem a construção de feminismos, no plural, evidenciando a potência criativa da diferença entre as mulheres na construção diversa de visões de mundo, práticas e teorias que contribuam para o combate às opressões; reivindicando o reconhecimento de outros espaços, sujeitos e experiências para a produção do conhecimento e ação política para além dos já validados e consagrados, construindo um repertório teórico plural que abarca distintos contextos sociais e realidades de mulheres; visibilizando trajetórias, práticas e lutas de mulheres que foram importantes para a construção de uma luta coletiva contra a desigualdade, porém são apagadas da trajetória do movimento quando se adota uma perspectiva branca e eurocentrada (LÉLIA GONZALES, 1984; 1988; bellhooks, 1990; SUELI CARNEIRO, 2003; OCHY CUIEL, 2007; CHANDRA MOHANTY, 2008; MARIA LUGONES, 2014; PATRICIA HILL COLLINS, 2016; NATÁLIA SILVA, 2018).

Tais críticas e reformulações das feministas negras e decoloniais são importantes para reforçar o reconhecimento do lugar das práticas e discursos das prostitutas na produção do conhecimento e na ação política dentro dos feminismos. O movimento de prostitutas no Brasil tem construído um campo discursivo de ação com visões de mundo e eixos políticos articuladores próprios que engloba a articulação entre diferentes sujeitos individuais e coletivos, para além dos grupos legitimados do próprio movimento feminista, que dão forma a táticas e estratégias de ação, formação de identidades coletivas e disputam as

representações hegemônicas, tal qual Natália Silva (2018) descreve sobre o movimento de mulheres negras no Brasil, compondo os feminismos.

Sobre a história do movimento feminista, Natália Silva et al (2017) expõem o dissenso quanto à versão que predomina de que sua origem estaria relacionada com o iluminismo e as revoluções burguesas, construída pelas teorias dos Estados Unidos e da Europa, e que para as feministas negras e decoloniais é uma escolha de marco que já apagaria diversas trajetórias de mulheres importantes para a luta pela igualdade de gênero, porém, que estão fora do radar da perspectiva eurocentrada. Apesar disso, parece haver um consenso da importância das décadas de 1960 e 1970 para o amadurecimento e proliferação de reformulações teóricas e novas práticas políticas nos feminismos ao redor do mundo.

Nesse período, populariza-se na academia o conceito de gênero enquanto uma categoria socialmente construída para legitimar as desigualdades entre homens e mulheres, e os desdobramentos desse feito são perceptíveis em diversos campos de conhecimento (NATÁLIA SILVA ET AL, 2017). As teóricas feministas contribuíram com revisões teóricas e metodológicas importantes a partir da crítica à validação da produção do conhecimento científico pautada em preceitos modernos como neutralidade, universalidade e objetividade, que pressupõem uma imparcialidade para operar no controle de metodologias, epistemologias e resultados de pesquisa, a partir de uma visão desencarnada, na qual se vê tudo de nenhum lugar.

Reconhecendo que não há ciência normal (SANDRA HARDING, 1993), tais teóricas contribuíram com a construção de outras formas de fazer pesquisa, comprometidas com a mudança social, que reivindicam as experiências e práticas políticas das mulheres como lugar privilegiado e igualmente válido para reflexão sobre como as construções de gênero tem organizado social e subjetivamente os indivíduos, entendendo que para se alcançar de fato uma objetividade científica é necessário reconhecer a particularidade e a corporificação de toda visão que constrói teoria, já que, a partir de uma perspectiva bem posicionada, é possível fazer uma avaliação crítica do conhecimento produzido e da responsabilidade ética e política do pesquisador, defendendo uma “objetividade corporificada”, ou “racionalidade posicionada”, comprometida com a produção de saberes localizados, parciais e críticos (DONNA HARAWAY, 1995).

A sexualidade da mulher tem sido um tema central de discussão e contribuição para a produção de conhecimento pelas feministas no debate de gênero a partir da década de 1970 nos Estados Unidos, e que tem provocado diversos dissensos entre as teóricas, sendo a pornografia e a prostituição assuntos recorrentemente acionados para análise dentro da temática. Teóricas como Carole Pateman, Catherine MacKinnon e Andrea Dworkin

inicialmente apontaram a sexualidade inerentemente como forma de expressão da dominação do homem e da submissão da mulher dentro da estrutura patriarcal, ou seja, como fator de opressão da mulher, de modo que a mesma não teria um poder de escolha relativo ao sexo, mas teria que fornecê-lo ao homem de forma compulsória como parte do desempenho de seu papel social. A prostituição, portanto, se configuraria como uma das instituições mais violentas contra a mulher, por favorecer a relação opressora entre homem e mulher mediada pelo sexo e dinheiro, e a prostituta a mulher mais explorada e silenciada da sociedade (FERNANDA LEONARDI, 2019; ADRIANA PISCITELLI, 2005; JULIANA GÓES, 2017).

Já a partir da década de 1980, outras teóricas, como Gayle Rubin, instauraram novas reformulações sobre a sexualidade da mulher, na qual questionam o entendimento da sexualidade como necessariamente uma forma de opressão de gênero, reconhecem sua repressão como produto da estrutura patriarcal, porém, defendem que o meio para sua superação é a apropriação da liberdade sexual e do prazer como possibilidade de empoderamento pela mulher. Essas teóricas, portanto, adotam uma postura positiva com relação à prostituição, compreendendo a prostituta como uma mulher que explora sua liberdade sexual (FERNANDA LEONARDI, 2019; ADRIANA PISCITELLI, 2005; JULIANA GÓES, 2017).

Sarah Feldman (1989) identifica que nas décadas de 1950 e 1960 a difusão de novos padrões de comportamento sexual, através do questionamento da ideia da sexualidade da mulher vinculada apenas com a reprodução, era uma pauta importante mobilizada pelos movimentos feminista e de contracultura, que por sua vez influenciaram grupos de prostitutas que começaram a se organizar coletivamente e ganharam visibilidade social reivindicando serem reconhecidas como trabalhadoras a fim de lutar por direitos e melhores condições de trabalho e de vida. Silvia Federici (2016) cita que o famoso evento de ocupação pelas prostitutas da Igreja de Saint Nizier, na cidade francesa de Lyon, em 1975, com o objetivo de denunciar as violências sofridas pelas mesmas, contou com a participação de feministas e gerou um intenso debate sobre feminismo e prostituição que virou combustível para o início da construção do movimento de prostitutas na Europa, de sua auto identificação como trabalhadoras e da busca por visibilidade na imprensa para denunciar o estigma que vivenciavam.

Adriana Piscitelli (2016) e Aline Tavares (2015a) afirmam que, durante as décadas de 1970 e 1980, enquanto as feministas do Norte Global debatiam sobre questões envolvendo a sexualidade, como a prostituição, no Brasil, a mesma não era um ponto de discussão principal. O contexto de ditadura militar brasileiro é marcado por uma política de alianças entre mulheres de classe média influenciadas pelas discussões feministas europeias e grupos de mulheres das periferias dos grandes centros urbanos, na qual os grupos feministas contribuíram na

organização e fortalecimento dos grupos de mulheres de bairros que reivindicavam melhores condições de vida, principalmente através da qualificação de seus territórios, com a instalação de equipamentos públicos, como creches, serviços de saúde e saneamento. Os grupos feministas enxergavam nas pautas dos grupos de mulheres um grande potencial de transformação social, pois possibilitava criticar tanto os efeitos do modelo econômico na vida da classe trabalhadora quanto as relações desiguais de gênero. Contudo, como os grupos de mulheres de bairro eram muito influenciados pela Igreja Católica, que reforçava a naturalização da identidade da mulher como mãe e esposa, as feministas secundarizaram a discussão de temáticas mais polêmicas, que extrapolavam a luta pelos equipamentos públicos e que já eram discutidas na Europa, como as que envolviam a sexualidade (ALINE TAVARES, 2015a).

As prostitutas são um dos grupos de mulheres cujo movimento organizativo no Brasil tem relação em sua origem com o contexto de luta contra a ditadura militar e de forte atuação da Igreja Católica nos territórios populares junto a grupos de mulheres e suas aliadas feministas. Gabriela Leite (1992; 2009), prostituta importante no processo de construção do movimento de prostitutas no Brasil, relata em suas duas autobiografias que sua militância política começou “na prática” durante a passeata que levou milhares de pessoas para as ruas do centro de São Paulo, em 1979, para denunciar os abusos e violências policiais sofridos por prostitutas e travestis na zona da Boca do Lixo, onde ela própria trabalhava na época, e que foi durante esse episódio que ela começou a pensar sobre a possibilidade de construir uma luta pelos direitos das prostitutas encabeçada por elas mesmas. “Imagina uma cidade do tamanho de São Paulo, conservadora como é, onde prostituta e travesti não existiam, nem sequer era gente, nós todos discutindo o problema em público! Foi de arrepiar” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 86-87).

Em outro episódio que marca sua trajetória militante, Gabriela Leite (1992; 2009) identifica como marco do início “pra valer” de sua luta política a participação no I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia organizado pela então vereadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, em 1982. Levando uma faixa com a frase “Prostituta também é mulher”, Gabriela passou o dia ouvindo mulheres de diversas origens falando sobre suas condições de vida e, quando convidada a falar, assim como as demais locutoras, explicou as condições de vida das prostitutas, “disse que as pessoas não gostavam de falar sobre a existência das prostitutas mas que, apesar dessa atitude, nós, prostitutas, existíamos, e eu tinha um sonho: um dia estarmos falando com outras mulheres sobre nossas questões, sem que houvesse discriminação” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 91). Nessa sua primeira fala pública como prostituta, Gabriela já identificava a tensão entre as participantes quando a temática da prostituição era discutida mais abertamente: “Parece incrível, mas o tabu perdurava mesmo

ali, entre mulheres conscientes: prostituta não fala” (GABRIELA LEITE, 2009, p. 134).

Nos primeiros anos de militância, Gabriela Leite teve contato próximo com instituições religiosas e diversos intelectuais progressistas, como a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) e o Instituto de Estudos da Religião (ISER). Deslumbrada com o meio intelectual no qual começou a circular, conta que inicialmente passou a incorporar o discurso das instituições, que pregavam a “recuperação” à sociedade de “mulheres em situação de prostituição” através de ofertas de outras alternativas de vida para as mesmas, resgatando a mulher da condição degradante da prostituição para assim restaurar sua cidadania. Porém, com o tempo, ele pareceu cada vez mais distante da realidade que vivenciava na prostituição, assim como de uma possibilidade concreta de garantir melhores condições de vida para as prostitutas, diante de ações um tanto quanto duvidosas de diversos setores sociais, em especial das instituições religiosas, no sentido de capacitar as prostitutas para exercerem outras atividades laborais:

Tinha também uma mulher que insistia em oferecer umas aulas de artesanato para as prostitutas, sem nenhum êxito. A grande ideia dela era ensinar as meninas a pintar florzinha em pote de maionese Hellmann’s e colocar babado naquela tampa laranja. E diziam que aquilo era uma alternativa de renda para a puta! Elas partiam do princípio de que a prostituta é uma vítima que não teve chance nenhuma, nem de pintar vidro de maionese (GABRIELA LEITE, 2009, p. 139).

Sem negar a existência das condições precárias de vida das prostitutas, assim como de diversas dimensões de exploração e violência, Gabriela Leite desejava criar espaços em que as prostitutas pudessem discutir publicamente sua realidade e verdadeiramente se firmarem enquanto sujeitas que reivindicam melhores condições de vida, sem precisarem para isso negar seu próprio trabalho, reivindicando seu espaço de fala e o reconhecimento de sua agência na vida e na escolha da profissão, a partir do qual seria possível construir uma luta por acesso a direitos e cidadania plena. Por isso, seu histórico de participação dentro da Pastoral e do ISER é permeado por diversas divergências e conflitos de pensamento sobre a prostituição, diante da postura da Pastoral que, de forma seletiva e dirigida, repreendia as prostitutas quando as mesmas desviavam da postura assumida pela própria Pastoral, colocando-se como suporte e *lócus* de conhecimento sobre o tema. “Ouso dizer que foi comigo a primeira vez que os protestantes progressistas ouviram uma posição diferente sobre prostituição, não como pecado pessoal ou social, mas sim como uma possibilidade de trabalho” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 117).

Em meio ao cenário de atritos e diferenças de pensamento entre Gabriela Leite e as instituições religiosas das quais participava, ainda assim, o espaço dos Encontros da Pastoral se tornou importante por possibilitar o encontro e trocas entre prostitutas de todo o país, mesmo que nos bastidores das principais discussões que movimentavam o evento. O Encontro de 1984 em Salvador ficou marcado por ter sido o espaço onde Gabriela se

encontrou pela primeira vez com Lourdes Barreto, prostituta de Belém do Pará, com que compartilhava críticas e questionamentos quanto ao discurso e à postura de intervenção da Pastoral nos espaços de fala das prostitutas, que não possibilitava uma discussão mais concreta e sincera sobre as questões que perpassavam o cotidiano da prostituição. Juntas, Gabriela e Lourdes começaram a utilizar os espaços dos Encontros para mobilizar as colegas de profissão a se organizarem para construir uma nova forma de articulação para refletir sobre a prostituição, pautada na autonomia das prostitutas. Conforme relata Gabriela Leite sobre o Encontro em Salvador:

De uma maneira geral, fui muito maltratada naquele encontro. A Lourdes era a única que me defendia. Nós ficamos hospedadas num casarão de freiras. Eu e Lourdes dormíamos no mesmo quarto e de noite conversávamos sem parar sobre os absurdos do dia. Lá nós começamos a pensar num movimento autônomo das prostitutas. Sem a guarda da Igreja, sem nada. A Lourdes, diferentemente de mim, já vinha de uma trajetória longa dentro da Igreja. Ela não concordava com um monte de coisas, mas não via outro caminho possível. Eu via, embora ainda tivesse que pesquisar mais (GABRIELA LEITE, 2009, p.143).

Foi seu contato com as organizações progressistas que possibilitou o financiamento para o projeto de construir o I Encontro Nacional de Prostitutas do Brasil, em 1987, junto com Lourdes Barreto, o primeiro evento na América Latina criado por prostitutas e para que prostitutas pudessem debater publicamente as questões relacionadas à profissão a partir de suas vivências e sem a interferência de sujeitos externos, quando surgiu o movimento autônomo de prostitutas no país. Esse encontro foi intitulado de “Mulher da vida: É preciso falar” e significou a subversão do lugar de ocultamento normalmente relegado às prostitutas na sociedade: “Nós fomos abrindo caminho, saímos do escuro para praticamente um estrelato” (GABRIELA LEITE, 2009, p. 149). Em 2017, durante o VI Encontro Nacional de Prostitutas, Lourdes Barreto assim discursou:

Imagina só, gente: há trinta anos, no meio de uma ditadura militar, a gente era presa só de sair na rua. A gente só saía na rua escoltada pela polícia. E imagina, tu revolucionar, ter capacidade política de dizer que a gente queria falar da nossa história, que queremos respeito, dignidade e direitos. Saímos das páginas policiais para as páginas sociais (LOURDES BARRETO, 2017 apud CAROLINA GUERRA, 2019, p. 46).

Do I Encontro Nacional de Prostitutas, desencadeou-se a construção coletiva de um movimento associativo de prostitutas a nível nacional para ações dos direitos humanos e cidadania que atendessem às necessidades das prostitutas, desenvolvendo meios de combate à marginalização e estigmas, a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), que impulsionou o processo de formação e formalização de lideranças e associações locais de prostitutas por todo o Brasil nas décadas seguintes. O depoimento de Gabriela Leite a seguir demonstra a sua consciência de como as representações dominantes sobre sua identidade e sua profissão eram acionadas para reforçar sua marginalização e exclusão, e de que, para

que o estigma fosse combatido, era necessário reivindicar o direito de falar por si e de ser ouvida:

Eu tive um sonho um dia, que a sociedade para falar sobre prostituição tinha que ver o que a gente estava pensando, como sujeitos políticos da nossa própria história. A gente sempre não existiu. A gente sempre foi vítima. A gente sempre foi as coitadinhas, vivendo uma vida degradada. Mas não era necessariamente o que a gente pensava. (GABRIELA LEITE, 2006, p. 29).

A consolidação do movimento de prostitutas caminhou junto com a construção de um pensamento próprio sobre a prostituição pelas militantes, que produziram novos discursos e identidades sobre si e sua profissão para disputar na arena pública as noções dominantes construídas sobre seu trabalho, reivindicando o lugar de sujeitas de sua própria história (LETÍCIA BARRETO, 2015), e a partir disso traziam novos olhares principalmente em torno da sexualidade e do prazer da mulher. Pode-se aproximar esse processo com as reflexões de Patricia Hill Collins (2016) em torno da autodefinição e da autoavaliação como caminhos para a construção de novos conhecimentos pelas mulheres negras: a autodefinição seria um primeiro passo em direção ao questionamento da construção, pelo conhecimento considerado válido, de estereótipos racializados de gênero como forma de desumanizar grupos, produzindo “imagens controladoras” que restringem imaginar outras possibilidades de ser mulher negra na sociedade; já a autoavaliação seria o próximo passo, no qual as mesmas se mobilizam para produzir novas imagens de si, em substituição das imagens externamente definidas, a partir de suas experiências compartilhadas que geram o ponto de vista do grupo.

No Brasil, percebe-se a transformação que os discursos sobre prostituição produzidos pelo movimento de prostitutas a partir da década de 1980 provocou na produção acadêmica sobre a temática, fazendo proliferar nas décadas seguintes, e em especial a partir dos anos 2000, pesquisas, artigos e debates que incorporam novas abordagens sobre o tema em diferentes áreas de conhecimento, como direito, antropologia, sociologia, psicologia. Em meados da década de 1980, enquanto surgia o movimento de prostitutas no Brasil, as historiadoras Margareth Rago e Magali Engel já introduziam novos olhares nos estudos sobre a temática da prostituição no país (ALINE TAVARES, 2015a). Margareth afirma em seu trabalho que “a produção científica de médicos, juristas e demais especialistas sobre a prostituição, desde meados do século passado [século XIX], resultou num processo de sujeição da mulher pelos próprios pressupostos do raciocínio discursivo com que operava” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 9), e no silenciamento da mesma na defesa contra o desconhecido: a sexualidade da mulher. Para a autora, a prostituição tem sido construída como um fantasma que serve mais para definições do papel e comportamento das mulheres na sociedade do que para produzir conhecimento sobre a realidade das prostitutas, sendo que a produção acadêmica sobre o tema até então era partícipe da reprodução das representações e mitologias em torno da figura prostituta, incorporando-as em suas análises

que ocupam um lugar de autoridade para explicar a existência da prostituição.

Se no início do século XX, predominaram os discursos médicos e policiais que estudavam a prostituição como uma anomalia biológica a ser corrigida e controlada, e a prostituta era vista como um corpo doente, com alguma falha biológica que justificava a sua inclinação para o exercício de uma sexualidade desviante, posteriormente, as abordagens sociológicas buscaram estudar a prostituição enquanto um fenômeno social anômalo em que era necessário detectar suas causas socioeconômicas a fim de eliminá-lo, em que prevalece a imagem da prostituta-vítima, que presta o serviço sexual por falta de outra escolha na vida. Para Margareth Rago (1990), a adoção dessas imagens socialmente construídas sobre a prostituição apagaria sua dimensão positiva enquanto espaço produtor de novas formas de sociabilidade e de expressão do desejo.

Por outro lado, Margareth Rago (1990) ressalta que, mesmo que as representações e os mitos em torno do mundo da prostituição não expressam uma consideração empírica da vida das prostitutas, nota-se a sua influência na realidade concreta, como na forma como elas são reproduzidas e estão presentes nos depoimentos das prostitutas. Até meados da década de 1970, estudiosos sobre a prostituição concordavam que sua relação com as prostitutas era muito escorregadia, pois as mesmas estavam acostumadas a reproduzir um discurso que convergia com a imagem projetada sobre elas, como uma forma de autodefesa. Porém, a autora identifica uma mudança desde então devido à organização política empreendida pela categoria, que buscou discutir a atividade, definir por conta própria seu campo de atuação, sua história e desfazer mitologias tradicionais (MARGARETH RAGO, 1990).

A publicação do livro *A VINDICATION OF THE RIGHTS OF THE WHORE*, em 1989, título que parafraseia e homenageia a primeira obra feminista publicada em 1792, *A VINDICATION OF THE RIGHTS OF WOMEN*, de Mary Wolstonecraft, fornece-nos um bom exemplo desta movimentação autônoma das prostitutas e de seu interesse em definir seu próprio estatuto (MARGARETH RAGO, 1990, p. 14).

Para Adriana Piscitelli (2005), nas últimas décadas, os estudos sobre prostituição produzidos na universidade passaram por revisão dos pressupostos de suas pesquisas e incorporaram novos olhares sobre o assunto graças às ideias disseminadas pelas prostitutas organizadas, que se funda primordialmente no reconhecimento da prostituição como uma profissão legítima que possibilita agência e emancipação da mulher, da prostituta como sujeitas de direitos e, portanto, desloca perspectivas que as consideram como criminosas ou vítimas. Gabriela Leite reflete em sua autobiografia, "Filha, mãe, avó e puta", sua percepção sobre o processo de incorporação das pesquisas acadêmicas do pensamento construído pelas prostitutas organizadas:

Muita gente começou a nos procurar, universidades, sociólogos, intelectuais. Os pesquisadores de prostituição até então viam a prostituta como vítima, e

tudo que eles buscavam era apenas para provar a tese deles. Já havia alguns bons autores, como Magali Engels e Margareth Rago. Com o tempo as pesquisas ficaram mais sofisticadas, e acho que isso se deve a nós, com nossa iniciativa de discutir sobre nós mesmas. Hoje em dia é difícil uma pesquisa sobre prostituição que não nos cite, e tudo começou com esse movimento (GABRIELA LEITE, 2009, p. 149- 150).

Como muitas, Gabriela Leite foi uma puta feminista. Foi grande defensora do reconhecimento da liberdade de escolha da mulher para exercer a prostituição e construir sua autonomia a partir da atividade, entendendo-a como um trabalho de importante função na sociedade relativo ao campo das fantasias sexuais. Gabriela criticava o olhar dominante que justifica a existência da prostituição apenas pelo viés da pobreza e como última opção de sobrevivência da mulher, e traçava relações entre a forma de existência da prostituição e a forma como a sociedade constrói a sexualidade e os papéis de gênero. Acreditava que o domínio de uma sexualidade mal resolvida e cheia de moralismos cristãos na sociedade, na qual “vivemos uma eterna divisão entre a santa, a mãe dos filhos, e “as outras”, as “da vida”” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 15), contribuía para a produção do estigma responsável por isolar a prostituta, aquela que ocuparia o lado transgressor e libertário da prática sexual, e que por isso precisaria incorporar uma dupla identidade e viver uma vida partida entre o pessoal/familiar e o profissional, mantendo na clandestinidade o seu trabalho como forma de se proteger das discriminações e preconceitos, em um ambiente propício para a ocorrência de diversas formas de exploração, retirada de direitos e violência sobre a mesma. Por isso, acima de tudo, Gabriela acreditava na importância das mulheres se afirmarem publicamente enquanto prostitutas e terem voz para lutarem por melhores condições de vida e trabalho. Contudo, as autodenominações públicas de Gabriela Leite como uma puta feminista, ou mesmo sua participação em debates com grupos de feministas, eram marcadas muitas vezes por situações de tensão e conflitos (BERENICE BENTO, 2011; ADRIANA PISCITELLI, 2016; LETÍCIA BARRETO; CLÁUDIA MAYORGA, 2016).

Foi apenas no período de redemocratização que se ampliaram os temas de discussão feminista no Brasil, que tratou de visibilizar assuntos próprios da mulher, como a sexualidade (ALINE TAVARES, 2015a), e, segundo Adriana Piscitelli (2016), Gabriela Leite relata que os primeiros contatos que teve com as feministas, durante a década de 1980, foram positivos, e inicialmente a prostituição gerava um interesse produtivo entre ambos os grupos. Contudo, o quadro foi se alterando a partir da década de 1990, quando o abolicionismo ganhou mais espaço dentro do movimento feminista. Disseminou-se a ideia já construída de que a prostituição, por ser uma relação sexual na qual o consentimento é mediado pelo dinheiro, funcionaria como uma “venda do corpo” pela mulher, e, portanto, uma forma de exploração sexual que a oprime ao torná-la objeto de consumo em prol do prazer masculino. A prostituta seria então a vítima-protótipo do patriarcado que precisa se conscientizar sobre a opressão

que vivencia e sair da prostituição - atividade a ser combatida e abolida - como forma de emancipação. Ou seja, para o setor abolicionista do feminismo, não é possível que uma mulher seja prostituta e feminista, que ela se firme como sujeito dentro da prostituição, nem que a luta do movimento das prostitutas por melhores condições de trabalho seja uma luta feminista (ALINE TAVARES, 2015a; ADRIANA PISCITELLI, 2016).

Emily Denny (2014) problematiza as ações empreendidas por algumas pesquisadoras feministas que tomam para si a tarefa de conscientizar as prostitutas sobre a opressão que vivenciam, e para isso mobilizam um discurso vitimizador baseado na experiência comum de exploração das mulheres pela ordem patriarcal e reformulam as experiências vivenciadas por sujeitas pesquisadas a fim de corresponder e incorporar a teoria "adequada à tarefa de mudar o mundo", considerando as que são contrárias a ele como detentoras de uma "falsa consciência". Essa problemática ganha proporções ainda maiores pelo fato de que a produção científica voltada à prostituição tem sido usada para embasar políticas públicas de controle, vitimização e criminalização da atividade (EMILY DENNY, 2014).

O abolicionismo ganhou espaço no contexto de criação da perspectiva transnacional como novo marco de atuação no feminismo, sobressaindo-se um debate público amplo sobre a inserção da prostituição nos processos globais e seu impacto no aumento de redes internacionais de exploração da mulher relacionadas a fluxos migratórios ilegais, ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e ao turismo sexual que funcionou para potencializar a visão da prostituição como uma forma de exploração, não de trabalho. No Brasil, houve a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) contra a Violência e a Pobreza, que se conectava com um movimento de justiça global e, junto com o interesse do governo brasileiro em pautas como o combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, como forma de se promover internacionalmente, o tráfico de pessoas se tornou um tema de trabalho de importantes coalizões de mulheres brasileiras, o que resultou na crescente disseminação e visibilização de um discurso negativo sobre a prostituição, bem como a adoção de uma posição mais aberta de recusa à escuta das prostitutas ativistas por grupos feministas (ADRIANA PISCITELLI, 2016; ALINE TAVARES, 2015a). "Se antes a igreja era um locus privilegiado do discurso que pretendia abolir a prostituição da sociedade, esse tema ganha destaque dentro de diversos setores e grupos sociais, incluindo as maiores organizações feministas do Brasil, com especial destaque para a MMM" (ALINE TAVARES, 2015a, p. 2).

Devido à sua experiência militante junto a setores progressistas da Igreja Católica, como a Pastoral da Mulher Marginalizada, Gabriela Leite já conhecia bem e criticava o discurso abolicionista de vitimização da prostituta que defende a necessidade de abolir a prostituição como forma de sua recuperação à sociedade, o qual ela logo identificou impregnado no discurso feminista: "a mesma mentalidade preconceituosa nas feministas gera aquela ideia

manjada (que não é marxista, segundo elas...) de que a prostituta “demonstra a grande exploração da mulher pelo homem”. Isto é pequeno em relação à vida, é uma visão estreita” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 87). Segundo Gabriela Leite (1992, p. 116), “assim como no discurso da Teologia da Libertação e outros do gênero, tem sempre o maniqueísmo do explorado e do explorador, opressor e oprimido, mal e bem”, dicotomias insuficientes para a compreensão das complexidades da vida. Gabriela ainda denuncia o processo de silenciamento de grupos de mulheres e prevalência do ponto de vista branco burguês como dominante presente na forma como as feministas abolicionistas lidam com a prostituição e a luta das prostitutas: “Se essas feministas burguesas pensassem com mais sinceridade na relação que elas têm com suas empregadas domésticas, talvez então conseguissem ter uma visão mais objetiva e menos bobinha sobre as relações de trabalho na prostituição e nas atividades femininas em geral” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 170).

Por outro lado, percebem-se também alianças entre feministas e prostitutas nesse período. Adriana Piscitelli (2005) cita produções internacionais importantes ao longo da década de 1990 que exemplificam a aliança formada entre prostitutas e acadêmicas, que enxergavam o potencial do pensamento construído pelas prostitutas para atualizar teorias produzidas no marco do pensamento feminista, como a seção especial do periódico acadêmico estadunidense *Social Text* organizado por Anne McLintock em 1993 e voltado para a discussão sobre a prostituição através de ensaios escritos por acadêmicas e prostitutas; e a publicação da coletânea *Global Sex Workers* no final da década de 1990, organizada por Kamala Kempadoo e Jô Doezema, uma acadêmica e uma prostituta, com foco na análise da inserção da prostituição de países do Sul Global no mercado transnacional em um mundo globalizado, no qual se nota o lugar central do debate da prostituição também para feministas negras, decoloniais e pós-coloniais que têm buscado construir uma articulação feminista transnacional e pós-colonial que informa o ponto de vista particular de mulheres do Sul Global sobre o poder sistêmico do capitalismo global considerando as dinâmicas raciais, de gênero e classe.

Gail Pheterson (1996), pesquisadora e ativista feminista aliada do movimento de prostitutas dos Estados Unidos e da Holanda (JOÃO PENA, 2020), afirma que a prostituição tem sido usada como um instrumento de controle de gênero em pesquisas acadêmicas, funcionando como um prisma, um objeto de projeção do lado de fora de quem vivencia a prostituição, no desvio da atenção e deformação da realidade, de modo que se constroem mais representações simbólicas do que um conjunto real de características das pessoas relacionadas à atividade. Nesse sentido, a autora reconhece a importância das prostitutas organizadas ao lançarem novas perspectivas sobre a temática, inclusive em seu próprio trabalho: “A perspectiva deste trabalho seria inacessível se não fosse a força subversiva do

protótipo de prostituta ou puta que se tornou sujeito histórico” (GAIL PHETERSON, 1996, p. 12-13, tradução nossa).

No Brasil, o ativismo feminista acadêmico tem sido um importante aliado das associações de prostitutas, sendo que o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas, e o Observatório da Prostituição, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, são dois grupos de pesquisa situados em universidades públicas brasileiras que tem produzido alianças importantes com as prostitutas que se expressam em sua forma de conduzir discussões e produzir teorias sobre gênero, sexualidade e prostituição. As aproximações entre acadêmicas e prostitutas organizadas provocou mudanças não apenas na produção de conhecimento dentro das universidades, mobilizando temas como tráfico de mulheres, exploração sexual de adultos e crianças, prostituição nos espaços urbanos, turismo sexual, organização das prostitutas, prostituição e doenças, gênero e sexualidade, como contribuiu para o fortalecimento e amplificação do alcance do próprio movimento de prostitutas e sua expressão no debate público, de modo que a universidade tem sido um espaço possível para o debate sobre a sexualidade da mulher a partir dessa aliança (ADRIANA PISCITELLI, 2005; ALINE TAVARES, 2015a; GABRIEL SOUZA, 2019).

Segundo Aline Tavares (2015a), no ativismo fora da universidade, até 2012 a Marcha Mundial da Mulher era a única organização feminista no Brasil que possuía oficialmente uma posição sobre o tema da prostituição, enquanto no geral as organizações evitavam se posicionar por ser um tema polêmico, o que dá a impressão da predominância do discurso abolicionista nos feminismos, apesar de haver individualmente ativistas feministas que apoiavam a luta pela conquista de direitos das prostitutas. Contudo, desde então, houve o surgimento de pequenos grupos formados por jovens feministas a partir da articulação da Marcha das Vadias que, interessadas na pauta do corpo e da sexualidade da mulher, têm se aproximado do debate da prostituição e das associações de prostitutas a fim de construir alianças a favor da regulamentação da prostituição e do combate ao estigma.

O quadro atual da aliança entre prostitutas ativistas, acadêmicas e feministas tem proposto cada vez mais a apropriação dos espaços dentro do feminismo e a abertura do movimento ao reconhecimento de suas vozes, vivências e demandas, pressionando seus limites ao reivindicarem a si mesmas e à sua luta como feministas. Thaddeus Blanchette e Ana Paula da Silva (2018) identificam a morte de Gabriela Leite, em 2013, como um evento que marca o quadro de renovação de lideranças e reformulação das abordagens teóricas do movimento de prostitutas no Brasil. Seguindo a tendência mundial, as prostitutas militantes passaram cada vez mais a se identificar como feministas e, assim como outros grupos de mulheres, começaram a pressionar os limites do feminismo ao propor uma vertente que posicionasse a luta por direitos das prostitutas nas discussões sobre os direitos das mulheres,

conformando o putafeminismo no Brasil: uma aliança entre prostitutas ativistas, acadêmicas e feministas aliadas com o objetivo de fortalecer o ativismo das prostitutas através do estabelecimento de redes com outros movimentos da classe trabalhadora, feministas, LGBTQIA+ e anti-carcerário, comprometidos com a democracia e a luta contra o neoliberalismo, assim como através da multiplicação de espaços nos quais as prostitutas possam falar por si mesmas, em vez de serem faladas (THADDEUS BLANCHETTE; ANA PAULA DA SILVA, 2018). A análise de Thaddeus e Ana Paula sobre a conformação recente do putafeminismo no Brasil dialoga com a reflexão de Judith Butler (2018) da potência de construir alianças com sujeitos que, apesar de não necessariamente partilharem uma identidade comum, sofrem com a precarização das redes de apoio sociais e econômicas que tornam suas vidas possíveis e estão mais expostos ao dano, à violência e à morte provocados por Estado e sociedade, pois são todos afetados pelas normas civilizatórias estabelecidas na democracia moderna que não reconhecem sua humanidade.

Assim como outros grupos de mulheres, as putafeministas têm estabelecido seu espaço dentro dos feminismos, afirmando a condição plural de um movimento formado por mulheres de diferentes realidades e origens, propondo alianças e construindo argumentos sólidos que desconstruem oposições e gera aproximações e identificações entre prostitutas e demais mulheres e feministas. Nesse processo, nota-se um crescente interesse das mesmas na tarefa de produzir e divulgar escritos e reflexões que usam de suas vivências de forma engajada e política para (re)pensar sobre prostituição, gênero, sexualidade e feminismo, promovendo uma prostituição de saberes (AMARA MOIRA, 2018b), ou uma pedagogia feminista descolonial (ADRIANA PISCITELLI, 2018) a partir de sua condição de *outsider within* (PATRICIA COLLINS, 2016), ou da escolha da margem como espaço de abertura radical (bell hooks, 1989): “é interessante perceber que aos poucos vai se fazendo mais forte a vontade de inventarmos nós mesmas palavras, caminhos, perspectivas que falem sobre aquilo que vivemos ou deixamos deviver” (AMARA MOIRA, 2018b, p. 14). Para Monique Prada (2018, p. 81), esse movimento indica que “são os nossos saberes, os saberes que trazemos sobre papéis sociais, gênero, sexualidade e corpo, que finalmente começam a ter lugar”.

De acordo com Anna Clua (2015), a Internet, em especial as redes sociais, funcionam como novos espaços apropriados pelas prostitutas para criar outras narrativas sobre a prostituição, a partir da narração em primeira pessoa da luta pelos direitos humanos, trabalhistas e sociais, funcionando como espaços alimentados e compartilhados pelas memórias e pelos saberes dessas mulheres. A linguagem usada nesses novos espaços não é mais tão simplificada e estereotipada, e há uma revelação da figura da prostituta como sujeito ativo, com voz própria. Apesar disso, ainda são poucas as que conseguem tê-los publicados em outros espaços que não os das redes sociais e dos blogs pessoais.

Inserido nesse contexto de surgimento do putafeminismo no Brasil, já se percebe no livro de Amara Moira, de 2016, que a autora se posiciona contrária à visão sobre a prostituição de um setor específico do feminismo, que ela chama de conservadorismo radical, radcon, ou “um feminismo que se diz radical”, para quem “é um absurdo alguém defender que mulheres possam vender prazer a um homem, negociar esse prazer, pôr ele um preço. [...] a prostituta será sempre vítima, sempre “explorada” pelo homem perverso vulgo seu cliente” (AMARA MOIRA, 2018a, p. 135). Ao mesmo tempo, Amara entende seu livro como uma contribuição para inaugurar uma nova vertente no feminismo, o putafeminismo, comprometido em “lutar pra que tenhamos plenas condições de escolher o caminho que quisermos, seguir na prostituição sendo um deles[...] Afinal, quem explora quem quando a prostituição é exercida sem risco de violência, sem o peso do estigma, com pagamento justo?” (AMARA MOIRA, 2018a, p. 135-136).

Posteriormente, o livro de Monique Prada, de 2018, consolida o putafeminismo como uma vertente dentro do feminismo (ou dos “feminismos”, como evidencia Monique), situando a divergência com relação à prostituição entre prostitutas feministas e o radfem/feminismo radical/feminismo conservador como um ponto de conflito inserido dentro do movimento feminista, estabelecendo, portanto, o espaço das prostitutas nos feminismos. A partir disso, Monique Prada apresenta ao longo do livro suas principais questões envolvendo a visão sobre a prostituição na perspectiva putafeminista, ao mesmo tempo em que faz uma revisão crítica da noção defendida pelas radfem, argumentando em defesa da luta do movimento de prostitutas como uma luta de todas as mulheres.

Nas primeiras páginas do livro “Putafeminista”, há uma citação da antropóloga argentina Dolores Juliano, na qual afirma que o estigma da prostituição não serve apenas ao controle das prostitutas, nem necessariamente se relaciona com a atividade que elas desempenham em si, mas com o controle de todas as mulheres, que se veem compelidas a incorporarem o modelo socialmente construído da “mulher boa” e se distanciarem da imagem da prostituta, diante dos prejuízos sociais que ela carrega. Acobrar pelo trabalho sexual e ainda exercê-lo fora do domínio do lar, quando supostamente deveria exercê-lo de graça e apenas dentro do matrimônio, junto com os trabalhos reprodutivo e doméstico, a prostituta rompe com as normas de gênero e sexualidade e por isso é perseguida e marginalizada, tornando-se representativa do modelo de “mulher má” (MONIQUE PRADA, 2018).

Para Gail Pheterson (1996), o “estigma de puta”, uma marca social construída a partir da identidade negativa da prostituta, funciona como um instrumento de controle, negação de direitos, punições e restrições discriminatórias que recai sobre todas as mulheres, não apenas as prostitutas, pesando sobre aquelas que transgridam papéis normativos de gênero e sexualidade no geral. Dentro da divisão entre mulheres santas e putas, o “estigma de puta”

informa e reforça quem está em qual lado, justificado como uma forma de "proteção" necessária às mulheres. A prostituta é, por definição, a incorporação desse estigma: alguém que, por exercer uma transgressão sexual, não se espera que conheça ou realize os papéis sociais que a cultura reservou ao gênero feminino, como a vida conjugal, familiar, a maternidade. Porém, outras mulheres também estão expostas ao estigma, por ocuparem determinados espaços da cidade, pela cor da pele, pela performatividade de gênero, pelo comportamento, pelos gestos e vestimentas, pelo tipo físico, etc. (GAIL PHETERSON, 1996).

É a partir da defesa de que “o estigma tem sido uma das estratégias mais eficazes de dominação patriarcal” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 35), isolando e punindo as mulheres que transgredem papéis normativos de gênero - “a Ofensa Mãe, parecer uma puta, ser confundida com uma puta, ser chamada de puta” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 65) -, que Monique se propõe a desconstruir oposições e construir aproximações e identificações entre as prostitutas, e sua luta, com demais mulheres e feministas, realçando a importância da escuta não seletiva das prostitutas a fim de romper com o estereótipo da “puta imaginada” (MONIQUE PRADA, 2018).

Sobre a “puta imaginada”, Monique Prada (2018) reflete sobre como o estigma tem sido usado para deslegitimar as falas de prostitutas ativistas. Espera-se que a prostituta faça relatos se colocando como uma mulher-vítima explorada, que realiza a prostituição como único meio de sobrevivência, que a exerce por falta de escolha. Ou espera-se que a prostituta faça relatos picantes de suas aventuras e fantasias com clientes. A prostituta que assim o faz, que atende às representações dominantes sobre sua identidade, não é questionada. Por outro lado, aquelas que apresentam um outro ponto de vista, que reivindicam um olhar sobre a prostituição como um trabalho digno, que não fantasia sobre a precariedade, ou que apresenta uma visão mais politizada e reflexiva, sobre seu trabalho; ou seja, que não assume a identidade socialmente construída para sua profissão, tem sua fala desqualificada. Grada Kilomba (2019) também levanta a problemática, em sua tese sobre o racismo cotidiano, de que os grupos silenciados costumam ser ouvidos apenas quando seu discurso soa confortável para o grupo dominante, caso contrário, ele é interpretado como se não fosse uma versão imperativa e suficiente da realidade para ser dita nem tampouco ouvida.

Eu não sei que putas são essas, que putas temos sido nós, que ousamos tanto. Mas uma coisa eu sei: essas não são as putas que a sociedade quer ouvir. Ou ler, no caso. São putas que não combinam com o que o imaginário popular criou: mulheres miseráveis que fazem qualquer coisa por um prato de comida e que não tiveram nenhuma outra oportunidade na vida a não ser realizar os desejos sexuais bizarros de homens maus e perversos. A sociedade quer que fiquemos no lugar que ela nos reservou, o único espaço possível para mulheres como nós: o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência (MONIQUE PRADA, 2018, p. 35).

Consciente de como o debate público recente tem associado termos como tráfico de pessoas e exploração sexual com a prostituição, Monique constrói um marco conceitual para definir a prostituição, apontando para a necessidade de estabelecer limites e diferenças entre a mesma e as demais terminologias referentes a tipificações de crimes: “De modo reto e descomplicado, podemos dizer que prostituição consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional. É basicamente uma prestação de serviço” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 49). Ao afirmar que nenhum trabalho exercido em nossa sociedade pode ser considerado de fato empoderador e emancipatório, Monique situa a prostituição no rol dos trabalhos precários que, junto com o casamento, têm sido das poucas opções na ordem capitalista patriarcal para que mulheres, muitas vezes chefes de família, de baixa escolaridade e classe social, construam sua independência financeira e autonomia, e assim assumam a posição de mantenedoras de suas famílias e de gestoras de seus bens. Por isso, mesmo dentro de uma pequena margem de escolha dentre os trabalhos informais ou as escassas alternativas oferecidas pelo mercado formal, mulheres pobres têm optado pela prostituição. “A prostituição [...] tem sido um trabalho possível para um número imenso de pessoas no lugar de onde venho e em muitos por onde passei. A maioria são mulheres (cisgêneras, transgêneras, travestis) pobres que buscam alternativas para sobreviver, sustentar sua família, ter vidas um pouco menos precárias e alcançar alguma mobilidade social” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 59).

Numa sociedade em que a mulher branca recebe cerca de 30% menos que um homem branco pelo mesmo trabalho – a disparidade entre os salários de um homem branco e de uma mulher negra para a mesma atividade é ainda maior⁷ -, sem esquecer da dificuldade de inserção e de ascensão das mulheres no mercado de trabalho formal, o trabalho sexual costuma ser, entre os trabalhos informais, aquele que melhor remunera as mulheres, mesmo as que têm pouco estudo ou qualificação. Esse é um dos motivos pelos quais muitas de nós ainda o exercemos, apesar dos riscos e preconceitos (MONIQUE PRADA, 2018, p. 60).

Apesar disso, a prostituição no geral não tem sido enxergada como uma atividade legítima capaz de assegurar a autonomia de muitas mulheres:

O empoderamento financeiro das mulheres é muito valorizado e incentivado pelo movimento feminista como um caminho para termos autonomia e domínio real sobre nossas vidas. [...] No entanto, quando se percebe que muitas mulheres assumem a posição de mantenedoras de suas famílias e de gestoras de seus bens por meio do trabalho sexual, todo esse discurso parece cair por terra. Aparentemente, o dinheiro ganho com o trabalho sexual é um dinheiro que não empodera, ainda que tenha exatamente o mesmo poder de compra que o dinheiro recebido pelo exercício de qualquer outra atividade (MONIQUE PRADA, 2018, p. 64).

No caso da mulher trans ou travesti, o processo de marginalização social está

⁷ De acordo com o levantamento do PNAD/IBGE, em 2015, o rendimento médio mensal de trabalhadoras negras foi cerca de 40% do valor de trabalhadores brancos (HELENE, 2019b).

usualmente relacionado com eventos como “perder família, amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta⁸” (AMARA MOIRA, 2018a, p. 33). Diferente da mulher cis que consegue levar uma “vida partida” e escondera profissão que exerce como forma de proteção contra o estigma, a mulher trans carregou estigma de puta como uma “tatuagem na testa” (AMARA MOIRA, 2018a) até mesmo quando não exerce a prostituição. Tendo iniciado sua transição durante o doutorado, Amara relata em seu livro que percebeu que não poderia seguir com a ideia de ser professora por ter assumido a identidade travesti, e ao mesmo tempo a prostituição aparecia como o lugar no qual ela encontrava suas pares e se sentia de fato pertencente, à medida que os demais espaços pareciam cada vez mais hostis à sua presença, sendo esse um dos motivos para ela ligar o “foda-se” e se prostituir, em vez de ficar apenas no “e se eu fosse puta” (AMARA MOIRA, 2018a).

Mesmo que reconheça a possibilidade de agência da mulher de negociar as práticas sexuais pagas com homens, e assim estabelecer relações de trabalho e não de exploração com os mesmos, Monique Prada (2018) rechaça a ideia da prostituição como uma atividade inerentemente feminista através do qual a mulher exerce livremente sua sexualidade, um entendimento mais próximo do discurso de Gabriela Leite (1992; 2009). Para Monique, assim como nas outras relações de trabalho, e até mesmo nas relações amorosas, o machismo e a misoginia também estão presentes na prostituição, cuja condição clandestina tende a reforçar a dimensão da violência praticada contra as mulheres.

Os escritos de Amara Moira sobre os programas e seus clientes, a quem ela costuma chamar de “lixos”, expõem essa dimensão da violência machista e transfóbica à qual as prostitutas estão expostas na prostituição, que se mistura também com experiências de prazer, de liberdade e de desejo, construindo um quadro complexo das relações estabelecidas na profissão, o que “fez gente ler indecência onde havia não mais que realismo vulgar, do mais pé-no-chão mesmo, coisa a que não anda tão acostumada a família tradicional brasileira” (AMARA MOIRA, 2018a, p. 107). Identificar e combater as violências de gênero relativas à prostituição é entendido pelas putafeministas como um passo necessário para superar essa que Monique denomina como a última fronteira do feminismo (MONIQUE PRADA, 2018).

Contudo, Monique Prada ressalta que o feminismo costuma chegar nos prostíbulos como um movimento que quer tirar a renda da prostituta. Ela critica as políticas defendidas pelo setor abolicionista do feminismo, que tem contribuído para erradicar a possibilidade de

⁸ Segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), de 2019, apenas 4% das travestis e transexuais associadas possuem empregos formais com fluxo de carreira, sendo que 90% se dedica à prostituição para obter alguma fonte de renda, e as outras 6% se sustentam através de demais formas de trabalhos informais (BENEVIDES; BONFIM, 2020).

trabalho de milhares de mulheres, empurrando tantas outras para a clandestinidade ou o cárcere. Políticas que, pelo efeito e reforço do estigma de puta, tem a capacidade de atingir a todas as mulheres. Por outro lado, a autora enfatiza que a luta que o movimento de prostitutas tem construído, a partir da organização política de mulheres trabalhadoras que reivindicam acesso a direitos e o combate do estigma como forma de conquistar melhores condições de vida, precisa ser encarada como uma luta que interessa a todas as mulheres e compor junto das pautas feministas: “Lutar por políticas públicas que garantam às mulheres mais e melhores opções de vida, lutar por equidade salarial entre homens e mulheres e lutar pelos direitos das trabalhadoras sexuais não são, não podem ser, excludentes” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 68).

Diante da constatação de que o estigma de puta atinge todas as mulheres e não informa apenas uma situação específica vivenciada pelas prostitutas no exercício de seu trabalho, assim como pela relutância e pelo incômodo das feministas abolicionistas em reconhecer a prostituição como um trabalho, Monique Prada defende o uso do termo “trabalhadora sexual” para se referir a si mesma e a suas colegas de trabalho, pensado não em sua forma moralizadora e higienista de quem pretende uma maior aceitação social e que Gabriela Leite tanto criticava, mas como uma forma politizada de reconhecer e reforçar a mensagem de que trabalho sexual é um trabalho legítimo, de enfrentamento ao discurso feminista abolicionista e de disputa pelo reconhecimento da legitimidade de sua atividade como trabalho:

Eu, embora não tenha nenhum problema moral em me identificar como prostituta, prefiro hoje usar a expressão trabalhadora sexual para definir a atividade que exercemos. Considero seu uso importante politicamente, para deixar bem marcada a afirmação de que trabalho sexual é trabalho. Também levo em conta o fato de essa definição poder englobar uma gama enorme de atividades: a prostituta, a stripper, a cam girl, a dominadora profissional, a atriz pornô, a assistente sexual (MONIQUE PRADA, 2017, p. 55).

O contexto de pandemia do novo coronavírus evidencia e acirra ainda mais a necessidade de reconhecimento da prostituição como trabalho legítimo como garantia de direitos e vida digna às mulheres. As políticas neoliberais de austeridade e precarização do trabalho, junto com as de esvaziamento e privatização dos sistemas de saúde públicos, tem empurrado cada vez mais grande parcela da população mundial, que carregam determinados marcadores sociais de raça, classe, identidade de gênero e orientação sexual, para condições cada vez mais vulneráveis de vida, reforçando níveis de desigualdade que se tornaram ainda mais evidentes com o espalhamento do vírus. A pandemia ainda tem criado condições favoráveis para que as forças anti-gênero reforcem os papéis tradicionais de gênero e a rejeição do feminismo e da diversidade sexual, atuando no sentido da repressão da prostituição (DIANA HELENE, 2020; JUDITH BUTLER, 2020; DAVID HARVEY, 2020). Esses fatores demonstram tanto que o acirramento das condições de vulnerabilidade da vida das mulheres pode resultar numa maior inserção das mesmas na profissão, quanto que o contexto

aumentou o risco de situações de violência e violação das prostitutas. Por isso, Elisiane Pasini defende ainda mais a importância das alianças construídas em torno do putafeminismo nesse contexto: “Precisamos nos articular com o putafeminismo na luta para que a atividade da prostituição seja realizada com dignidade, segurança, prevenção e respeito” (ELISIANE PASINI, 2020, s/p).

Partindo do reconhecimento da contribuição das práticas e dos discursos das prostitutas organizadas para o avanço da produção de conhecimento e da luta das mulheres através da construção de novos olhares, a seguir, discute-se como a luta das prostitutas se relaciona mais especificamente com o enfrentamento a processos de segregação e exclusão sofridos pelas mulheres nas cidades e impulsionados pelo planejamento urbano, e se conecta com a luta de outros grupos de mulheres, moradoras de favelas e ocupações urbanas, que também não estão necessariamente inseridas nos espaços feministas consagrados, mas têm contribuído com o combate às desigualdades sociais e urbanas, e na construção de outras cidades possíveis.

2.2. URBANISMO MODERNO E OS LUGARES DAS MULHERES NA CIDADE

No primeiro tomo de *História da Sexualidade*, Michel Foucault (1988) realiza análise da mudança do discurso sobre o sexo na modernidade a partir da qual argumenta que as transformações sociais e políticas do século XVIII estariam interligadas a um deslocamento na forma do exercício de poder e controle estatal. Na origem do Estado moderno europeu, predominou um tipo de poder “jurídico-discursivo”, representativo do regime soberano no qual houve a centralização do poder na figura do rei, que se configurou através de um mecanismo legal que impõe, por meio da proibição da lei, o espaço do permitido para os indivíduos que firmam o pacto com o Estado, abdicando de seus direitos naturais em favor do rei. É, portanto, um tipo de poder que funciona a partir de mecanismos negativos, repressivos, de proibição. Contudo, Foucault identifica como insuficiente pensar a relação entre poder e sexo na modernidade apenas a partir da repressão e da proibição pela lei. Foucault observa que, se até o século XVIII o discurso sobre o sexo produzido pela lei e pela Igreja se centravam nas relações matrimoniais, nos parentescos e na hereditariedade de bens, havendo a constrição e silenciamento de outras práticas, a partir de então a sociedade burguesa passa a ser mais interrogada sobre seu sexo e aqueles que escapavam à sexualidade conjugal foram requisitados a confessarem suas práticas.

No século XVIII, passou-se a compreender o sexo tanto pelas práticas consideradas normais, da família burguesa, patriarcal, monogâmica e procriadora, como por outras formas de sexualidade, que eram enxergadas como uma ameaça à estabilidade da aliança

matrimonial e da instituição família. Não como uma ameaça externa, mas como uma parte defeituosa constituinte da estrutura social, como um desvio da norma, uma anormalidade. Por isso, o sexo precisaria ser estudado, esquadrihado pelas autoridades científicas com vistas a corrigir, normalizar, neutralizar o perigo que desestabiliza a estrutura familiar e, conseqüentemente, a estrutura política e econômica da sociedade, posto que a família necessitava ser resguardada a fim de garantir um futuro próspero para a nação através da geração de uma prole saudável. Assim, a forma como cada indivíduo exercia a sua sexualidade influenciava na formação das famílias conformadas dentro dos padrões estabelecidos, e por isso era preciso romper com o silêncio em torno das práticas sexuais e enuncia-las, estudá-las, para então corrigi-las. Ou seja, o discurso sobre o sexo se realiza de modo que a circunscrição da sexualidade considerada normal se constitui a partir da delimitação, condenação e patologização das sexualidades que escapam ao modelo normal (MICHEL FOUCAULT, 1988).

Para Foucault, essa mudança com relação ao discurso sobre o sexo sugere a emergência e predominância de um tipo de poder “estratégico-produtivo” que substituiria a operacionalização do poder soberano, atuando por meio de processos de normalização dos corpos e das populações com vistas à majoração das vidas. O poder do Estado soberano se desenvolve para uma nova forma de poder denominada de biopolítica, que atua na gestão da vida através dos mecanismos disciplinar e de segurança. Segundo Michel Foucault (2008), o mecanismo disciplinar se preocupa com uma positividade produtiva da vida, em âmbitos econômicos e políticos, conduzida pela norma que adentra e governa o corpo em um sistema de regulação em que o que é determinado é o que se deve fazer, obrigatório. Dispositivos de vigilância e correção dos indivíduos são instaurados, por vias institucionais, através de técnicas de poder, como procedimentos de distribuição espacial e organização de um campo de visibilidade dos corpos, assim como técnicas para aumentar sua força útil.

Junto a ele, o mecanismo de segurança busca normalizar a conduta da massa da população, entendida como espécie de características biológicas e patológicas específicas, através do estabelecimento de marcos aceitáveis para fenômenos como taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, entre outros. O sistema de regulação atua nas circulações e considera a liberdade de movimento, tanto das pessoas quanto dos objetos, em uma sequência de acontecimentos temporais e aleatórios, administrando-os para atingir eficiência, mas consciente de que haverá um risco que nunca será eliminado (MICHEL FOUCAULT, 2008).

A complexa tecnologia política de esquadrihamento, controle e correção em torno do sexo, que Foucault denomina de dispositivo de sexualidade, estaria posicionada como foco na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu a biopolítica, a disciplina

do corpo e da regulação das populações, funcionando a favor da maximização da vida e da autoafirmação da classe burguesa, ao delimitar a sexualidadesadia e corrigir as anomalias a fim de expandir a vitalidade, ao mesmo tempo que foi importada e utilizada como instrumento de controle e regulação da classe proletária, reafirmando sua hegemonia frente a essa classe (MICHEL FOUCAULT, 1988).

Apesar de não ter se dedicado diretamente ao estudo do espaço urbano, o trabalho de Michel Foucault tem influenciado estudiosos da área pois diz respeito a práticas e estratégias de controle do Estado que têm seus desdobramentos nos territórios (SARAHFELDMAN, 1989), de modo que se pode dizer que o soberano da cidade murada se tornou o construtor do espaço disciplinado e regulador dos fluxos e circulações. Em *Vigiar e punir*, Foucault explora o reflexo da tecnologia de controle disciplinar na configuração física dos espaços institucionais, como prisões, hospitais e escolas. Nos moldes de arquiteturas disciplinares, como o modelo panóptico de Bentham, essas instituições organizam os corpos espacialmente de modo fixo, individual e dentro de um campo de visibilidade e de vigilância constantes que atuam eficazmente na mudança positiva do comportamento humano, a fim de efetivar tanto os processos de correção daqueles considerados “anormais” quanto de intensificar a produtividade dos ditos “normais”, sejam eles prisioneiros, estudantes, operários, doentes, prostitutas, loucos, etc, produzindo corpo dóceis, obedientes e úteis. Extrapolando os limites dos territórios fechados, Foucault ainda destaca o sistema policial, que organizado enquanto aparelho de Estado atua como controle na escala de uma sociedade, disciplinando espaços não disciplinares (MICHEL FOUCAULT, 1987).

Já em “*Calibã e a bruxa*”, Silvia Federici (2017) se volta para os eventos de caça às bruxas e da colonização das Américas a fim de repensar o contexto de “transição” do feudalismo para o capitalismo a partir de um ponto de vista feminista que ateste que a sociedade capitalista se constrói interligada com o racismo e o sexismo, utilizando o foco de estudo nas mulheres como possibilidade para analisar uma forma particular de exploração que abre perspectiva para reconsiderar a história das relações capitalistas. Para isso, Silvia considera dois eixos de estudos fundamentais para a compreensão da gênese do capitalismo e da instauração da moderna sociedade patriarcal, que são o processo de acumulação primitiva e o disciplinamento de corpos, e se propõe a realizar revisões críticas dos trabalhos de dois expoentes desses eixos estudos, que são os marcos de referência da autora, Karl Marx e Michel Foucault.

O estudo de Federici sobre o caça às bruxas traz novas reformulações em torno do pensamento de Foucault sobre a história da sexualidade. Em primeiro lugar, Silvia Federici (2017) aponta que, desde o início do movimento de mulheres, as ativistas e teóricas feministas têm utilizado o corpo como uma chave para compreender a consolidação do poder patriarcal

e a construção da identidade social da mulher, sendo expressivos os estudos produzidos desde os anos 1970 sobre temas como a sexualidade, a função reprodutiva das mulheres e os padrões de beleza em torno do discurso sobre o corpo. Apesar disso, predominaria entre os acadêmicos a percepção de que seu descobrimento estaria atrelado ao discurso de Michel Foucault sobre a sexualidade.

Sobre as reflexões do intelectual francês, Silvia Federici (2017) realça que, ao ter concentrado sua análise sobre o disciplinamento dos corpos na confissão pastoral, Michel Foucault promove o apagamento das particularidades do fenômeno para as mulheres, construindo o ponto de vista de um sujeito universal, abstrato, assexuado em sua análise. Os efeitos dessa omissão estariam no fato de que, se o autor argumenta que as relações de poder ocorreriam predominantemente por meios normalizadores e produtivos da vida nesse período, e não repressivos como se observava no regime soberano, no caso das mulheres, percebe-se que o disciplinamento de seus corpos englobou um processo repressivo violento engendrado pelo poder estatal, sendo que a presença de regimes repressivos na modernidade se faz notar a partir do enfoque na caça às bruxas.

Segundo Silvia Federici (2017), a formação da sociedade capitalista envolveu a destruição das mulheres relacionadas com práticas, relações coletivas e sistemas de conhecimento considerados subversivos e ameaçadores à nova ordem social pretendida, como as mulheres que detinham saberes relacionados ao controle reprodutivo, métodos naturais contraceptivos e abortivos. Essas mulheres foram associadas à figura maligna da “bruxa” - “um símbolo vivo do “mundo ao contrário”, uma imagem recorrente na literatura da Idade Média, vinculada a aspirações milenares de subversão da ordem social” (SILVIA FEDERICI, 2017, p. 319), e, nos mais de dois séculos de caça às bruxas, elas sofreram perseguição, punição e mortes, o que possibilitou minar o poder e instaurar o disciplinamento e o controle dos corpos das mulheres, e sua submissão à nova ordem patriarcal e ao modelo de feminilidade posteriormente imposto: “foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade” (SILVIA FEDERICI, 2017, p. 334).

Para Silvia Federici (2017), o que se observa no contexto de caça às bruxas é a tortura, a violência e a morte sendo utilizadas a serviço da vida, ou seja, a destruição das formas de resistências das mulheres, de seu domínio sobre a sexualidade, seu controle sobre a reprodução e sua capacidade de curar, ocorria em prol da construção de um modelo de feminilidade que disciplina o corpo das mulheres. Federici demonstra que a punição das mulheres ocorria junto à produção de estudos sobre o corpo e sua capacidade produtiva que expunham a necessidade do disciplinamento da mulher a fim de incorporar um novo padrão de feminilidade, integrando o que Foucault teria separado em seu discurso sobre a

sexualidade, a repressão e a gestão da sexualidade e do corpo da mulher. Ainda, para a autora, os motivos que levaram à ocorrência da repressão estatal visando controle e disciplinamento do corpo das mulheres estariam ligados ao seu funcionamento a serviço da reprodução da força de trabalho humano necessária para o desenvolvimento capitalista, entendendo que o objetivo da sociedade capitalista é transformar a vida em capacidade para trabalhar.

Essa reflexão se relaciona com o outro eixo de estudo priorizado por Silvia Federici (2017) para compreender a gênese do capitalismo sob a perspectiva feminista: a acumulação primitiva do capital. Federici propõe uma análise sobre o processo de acumulação primitiva do capital que coloca no centro da análise a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII a fim de visibilizar o ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho, visibilizando fenômenos que estão ausentes na leitura clássica de Karl Marx, como o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, a construção de uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens, e o disciplinamento do corpo das mulheres em uma máquina de produção de novos trabalhadores.

Enquanto Marx analisou como o processo de cercamento e privatização das terras comunais estava ligado à forma de exploração do trabalhador assalariado no capitalismo, que perdeu seus meios de produção para compor a força de trabalho produtivo, Federici expõe nesse processo a estruturação de uma nova divisão sexual do trabalho que separa as esferas de produção e reprodução, na qual as mulheres seriam excluídas dos trabalhos produtivos remunerados e haveria a naturalização das tarefas domésticas, reprodutivas e sexuais, essenciais para a expansão da força de trabalho humano a serviço do regime capitalista, como seu dever social, uma vocação natural que por isso não seria paga, desvinculando-as da condição de trabalhadoras. Esse processo resultou na desvalorização da posição social das mulheres, posto que estariam impossibilitadas de acessar condições materiais, fosse por bens ou assalariamento, o que levou a uma feminilização da pobreza e sua subordinação ao homem para suprir suas necessidades básicas.

Com a privatização das terras comunais, o corpo da mulher as substituiu como o bem comum a ser acessado e controlado pelos homens, ao se estabelecer como o meio de reprodução mais básico da classe trabalhadora, exercendo aqueles trabalhos considerados como recurso natural, localizados fora da esfera produtiva. Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Isto é, para Silvia Federici (2017), o disciplinamento do corpo da mulher é um processo necessário na sociedade capitalista não apenas para desempenhar a

força de trabalho, mas para a reprodução dessa força de trabalho através da procriação e do cuidado despendido para a produção de novos trabalhadores.

Baseada na análise de Silvia Federici (2017) sobre a divisão sexual do trabalho e a mudança na posição social da mulher durante a formação do capitalismo, Diana Helene (2019b) afirma que, na formação das cidades capitalistas, se conformou uma organização urbana generificada em que o processo de industrialização estruturou no espaço urbano a separação funcional entre as zonas de produção, consumo e reprodução, de modo que a divisão hierárquica dos trabalhos produtivos e reprodutivos entre homens e mulheres se refletiu espacialmente.

O trabalho reprodutivo permaneceu no espaço da moradia, núcleo individualizado onde se estruturou a vida doméstica em torno da família nuclear burguesa, e sua realização pela mulher estaria condicionada ao controle pelo patriarca, que possuiria seu poder sobre os demais membros legitimado e preservado da interferência do Estado devido à privacidade garantida ao mesmo pelo ambiente do lar. Já o trabalho produtivo foi deslocado do local de moradia e tomou o âmbito público, de modo que a fruição das atividades produtivas ocuparia a dimensão central na cidade e se tornaria prioridade no processo de urbanização e planejamento urbano capitalista, desconsiderando necessidades, experiências e usos do espaço daquelas pessoas responsáveis pelo trabalho de reprodução da vida, igualmente importante para a produção capitalista e o funcionamento das cidades, porém invisibilizado posto que circunscrito ao âmbito privado (DIANA HELENE, 2019b).

O novo papel social da mulher, redefinido em torno da família nuclear burguesa, se consolidou junto com um novo modelo de feminilidade que reafirmava sua submissão à nova ordem estabelecida e a distanciava da condição de trabalhadora, estabelecendo-se como esposa, mãe, dona de casa, “passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (SILVIA FEDERICI, 2017, p. 205), aquela que desempenhava os trabalhos domésticos, reprodutivos e sexuais gratuitamente, em nome da família. Como contraponto, dentre as várias representações associadas à “bruxa”, interessa ressaltar a da mulher libertina e promíscua, que praticava a sexualidade fora dos vínculos do casamento ou como forma não procriativa: “Qualquer homem podia, agora, destruir uma mulher simplesmente declarando que ela era uma prostituta ou dizendo publicamente que ela havia cedido a seus desejos sexuais” (SILVIA FEDERICI, 2017, p. 197).

É significativa a relação que o caça às bruxas estabeleceu entre a “prostituta” e a “bruxa”, não apenas por aquela exercer uma sexualidade “fora da ordem”, mas por obter dinheiro através disso. A prostituição se sobressaiu como uma alternativa ao casamento como solução econômica e meio de sobrevivência das mulheres, diante do quadro de

empobrecimento, após sua exclusão dos outros trabalhos assalariados, a desvalorização do trabalho reprodutivo e a privatização das terras. Se o contrato do casamento previa que a mulher deveria vender o sexo para o homem em troca de subsistência, como parte de seu dever enquanto esposa, um número massivo de mulheres optou por vender o sexo para vários homens, ganhando a vida através da prostituição (SILVIA FEDERICI, 2017).

Segundo Silvia Federici (2017), o resultado desse processo foi a desvalorização e a criminalização da prostituição durante a reorganização capitalista do trabalho sexual, demodo que “a prostituta morreu como sujeito legal somente depois de ter morrido mil vezes na fogueira como bruxa” (SILVIA FEDERICI, 2017, p. 355). Ou, como coloca Diana Helene (2019a, p. 192), “podemos observar que, a estigmatização dessa atividade [a prostituição] como a ocupação “mais degradante” de uma mulher foi forjadaa ferro e a fogo por meio da demonização e da violência trazida da caça às bruxas”. Assim, Silvia Federici (2017) aproxima a criminalização da prostituição da tentativa de expulsão das mulheres do espaço de trabalho produtivo, e relaciona ambas com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a reprodução da força de trabalho produtivo.

Em seu estudo sobre a prostituição na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1930, Margareth Rago (1990) sugere que o interesse que a prostituição suscitava em diversos setores da sociedade desde meados do século XIX estava mais ligado à preocupação com a moralidade pública e com a condição da mulher na cidade moderna do que com a vida das prostitutas propriamente dita. A prostituição foi foco de estudos com o propósito específico de “garantir a ordem na desordem das paixões” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 8), tendo em vista os valores morais que regem a sociedade e os padrões de comportamento definidos para homens e mulheres: a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina. E, nesse processo, a prostituição foi construída como um poderoso fantasma no imaginário social, assumindo importante papel no contexto de transformações urbanas devido ao processo de industrialização de São Paulo, que trouxe redefinições da identidade da mulher branca burguesa (MARGARETH RAGO, 1990).

A urbanização e o crescimento da cidade de São Paulo na virada para o século XX foi acompanhada de uma configuração burguesa da vida pública, com a incorporação de novos hábitos e códigos de sociabilidade devido ao crescimento do comércio e da indústria na cidade, na qual houve uma maior presença da mulher branca burguesa nos espaços públicos, nos novos espaços de sociabilidade e centros comerciais que expressavam o modo de vida moderno, sendo que até então ela possuía pouca relação com o espaço da rua, mantendo-se no interior da casa. Contudo, se por um lado havia o incentivo da circulação da mulher nos espaços públicos, por outro, havia a preocupação de que as mesmas se conscientizassem de que sua natureza primeira deveria ser a maternidade. Enquanto o homem sempre foi

percebido como trabalhador, ou produtor, no espaço público, a mulher branca burguesa passou a frequentá-lo na condição de esposa e mãe consumidora, para realizar atividades condicionadas à organização do lar e ao desempenho da maternidade, de modo a ainda legitimar a capacidade produtiva atribuída essencialmente aos homens (MARGARETH RAGO, 1990).

Margareth Rago (1990) demonstra que a apropriação dos espaços públicos também se relacionou com a pressão das próprias mulheres burguesas para conquistar o direito de ingresso na esfera pública, influenciadas pelos discursos feministas importados da Europa naquele período. Contudo, a luta pela emancipação das feministas burguesas da época pautava-se na defesa da integração e maior participação da mulher nos espaços da vida social para além da casa, estudando, trabalhando, votando, dirigindo, sob a justificativa de melhorar o seu desempenho na vida familiar, melhorando o seu papel social enquanto mãe, sem o propósito de romper com sua associação ao modelo da dona de casa.

Nesse processo, Margareth Rago (1990) conclui que a crescente circulação de mulheres brancas burguesas nos espaços públicos esteve interligada com a redefinição das identidades femininas de modo a criar demarcações das mesmas em relação às demais mulheres que circulavam pelas ruas, o que foi possível através da construção do conceito moderno de prostituição como um poderoso fantasma no imaginário social, no qual a prostituta, enquanto figura pública da modernidade, foi estrategicamente redefinida como parâmetro de limite para o comportamento das mulheres brancas burguesas. “Nesse complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 54).

O fantasma da prostituição foi construído no século XIX por referências médico-policiais que diante das transformações urbanas expressavam “uma forte obsessão em proteger a moralidade das jovens e em restringir a circulação das mulheres pelas ruas e praças” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 165). Discursos científicos produzidos por médicos pautados no tema da higiene pública ganharam destaque no século XIX, no qual o que se percebe é o uso da ideia de higiene como uma analogia para exprimir uma nova ordem social burguesa (MARY DOUGLAS, 1966), estabelecendo através da abordagem biologizante os novos papéis e hierarquias sociais. Em nome da majoração da saúde da população, os estudos médicos foram empreendidos a fim de se compreender aspectos da patologia e degeneração biológica, e com isso estabelecer mudanças de padrões sociais e de comportamento do corpo individual e coletivo.

Argumentos biológicos foram utilizados para justificar uma suposta inferioridade física e mental da mulher, sendo a sexualidade um componente importante nesse processo. A

sexualidade da mulher considerada sadia estava diretamente vinculada à função procriadora e maternal, enquanto a sexualidade sadia masculina seria naturalmente mais exigente e agressiva. A heterossexualidade aparece como a expressão de sexualidade sadia, justificada por uma suposta ideia de complementariedade natural entre o homem e a mulher, biologicamente informados pelo órgão sexual. E ela deveria ser praticada dentro de uma relação monogâmica oficializada através do casamento e da organização de um núcleo familiar patriarcal, com propósitos reprodutivos. Nela, à mulher, mãe e esposa, caberia o desenvolvimento físico-moral dos filhos, futuros cidadãos saudáveis de uma pátria ainda por construir, assim como o controle moral da família de modo geral (MARGARETH RAGO, 1990).

A redefinição das posições do masculino e feminino na sociedade, e da consolidação da figura da dona de casa em tempo integral, no século XIX, estava relacionada, portanto, com a legitimação de um discurso científico que assume as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre corpos como determinantes naturais dos comportamentos sexuais, da identidade de gênero, e conseqüentemente da posição social dos sujeitos, estabelecendo a heterossexualidade e a cisgeneridade como norma: “Fundamentalmente, a teoria da diferença biológica dos sexos foi utilizada de maneira extremamente conservadora para justificar tanto a opressão machista sobre a mulher, quanto sua exclusão do campo da vida pública, num momento em que estava em jogo o debate sobre os direitos de cidadania na sociedade” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 249).

A prostituta foi “diagnosticada” nesse período como uma expressão degenerada do corpo da mulher, uma “mulher anormal” de debilidade psíquica e constituição orgânica deficitária, “focalizada a partir dos temas da doença, da degenerescência da raça, da loucura e animalidade das mulheres das “classes perigosas” através da construção de tipos psicofisiológicos extremamente fixo, determinados pela própria estrutura óssea” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 250-251). O combate às doenças venéreas, como a sífilis, justificou os estudos minuciosos de médicos sobre o corpo da prostituta, seus espaços e vida cotidiana. Sua prática sexual era entendida como causa para a proliferação de doenças degenerativas e para a esterilidade das mulheres praticantes, uma leitura médica que buscava criar uma imagem da prostituta distanciada da vivenciada maternidade, que requereria condições físicas e morais saudáveis da mulher. “Só assim, afinal, a prostituta pôde ser transformada em fantasma, espectro da morte” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 251).

Os discursos moralizantes sobre a prostituição produzidos pelos estudos realizados por médicos higienistas embasavam as políticas de controle e disciplinamento das prostitutas nas cidades, implementadas pela polícia envolvida com a moralização dos costumes. Desde regular a presença e o comportamento das prostitutas nas ruas, o horário, o local, a forma de gesticular e abordar os clientes, a aparência e a vestimenta, até pensar mais explicitamente

sobre os locais onde se estabeleciam as casas de prostituição, configurando uma territorialidade geográfica do prazer, a polícia atuava diretamente sobre os corpos e espaços das mulheres, sendo visível que o alvo de atuação era a prostituição pobre, eventualmente se estendendo para os bairros populares da cidade (MARGARETH RAGO, 1990).

A partir do esquadramento do corpo da prostituta, Margareth Rago (1990) identificava na cidade de São Paulo do início do século XX que “a mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica, da prostituta, “mulher pública”” (MARGARETH RAGO, 1990, p. 52-53). A polarização entre a “prostituta” e a “mulher de família” funcionou como uma forma de organização e controle do comportamento das mulheres no espaço público, estipulando os limites simbólicos do padrão respeitável de mulher, que expressava os modos branco burgueses e europeus, e não apenas as aquelas que trabalhavam na prostituição, mas outras que têm historicamente utilizado a rua como espaço de trabalho, como vendedoras e lavadeiras, eram enquadradas nesse contra modelo. Além do disciplinamento do gestual e comportamental, a construção da prostituta como um contra modelo da mulher ideal sedesdobrou na segregação da prostituição em determinados espaços bem delimitados da cidade, conformando uma geografia do prazer (MARGARETH RAGO, 1990) de modo a separar as prostitutas dos espaços onde circulavam e moravam as “mulheres de família”.

Margareth Rago (1990) menciona o estudo do historiador francês Alain Corbin, de 1978, como o responsável por influenciar a produção dos inúmeros trabalhos historiográficos sobre a prostituição posteriores à sua obra que analisam os discursos e as ações de controle e disciplinamento da prostituição em diversas cidades brasileiras e no mundo no período de final do século XIX e início do século XX. Alain registra a investida de médicos higienistas e chefes de polícia na produção de saberes científicos e práticas disciplinadoras sobre a prostituição na França do início do século XIX que resultam na criação do sistema regulamentarista de controle da atividade pelo Estado, sendo que o regulamentarismo francês tem sido um exemplo paradigmático de como as sexualidades têm sido ordenadas e reguladas nas cidades.

A política pública voltada para a prostituição que ficou conhecida como Regulamentarismo Francês foi inspirada no tratado sobre prostituição, moral e higiene do médico higienista francês Parent-DuChâtelet, publicado no ano de 1836. Diana Helene (2019a), durante estágio doutoral na França, realizou análise dos manuscritos originais dos tratados de Parent-DuChâtelet e suas várias edições, e afirma que um de seus objetivos, assim como outros médicos da época, era a construção e caracterização detalhada de uma definição da prostituta, através da descrição de comportamentos, costumes, hábitos e características

físicas do corpo. Diana também identifica como a construção da classificação “prostituta” varia ao longo das diversas edições publicadas do tratado, e está longe de significar apenas a denominação de uma mulher que ofereceserviço sexual em troca de dinheiro ou outro tipo de compensação, podendo em algumas épocas se referir a mulheres pobres, atrizes teatrais ou à mulher que exerce sua sexualidade fora do casamento. Ou seja, a definição da mulher prostituta por Parent-DuChâtelet parece servir primordialmente à constituição de um contra modelo da mulher ideal, de acordo com cada época, aglutinando em um mesmo modelo uma série de características socioeconômicas e hábitos que divergem do modelo imposto à mulher burguesa tida como “sadia” pelo discurso médico (DIANA HELENE, 2019a).

Contudo, a proposta que Parent-DuChâtelet oferece em seu tratado para aquelas consideradas por ele como prostitutas não era sua recuperação para a sociedade comouma “mulher sadia”. Na visão de Parent-DuChâtelet, a presença da prostituição na cidade era entendida como um “mal necessário” à sociedade, servindo como via de escape para o desejo sexual masculino ao mesmo tempo em que preservava as “mulheres sadias” para desempenhar apenas o sexo reprodutivo e após o matrimônio. Por conta disso, Parent-DuChâtelet não defendia a imposição de leis proibitivas sobre a prostituta, mas a criação e a implementação de diretrizes que objetivavam sua vigilância e o controle social, de modo que as mesmas não “contaminassem” a população, ou seja, sua degenerescência não significasse a degenerescência de toda a raça. Logo, a saída apresentada era a de regulamentar a prostituição através da inclusão produtiva da prostituta, com controle, vigilância e correção de seus corpos, para que ela cumprisse sua função reguladora da vida sexual sem que houvesse o perigo do contágio. Esse seria o pensamento base do regulamentarismo francês, que então reconhece a prostituição como trabalho e propõe que sua regulamentação ocorra a partir de um controle rígido do Estado (SARAH FELDMAN, 1989; MARGARETH RAGO, 1990; NÉLIA SANTANA, 1996; EDUARDO ROCHA LIMA, 2012; CAROLINA MENDONÇA, 2014; DIANA HELENE, 2019a; JOÃO PENA, 2020).

Sarah Feldman (1989), Eduardo Rocha Lima (2012) e Diana Helene (2019a) realizam importantes análises sobre o tratado de Parent-DuChâtelet e sua relação com a organização da prostituição na cidade de Paris durante as reformas urbanas promovidas por Haussmann no século XIX, que se converteram como um modelo paradigmático de cidade higienista, fundador da disciplina urbanística na Europa e representante de um projeto político pautado na promoção de uma ordem social e moral burguesa instaurada a partir da consolidação da república moderna no pós-Revolução Francesa. Parent-DuChâtelet entendia que as prostitutas não poderiam circular livremente pela cidade, sob pena de contaminação da população, e por isso descrevia a necessidade de localiza-las em espaços da cidade separados especificamente para o uso da prostituição, isolados, escondidos da população e

vigiados pelo poder público. Segundo Eduardo Rocha Lima (2012), Parent-duChatelet não indicava a concentração das prostitutas em um quarteirão de tolerância, por entender que essa organização facilitaria reações adversas ao controle, sugerindo então que fossem criadas casas de tolerância exclusivas para o uso da prostituição, a serem localizadas de modo fragmentado pela cidade, seguindo normas que garantiriam o isolamento das mulheres, similar à construção do sistema francês de “Maison Closes”.

Sarah Feldman (1989), Eduardo Rocha Lima (2012) e Diana Helene (2019a) descrevem as casas de tolerância. Eram espaços hierarquizados onde as mulheres ficavam subordinadas a uma gerente, responsável pela coordenação e vigilância de suas ocupantes, fiscalização do registro policial, das visitas médicas, da realização de exames de quatro em quatro dias, e do cumprimento de regras de comportamento. Do mesmo modo, essas vigilantes eram vigiadas por inspetores de saúde e cadastradas na prefeitura, onde recebiam instruções de como realizar seu trabalho. Para o funcionamento da casa, a mesma deveria ter entrada independente nos fundos do imóvel, ser isolada das casas vizinhas, possuir janelas de vidros foscos e portas duplas, e localizar-se em determinadas ruas, distante das áreas residenciais e de certos estabelecimentos, como templos, escolas, equipamentos públicos. As mulheres ainda deveriam permanecer no andar superior da casa, evitando o térreo. O controle das prostitutas ocorria dentro da casa de tolerância e nos espaços públicos, onde não se permitia que elas permanecessem nos mesmos lugares que as “mulheres de família”. Na concepção do médico higienista, “as casas de prostituição controladas e fechadas tinham a mesma utilidade que os encanamentos de esgoto: separar, organizar e canalizar as impurezas inerentes às cidades” (DIANA HELENE, 2019a, p. 201).

As mulheres que não seguissem as regras eram presas em prisões especiais que funcionavam como centros correccional e educacional, hospital e casa de retiro para prostitutas aposentadas. Desse modo, Parent-DuChâtelet previa um circuito de instituições específicas para as prostitutas que as mantinham em regime de circulação apartado das outras mulheres e expostas a tecnologias de normalização de seus corpos (DIANA HELENE, 2019a). “Sua ação pautava-se no controle policial e sanitário das meretrizes, com vistas à constituição de um ambiente prostitucional fechado e de certo modo invisível, o que implicava virtualmente a expulsão das prostitutas da rua” (NÉLIA SANTANA, 1996, p. 2). Ou seja, no sistema do tipo “casas de tolerância se efetiva o espaço de confinamento da prostituição, a ruptura do contato das mulheres com o espaço público” (SARAH FELDMAN, 1989, p. 64). Reportando-se à condição de “gueto compulsório” (ou seja, de espaço segregado que se origina pela ação do Estado) imposta aos judeus durante o século XII para garantir o isolamento desses com relação aos cristãos, Sarah Feldman (1989) observa que, se naquela época os muros eram a expressão física da segregação, no projeto higienista, predominam os esquemas disciplinares

de vigilância dos corpos e regulação da circulação como forma de controle e garantia da ordem social, tal como identificado por Foucault. Margareth Rago (1990, p. 204) define o regulamentarismo francês como “produto de uma vontade panóptica de domesticação da sexualidade feminina”.

Mesmo com o contexto de mudanças da condição da mulher em relação à sexualidade e ao papel que desempenha socialmente empreendidas a partir de meados do século XX pelo movimento feminista, e um século depois do cenário analisado por Margareth Rago (1990) na São Paulo que se industrializava e modernizava, Sônia Calió (1997) analisa que a presença da mulher na cidade é ainda percebida como condicionada ao exercício de seu papel de mãe e esposa. Os espaços da mulher na cidade, para além do trabalho remunerado, ainda estariam circunscritos no circuito do “lar expandido”, ou seja, aqueles espaços importantes para o desenvolvimento dos trabalhos reprodutivos, que engloba a casa e sua extensão econômica no espaço público - o posto de saúde, a farmácia, o supermercado, a escola, o parque, etc. -, deslocando-se cotidianamente pela cidade a fim de desempenhar atividades como levar os filhos à escola, ir ao mercado, levar doentes ao hospital, etc.

Como uma reflexão complementar à de Sônia, Diana Helene (2019a) identifica que a circulação das mulheres na cidade ainda estaria mediada pelo estigma de puta (GAIL PETERSON, 1996), ou seja, a prostituta enquanto a outra identidade associada à presença da mulher no espaço público ainda funciona como um espelho, um contra modelo da mulher de família, que determina a forma como as mulheres devem ou não se comportar, se vestir, em qual horário ou local circular, o quanto expor publicamente sua sexualidade, sem sofrer penalizações.

É por isso que, desde muito novas, as mulheres aprendem a temer, proteger-se e ficar atentas aos locais em que circulam nas cidades. São impedidas de acessar e/ou tem de evitar certos locais de “perigo” como praças vazias, ruas desertas, vielas e becos mal iluminados, etc.; com muito mais frequência que os homens. Além do “temor” internalizado em relação ao espaço público que se impõe aos corpos das mulheres, estas ainda precisam ser cuidadosamente organizadas por meio de certas roupas, posturas e movimentos que não “atraiam” os possíveis violentadores. Essa organização do corpo se baseia em afastar, sobretudo, a possibilidade de ser marcada pelo “estigma de puta”. Ou seja, as mulheres realizam um esforço contínuo de modo a parecer o mínimo possível como uma “puta”. São restrições que atravessam o corpo da mulher na sua relação de vivência cotidiana na cidade que limitam sua vida urbana (DIANA HELENE, 2019a, p. 278).

O modelo regulamentarista francês e as reflexões de Parent-DuChâtelet sobre a prostituição circularam no mundo todo ao longo dos séculos XIX e XX e foram paradigmáticos para a resolução de políticas voltadas para a temática em diversos países, gerando polêmicas e incitando revisões críticas quanto à sua implementação. João Pena (2020) relaciona a organização da prostituição na cidade com a forma legal de gestão e controle da atividade adotada por determinado governo, e o que se percebe de um modo geral é que os países têm

optado menos pela regulamentação da prostituição e mais por modelos de gestão que oficialmente se posicionam no sentido de sua extinção, propondo leis que em diferentes medidas a criminaliza, ou as atividades a ela associadas. Contudo, na prática, as ações estatais geralmente funcionam mais no controle da atividade do que em sua extinção. Segundo Tsaiher Cheng (2016), a prostituição tem profundo impacto na organização da cidade mesmo em casos em que a atividade é oficialmente ilegal, e, embora seja frequentemente proibida, há uma disparidade entre a lei e a realidade.

Criam-se, portanto, espaços de tolerância onde a lei é flexibilizada e a atividade pode acontecer, enquanto se aplica a lei naqueles espaços da cidade em que não é interessante que a prostituição aconteça. Por isso, João Pena (2020) aproxima a gestão da prostituição com o conceito de “gestão diferencial dos ilegalismos”, criado por Michel Foucault, para demonstrar que em determinados momentos da atuação do Estado sobre a prostituição há o desrespeito do mesmo com os limites impostos pela legalidade, o que não seria apenas uma falha no sistema legal, mas faria parte de sua forma de exercer o poder, estabelecendo espaços nos quais as leis podem ser violadas, ignoradas ou cumpridas de acordo com os interesses em voga. Situações de flexibilização das leis referente à prostituição em determinados setores urbanos visando o controle da atividade pelo Estado são amplamente expostas por autoras que estudam diferentes cidades brasileiras e estrangeiras, como Sarah Feldman (1989), Soraya Simões (2010), Phil Hubbard e Teela Sanders (2003) e Diana Helene (2019a), e elas identificam como essa forma seletiva de gestão da prostituição na cidade é orientada por ações policiais de moralização do espaço, com o objetivo de promover o ordenamento das identidades de gênero e sexuais na cidade que assegura a valorização da família nuclear burguesa patriarcal como norma, estabelecendo a segregação das prostitutas nas cidades mesmo em contextos nos quais a forma de ocupação da atividade não é oficialmente reconhecida pelo Estado.

Seguindo a mesma lógica ordenadora do espaço que tem como pressuposto a valorização da família nuclear burguesa patriarcal como norma, diversos estudos feministas discutem como o planejamento urbano modernista, que se pautou em um zoneamento funcional da cidade a partir da separação entre usos produtivos e reprodutivos, acentuou a organização urbana generificada (DIANA HELENE, 2019b), e criticam seu efeito na condição de segregação das mulheres nos espaços relacionados com as atividades de reprodução da vida, ao mesmo tempo que afastou ainda mais os homens dos mesmos. Destaca-se o famoso manifesto de Dolores Hayden (1980), “What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work”, no qual a autora analisa o contexto de construção dos subúrbios estadunidenses junto com a construção de um “modo de vida americano”. Para a autora, as zonas residenciais formadas por moradias unifamiliares da classe média branca,

dentro de um projeto de expansão urbana de caráter rodoviário e funcionalista que separava os locais de moradia, consumo e produção, reproduzia espacialmente uma concepção hegemônica sobre a família, os papéis sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho que confinava as mulheres às tarefas domésticas e de cuidado das crianças no âmbito privado da casa, segregando-as nas periferias da cidade.

No caso do processo de crescimento e expansão das cidades brasileiras, junto com o plano modernista de funcionalização e separação dos espaços em zonas de moradia, consumo e produção, houve uma flexibilização do Estado quanto às formas legais de ocupação do solo e produção de moradias em territórios específicos da cidade (operando uma “gestão diferencial dos ilegalismos” como no caso da gestão da prostituição), geralmente glebas de terra desocupadas, não urbanizadas e localizadas nos limites da cidade, o que facilitou para que o crescimento urbano brasileiro ocorresse principalmente por meio da autoconstrução da moradia e da ocupação informal de lotes localizados em áreas periféricas que geralmente não eram servidas de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos no geral (NABIL BONDUKI, 1998). Nesse cenário, e diante das maiores dificuldades de as mulheres ocuparem a cidade por meio do mercado formal de terras e de moradia, devido a estruturas desiguais baseadas em relações raciais, de gênero e classe, elas representam grande contingente das moradoras dos territórios informais das cidades brasileiras (PAULA SANTORO, 2008; TEREZA GONZAGA, 2011; NATÁLIA SILVA ET AL, 2017; LACERDA ET AL, 2019; DIANA HELENE, 2019b).

Diana Helene (2019b) afirma que o acesso ao mercado de moradia no Brasil é ainda mais difícil para a mulher devido ao processo de “feminização da pobreza”, no qual pesam como fatores a desigualdade salarial entre gêneros e raças; a maior suscetibilidade das mulheres ao desemprego, ao trabalho não remunerado, à informalidade, a más condições de trabalho e a carreiras de menor prestígio, em especial aquelas relacionadas com as tarefas reprodutivas; e a sobrecarga de trabalho não remunerado. Natália Silva et al (2017) destacam a tendência global de aumento do número de lares chefiados por mulheres nos últimos anos, a grande maioria composta por mães monoparentais. No Brasil, cerca de um terço das famílias é chefiado por mulheres, e grande parte delas compõe o déficit habitacional nacional e são as mais impactadas pelas desigualdades territoriais nas cidades brasileiras.

Junto a isso, como herança da escravidão, na transição da economia fundada no trabalho escravo para uma economia salarial houve a exclusão da população negra do processo produtivo como mão-de-obra, substituída pelo imigrante europeu, e a implementação da Lei de Terras em 1850, que determinava que o acesso à propriedade da terra não estaria mais vinculado ao seu uso e ocupação, mas à compra, conformou um mercado de terra e de moradia ao qual a participação da população negra ficou restrita pela exclusão no

mercado de trabalho. Assim, a população negra foi excluída do acesso ao trabalho, à terra e à moradia, inexistindo políticas públicas que garantissem seus direitos de forma digna e igualitária, o que tem rebatimentos até hoje na segregação espacial (GABRIELA PEREIRA, 2015; LARISSA LACERDA ET AL, 2019).

Portanto, devido à forma de operação do Estado que perpetua mecanismos de segregação e exclusão engendrados por meio do planejamento urbano e que Natália Silva et al (2017) definem como racismo institucional consubstanciado ao patriarcado, as mulheres estão constantemente localizadas nas áreas periféricas, com poucas oportunidades de trabalho, poucas opções de mobilidade para deslocamentos no entorno do local de moradia, que não estão inseridos em trajetos pendulares no eixo periferia-centro, ausência de infraestrutura urbana básica e serviços, e sensação de insegurança nas ruas. E, devido às responsabilidades que carregam pelas tarefas reprodutivas e de cuidado, o cotidiano das mulheres está ancorado em seu local de moradia e entorno urbano, o que faz com que sintam ainda mais o impacto das desigualdades territoriais nas cidades brasileiras, a precariedade da moradia e do acesso a serviços urbanos básicos, que aumenta consideravelmente a carga de trabalho não remunerado, sendo a falta de creches normalmente citada como a principal barreira para o acesso a uma vida digna pela mulher (PAULA SANTORO, 2008; TEREZA GONZAGA, 2011; NATÁLIA SILVA ET AL, 2017; POLIANA MONTEIRO ET AL, 2017; LARISSA LACERDA ET AL, 2019; DIANA HELENE, 2019b).

Diante das experiências díspares de cidade de múltiplas mulheres, desde as moradoras da periferia da cidade que estão localizadas nos bairros residenciais de classe média e alta, até aquelas que vivem em constante trânsito em busca de opções de moradia e trabalho alternativos ao mercado formal, morando de aluguel, de favor, em casas autoconstruídas localizadas em ocupações ou periferias distantes, Natália Silva et al (2017) afirmam que a utilização dos subúrbios estadunidenses como paradigma do sexismo na cidade revela a necessidade de reformulação das perspectivas feministas sobre o espaço urbano em direção a um olhar interseccional⁹ (KIMBERLÉ CRENSHAW, 2002; CARLA AKOTIRENE, 2019), capaz de analisar a imbricação de opressões estruturadas por relações de classe, gênero e raça que atuam sobre as experiências dos sujeitos na cidade e as desigualdades territoriais, e a partir disso estabelecer estratégias para a sua superação (GABRIELA PEREIRA, 2015; NATÁLIA SILVA ET AL, 2017; NATÁLIA SILVA, 2018; LARISSA LACERDA ET AL, 2019; MAYARA DE PAULA, 2019).

⁹ A interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica criada pelo pensamento feminista negro com o intuito de identificar e analisar a interação entre diversos eixos de dominação, considerando o entrecruzamento não hierárquico de categorias identitárias e a consequente vulnerabilização de grupos identitários marcados pelo atravessamento de mais de um sistema de opressão (KIMBERLÉ CRENSHAW, 2002; CARLA AKOTIRENE, 2019).

Diana Helene (2019a) realça a importância de refletir sobre o reflexo do estigma de puta na experiência das mulheres nas cidades brasileiras a partir da intersecção entre classe, raça e gênero. Sueli Carneiro (2003) aponta a exploração sexual da mulher negra como parte fundamental do exercício de dominação e colonização do europeu e da coisificação dos negros no Brasil, que resultou nas estruturas racistas e sexistas que organizam a sociedade brasileira. As distinções entre mulher e homem construídas pelo europeu durante a colonização da América foram acompanhadas das distinções entre humano e não humano, onde o colonizador europeu se posicionava como humano, enquanto os sujeitos coloniais, indígenas e africanos escravizados, eram classificados como não humanos (MARÍA LUGONES, 2008). De acordo com Maria Lugones (2008), o colonizador europeu era o homem que possuía na complementariedade de sua figura a mulher europeia, alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade e sua domesticidade. Já as pessoas colonizadas eram não gendradas, machos e fêmeas, ou não-humanos-por-não homens e não-humanas por-não- mulheres. As colonizadas, portanto, não eram controladas pelo modelo de feminilidade imposto, contudo, o gênero era acionado quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, o que no geral estava relacionado com a prática sexual. Por exemplo, sua capacidade de reprodução como meio de ampliação da mão de obra era valorizada e explorada, assim como todas as formas de coerção sexual, como o estupro, eram utilizadas como arma de repressão e controle pelo homem branco, utilizando-se de seu poder para acessar corpos colonizados (MARIA LUGONES, 2008).

Para Lélia Gonzales (1984), as especificidades do processo de formação racial brasileiro resultam na necessidade de reconhecer a implicação da raça nas nuances das diferentes imagens de controle (PATRICIA COLLINS, 2016) destinadas às mulheres e seu lugar social na cultura brasileira, no que a autora resume em um ditado popular: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (LÉLIA GONZALES, 1988, p. 19). Segundo a autora, as imagens de controle da mulher negra na cultura brasileira ainda hoje evocam ao período colonial, à figura da “mucama”. A “mucama” teria sido atualizada pelo discurso oficial como uma mulher negra escravizada responsável por auxiliar nos serviços domésticos no interior da casa, o que associa a imagem da mulher negra à da empregada doméstica. Contudo, a origem etimológica da palavra mucama significa “amásia escrava”, o que para Lélia Gonzales (1984) revela o que o discurso oficial atualizado procurou ocultar, que é a sua função na prestação de serviços sexuais aos senhores, que em última instância revela a condição perversa de exploração sexual das mulheres negras pelo português que possuía o poder de acesso ao corpo das escravizadas.

Esse fato, por outro lado, é positivado através da construção da “mulata”, que se fortalece na década de 1930 com a construção do mito da democracia racial, como a

representação hipersexualizada da mulher negra brasileira, de modo que o estereótipo da mulher negra como sexualmente disponível legitimaria socialmente a perpetuação de assédio e abuso sexual praticados contra a mesma pelo homem branco (LÉLIA GONZALES, 1984). As definições em torno de “mulata” e “mucama” refletem as representações associadas à mulher negra que se aproximam da figura da doméstica e da prostituta, e funcionam como uma forma de controle específica das mulheres negras para que não circulem e se apropriem dos espaços na cidade.

Segundo Júlia Franzoni et al (2018) e Larissa Lacerda et al (2019), os contextos de remoção são mais um componente dentro de um quadro geral de opressões vividas pelas mulheres, sendo que os diversos territórios no qual se concentra grande contingente de mulheres que não conseguem acessar o mercado formal de terras e moradia são alvo de remoção sistemática de suas moradoras: “As ocupações de terras urbanas que dão origem a bairros populares irregulares, ainda quando consolidadas, não são territórios reconhecidos da cidade e são tomadas pelo poder público como espaços provisórios e “ilegais” à espera de um despejo” (NATÁLIA SILVA ET AL, 2017, p. 14). O mesmo é comum com os territórios de prostituição. Diana Helene (2019a) reflete sobre questões como revalorização imobiliária, intervenção urbana e a presença da prostituição na cidade, e afirma que a prostituição usualmente se instala em bairros socioeconomicamente estáticos e onde existe um mercado imobiliário estagnado, até que a possibilidade de instaurar um processo de revalorização imobiliária provoca uma desestabilização no nível de tolerância de sua presença no bairro, levando à expulsão das prostitutas para outros locais de características similares aos espaços ocupados antes da revalorização, e a uma reestruturação física e social do espaço anteriormente ocupado, a fim de valorizá-lo simbolicamente e economicamente, atraindo novos usos e usuários.

Em sua tese, Diana Helene (2019a) se atém ao contexto de ações especulativas de revalorização de centros urbanos por meio de revitalizações urbanas, relacionando as ações de remoção da prostituição das áreas centrais das cidades com o conceito de gentrificação atualizado por Neil Smith (2006). Neil estuda a gentrificação como um fenômeno relacionado com a nova forma de fazer urbanismo que se consolidou mundialmente nos anos 1970, na qual a recuperação do ambiente construído de áreas centrais deterioradas, promovida por parcerias entre poder público e privado, funcionaria como um vetor para a reinstalação de investimentos econômicos nessas áreas da cidade, que dependiam da produção de paisagens urbanas mais atrativas à instalação de classes de renda elevadas, diante da possibilidade de maior retorno financeiro. As intervenções urbanas visando a reestruturação das áreas centrais nesses moldes estariam então relacionadas com a promoção de transformações sociais de elitização, de processos de revalorização imobiliária, da instalação

de novos usos, funções, tipos de estabelecimentos, e do controle de determinados costumes e práticas sociais, que acarretaria na saída gradual dos moradores de rendas mais baixas, a serem substituídos pelos de renda superior.

Apesar da análise de Neil Smith se ater às relações de classe, pode-se pensar esses processos de elitização das áreas centrais impulsionados pelos investimentos econômicos e revitalizações urbanas junto com tentativas de embranquecer e cis- heteronormatizar os espaços, preparando-os para a circulação das “mulheres de família”, aquelas que expressam os valores branco-burgueses de mãe, esposa e dona de casa. Ao analisar a segregação urbana da prostituição na cidade de Campinas (SP), Diana Helene (2019a) demonstra que até os anos 1960 a prostituição ocorria no centro da cidade, porém, a tentativa de retomada da área central pelo capital caminhou junto com uma operação policial para expulsão das prostitutas justificada na imprensa pela ameaça que a mistura de prostitutas e “mulheres de família”, que começavam a circular pelos espaços públicos naquele período, representava para a sociedade. Ao mesmo tempo, criou-se uma zona de tolerância à presença da prostituição na cidade localizada no bairro periférico de Jardim Itatinga, de modo que se percebe que o processo de revalorização do centro de Campinas “conjugou a vontade de moralizar a cidade e organizar o espaço da prostituição, com o intuito de valorizar áreas centrais e alavancar o crescimento periférico da cidade” (DIANA HELENE, 2019a, p. 209), sendo que o bairro de prostituição foi localizado no setor sul da cidade, onde historicamente foram concentradas as ocupações informais e bairros de baixa renda (figura 2).

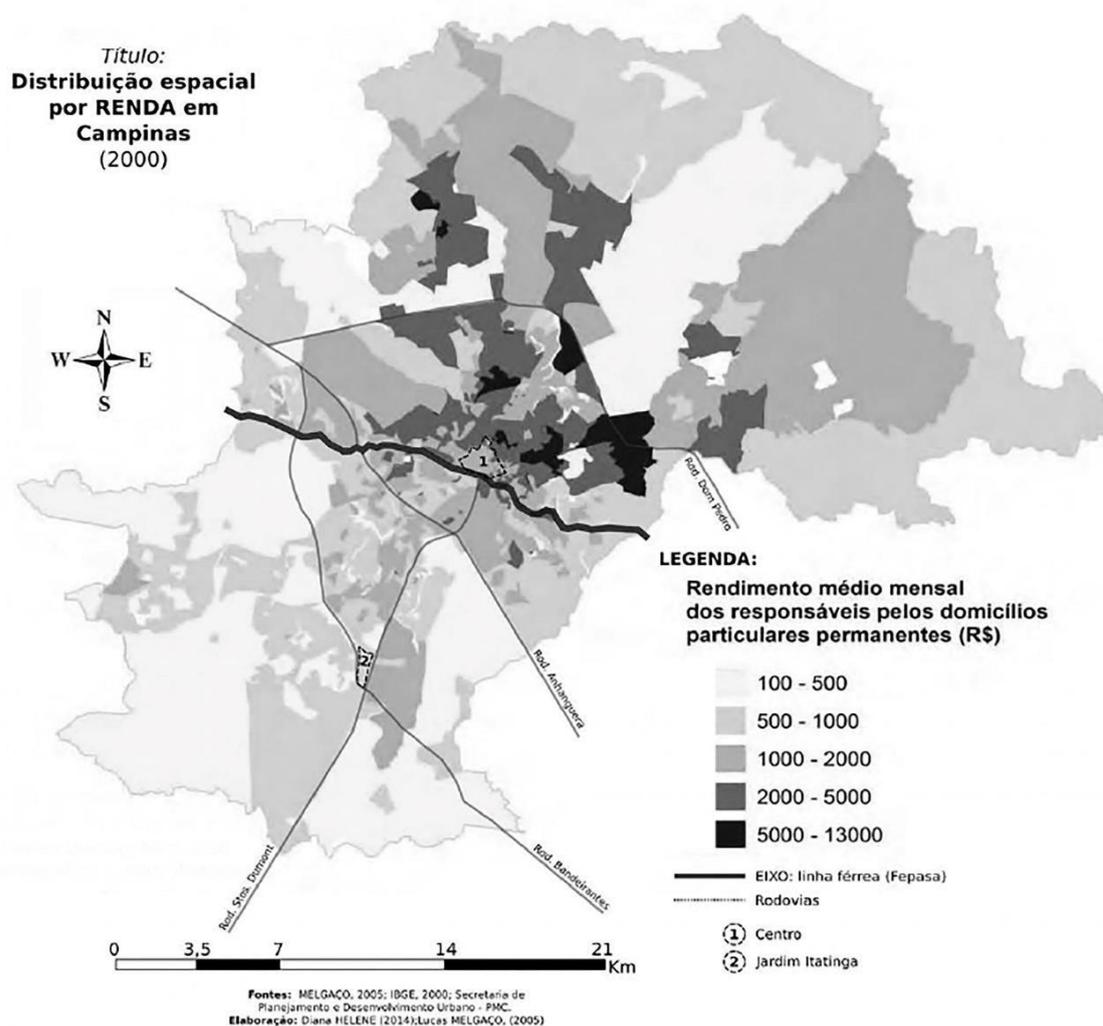


Figura 2 – Mapa da distribuição espacial por renda da cidade de Campinas (2000), realizado por Diana Helene, com identificação da localização do bairro de prostituição Jardim Itatinga.

Fonte: DIANA HELENE, 2019a.

Diversos trabalhos acadêmicos da área de arquitetura e urbanismo que retratam a temática da prostituição apontam a associação da expulsão das prostitutas das áreas renovadas das cidades com a de outros grupos sociais marginalizados, dentro de um amplo processo de higienização social e de reestruturação física do espaço visando atender a interesses econômicos. Sarah Feldman (1989) afirma que as casas de prostituição e os cortiços habitavam os mesmos espaços e sofriam processos de segregação parecidos no centro de São Paulo de início do século XX. Eduardo Rocha Lima (2012) expõe que o mesmo processo de requalificação urbana da cidade de Fortaleza, iniciado a partir dos anos 1990, que pretendia expulsar as pessoas envolvidas com a prostituição da área revitalizada também ameaçava remover uma favela próxima, conhecida como Poço da Draga. Diana Helene (2019a) associa a tentativa de expulsão das prostitutas do centro de Campinas em meados do século XX com a investida contra os cortiços na mesma área, a fim de deslocar seus

moradores para as periferias da cidade. João Pena (2019) conecta o contexto de ameaças de demolição de imóveis no centro de Amsterdam, na década de 1970, com as ameaças de fechamento dos bordéis no Red Light District, em um contexto no qual eles eram legalmente proibidos.

Ao longo da história das cidades, médicos, urbanistas e outros técnicos exerceram um papel instrumental no sentido de fornecer o argumento técnico para o banimento destes “males”, como remoções, grandes demolições e “Bota-Abaixo”, característicos de diversas intervenções urbanas no Brasil e no mundo. Estas ações são sustentadas pelo caráter “incontestável” do discurso racionalizante do planejamento urbano, que se constrói a partir de uma ideia de “neutralidade”. Nesse sentido, os relatos e documentos técnicos de planejadores, urbanistas, médicos e policiais construíram um “cenário de horror” associado à maneira de viver das classes pobres e/ou marginais de modo a justificar essas ações de expulsão (DIANA HELENE, 2019a, p. 162).

No bojo das ações de revitalização urbana, Rossana Tavares (2015b) evidencia que o discurso de desordem urbana, associado principalmente à pobreza e à criminalidade, ganha relevo para justificar as tentativas de remoção de pessoas e substituição de usos considerados indesejáveis para comporem o lado visível do cenário cisheteronormativo. Rossana Tavares (2015b) e Thais Rosa (2018) refletem sobre o papel dos pares dicotômicos utilizados para organizar as periferias e favelas nos estudos urbanos, nos quais as mesmas são enquadradas em oposição à cidade formal e lidas como desorganização social, lugar de marginalidade e criminalidade, ou como espaços provisórios da cidade à espera de ações interventivas estatais, legítimas programas de urbanização e ações de remoção sobre seus territórios, justificadas pela necessidade de reintegrar o espaço à cidade, ao Estado e à sociedade, através de sua transformação e ordenamento. Segundo Diana Helene (2019a), a prostituta funcionaria como um símbolo de certos modos de vida que se agregam em torno de uma ideia de marginalidade, e sem a sua remoção não seria possível recuperar os espaços para a instalação do capital, por isso, elas seriam as primeiras a serem expulsas quando se iniciam intervenções urbanas com objetivo de revalorização imobiliária (DIANA HELENE, 2019a), em um processo que alavanca a expulsão de outros grupos sociais que obstaculizam a valorização do espaço:

Ou seja, a eliminação da prostituição aparenta ser uma ação precursora - uma remoção “abre-alas” - para abrir caminho a um processo de expulsão daqueles que planejadores e urbanistas costumam chamar de “mazelas urbanas” (moradores sem-teto, camelôs, catadores de lixo, prostitutas, entre outros), classificados como entraves, obstáculos, dificultadores da implantação de serviços de “alta classe” e da constituição dessa imagem de cidade “civilizada” (DIANA HELENE, 2019a, p. 161).

Para Poliana Monteiro (2019), as noções de periferia, cidade-dormitório, favela, dentre outras, definidas apenas pela precariedade, pelas carências de urbanização e serviços públicos, ou como ausência de cidade, são reflexo do racismo/sexismo epistêmico. A perspectiva de que esses territórios não possuem identidade nem história apaga a presença,

agência e luta cotidiana das mulheres, a grande maioria nesses espaços. Frente aos regimes de exploração e opressão patriarcal, colonial e capitalista, as mulheres muitas vezes constroem no cotidiano em seus territórios uma organização comunitária como via para a manutenção de suas vidas que pode ser considerada como essencialmente anticapitalista e potencialmente feminista, uma forma de resistência ao projeto hegemônico de cidade que confronta o status quo que é racista, machista e elitista. Então, Poliana Monteiro (2019) argumenta a necessidade de abrir novas janelas de compreensão, e sugere a tarefa coletiva de costura de uma colcha epistêmica feminista formada por recortes-retalhos que narram histórias de mulheres para que a luta urbana construída nas relações sociais cotidianas pelas mesmas seja visibilizada enquanto dimensão da produção do espaço, em sua condição de prática transgressora e potente na produção de novos sentidos para o processo de construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista (POLIANA MONTEIRO, 2019).

Segundo Paula Santoro (2008), as mulheres são as mais interessadas em adquirir uma moradia segura e adequada para a proteção e a reprodução de si e de seus dependentes, além da autonomia proporcionada pela aquisição da casa própria possibilitar muitas vezes a interrupção de uma relação com o parceiro permeada por violências e agressões; ou seja, a estabilidade que a moradia proporciona conta mais do que a lucratividade para as mulheres, sendo que as mesmas também estariam mais à frente na luta pelo direito à moradia, contra processos de remoção e pela permanência em seus territórios. Faz parte da trajetória do movimento feminista no Brasil a aliança com mulheres de bairros periféricos que, desde os anos 1970, têm protagonizado reivindicações coletivas contra o despejo de favela e por moradia digna e equipamentos públicos voltados para educação, saúde, transporte e infraestrutura urbana, realçando não apenas sua contribuição para as melhorias objetivas dos espaços, mas denunciando o reflexo das opressões de gênero nas cidades (PAULA SANTORO, 2008; LARISSA LACERDA ET AL, 2019).

As creches, normalmente citadas como a principal barreira para o acesso a uma vida digna pela mulher, são um equipamento em especial cuja demanda protagonizada pelas mulheres requereu de o Estado assumir uma responsabilidade pela reprodução da vida que socialmente tem sido delegada à mãe e à vida doméstica, e conseqüentemente demandou do planejamento urbano e da arquitetura pensar a cidade e o edifício no âmbito das tarefas reprodutivas (TEREZINHA GONZAGA, 2011). Como defende Silvia Federici (2017, p. 31), enquanto não for superada a divisão sexual do trabalho e a construção da feminilidade como “uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico”, então “as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres [...] e um nexo de união com a história das bruxas”.

Poliana Monteiro (2019) inicia a costura da colcha epistêmica feminista através das narrativas de mulheres que vivenciaram conflitos urbanos em contextos de remoção no Rio de Janeiro devido às obras de requalificação para sediar as Olimpíadas em 2016. A autora ressalta o protagonismo de mulheres na luta por permanência na Vila Autódromo e identifica que as principais lideranças eram as moradoras antigas das comunidades ameaçadas, que se articularam e construíram estratégias de resistência diante da possibilidade de perder, junto com suas casas, a rede de apoio consolidada no território, importante para a sobrevivência familiar e comunitária. Poliana Monteiro et al (2017) identificam nas falas das mulheres a afirmação de que a maior perda gerada pela expulsão da Vila Autódromo é a desestruturação das relações coletivas e a consequente solidão e sobrecarga de trabalho na nova morada. Ainda, as autoras identificam como contribuição das mulheres na luta urbana a construção de uma ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas como dimensão central das estratégias de enfrentamento a tentativas de retirada de direitos e das exigências às novas diretrizes do planejamento urbano.

Outros trabalhos recentes que têm buscado visibilizar o protagonismo das mulheres na luta contra processos urbanos excludentes em diversas cidades brasileiras também podem ser pensados como retalhos da colcha epistêmica proposta por Poliana Monteiro. Júlia Franzoni et al (2018) buscam visibilizar as ações cotidianas de moradoras que produzem coletivamente o território da ocupação do Izidora, em Belo Horizonte, tendo o trabalho reprodutivo e de cuidado a dimensão central nas relações sociais que são base dessa organização comunitária, com a criação de formas de socialização do cuidado e de redes de apoio. A dinâmica de autoconstrução, típica das ocupações urbanas, tem sido utilizada como uma estratégia de fortalecimento dos laços comunitários através da autoprodução e autogestão de espaços de cuidado, como creches e cozinhas comunitárias, que funcionam como importantes locais de encontro e socialização de tarefas e servem para mitigar a defasagem de serviços urbanos diante da negligência do Estado (JÚLIA FRANZONI ET AL, 2018). Para as autoras, a atividade de reprodução e garantia da vida realizadas pelas mulheres expressa as potencialidades transformadoras presentes no território e que são enfrentamentos ao avanço da percepção dos espaços como mera mercadoria, apesar das autoras não negarem que o espaço-tempo das ocupações urbanas esteja também inscrito na tendência de mercantilização da vida.

Larissa Lacerda et al (2019) propõem também uma espécie de costura de diversos fragmentos, relatos, oficinas e entrevistas junto com mulheres que sofreram ou foram ameaçadas por processos de remoção, ou que encontraram nas ocupações de moradia uma forma de restabelecer suas vidas, a fim de visibilizar as experiências das mulheres na discussão sobre os processos de remoções engendrados na cidade de São Paulo. Segundo

as autoras, ao se concretizar, a remoção não se encerra na perda da moradia pela mulher, mas é um processo demorado de violência que envolve a ruptura dos espaços de reprodução produzido por meio de redes comunitárias de suporte e que, junto com outros processos como a precarização do trabalho e de garantias sociais, influenciam na reorganização cotidiana de toda a estrutura de reprodução da vida, na reconstrução das redes e no reposicionamento no território, onde se constroem novas formas de resistência e engendram potentes processos transformadores, em toda sua contraditoriedade e conflitualidade.

Já Diana Helene (2019b) realça a participação das mulheres na construção de formas autogeridas e coletivas de morar instauradas no cotidiano das ocupações de prédios abandonados na área central de São Paulo, que rompem com as lógicas capitalistas que costumam gerir o mercado de terras e moradia, e estão associadas ao compartilhamento de tarefas domésticas de limpeza do espaço e cuidado das crianças que alivia a sobrecarga de trabalho sobre as moradoras e oferece maiores possibilidades para as mesmas se engajarem em um emprego e gerar renda. A autora também evidencia a melhora na condição da vida das mulheres ao se deslocarem de espaços de moradia em periferias para morarem no centro da cidade, com acesso mais facilitado a equipamentos públicos, a maiores possibilidades de geração de renda, portanto, mais adequado às tarefas a serem realizadas pelas mulheres chefes de família.

Nesse processo, pouco se fala da contribuição do movimento de prostitutas brasileiro na luta urbana, apesar de que, de acordo com Karina Gea, Letícia Barreto e Lisandra Moreira (2019, p. 59), “as lutas relativas ao espaço seguem sendo as que mais mobilizam as prostitutas a resistir”. O movimento brasileiro de prostitutas tem sido construído por mulheres que trabalham nas ruas, nas zonas, nas periferias da cidade, e expressões como “gentrificação”, “especulação imobiliária” e “revitalização urbana” fazem parte do vocabulário das lideranças (GABRIELA LEITE, 2006; MONIQUE PRADA, 2018, p. 55; DIANA HELENE, 2019a). As pesquisas de Diana Helene (2019a) em Campinas e de Soraya Simões (2010) no Rio de Janeiro demonstram que as ações de resistência frente às tentativas de expulsão das prostitutas diante de projetos de remodelação do espaço para valorização de áreas centrais são marcos presentes na trajetória de diversas Associações de prostitutas no Brasil.

Em Campinas, Diana Helene (2019a) analisa como as prostitutas continuaram trabalhando na área central da cidade mesmo após as ações estatais de higienização social da área no final da década de 1960, que resultou na tentativa de expulsão das mesmas do centro e sua localização na zona confinada do bairro periférico de Jardim Itatinga. Para isso, criaram diversas táticas de resistência às tentativas de remoção e à repressão policial que sofreram nas últimas décadas, o que resultou na criação pelas prostitutas da Associação Mulheres Guerreiras em 2007. Ao participar da feitura do documentário sobre a história da

Associação campineira, Diana identificou que um dos pontos principais da narrativa histórica construída pelas prostitutas tem sido a organização de uma resistência contra a remoção das prostitutas do centro de Campinas: “Ou seja, uma memória que se constrói como uma longa guerra contínua de planejadores e empreendedores (imobiliários e morais) contra este grupo social, na apropriação dos espaços centrais da cidade” (DIANA HELENE, 2019a, p. 38-39).

Diana Helene (2019) afirma observar nos discursos das prostitutas de Campinas a existência de uma “memória da resistência” similar à que as autoras Aparecida de Moraes (1996) e Soraya Simões (2010) relatam para o caso da zona da Vila Mimosa, na cidade do Rio de Janeiro. Foi na Vila Mimosa onde surgiu a primeira Associação de prostitutas do Brasil, em 1988, e Soraya Simões (2010) identifica dois episódios de luta em torno da disputa por espaços da cidade que são os marcos principais na narrativa histórica da Associação e foram importantes para a construção e o fortalecimento de uma identidade coletiva entre as prostitutas cariocas. O primeiro episódio marca o surgimento da Associação, ocorrido em meio à tentativa de expulsão das prostitutas e donas de casa da Vila Mimosa para ampliação dos estúdios de uma emissora de televisão instalada próxima à zona, e foi através da organização política em torno da criação da Associação que se conquistou um comodato que garantiu a permanência da zona no local.

O segundo episódio que marca a trajetória da Associação carioca ocorreu em contexto de nova ameaça de remoção da Vila Mimosa, em 1995, dessa vez devido a um projeto de redesenho para o entorno do centro administrativo do Rio de Janeiro, que incluía a área onde se localizava a Vila. Dessa vez com a expulsão certa, a então presidente da Associação fugiu com o dinheiro da indenização pago pela Prefeitura pelas desapropriações das casas da Vila Mimosa, e as prostitutas e donas de casa precisaram se organizar e comprar um galpão próximo à antiga Vila para onde se transferiram e conseguiram permanecer, lidando ainda com situações de conflito com os antigos moradores. “Se do primeiro evento se destaca a formação de uma identidade coletiva e o reconhecimento público da positividade dessa participação política, do segundo, por sua vez, se destaca a capacidade de soerguimento do grupo, tradicionalmente posta à prova segundo as narrativas de seus personagens” (SORAYA SIMÕES, 2010, p. 66). Assim, a zona carioca tem conseguido sobreviver a uma série de intervenções e revitalizações urbanas (figura 3), preservando “um tipo de negócio localizado que se acreditava destinado à dissolução nos grandes centros urbanos” (SORAYA SIMÕES, 2010, p. 83).

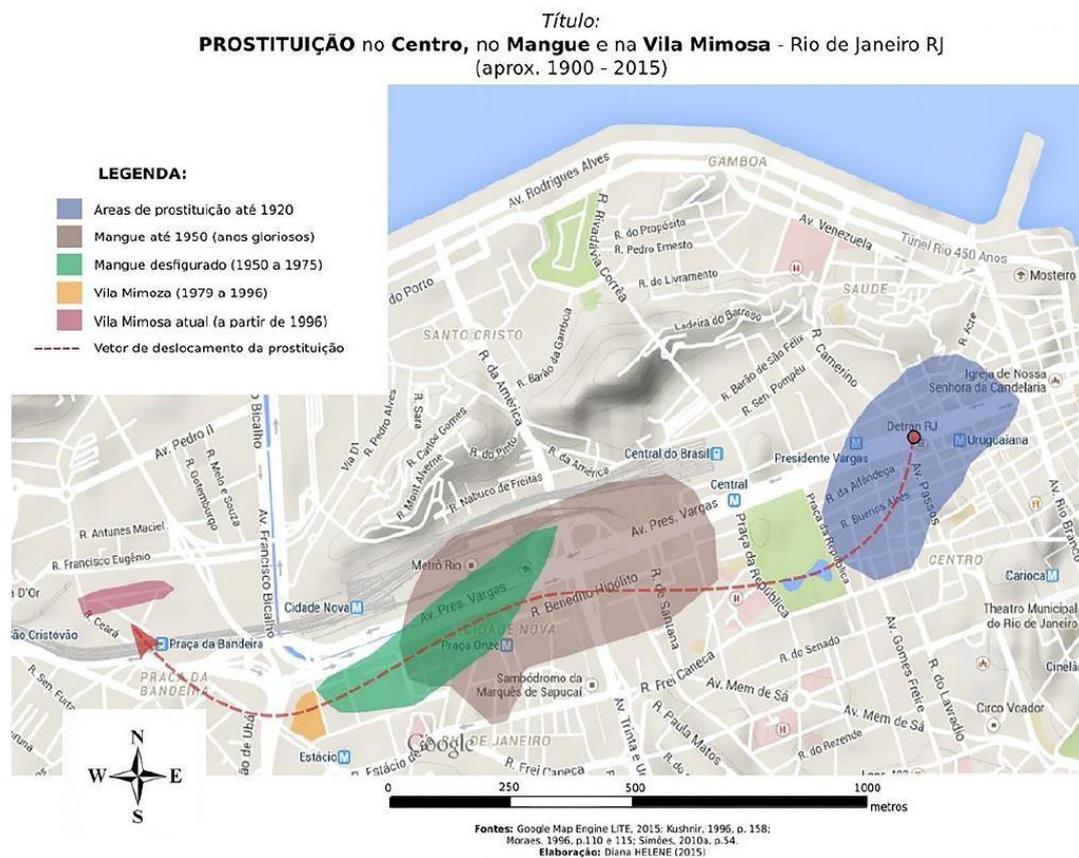


Figura 3 – Mapa de deslocamentos da prostituição no centro do Rio de Janeiro, entre 1900 e2015, feito por Diana Helene.

Fonte: DIANA HELENE, 2019a.

Contudo, como expõem Karina Gea et al (2018), há um deslocamento da importância da luta pelo direito à cidade para o movimento de prostitutas no Brasil:

[...] é comum vermos prostitutas que trabalham na Zona tendo que lutar pela possibilidade de permanência e demandar que [...] as políticas sejam feitas de forma a considerar sua presença e valoriza-la. Assim, mesmo que o movimento social organizado brasileiro de prostitutas tenha 30 anos e tenha como luta a regulamentação de seus espaços para exercerem o trabalho, muitas vezes essa e outras pautas não são consideradas para além dos programas de políticas públicas da área de prevenção de DST's/ AIDS e acarreta um deslocamento do direito à cidade como uma luta importante para esse movimento (KARINA GEA; LETÍCIA BARRETO; LISANDRA MOREIRA, 2018, p. 168).

As prostitutas, organizadas em movimentos associativos espalhados por todo o mundo desde a década de 1970, têm contribuído para a construção de uma nova perspectiva regulamentarista para pensar políticas públicas sobre a prostituição, construindo revisões críticas e novas formulações para o debate. Aline Tavares (2014) chama de “perspectiva trabalhista” o posicionamento que tem sido construído pelas organizações de prostitutas, no qual se objetiva a conquista do reconhecimento pelo Estado da prostituição enquanto um trabalho legítimo como um meio para a construção de uma luta por direitos e combate ao estigma.

A perspectiva trabalhista critica a política regulamentarista francesa por expressar uma visão moral sobre a prostituição como um mal social, e enxergar no reconhecimento da atividade pelo Estado a possibilidade de exercer controle sobre a mesma, instaurando medidas abusivas sobre as prostitutas, como o controle sobre seus corpos através da obrigatoriedade de exames médicos e a restrição de sua circulação na cidade. A perspectiva trabalhista, pelo contrário, enxerga na regulamentação da prostituição a possibilidade de garantir o exercício pleno de cidadania pela prostituta, pois abriria uma via institucional para a contestação de seus direitos, que hoje trabalham em condições clandestinas em muitos países, sem poder denunciar as violências e condições precárias de trabalho. Para Monique Prada (2018), a legalização total das relações envolvidas na prostituição e sua regulamentação, de modo a deslocar sua tratativa da esfera penal para a dos direitos sexuais e trabalhistas, tornaria a atividade mais segura e menos precária. Segundo Gabriela Leite,

No caso específico da prostituição, atividade de economia informal que envolve centenas de milhares de pessoas em todo o país, a regularização beneficiaria, logo de cara, a prostituta, que poderia ter seus direitos trabalhistas assegurados. A partir daí, beneficiaria toda a clientela da zona – milhões de brasileiros de todas as classes. As prostitutas poderiam brigar pelo saneamento básico no local de trabalho, com base nas leis sobre insalubridade, poderiam ter direito a férias remuneradas, repouso semanal, décimo terceiro salário, fundo de garantia, aposentadoria, melhores condições de educação e de saúde (GABRIELA LEITE, 1992, p. 171).

No Brasil, o modelo de gestão da prostituição que tem predominado tem sido o abolicionismo, que condena o papel do Estado como regulador e gestor da prostituição, por reconhecer uma atividade que para os abolicionistas está fundada em uma relação de exploração da prostituta por diversos atores, como clientes, donos de casas de prostituição e policiais, e que por isso deveria ser abolida através da reintegração da mulher à sociedade e da criminalização de seus exploradores. A influência do modelo abolicionista na forma de gerir a prostituição no Brasil pode ser identificada desde 1890, com a publicação do Código Penal brasileiro, no qual foi tipificado como crime o envolvimento ou a obtenção de lucro de terceiros no exercício da prostituição, inclusive através da disponibilização de lugares de habitação e trabalho para prostitutas em troca de dinheiro, sendo que até hoje a legislação considera como crime administrar ou possuir uma casa de prostituição, apesar de não ser considerado crime que a mulher exerça a prostituição de modo autônomo (JOÃO PENA, 2019).

O movimento de prostitutas no Brasil tem lutado há quase quatro décadas pela adoção da perspectiva trabalhista nas políticas públicas voltadas para a prostituição no país. Sua principal conquista foi a inserção da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no ano de 2002, que apesar de ter função apenas classificatória, ou seja, não ser um dispositivo para regulamentação da profissão, possui importância por sinalizar um posicionamento no âmbito do poder público no sentido de tratar a prostituição sob a ótica da

cidadania e da legislação e direitos trabalhistas, e não da esfera criminal. Monique Prada (2018) faz importante observação de que a inserção da profissão na CBO foi especialmente importante para as mulheres que exercem a prostituição de rua, para comprovarem seu direito de ocupar os espaços públicos para trabalhar e não ficarem à mercê de violências policiais e prisões, especialmente nesse período em que diversas cidades brasileiras estavam experimentando projetos de revitalização em seus centros urbanos, e desse modo provocando a expulsão das prostitutas de seus espaços de trabalho:

As prisões se baseavam na extinta Lei da Vadiagem para deter mulheres que tinham nas ruas seu principal local de trabalho e captação de clientes. Hoje essas trabalhadoras se valem do fato de a atividade constar da CBO para garantir seu direito de ocupar as ruas sem risco de detenção e violência policial (MONIQUE PRADA, 2018, p. 56).

Além disso, são dois projetos de lei com viés trabalhista que já foram propostos na Câmara dos Deputados - o Projeto de Lei n. 98/2003, do deputado Fernando Gabeira, e o Projeto de Lei n. 4.211/2012, ou PL Gabriela Leite, do deputado Jean Wyllys -, ambos com contribuições do movimento de prostitutas, cujo ponto principal foi estipular a diferenciação no Código Penal entre a prostituição, uma forma de trabalho voluntário e remunerado a ser exercido somente por maiores de idade com plenas capacidades mentais, e a exploração sexual propriamente dita, descriminalizando assim atividades associadas à prostituição cuja tipificação como crime tem contribuído para a maior insegurança, exposição a riscos e clandestinidade das prostitutas, como administrar uma casa de prostituição, ao mesmo tempo em que mantem um posicionamento combativo às ações criminosas que de fato violentam as mulheres e crianças, como a exploração infantil e o tráfico humano.

A perspectiva trabalhista também está expressa em linhas gerais no texto da Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas (2008). A Carta descreve a prostituição e o turismo sexual como formas de trabalho, desde que exercida por maiores de 18 anos, colocando-se em defesa da regulamentação do trabalho da prostituta, da migração para o trabalho legal, do acesso aos serviços de saúde integral, e aos insumos de prevenção de DST/AIDS em específico. Ao mesmo tempo, coloca-se contrária à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e ao tráfico de seres humanos. É contrária à criminalização dos clientes e à associação das prostitutas com a criminalidade e a vitimização, o que demonstra um distanciamento dos modelos de gestão da prostituição que pretendem a extinção da atividade.

A Carta também se distancia do modelo regulamentarista francês, que apesar de reconhecer a legalidade da prostituição, propõe uma regulamentação que fornece um controle abusivo do Estado sobre as atividades, os espaços e os corpos envolvidos. Ela se posiciona especificamente contrária às políticas de confinamento da prostituição defendidas e incentivadas pelo regulamentarismo francês, pois, além de restringir a livre circulação das

prostitutas pelo espaço urbano, ainda seriam formas de reforçar o estigma, a violência e a marginalização social das mesmas nas cidades, ao localiza-las em áreas geralmente escondidas, distantes e invisibilizadas. Como reflete Gabriela Leite, “existem boates, casas boas, apartamentos, para que você tem que ter um lugar específico para botar essas prostitutas? Para estigmatizar: lá estão elas e lá acontece qualquer coisa, é um lugar marginal. Nós somos contra. É gueto, e não queremos gueto” (GABRIELA LEITE, 2006, p. 30-31).

Contudo, João Pena (2020), ao olhar para os países em que houve a aplicação da perspectiva trabalhista como um modelo de política pública, como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Holanda e Alemanha, realça como a visão moralista que orienta a organização dos espaços da cidade através da divisão entre prostitutas e famílias ainda é perceptível nas ações desses Estados. No caso da regulamentação pela perspectiva trabalhista, a gestão da prostituição na cidade é desempenhada pelo planejamento urbano através do uso de instrumentos urbanísticos, como o zoneamento e o processo de licenciamento das atividades urbanas. Assim, a localização dos estabelecimentos ligados à prostituição na cidade seria estipulada pelas autoridades por meio de critérios técnicos supostamente neutros, que podem definir zonas onde a prostituição é permitida, limitando o número de estabelecimentos, assim como qualquer outro uso do solo tradicional, como ocorre com outras atividades e serviços urbanos (JOÃO PENA, 2020).

Porém, a mudança da esfera jurídica para a do planejamento urbano não necessariamente tem implicado em uma mudança de postura e percepção com relação à presença da atividade, de modo que a moralidade segue expressa nos critérios utilizados pelos planejadores para decidir sua localização na cidade, e os instrumentos urbanísticos, na prática, seguem funcionando como forma de garantir o distanciamento da prostituição de áreas “familiares”, como zonas residenciais, escolas, igrejas e hospitais, principalmente aquelas ocupadas por classes mais abastadas. Utiliza-se o saber técnico para legitimar essa forma de gestão da cidade, por vezes alegando distúrbios sonoros e visibilidade, impacto físico, ou a proximidade de residentes considerados vulneráveis à presença da prostituição (JOÃO PENA, 2020). É a suposta neutralidade dos procedimentos técnicos do planejamento urbano que serve à “imposição de um particular tipo de moral e ordem social atendendo relações de Poder (patriarcal, heterossexual e branca)” (MARCELO TEIXEIRA, 2013, p. 11). Portanto, seja na gestão diferencial dos ilegalismos, ou nas recentes experiências de aplicação do modelo regulamentarista na perspectiva trabalhista, é possível identificar como a organização da prostituição na cidade tem sido estruturada pela ordem moral.

Essa questão fica evidente na análise de João Pena (2020) sobre a proposta e execução do Plano 1012, realizado para o bairro do Red Light District de Amsterdam em 2007. O autor expõe o Plano 1012 como parte de uma estratégia da Prefeitura visando atrair turistas “bem

comportados”, ou seja, pessoas com maior poder aquisitivo e/ou que se interessam pela cidade para além do centro, da experiência relacionada com sexo e drogas, vista como algo negativo. Nesse contexto, a renovação do centro de Amsterdam pelo Plano pretendia a higienização social e o estímulo a usos associados a comércios e serviços de alto padrão em áreas específicas do Red Light District, e para isso o governo usou de procedimentos legais de gestão do território, como a avaliação das licenças dos bordeis e coffee shops compreendidos nas áreas de interesse, de modo que qualquer mínima irregularidade no funcionamento dos estabelecimentos implicava em seu fechamento, resultando na expulsão de muitas prostitutas da área. Contudo, a justificativa oficial utilizada pelo governo para a intervenção localizada em determinadas áreas e usos do bairro foi o combate à criminalidade e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, sob a alegação de que os crimes eram mais propensos de terem ligação e serem suportados pela rede de bordeis e coffee shops do Red Light District, utilizando assim de um discurso moral que reforça representações estigmatizantes para justificar o uso de instrumentos técnicos para a remoção das prostitutas do centro de Amsterdam em favor da ocupação do espaço por turistas ricos e “bem comportados” (figura 4).



Figura 4 – Prostitutas protestam contra o fechamento das vitrines do Red Light District, em Amsterdam. Lê-se na faixa: “Não nos salvem, salvem as nossas vitrines!”
Fonte: João Pena (2020).

Se a aplicação do modelo de regulamentação da prostituição defendido pelas prostitutas organizadas já demonstra na prática a sua insuficiência para a superação do estigma e da ordem moral na organização da prostituição em algumas cidades, importante considerar também outras formas de luta empreendidas pelas putativistas que se conectam com a reivindicação de seu direito de ocupar de forma segura e digna os espaços da cidade. Laura Murray (2016) cunhou o termo puta politics, ou “política de puta”, a fim de discutir uma forma de fazer política do movimento de prostitutas no Brasil que envolve a ocupação de espaços de poder na luta por vias institucionais, como a participação na construção de políticas públicas na área da saúde e de projetos de lei para a regulamentação da prostituição, e ao mesmo tempo se orienta e valoriza a cultura das ruas e esquinas, em diálogo direto com as prostitutas, para nutrir o movimento de formas mais fluidas e alegres de ativismo, utilizando inclusive os próprios corpos como campos de resistência, como ocorre na Marcha das Vadias.

Segundo Aline Tavares (2015a), a Marcha das Vadias passa a ser organizada no Brasil em 2011, e em cerca de seis meses são realizadas passeatas em mais de trinta cidades brasileiras, onde o corpo adquire papel central enquanto elemento contestatório contra as opressões sexuais e de gênero e em favor da liberdade e da emancipação da mulher, na busca por uma resignificação do termo vadia, que de representação marginal e estigmatizante passa a simbolizar empoderamento. No caso do movimento de prostitutas, desde o início dos anos 2000, Gabriela Leite passou a contestar o modo higienizador através do qual foi amplamente incorporado o termo “profissional do sexo”, ou “trabalhadora sexual”,

pelas militantes: para algumas, a escolha do nome da profissão significava um passo definidor no processo de sua aparição pública, como se determinasse uma forma mais socialmente aceita de se inserir na discussão sobre a prostituição e ser “levada a sério”, distanciando-se da representação estigmatizada dominante associada à prostituta; para Gabriela Leite, esse entendimento contribuía para escamotear o problema e negar a própria identidade (GABRIELA LEITE, 2009).

Por isso, Gabriela Leite propunha a reapropriação e ressignificação dos termos “prostituta” e “puta” - normalmente utilizados para desqualificar socialmente a mulher e justificar formas de violência contra a mesma - como sinônimo da luta pelos direitos trabalhistas, sociais e sexuais empreendida pelas prostitutas, atualizando os sentidos e significados sociais que essa terminologia carrega como uma forma de combater o estigma e positivar a identidade da prostituta: “[...] “puta” aparece como uma pessoa articulada, política, sujeita de direitos, empoderada: são atributos que configuram uma liderança e uma associada, de tal maneira que reflete o fazer político destas mulheres” (CAROLINA GUERRA, 2019, p. 55). A proposta, que gerou dissenso no movimento, teve Lourdes Barreto como grande apoiadora, como se percebe através de seu texto abaixo, denominado de “Putas”:

Sou puta de raiz, uma puta que quer ganhar o mundo, uma puta que veio ao mundo. Sou uma puta companheira, uma puta de luta, que busca por direitos e cidadania em uma sociedade hipócrita e falso moralista. Sou uma puta mulher para fazer a diferença, uma puta como sempre, e serei sempre. De todas as horas, de todas as noites, de todos os dias e de todas as manhãs: uma puta de coragem. Na boate, no cabaré, na rua, na esquina, na noite, no navio, no garimpo e nas barragens. Uma puta das pepitas, da luz vermelha, da penumbra, do laquê, puta da estrada, de todos os lugares, nos postos de gasolina, nas garagens, no sistema prisional, que vai em qualquer lugar sem medo de ser feliz, de viver as fantasias (nossas e dos outros). Uma puta bem puta mesmo, uma puta que questiona e que luta, uma puta mãe, uma puta avó, uma puta mulher, uma puta de raiz, uma puta como sempre (LOURDES BARRETO, 2018, p. 120).

Para Gabriela Leite, a Daspu seria considerada como a expressão máxima da *puta politics*, um importante projeto na luta pela afirmação da identidade puta pela prostituta e que inseriu na militância do movimento elementos provocadores sobre a sexualidade da mulher e o prazer na prostituição. De modo geral, a Daspu é uma grife de moda paraprostutas criada por Gabriela Leite, em 2005, como forma alternativa de financiamento para a manutenção da ONG Davida, associação voltada para a luta dos direitos das prostitutas (FLÁVIO LENZ, 2008). Com grande visibilidade social, seus desfiles têm sido ostensivamente cobertos por diversas mídias nacionais e internacionais, ocupando diversos espaços de visibilidade da cidade, onde as modelos ao desfilar afirmam uma identidade “puta” e dessa forma fazem política: “Na passarela, as meninas mostram a cara, soltam a voz e se liberam do estigma. [...] Elaine Bortolanza, uma amiga minha de Brasília, escreveu um texto para a Revista Global e o título dele resume para mim o que é a Daspu: Passarelas Passeatas” (GABRIELA LEITE, 2009, p.

187).

Diana Helene (2019a) explora em sua tese a ideia do corpo como uma dimensão importante enquanto plataforma de profanação do espaço público pelo movimento de prostitutas. Conforme exposto anteriormente, a corporalidade desempenha importante papel no controle da presença da mulher no espaço público, que precisa se preocupar com a vestimenta, os gestos e comportamentos, para não se parecer com uma “puta”. Ao mesmo tempo, a lógica ordenadora do espaço atua para que as prostitutas sejam invisibilizadas na cidade, e muitas escondem sua identidade inclusive de familiares e pessoas próximas para se protegerem do estigma e do preconceito. Nesse cenário, o movimento de prostitutas tem ocupado os espaços da cidade através de atividades artísticas e culturais onde as putativistas assumem publicamente uma identidade “puta”, transbordando as fronteiras dos espaços tolerantes à expressão dessa identidade na cidade, mesmo que de modo efêmero. Dessa forma, expõem as contradições de gênero que produzem o espaço e “estabelecem uma crítica a um certo modelo de cidade, ao mesmo tempo em que contestam um certo modelo de “mulher”” (DIANA HELENE, 2019a, p. 298).

Ao “sair do gueto” e se mostrar publicamente como sujeitos políticos, sobretudo para seus conhecidos “de fora” do mundo da prostituição e familiares, as prostitutas rompem a separação entre os papéis em “puta” e “mulher direita”, segregados entre os mundos “normal” e o mundo da prostituição (DIANA HELENE, 2019a, p. 264).

Pode-se pensar as “ocupações putizantes” (DIANA HELENE, 2019a) nas cidades também como uma expressão do que Judith Butler (2018) define como o exercício do direito plural e performativo de aparecer publicamente em aliança com outros corpos - reunido em assembleias, greves, vigílias -, a fim de visibilizar sujeitos inelegíveis pelas normas de reconhecimento da democracia moderna e assim contestar condições menos precárias de vida. Diana Helene (2019a) ressalta a importância dessa forma de militância do movimento de prostitutas na ocupação de espaços estratégicos da cidade em disputa, em que as prostitutas têm sua presença ameaçada, como Gabriela Leite relata ter ocorrido no contexto de revitalização da Praça Tiradentes, no início dos anos 2000, na época um espaço de prostituição localizado na área central da cidade do Rio de Janeiro, cuja ameaça de expulsão diante das obras da praça resultou na promoção de diversas atividades culturais pelas prostitutas no local:

Por exemplo, lá no Rio de Janeiro, há pouco tempo atrás a gente teve um problema com a revitalização da Praça Tiradentes [...] E a primeira atitude dos caras é sempre “vamos expulsar as prostitutas” né, porque a revitalização diz respeito a ficar tudo limpinho, bonitinho, e as prostitutas é sujeira. E isso aconteceu, no Pelourinho aconteceu isso, no bairro do Recife aconteceu isso, expulsar as meninas. Aí nós começamos todo um trabalho que hoje está se tornando, nas várias cidades que a gente vem trabalhando, assim um modelo de trabalho pra gente continuar, que é desenvolver atividades culturais, as prostitutas né. E aí a gente entrar na história da revitalização. Então, a gente

começou a fazer uma seresta, chama-se Mulheres Seresteiras; criamos um bloco de carnaval de prostitutas que os simpatizantes podem estar, e tudo isso, e já entrou no calendário dos blocos da cidade né; uma peça de teatro. E acabou que na praça, finalmente, é só nós que fazemos atividades culturais e revitalizamos a praça culturalmente. Esse povo da revitalização pensa que a revitalização da cidade, de um determinado espaço, é só concretar prédio né (CONVERSA..., 2006).

Dentre as atividades culturais ocorridas na praça Tiradentes nesse contexto, ela foi escolhida como o local para a realização do primeiro desfile da Daspu. Diana Helene (2019a) ainda relata a importância da realização de um desfile da Daspu no Putadei – Campinas em 2014, evento realizado em homenagem ao Dia Internacional da Prostituta, durante ato público em uma das praças do centro da cidade onde as prostitutas têm resistido há décadas às tentativas policiais de expulsão (figura 5): “Reafirmar sua identidade, sua presença e sua luta com esse evento, dentro do próprio espaço onde são perseguidas, foi um grande marco para as prostitutas” (DIANA HELENE, 2019a, p. 258).



Figura 5 – Desfile da Daspu no Putadei – Campinas, em 2014.

Fonte: DIANA HELENE, 2019a.

Karina Gea et al (2018) também enumeram diversos eventos, desfiles e atos (como o concurso “Miss Prostituta” e a pelada “Zona Padrão Fifa”) realizados pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig) durante o período de realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, nos quais as prostitutas ocupavam o espaço público como forma de ganhar visibilidade e negociar sua presença no espaço, em um contexto de implementação de diversas operações urbanas na área central de Belo Horizonte que interferiam em territórios tradicionais de prostituição. Segundo as autoras, “os movimentos de prostitutas constantemente (re)constroem formas de militar dentro do feminismo e dentro da cidade, de maneira performática em que o corpo, sensualidade, humor e prazer também estão em jogo”

(KARINA GEA; LETÍCIA BARRETO; LISANDRA MOREIRA, 2018, p. 180).

Por isso, as narrativas das prostitutas sobre as relações sociais cotidianas que constroem em seus territórios, as organizações contra ações de remoção nas diversas cidades brasileiras, a luta pela regulamentação e valorização de seus espaços, e as “ocupações putizantes” podem ser novos recortes-retalhos a serem coletivamente costurados na colcha epistêmica feminista proposta por Poliana Monteiro (2019), onde a história e luta das prostitutas se conecta com a de diversos outros grupos de mulheres no enfrentamento à desigualdades sociais e urbanas, e na construção de outras cidades possíveis.

3. A ZONA NO CENTRO DE SALVADOR

As perspectivas feministas sobre prostituição e planejamento urbano construídas no capítulo anterior são base para introduzir neste capítulo uma leitura espacial do padrão de ocupação da prostituição que predominou no centro de Salvador ao longo do século XX, e que sofrerá transformações na virada para o século XXI no contexto de implementação dos planos de recuperação da área histórica tombada.

Na primeira metade do século XX, a redefinição da área central de Salvador a partir do ideal republicano de modernização, embelezamento e higienização da cidade foi acompanhada por ações da polícia com o objetivo de controle das prostitutas a fim de liberar os espaços da modernidade para a circulação das “mulheres de família”. Essas ações policiais, que se espelhavam nos princípios higienistas do regulamentarismo francês mesmo que esse modelo de gestão não fosse o oficialmente adotado pelo governo brasileiro, tiveram sua expressão máxima com as experiências de confinamento da prostituição em zonas de tolerâncias, localizadas em um perímetro do próprio centro de Salvador que na época estava apartado das grandes transformações impulsionadas pelas reformas urbanas em curso, mas nas décadas seguintes despertaria o interesse do governo estadual pelo valor histórico e cultural de seu patrimônio edificado tombado, quando ali estaria estabelecido o Maciel, considerado a maior zona de prostituição de Salvador em meados do século XX.

Com o olhar sob o Maciel, discute-se como ele foi construído como uma referência espacial da prostituição na cidade associada a uma imagem de espaço deteriorado, imoral, precário, perigoso, dentro da hierarquia dos espaços de prostituição do centro de Salvador. Ainda, busca-se ir além da leitura dominante que associa o Maciel com a criminalidade e a marginalidade, considerando sua importância para as mulheres como possibilidade de se estabelecerem na cidade e viabilizarem suas condições de vida e de seus dependentes, construindo em seu cotidiano formas solidárias de se relacionar com o território, centradas no cuidado e na reprodução da vida coletiva do bairro, responsáveis pela manutenção dos edifícios históricos.

3.1. REFORMAS URBANAS, PRINCÍPIOS HIGIENISTAS E AS ESTRATÉGIAS DE CONFINAMENTO DA PROSTITUIÇÃO

Milton Santos (2008 [1958]) descreve Salvador como a “cidade de dois andares”, em alusão à característica que mais marca a configuração física de sua área central: a divisão entre Cidade Baixa e Cidade Alta, definida pela topografia acidentada do terreno. Foi essa

característica que propiciou a instalação das funções administrativa e militar do núcleo urbano fundado no século XVI para servir como primeira sede do governo geral português no Brasil durante o período colonial, a partir do qual se desenvolveu a cidade de Salvador nos séculos seguintes: na Cidade Alta, assentada no cume da colina, foram situados os principais edifícios da administração pública colonial, os monumentos religiosos, as praças públicas e o conjunto de sobrados coloniais; na Cidade Baixa, margeada pela baía de Todos os Santos, foi instalado o porto.

O caráter portuário e comercial de Salvador contribuiu para o desenvolvimento da prostituição na cidade desde a sua fundação. Já se registra a presença da prostituição compondo a vida social na Salvador colonial, atividade que Thales de Azevedo (1949) definiu como “um dos males maiores da vida colonial brasileira”, bem como suscitando sugestões para investidas do poder público no controle da circulação e da visibilidade das prostitutas nos espaços da cidade, justificadas naquele período pelo apreço à moral cristã: Luís Vilhena (1969) reclamava no século XVIII às autoridades públicas por uma intervenção com o propósito de deslocar as prostitutas para os subúrbios da cidade, “onde há casas de menos preço e consideração”, e assim “limpar de algum modo a cidade desta praga tão contagiosa”, “bem como se lhes vedar o transitarem pela cidade depois do toque de sino a recolher” (LUÍS VILHENA, 1969, p. 142). Contudo, é só a partir do início do XX que se registram diversas ações estatais de controle sobre a prostituição e seus espaços, similares às anteriormente sugeridas por Vilhena. Essas ações seriam influenciadas pelas ideias de Parent-DuChâtelet e o modelo regulamentarista francês, em um contexto de inserção de Salvador na nova ordem republicana que se construía espelhada na ideia de modernidade europeia e a partir dos discursos de médicos higienistas europeus (NÉLIA SANTANA, 1996; CAROLINA MENDONÇA, 2014).

Apesar de as ideias de Parent-DuChâtelet terem tido ampla circulação no meio científico brasileiro, e influenciado os escritos médicos sobre prostituição produzidos no país entre os séculos XIX e XX, o sistema regulamentarista francês, que já estava sendo amplamente criticado internacionalmente, não era lido por unanimidade como a melhor opção para lidar com a prostituição no Brasil. Carolina Mendonça (2014) analisa as teses médicas sobre prostituição produzidas na Faculdade de Medicina da Bahia durante as primeiras décadas de República no Brasil e aponta uma divergência de opinião entre os autores quanto à implementação da política de regulamentação francesa no Brasil. Enquanto as teses favoráveis à adoção apontavam sua importância para conter o espalhamento da sífilis pela cidade, as teses contrárias argumentavam que as experiências de outros países já haviam demonstrado na prática a ineficácia da regulamentação no controle de propagação da sífilis, além de enxergarem o rígido controle estatal imposto pelo regulamentarismo francês como

uma violação do direito de liberdade individual das prostitutas.

Contudo, Carolina Mendonça (2014) destaca que, por trás do argumento de defesa dos direitos individuais das prostitutas, havia o receio de que a criação de um conjunto específico de códigos e órgãos responsáveis pelo disciplinamento da prostituição nas cidades implicasse em um reconhecimento legal da profissão considerado moralmente inaceitável, de modo que a posição contrária desses médicos à regulamentação tinha menos a ver com preservar os direitos individuais das prostitutas do que com garantir que as mesmas não tivessem seu trabalho reconhecidos. Tanto é que mesmo os médicos contrários ao regulamentarismo francês defendiam medidas de vigilância e controle sobre as prostitutas, como confinar as prostitutas em territórios delimitados de cidade, desde que realizadas dentro de um quadro geral de ações de moralização de costumes da população: “Para esses homens, era a repressão policial que deveria tratar dos “problemas” que envolviam as prostitutas e o exercício da prostituição. Essas mulheres não deveriam, em momento algum, ser amparadas pela lei” (CAROLINA MENDONÇA, 2014, p. 47). Ou seja, ao mesmo tempo que não aceitavam o reconhecimento da prostituição pelo Estado, desejavam que o mesmo intervisse na presença das prostitutas na cidade.

Nesse contexto, prevaleceu oficialmente a escolha pela não adoção do modelo regulamentarista francês no Brasil, sendo que o modelo de gestão da prostituição que tem predominado tem sido o abolicionismo. A influência do modelo abolicionista na forma de gerir a prostituição no Brasil pode ser identificada desde 1890, com a publicação do Código Penal brasileiro, no qual foi tipificado como crime o envolvimento ou a obtenção de lucro de terceiros no exercício da prostituição, inclusive através da disponibilização de lugares de habitação e trabalho para prostitutas em troca de dinheiro, apesar de não ter sido considerado crime que a mulher exerça a prostituição de modo autônomo nas ruas. Mesmo assim, a polícia, que possuía papel central em fazer cumprir as leis referentes à prostituição nas cidades brasileiras, foi diretamente influenciada pelos princípios do regulamentarismo francês, principalmente quanto à adoção dos elementos que possibilitavam sua interferência na territorialização da prostituição, na localização dos estabelecimentos e nos mecanismos de controle de circulação da mulher prostituta nos espaços públicos (SARAH FELDMAN, 1989).

A atuação policial sobre a prostituição ocorreu na prática através da flexibilização na aplicação das leis, permitindo o funcionamento das casas de prostituição em determinados setores urbanos enquanto o reprimia em outros, ou realizando prisões indevidas de prostitutas que exerciam seu trabalho de modo autônomo em determinadas ruas, sendo que se percebe que ao longo do século XX essas ações funcionaram no sentido de circunscrever toda uma rede de estabelecimentos para o exercício da atividade em uma única zona de tolerância da cidade, que resultou na popularização de um arranjo espacial específico voltado para o

exercício da prostituição nas cidades brasileiras, a “zona confinada”, ou apenas “zona” (SARAH FELDMAN, 1989; SORAYA SIMÕES, 2010; DIANA HELENE, 2019a).

Conforme explica Diana Helene (2019a, p. 179), “com o tempo, a atuação repressora em relação à prostituição foi se direcionando para a criação de territórios específicos, colocando-a em áreas separadas o suficiente de modo a não ameaçar os valores morais da urbanidade moderna”, e o confinamento então funcionaria como um modelo estruturado de segregação da prostituição, agindo na contenção da livre permanência e circulação das prostitutas pela cidade (DIANA HELENE, 2019a). Para Sarah Feldman (1989, p. 2), a “zona”, isto é, o setor urbano concentrador dos estabelecimentos e atividades ligadas predominantemente ao uso tolerado da prostituição, seria a principal expressão espacial da prostituição de mulheres no contexto urbano-industrial brasileiro, uma constante na maioria das cidades.

Amanda Pereira (2013) aponta como condição paradoxal o fato de que no Brasil a prostituição de rua tem sido o tipo de prática de prostituição mais combatido, apesar de ser uma modalidade em acordo com a lei, pois as mulheres costumam trabalhar de modo autônomo, sem depender de terceiros para a realização do programa como ocorria nas casas de prostituição, que seria a prática de fato a ser combatida segundo sua legislação. A autora afirma que muitas prostitutas que trabalhavam nas ruas centrais das cidades brasileiras foram obrigadas a trabalharem em casas de prostituição, sobretudo na década de 1940, período em que predominou o processo de criação de zonas confinadas nas cidades brasileiras.

Em seu estudo sobre a territorialização da prostituição exercida por mulheres no centro de São Paulo (figura 6), entre 1924 e início da década de 1970, Sarah Feldman (1989) conclui que os processos de segregação espacial da atividade na cidade foram determinados pelos princípios higienistas elaborados no século XIX. Em 1924, ocorreu uma reestruturação do aparelho policial da cidade de São Paulo que instrumentalizou a polícia para atuar no disciplinamento de vários setores da sociedade. No caso da prostituição, houve a criação da Delegacia de Costumes e Fiscalização de Jogos, que estabeleceu o cadastramento das casas de tolerância, reconhecendo esse tipo de estabelecimento a despeito de sua existência ser considerada juridicamente uma atividade criminosa, e diversas normas que definiam o comportamento das mulheres no espaço público, segundo o modelo regulamentarista francês, em que “o controle policial se dá, fundamentalmente, através da delimitação de um território para os estabelecimentos de prostituição e do registro das mulheres prostitutas na polícia” (SARAH FELDMAN, 1989, p. 32). Como no Brasil o regime adotado desde 1890 é o abolicionista, “a polícia, amparada por uma lei estadual, estará atuando na esfera da ilegalidade em relação ao poder federal” (SARAH FELDMAN, 1989, p. 37). Em 1896, já havia sido publicado o “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes”,

primeiro documento policial de caráter regulamentarista do Brasil, que designava normas com relação à presença das prostitutas nos espaços públicos de São Paulo, como modo de vestir, restrições a horários de aparição (SARAH FELDMAN, 1989).

Ainda, Sarah Feldman (1989) observa que a especialização do aparelho policial nas primeiras décadas do século XX, visando o controle da prostituição, se relaciona com a necessidade do Estado de restringir o acesso ao centro pelas prostitutas em contexto de reformas urbanas durante a administração do prefeito Raimundo Duprat (1911- 1914). Como expressão máxima desse regime de controle policial sobre os territórios de prostituição, em 1940, criou-se uma zona segregada para confinamento da prostituição na cidade, em contexto de novo plano de renovação do centro, concentrada nas imediações do bairro de Santa Efigência. Com quase 150 casas de tolerância, três postos antivenéreos e uma delegacia de polícia, além de bares e restaurantes, a zona perdurou até 1953, quando o aparelho policial construído com base nos princípios higienistas foi gradativamente desestruturado pelo Estado e a polícia foi reorientada para atuar conforme legislação de viés abolicionista em vigor, apesar de isso não ter sido suficiente para impedir que estabelecimentos voltados para a prostituição seguissem funcionando de modo camuflado, devido a negociações e subornos à polícia, ameaçados quando intervenções urbanas eram anunciadas (SARAH FELDMAN, 1989).

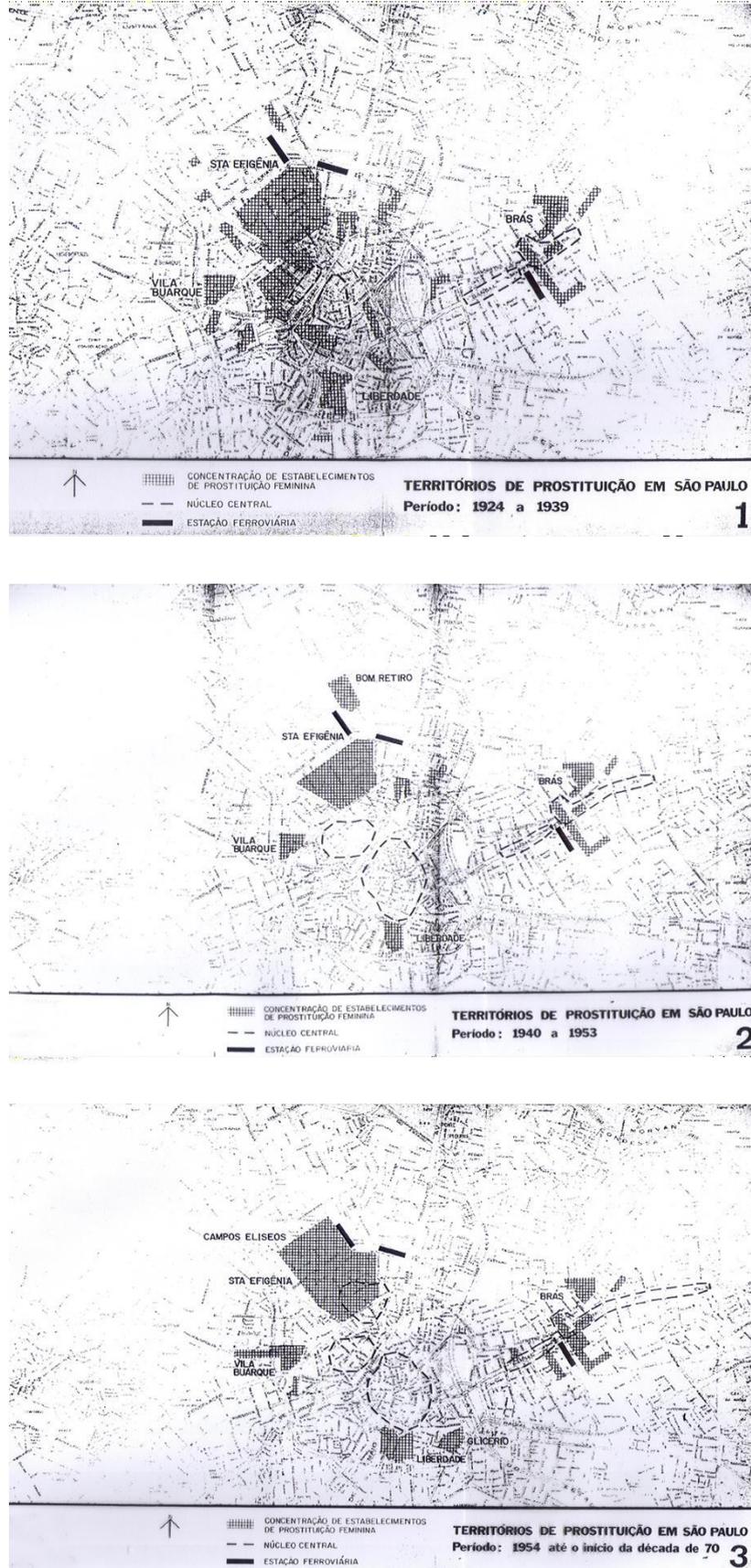


Figura 6 – Mapas da territorialização da prostituição em São Paulo, entre 1924 e início da década de 1970, produzidos por Sarah Feldman.
Fonte: Sarah Feldman (1989).

O início do século XX foi marcado pelo contexto de reformas urbanas no centro de Salvador, influenciadas pelo discurso médico que defendia a reorganização do espaço urbano, dos costumes e das sociabilidades aos moldes burgueses e europeus, sob a justificativa de elevar a saúde e a qualidade de vida da população. Nesse cenário, o foco era a superação do modo de vida colonial, expresso espacialmente no traçado das ruas estreitas e nas características arquitetônicas dos casarões mal ventilados e iluminados, sem rede de esgoto, propícios para a proliferação de epidemias, vírus e micróbios que ameaçavam a saúde pública, sendo que a redefinição física da área central pretendia também o reforço da mesma enquanto centralidade administrativa, financeira e comercial em torno da qual se organizaria um aglomerado de bairros residenciais, reforçando a cidade como principal polo terciário da Bahia (ALBERTO FILHO, 1994; MILTON SANTOS, 2008 [1958]).

A primeira gestão de Joaquim Seabra (1912/1916) foi representativa do desejo de pôr em curso a reordenação do espaço urbano do centro de Salvador, através da remodelação das ruas para a circulação dos automóveis e bondes elétricos, da remodelação do cais do porto, do melhoramento da infraestrutura urbana, com a introdução da iluminação pública e da rede de esgoto, e da reforma das praças e espaços públicos, apesar do pouco sucesso na efetivação dos planos. A abertura da avenida Sete de Setembro foi uma das primeiras experiências urbanísticas modernas em Salvador, e funcionou como ligação entre o centro e o setor sul da cidade, promovendo valorização da área onde a elite baiana já havia iniciado a ocupação ao longo do século XIX, deslocando-se dos casarões coloniais e reorganizando-se em torno de uma nova forma de habitar moderna e higiênica, os palacetes, formando um bairro residencial homogêneo e segregado que instaurou uma maior divisão dos espaços da cidade. Junto com a Avenida 7, nos anos de 1910, alargaram-se também as ruas Chile e da Ajuda (figura 7), que se transformaram em eixos comerciais onde novos edifícios modernos verticalizados foram construídos, por onde transitavam os modernos meios de transporte da época, como os bondes elétricos, assim como circulavam as classes burguesas frequentadoras das confeitarias, cafés, lojas, magazines, cinemas, teatros, clubes de jogos, restaurantes e cabarés (ALBERTO FILHO, 1994; MILTON SANTOS, 2008 [1958]).

Alberto Filho (1994) afirma que o discurso médico defendia que para assegurar a saúde da população se fazia necessário não apenas o reordenamento do espaço público como a reformulação da vida doméstica, já que seria no lar que seriam formados os cidadãos saudáveis para a vida pública, de modo que a ideologia republicana se assentou no binômio “família-cidade”. Com o papel direto no desenvolvimento físico-moral dos filhos, a mulher desempenharia uma participação mais ativa na vida social e pública, “protagonizando hábitos de consumo, aliadas dos pediatras na vigilância sobre os filhos, preocupadas em instruir-se para melhor desempenhar o seu papel doméstico” (ALBERTO FILHO, 1994), que requeria

uma presença mais constante no espaço urbano, sujeita a códigos que regulavam seu comportamento e circulação pela cidade. Esses códigos contribuíram para a construção de uma “gramática das ruas” (ALBERTO FILHO, 1994) que diferenciava as “mulheres de família” das “mulheres públicas”, a representação daquelas que não expressavam o modelo ideal de mulher branca burguesa e por isso eram uma ameaça à moralidade e à saúde pública a ser controlada pelo Estado, geralmente associada à figura da prostituta.

Segundo Nélia Santana (1996), em 1912, quando Joaquim Seabra assume a prefeitura de Salvador, já havia o desejo expresso de circunscrição da prostituição a certas áreas da cidade que ficassem longe do convívio das “mulheres famílias”, em especial diante do desenvolvimento do sistema de transporte por bonde elétrico, que possibilitava uma maior mobilidade e visibilidade às pessoas. Contudo, sem um projeto de controle mais efetivo e sistemático para atuar na prostituição, a intimação policial para mudança de endereço das prostitutas era um recurso bastante utilizado para o deslocamento das mesmas das áreas reformadas. Junto a isso, ordens policiais impunham às prostitutas restrições de horário para circulação nas ruas e de aparições nas janelas e portas dos casarões coloniais onde moravam e/ou trabalhavam, principais locais utilizados pelas mesmas para abordar possíveis clientes: “Este tipo de proibição procurava intervir nos espaços básicos de estratégia do baixo meretrício para a conquista de clientes: as ruas e janelas” (NÉLIA SANTANA, 1996, p. 67). Ademais, os crimes de atentado ao pudor e de vadiagem eram acionados frequentemente pela polícia a fim de manter presas as prostitutas por um ou dois dias, retirando-as dos espaços públicos (CAROLINA MENDONÇA, 2014).

Em 1903, quando da inauguração da Rua Chile, todas as meretrizes ali residentes foram convidadas a se retirar, sob o aplauso das famílias. Em 1910, a polícia intimou as prostitutas da Rua Carlos Gomes e Rua do Tesouro para que, num prazo de quinze dias, deixassem de residir nestas áreas “a bem da ordem pública”. A repressão policial assumia, muitas vezes, um caráter de campanha sanitária. Para “limpar” o Distrito da Sé, 96 prostitutas, estabelecidas em nove casas da área, foram convidadas a comparecer à polícia no ano de 1914. Em 1922, o jornal exigia “medidas saneadoras” para com a habitação coletiva denominada “O Paraizo”, que era uma “ameaça permanente à moral e aos bons costumes” dos moradores da rua do Saldanha. Três dias depois, a polícia fez desfilar pela Avenida Sete, em pleno dia, rumo à casa de detenção, um “rancho” de 20 prostitutas, devidamente guardadas por soldados, presas na noite anterior, na Rua Carlos Gomes, por praticarem algazarras (ALBERTO FILHO, 1994, p. 82).

Nos hotéis de luxo das mesmas áreas renovadas, mantinham-se protegidas as prostitutas estrangeiras. Fazia parte da experiência moderna dos homens da elite brasileira, inspirada nas práticas culturais europeias, se relacionar sexualmente com prostitutas francesas, polacas e russas, tidas como mais experientes e cultas. Apesar da cruzada de moralização do sexo empreendida por policiais e médicos, não havia o interesse por parte dos homens ricos de eliminar esses espaços da modernidade. Os próprios policiais ansiavam

pela experiência de usufruir dos cabarés e bordeis onde as prostitutas estrangeiras circulavam (ALBERTO FILHO, 1994; NÉLIA SANTANA, 1996). As ações policiais de expulsão das prostitutas eram direcionadas para aquelas que ocupavam moradias coletivas, pensões e hospedarias, arranjos comuns de habitações plurifamiliares, conformados a partir da subdivisão dos casarões coloniais do centro de Salvador em pequenos cômodos. Como observa Margareth Rago (1990, p. 190), “é visível que o alvo de atuação destes poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, tavernas, “casas de tolerância” que compunham a geografia do baixo meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade”.

Ademais, Carolina Mendonça (2014) problematiza o fato de que havia mulheres que, apesar de não exercerem a prostituição, assim como as prostitutas ocupavam as ruas trabalhando ou se divertindo, bebendo, brigando ou falando alto das janelas, e por isso eram socialmente vistas como prostitutas, e igualmente presas por praticarem conduta moral desviante. Segundo Alberto Filho (1994), o modelo burguês de família não teve muita força nas camadas populares: poucas foram as mulheres que contaram com um marido que provesse todo o sustento do lar, de modo que muitas tiveram de conciliar os trabalhos reprodutivos e produtivos para a manutenção da família, desenvolvendo múltiplas atividades que as tornavam presença ativa nas ruas da cidade. Carolina Mendonça (2014) ressalta que o argumento médico para as definições e classificações sobre “prostituta” no Brasil ampliou os critérios e enquadrou mulheres da classe trabalhadora, como floristas, modistas, costureiras e vendedoras de charutos, como “prostitutas públicas”, por trabalharem nas ruas e em contato com o público, supostamente utilizando do seu ofício para seduzir e se insinuar para clientes. A presença nas ruas das mulheres das classes populares só era suavizada e menos depreciada quando era justificada pelo exercício de sua função materna, pelo cuidado e garantia da sobrevivência dos filhos (ALBERTO FILHO, 1994).

Alberto Filho (1994) também expõe como a construção da identidade da prostituta no Brasil foi associada às práticas de herança africana e à identidade negra. As mulheres envolvidas com o culto nas casas de candomblé eram vistas como prostitutas que serviam aos ogãs e pais de santo. Diversas outras manifestações populares também eram representadas como promíscuas, como o maxixe, o samba e a umbigada, devido aos movimentos corporais vistos como imorais e eróticos. As expressões “mulata” ou “crioula” eram revestidas de conotação sexual, vistas como incompatível aos papéis femininos mantenedores da família, como a “moça” ou “senhora”. Ou seja,

A afirmação de padrões de conduta feminina, em consonância com os papéis de moça ou senhora de família, se construiu sobre uma forte estigmatização de prostitutas, pretas e trabalhadoras, traçando-se uma nítida linha demarcatória entre a civilização e a barbárie (ALBERTO FILHO, 1994, p. 14).

As manifestações culturais e religiosas de origem africana e as práticas sexuais consideradas imorais foram especialmente construídas como ameaças a serem controladas a fim de construir uma nação civilizada, higienizada e moderna. A ação policial seletiva sobre a prostituição frequentemente se relacionava com o empenho em disciplinar os costumes dos populares, ou desafrikanizar as ruas (ALBERTO FILHO, 1994), através da criminalização de atividades e manifestações que atingiam diretamente a vida das classes populares e negras, como já acontecia desde metade do século XIX com o aumento do controle sobre os escravos de ganho e libertos para evitar fugas e rebeliões, levando à proibição dos batuques, danças e ajuntamentos. A campanha policial de repressão contra as casas de candomblé teve como uma de suas justificativas a associação da atividade com expressões de libertinagem e promiscuidade. “Seduzindo “moças de família” ou prostituindo mulheres pobres e indefesas, o argumento da defesa da honra feminina alimentou medidas repressivas contra os terreiros” (ALBERTO FILHO, 1994, p. 105).

Em 1926, a polícia baiana passou por uma reorganização na sua estrutura e foi criada uma delegacia auxiliar que deveria cuidar exclusivamente de questões ligadas aos costumes, o que provocou uma mudança no tratamento dispensado à prostituição em Salvador. Na década de 1930, foi instituído o registro das prostitutas na polícia, através de um formulário que requisitava inclusive informações detalhadas sobre o corpo das prostitutas - como estatura, cor, cabelos, sobrancelhas, olhos e marcas, cicatrizes e sinais visíveis -, influenciado pelos estudos higienistas que buscavam na biologia uma explicação para o caráter “defeituoso” da mulher que trabalhava como prostituta. Além disso, foram reforçadas as restrições quanto à aparição pública das prostitutas, sendo proibida sua exposição nas janelas como forma de atrair clientes, e sua circulação pelas ruas só poderia ocorrer depois das onze horas da noite (NÉLIA SANTANA, 1996).

É também no início da década de trinta que a polícia iniciou uma operação para o confinamento da prostituição em Salvador (figura 7). Em 1932, houve o deslocamento das prostitutas para a rua do Tijolo (28 de Setembro), uma rua localizada ainda na área central, porém em uma região que se mantinha apartada das reformas urbanas até então. Soraya Simões (2010) e Diana Helene (2019a) expõem o reflexo da condição de confinamento da zona na forma como a mesma se localiza na cidade e se relaciona com o seu entorno urbano: normalmente é uma área desvalorizada e isolada, que tem como seus limites fronteiros avenidas de alto fluxo, usos industriais ou terrenos vazios, para onde não convergem fluxos de pessoas que não estejam interessadas no uso ao qual a área está preparada para oferecer. Segundo Nélia Santana (1996), o que determinava a escolha da rua em que era permitida a residência das prostitutas era a necessidade de ocultamento da sua presença das vistas públicas, e o bonde, considerado símbolo de urbanização da época, servia como um

termômetro para definir as ruas principais em que era proibida a circulação de prostitutas.

Apenas três anos depois, em 1935, houve a decisão de deslocar as prostitutas para nova zona de tolerância, diante das novas intervenções que foram empreendidas na malha urbana do centro de Salvador: o alargamento da rua Visconde do Rio Branco (Ladeira da Praça); a construção da praça da Sé para servir como estação de paragem do bonde elétrico; e a construção do viaduto da Sé entre a nova praça e a rua da Ajuda (figura 7). Essas obras visavam estabelecer um novo circuito para o tráfego dos bondes na cidade, com a necessidade da abertura de uma linha que passaria pela rua do Tijolo (28 de Setembro), integrando-se no circuito moderno da cidade e fazendo com que se misturassem os fluxos com o ambiente da prostituição. Desse modo, o crescimento global da cidade, especialmente o do comércio e a expansão das linhas de transportes coletivos, implicou nas ações policiais para o deslocamento das prostitutas da área.

Da rua do Tijolo, as prostitutas foram transferidas para um conjunto de ruas mais ao norte do centro de Salvador, na rua das Laranjeiras e adjacências (figura 7), próximas ao Terreiro de Jesus.

Segundo informação que colhemos directamente do delegado da 1ª Circumscricção, está definitivamente assentada a mudança do meretrício localizado à rua do Tijolo [28 de Setembro], para o trecho da rua das Laranjeiras [Muniz Barreto], que começa no cruzamento com o Maciel de Baixo [Gregório de Matos]; trecho da Ordem Terceira de S. Francisco [Inácio Accioly], começando nas Laranjeiras [Muniz Barreto] e terminando na ladeira de São Miguel e rua de Santa Izabel.

Em cumprimento desta resolução, o delegado Tancredo Teixeira desde hoje ordenou a intimação do mulherio da rua do Tijolo, que assim começará a se deslocar para aquelle sector urbano (DA..., 1935, p. 12).



Figura 7 – Mapa: intervenções urbanas na área central de Salvador de início do século XX *versus* deslocamentos das zonas de prostituição.
 Fonte: Google Earth 2021, elaborado pela autora.

A zona das Laranjeiras era conformada por trechos de ruas secundárias, de ambiência mais escondida e discreta, isoladas dos principais fluxos de circulação do bairro e afastadas da área sul do centro, que concentrou as intervenções urbanas (figura 7). A escolha dessa área se justificava pela constatação de que era conformada por trechos de ruas onde não seria possível o assentamento de linhas de bonde (NÉLIA SANTANA, 1996). Por não ter sido foco das intervenções urbanas, era uma área que preservou as características coloniais no traçado de suas ruas e no conjunto arquitetônico de monumentos e casarões, que, desde o século XIX com o deslocamento das famílias aristocratas baianas, passavam por um processo de subdivisão dos espaços internos em pequenos cômodos para habitação plurifamiliar destinada a grupos de menor poder aquisitivo, escravos de ganho, libertos e pobres, que dependiam das ruas do centro para o desenvolvimento de suas atividades (ANA LOURDES COSTA, 1989). E, mesmo com os interesses de médicos higienistas de extinguir essa forma de habitar considerada insalubre, o aluguel dos cômodos como nova fonte de lucro da elite impedia que a mesma desaparecesse, pelo contrário, esses imóveis foram cada vez mais

subdivididos em pequenos cubículos, separados entre si por tapumes, transformados em cortiços (URPI URIARTE, 2019). Por isso, assim como no centro de São Paulo, em Salvador, “a “zona segregada” se constituía, na verdade, numa concentração de cortiços aos quais se combinava a função de casas de tolerância” (SARAH FELDMAN, 1989, p. 91), sendo que “a exigência, explicitada em lei, de manter os estabelecimentos de prostituição distante das famílias se realiza[va] unicamente com relação às famílias das classes dominantes” (SARAH FELDMAN, 1989, p. 61).

Predominam reportagens nesse período com reclamações de moradores nas ruas adjacentes à zona, que relatavam a presença de locais de prostituição em vias não autorizadas e requeriam a atuação policial para sua retirada (MERETRÍCIO..., 1935, p. 2; MERETRÍCIO..., 1936, p. 2; NÃO..., 1936, p. 2; O..., 1938, p. 10; NÃO..., 1938, p. 2),

sendo que a política de confinamento não teve forças em Salvador e foi finalizada poucos anos depois. Na virada para a década de 1940, houve mudança de postura da polícia de costumes, que abandonou a estratégia de localização da prostituição em Salvador, dissolvendo a zona das Laranjeiras sem selecionar um outro local da cidade para o estabelecimento das prostitutas. Apesar de não mais existir enquanto uma zona de tolerância oficial da cidade, o jornal registrou o retorno e a continuidade da presença das prostitutas na zona das Laranjeiras nos anos seguintes:

A zona em que se localizara, conhecida como Laranjeiras, estaria então coberta com o véu das virgens. Poderiam os seus prédios, já expurgados das manchas do pecado, ser habitados por famílias honestas. Houve quem acreditasse nisto e alugasse casa naquela zona. [...] As rameiras voltaram todas para o ninho antigo e as famílias que se não fizessem confundir que se mudassem (O..., 1953, p. 10).

Desde o início do século XX, houve uma crescente mobilização da sociedade civil na defesa da proteção dos edifícios históricos de Salvador que estavam sendo atingidos pelas reformas urbanas, em especial no caso da demolição da igreja da Sé iniciada em 1933 para a construção do terminal de bonde. Entre 1938 e 1945, cerca de 50 edifícios antigos foram tombados na área central de Salvador, marcando o início de uma progressiva incorporação do centro da cidade ao patrimônio histórico nacional: “A ideia de centro histórico em Salvador começou, assim, a ser construída quando o centro da cidade estava em seu apogeu, pressionado para expandir-se e verticalizar-se” (MÁRCIA SANT’ANNA, 2017, p. 74). Milton Santos (2008 [1958]) analisa como o movimento de preservação do conjunto colonial implicou em uma ausência de dinamismo de certas áreas do centro de Salvador, em especial aquelas entre a praça da Sé e o Convento do Carmo, já que suas condições específicas dificultavam sua integração às transformações urbanas modernizadoras de caráter especulativo, o que Milton Santos (2008 [1958], p. 188) polariza como a “luta entre o arranha céu que tem necessidade de se levantar e o sobrado que não quer desaparecer”.

Desse modo, segundo o autor, houve a coexistência de duas situações operando sobre o centro de Salvador: em algumas ruas, verificou-se a expulsão espontânea de seus ocupantes para a instalação do uso comercial, impulsionado pela remodelação urbana e a inserção do sistema de transporte, enquanto outras ruas não foram atingidas pela expansão das atividades do centro e permaneceram como moradias coletivas, sofrendo um alto incremento demográfico. “É assim que uma mesma paisagem, a das velhas casas do centro, pode abrigar duas tendências demográficas diferentes, até mesmo contraditórias” (MILTON SANTOS, 2008 [1958], p. 142), e essas duas tendências podem ser lidas como áreas de influência do capital especulativo, e áreas de não influência.

Esse quadro era terreno fértil para a continuação da ocupação da prostituição na antiga zona das Laranjeiras, que fazia parte da área que concentrava os conjuntos coloniais preservados pelas medidas de proteção ao patrimônio e se manteve sem sofrer grandes transformações urbanas nos anos posteriores à ação de confinamento das prostitutas devido à dificuldade de intervenção pelo Estado e demais segmentos sociais, o que favorecia acordos com a polícia para o funcionamento de modo camuflado de casas de prostituição e a presença das prostitutas nas ruas dessa área que já abrigava uma rede de estabelecimentos voltados para a prática da prostituição que se concentraram no bairro principalmente devido às ações policiais de confinamento das prostitutas, além de ter uma localização privilegiada próxima aos grandes fluxos da cidade que contribuía para a demanda pelo serviço existir.

Em meados do século XX, durante a realização da tese de Milton Santos (2008 [1958]), a área da escarpa dividida entre Cidade Baixa e Cidade Alta já não mais correspondia à toda a ocupação urbana de Salvador, que já havia passado nos últimos quatro séculos por períodos de expansão urbana, espraiando-se para o norte, onde se formaram diversos bairros e invasões habitados pela classe média e pobre, e para o sul, onde foram construídos os bairros ricos, seguindo a ocupação pela orla marítima. Contudo, a despeito da expansão da cidade, Milton Santos (2008 [1958]) afirma que a região central organizada entre Cidade Alta e Cidade Baixa seguiu concentrando as principais funções, recursos e fluxos de Salvador, e da Bahia de um modo geral.

O porto exercia importante papel na consolidação de Salvador enquanto metrópole regional, servindo de entreposto para o escoamento de diversas matérias-primas vindos de todo o Estado e contribuindo para sua consolidação enquanto praça comercial, centro financeiro e administrativo. Fora as transações de importação e exportação, desde o comércio de luxo até as lojas populares, feiras livres, armazéns e açougues, comércio ambulante, o centro abrigava quase toda a atividade comercial voltada para os moradores de Salvador. Além disso, “todos os caminhos levavam ao centro da cidade”, integrando as principais rotas de transporte coletivo, carros e pedestres, sendo que a ligação entre a Cidade Baixa e a

Cidade Alta foi cada vez mais reforçada pela construção de ladeiras, planos inclinados e elevadores (MILTON SANTOS, 2008 [1958]).

A alta rotatividade de trabalhadores assalariados durante o dia no centro de Salvador favorecia a constituição de uma prostituição mais operária, de “baixo meretrício”, para atender a esse grupo de potenciais clientes que circulavam diariamente pela área. Além disso, no período noturno, o centro de Salvador se caracterizava como um “núcleo lúdico” (SARAH FELDMAN, 1989) da cidade, conformado por uma rede de bares, cabarés, cassinos, dancings e outros espaços de sociabilidade frequentados por marinheiros, coronéis, políticos, estudantes, intelectuais e artistas, que registraram amplamente a vida noturna e boêmia do bairro (figura 8), e também eram grupos de potenciais clientes para as prostitutas, que circulavam por esses ambientes.

Nesse cenário, como uma extensão da zona de tolerância oficial que costumava existir na década de 1930 como zona das Laranjeiras, conformou-se em meados do século XX a “fase áurea” daquela que passou a ser conhecida como “a maior zona de prostituição concentrada da cidade” (GEY ESPINHEIRA, 1984, p. 11), denominada de Maciel (figura 7). Região que se localizava entre o Terreiro de Jesus/Convento de São Francisco e o Largo do Pelourinho, onde estão os casarões mais antigos e representativos do período colonial do centro de Salvador, Maciel remetia ao sobrenome da primeira família proprietária do sobrado colonial de maior prestígio na área, atualmente conhecido como Solar Ferrão.

Dentre as boates famosas do Maciel, destaca-se a de Zazá, que abriu no bairro ainda na época em que a polícia ali confinava a prostituição nos anos 1930 e funcionou até a década de 1950, comandada por um português, ator e bailarino, e que tinha entre sua clientela assídua o artista plástico argentino Carybé, que possuía um quarto para si no local, onde realizava várias de suas gravuras (ANÍSIO FÉLIX, 2001). Maria Luzia, que trabalhou na “fase áurea” da zona, assim a descreve naquele período: “O Maciel era um movimento terrível. Há vinte e sete anos atrás [em 1953] para se passar numa rua dessa era muito difícil, tinha muita gente, era um aperto, quando chegava um navio no porto, era uma enchente. Me lembro de muitas boates grandes e bonitas” (MARIA LUIZA, 1981, p. 12-13).

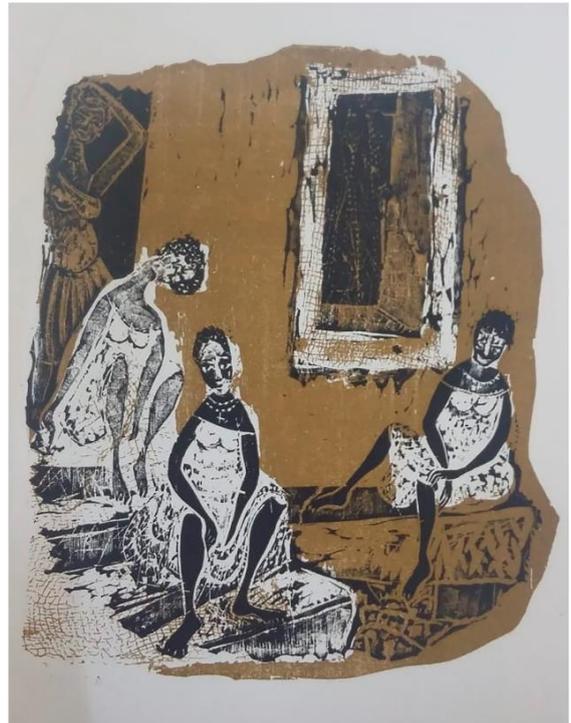
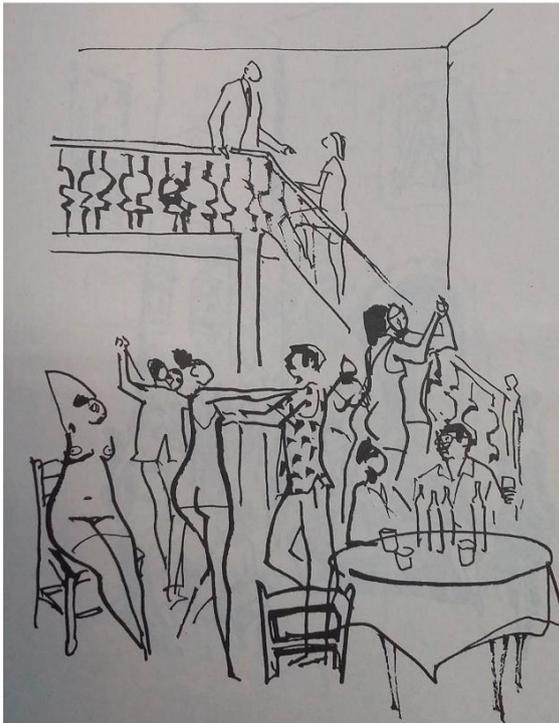
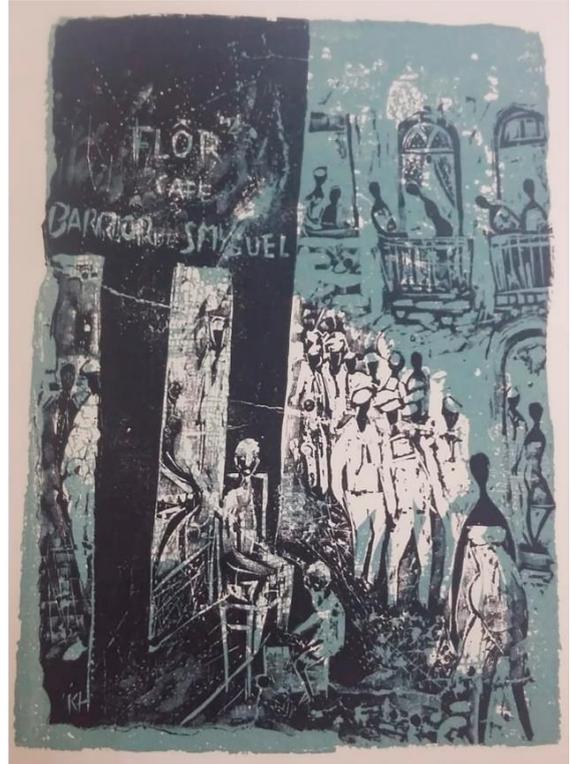
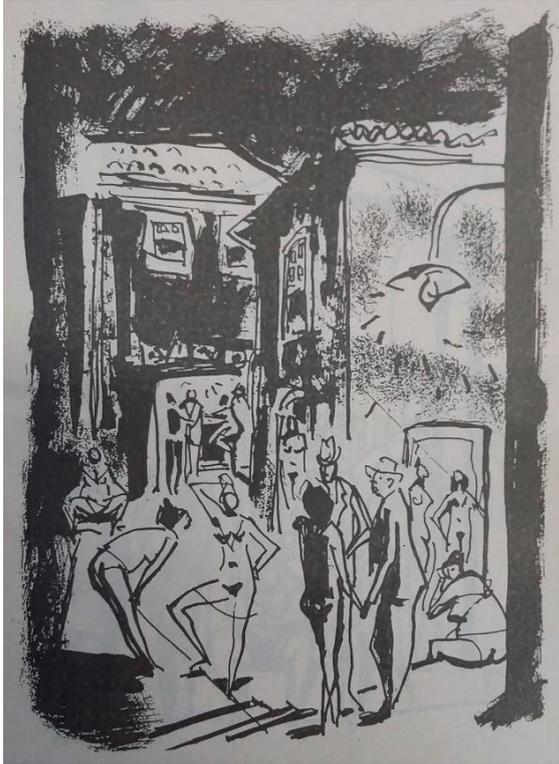


Figura 8 - Ilustrações produzidas pelos artistas Carybé (à esquerda) e Hansen Bahia (à direita) nos locais de prostituição do centro de Salvador em meados do século XX.
Fonte: acervo da autora.

O relato de Milton Santos a seguir sobre o Terreiro de Jesus nos anos 1950 permite ter um retrato de sua conformação enquanto ambiente popular e prostitucional do centro de Salvador, “o coração da cidade noturna”, espaço público historicamente importante para o encontro entre prostitutas e clientes, que se interligava com a ambiência da zona do Maciel:

Mas é exatamente às dez horas que um outro bairro começa a animar-se. É o coração da cidade noturna, a praça 15 de Novembro [Terreiro de Jesus], pertinho da zona de prostituição, onde prostitutas, vagabundos, marginais de todas as espécies dão-se encontro em ruas mal iluminadas. Desloca-se para aí esse comércio ambulante de frutas e comestíveis, cozidos ou aquecidos sob o olhar dos fregueses em pequenos fogões acesos em cima dos passeios. Os transeuntes, ainda longe, sentem o cheiro forte das iguarias afro-brasileiras, condimentadas com azeite de dendê e pimenta por negras e mulatas vestidas com trajes típicos. Os botequins se tornam movimentados. A polícia afrouxa sua vigilância e as prostitutas (a quem é proibido fazer o trottoir durante o dia) podem sair de casa e se exhibir na rua (MILTON SANTOS, 2008 [1958], p. 130).

Além de pesquisador do Maciel, Gey Espinheira se identificava também como cliente, alguém que frequentava os bares da região desde sua época de estudante, e sobre essa vivência ele descreve:

O Pelourinho¹⁰ era um lugar boêmio de Salvador, um lugar de encontro dos intelectuais, um lugar agradável que a gente costumava realmente virar a noite. Saíamos do Pelourinho de manhã e descíamos para ir pro Mercado Modelo. Continuava... O Pelourinho era um lugar muito, muito rico de encontro de pessoas. [...] Mas era uma grande festa, no sentido bem baiano, bem popular, de um tempo que não existe mais: um tempo da noite, um tempo da prostituição, um tempo dos bares, das boates. Todo o centro de Salvador era uma grande prostituição. Boates, com diversão livre, com pessoas elegantes, as mulheres bem vestidas ou mal vestidas a depender das condições (GEY ESPINHEIRA apud MARIA PALÁCIOS, 2009, p. 91).

Em 1959, uma nova campanha policial, coordenada pelo então Delegado de Jogos e Costumes de Salvador e amplamente divulgada nos jornais da época, propunha novamente concentrar as prostitutas em uma zona de tolerância, dessa vez transferindo as mesmas da Cidade Alta para a Cidade Baixa, em uma área próxima ao porto de Salvador. A ação ficou conhecida como “Operação Limpeza”, nome idêntico à operação policial que retirou as prostitutas do centro de Campinas e as localizou no bairro periférico do Jardim Itatinga (DIANA HELENE, 2019a), e expressou uma mudança de olhar do Estado para a área histórica de Salvador, revelando um crescente interesse pelo seu potencial uso turístico e cultural como objeto de especulação e acumulação de capital. Como se percebe no trecho citado a seguir, a “Operação Limpeza” era noticiada nos jornais como uma resposta à necessidade de liberar a área histórica da presença das prostitutas, com vistas à sua valorização como patrimônio histórico e atração turística.

¹⁰ Como será discutido adiante, após a reforma do centro histórico de Salvador, o Pelourinho, ou “Pelô”, passou a ser um termo utilizado para se referir de forma geral à toda a área reformada para o turismo, onde estava inserida a zona do Maciel.

Instalado em pleno coração da cidade, em ruas que pelo seu aspecto colonial poderão ser transformadas em atração turística, esse terrível cancro social fazia com que os visitantes delas se afastassem, retornando sem conhecer as belezas dos casarões construídos da época. Reconhecendo isso e atendendo aos protestos da população revoltada com o fato, aquela autoridade decidiu transferir o meretrício, saneando as artérias onde se achava instalado (MARIPOSAS..., 1960, p. 16).

O interesse do Estado na valorização do patrimônio histórico de Salvador ganhará cada vez mais um papel central no planejamento urbano e regional de Salvador nas décadas seguintes, de modo que não apenas outras ações policiais visando expulsar as prostitutas serão executadas, como planos serão elaborados visando a renovação física da área para atrair o fluxo turístico, e o Maciel enquanto a maior zona de prostituição de Salvador, localizada na área histórica, ganhará destaque enquanto região prioritária de intervenção pelo Estado, bem como de estudos e pesquisas que contribuirão para criar e reforçar discursos estigmatizantes sobre a prostituição, suas praticantes e seus espaços. O capítulo segue com uma análise mais focada na forma de organização espacial da prostituição no centro de Salvador naquele período e sua relação com a construção de uma imagem estigmatizada da zona do Maciel em Salvador, para posteriormente buscar a construção de novas compreensões sobre a zona a partir de suas moradoras e as ações e relações construídas pelas mesmas com sua profissão e diversos atores ao habitar a área nas vésperas das transformações empreendidas pelos planos de recuperação da área histórica tombada do centro de Salvador.

3.2. ENTRE O DISCRETO E O “MANGUE OSTENSIVO”: ORGANIZAÇÃO E HIERARQUIA ESPACIAIS DA PROSTITUIÇÃO

Gabriela Leite (1992, p. 126), que conheceu muitas zonas de prostituição no Brasil, afirma que esses territórios costumavam se localizar em áreas históricas desvalorizadas e degradadas da cidade, onde não circulavam “pessoas de bem” e as casas estavam “caindo aos pedaços”, e elenca como três principais problemáticas comuns associadas a esses territórios em todo o país: a falta de saneamento básico, a existência de uma área de tolerância à presença da prostituta na cidade e a relação disso com subornos à polícia.

Existe uma característica arquitetônica interessante em todas as zonas brasileiras: estão fixadas no bairro histórico da cidade. As casas estão caindo aos pedaços, e essa falta de manutenção está, invariavelmente, associada à degradação do viver clandestino que é introjetado assim: as prostitutas só podem viver na coisa ruim, então cuidam mal do lugar onde trabalham. Além disso, há motivos econômicos e sociais bem concretos: a prostituição ocupa, em princípio, áreas desvalorizadas. E a zona não pode ficar em lugares de grande circulação de “pessoas de bem” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 126).

Essa observação de Gabriela Leite é uma importante denúncia da violência institucional à qual as prostitutas estão expostas nas cidades brasileiras, e que se tem aqui discutido como imbricada a relações opressoras que recaem sobre todas as mulheres, seja devido à repressão policial ou às condições materiais precárias dos territórios que ocupam. Junto a isso, é preciso considerar a dimensão simbólica que atua na relação entre prostituição e espaços desvalorizados das cidades. Para Phil Hubbard e Teela Sanders (2003), a construção narrativa da prostituta como uma identidade deteriorada normalmente está associada a referenciais espaciais marginais da cidade, áreas-chave elegidas como as “zonas” da cidade, normalmente áreas degradadas ou em ruínas e distanciadas dos subúrbios mais abastados, que desempenham um papel importante na construção discursiva das categorias sexuais deterioradas e na reprodução do estigma de puta, posicionando o lugar da prostituta na cidade, por sua suposta condição imoral, naqueles deteriorados, conjugando hierarquias espaciais e sociais. “Essa marginalização das prostitutas, não apenas no discurso moral, mas também geograficamente nas “ruas da vergonha”, cria uma geografia moral que implica que alguns comportamentos são aceitáveis apenas em certos lugares” (PHIL HUBBARD; TEELA SANDERS, 2003, p. 79, tradução nossa).

Associações são feitas por meio de figuras de linguagem, como metáfora e metonímia... as interações dessas associações produzem matrizes de significado intrincadas e densas que são “topográficas” no sentido de que não apenas a diferença é produzida espacialmente, mas também que as matrizes são reproduzidas em local específico (STEVE PILE, 1996, p. 177 apud PHIL HUBBARD; TEELA SANDERS, 2003, p. 79, tradução nossa).

Esse fenômeno também é observado na construção de narrativas que associam a prostituição em Salvador com sua área histórica, principalmente antes de sua reestruturação para o uso turístico. Nesse período, assim como Sarah Feldman (1989) evidencia sobre os territórios de prostituição em São Paulo entre 1924 e 1967, a prostituição e o cortiço se coadunam dentro de uma construção de representações sociais estigmatizantes sobre a área histórica no qual os mesmos são associados a uma ideia de perigo, “enquanto oposição à família e ameaça a uma ordem estabelecida” (SARAH FELDMAN, 1989, p. 66), de abandono, degradação e deterioração. As notícias de jornais simpáticas à “Operação Limpeza”, campanha divulgada pela polícia em 1959 que visava a retirada das prostitutas da área histórica de Salvador, utilizavam metáforas para relacionar o abandono dos imóveis com a decadência das próprias mulheres que o habitavam, de modo que era marcante a associação entre degradação física – representada pelo estado material dos edifícios tombados – e moral – representada pela presença das prostitutas nesses edifícios:

Se por um lado metia nojo e pena, compaixão e asco, a degenerescência dessas pobres mulheres doentes, desesperadas, destinadas a um baixo comércio, por outro lado confrangia testemunhar a decadência das casas que as abrigavam. Parece que os solares nobres, os palácios majestosos, os

sobrados dignos viveram acompanhando a descida vertical da qualidade social de suas ocupantes. E hoje, apesar dos requícios da dignidade, nobreza e majestade que ainda guardam, assemelham-se a velhas prostitutas, passadas de mão em mão, envelhecidas, envilecidas, relegadas ao desprezo e escárnio públicos, apodrecendo paredes, telhados, soalhos, passeios (MERETRÍCIO..., 1959 apud FPACBa, 1969, p. 18).

Por outro lado, a ação policial era comemorada com o resgate da presença de um outro tipo de mulher, representativa de uma elite colonial escravocrata que costumava habitar os casarões coloniais até o século XIX, e as notícias sugeriam que a retirada das prostitutas pela ação policial era apenas um dos passos para a recuperação do bairro e seus edifícios históricos:

Arruinadas prostitutas de pedra, cal e madeira, terão agora, graças à iniciativa e à ação do Dr. Mozart Pedrosa [Delegado], a ansiada oportunidade de voltarem ao prestígio antigo, ao esplendor passado, à formosura perdida, quando, debruçadas em suas sacadas de ferro rendado, emolduradas pelas janelas guilhotinadas, em vez de mulheres sem dono, seminuas e doentes, desponsatavam sinházinhas ariscas, impunham-se matronas vigilantes [...] Após a saída do meretrício angustioso, da cachaçada desesperada, da boemia amarga, da doença venérea, da decadência humana, o Pelourinho – todos esperamos – vai tomar um banho completo. [...]. Internamente as casas também devem sofrer os melhoramentos a fim de poderem voltar à sua função familiar. Que se introduza em seu interior o conforto das conquistas modernas. Mas que, restauradas e limpas, frescas e pintadas, permaneçam suas fachadas no belo estilo que lhes deu fama (MERETRÍCIO..., 1959 apud FPACBa, 1969, p. 18-19).

Contudo, há que se considerar que, assim como as ações policiais empreendidas sobre a prostituição, o estigma associado à prostituição recaía de modo seletivo sobre os espaços do centro de Salvador.

A figura 9 mostra as zonas de tolerância nas quais a prostituição se concentrava no final dos anos 1960 no centro de Salvador de acordo com Gey Espinheira (1971), considerando o impacto da campanha policial “Operação Limpeza”. Junto à identificação das áreas, Gey faz uma diferenciação hierárquica entre aquelas zonas consideradas de alto meretrício, frequentadas pelos políticos, coronéis e intelectuais, como a Ladeira da Montanha e a Ladeira da Conceição, e as zonas de baixo meretrício, voltadas para o atendimento de homens da classe trabalhadora, como o Maciel, Julião, Ladeira da Preguiça e Ladeira da Misericórdia.



Figura 9 – Identificação e localização das zonas de prostituição no centro de Salvador nos anos 1960, de acordo com Gey Espinheira (1971).

Fonte: Google Earth 2021, elaborado pela autora.

Cada zona se organizava de modo a atender a determinadas classes sociais, e pretende-se a seguir discutir como as diferentes formas de organização espacial da prostituição no centro de Salvador estavam associadas a determinadas caracterizações espaciais - o “discreto” e o “mangue ostensivo”-, de modo que o estigma associado à presença da prostituição recaía de modo seletivo sobre os espaços de prostituição do centro de Salvador. Ou seja, identificam-se no caso do centro de Salvador categorias espaciais que funcionam tanto para reforçar a construção de uma imagem estigmatizante da zona quanto para relativizar a sua existência na cidade, o que varia de acordo com a posição ocupada na relação hierárquica das zonas do centro de Salvador.

Segundo Soraya Simões (2010), a unidade estruturante da zona de prostituição é a “casa” e, assim como Sarah Feldman (1989) relata para o centro de São Paulo na década de 1930, em Salvador, a estrutura geral da “casa” da zona era similar à dos cortiços, resultante da reorganização interna dos casarões coloniais. Desde o século XIX, os casarões coloniais no centro de Salvador passavam por uma reconfiguração física dos seus espaços, através da

qual houve sua subdivisão por meio de tabiques demadeira em pequenos cômodos, que junto aos espaços das lojas localizadas no térreoda edificação e os quartos construídos nos fundos dos quintais dos terrenos eram alugados para habitação ou comércio, por grupos que dependiam da centralidade e marcavam presença cotidianamente nas ruas de Salvador para o desenvolvimento de suas atividades, como aqueles ligados à prostituição (ANA LOURDES COSTA, 1989). Os proprietários dos imóveis eram em sua maioria famílias ricas ou Ordens Religiosas, e que esses grupos lucrassem direta ou indiretamente com a prostituição, ao mesmo tempo em que criavam campanhas de moralização contra a atividade, era frequentemente apontado como uma situação no mínimo contraditória (FPACBa, 1969).

Segundo Gey Espinheira (1971), o aluguel dos cômodos dos cortiços no centro de Salvador se caracterizava pela presença de diversos intermediários na relação entre proprietário e morador. Geralmente, os proprietários dos imóveis os alugavam a locatários, que por sua vez alugavam os quartos diretamente aos moradores, ou cediama outros o direito sobre todo o imóvel ou parte dele, que exerciam a função de gerente, certificando-se da cobrança devida dos alugueis dos quartos a troco de uma porcentagem do lucro. Esse esquema diversificado e complexo de aluguel de cômodos resultou em diferentes estruturas de organizações da prostituição nos casarões coloniais do centro de Salvador, englobando desde aquelas nas quais o sublocador ou gerente administravam os espaços do casarão para o uso exclusivo da prostituição, até aquelas nas quais o cômodo era alugado para qualquer pessoa, sem a finalidade direta do uso para a prostituição, e as prostitutas o alugavam de modo autônomo a fim de utiliza-lo como local de moradia e trabalho.

Segundo Diana Helene (2019a), na maioria dos trabalhos acadêmicos que estudam zonas brasileiras, há menção ao uso do termo “dona-de-casa” para se referir às pessoas que administram as casas de prostituição, legalmente denominadas de cafetinas pelo Código Penal, que as considera como criminosas dentro da contravenção do lenocínio. O uso do termo “dona-de-casa” teria como função deslocar as relações estabelecidas entre prostitutas e cafetinas desse entendimento jurídico que as enquadra puramente em parâmetros da criminalidade e da exploração. No caso do centro de Salvador, o termo dona-de-casa também é recorrente, podendo ser utilizado tanto para se referir a pessoas que gerenciam nos casarões atividades ligadas diretamente à prostituição, quanto para se referir às pessoas que administram os casarões e não estão diretamente envolvidas com a atividade da prostituição, apesar de muitas vezes alugarem cômodos para as prostitutas.

No caso dos casarões administrados por gerentes de casa que funcionavam como estabelecimentos comerciais ligados à prostituição, os espaços internos costumavam englobar tanto o salão, onde os contatos entre clientes e prostitutas ocorriam e outros serviços como consumo de bebidas e concertos musicais também poderiam ser ofertados, quanto os

quartos para a realização do serviço sexual, de modo que todas as etapas do exercício da prostituição, desde o primeiro contato com o cliente até a prestação do serviço, ocorriam no interior dos casarões.

Dentre os tipos de estabelecimentos comerciais voltados para a prostituição no centro de Salvador, havia o bordel, ou boate, administrado por um proprietário ou gerente da casa nos moldes de uma empresa, com o propósito de propiciar lazer e divertimento noturno ao cliente e facilitar a negociação da relação sexual daquele com a prostituta. Nele, a relação sexual tinha o preço tabelado pelo dono do negócio, as prostitutas cumpriam horário fixo, não moravam no local, e tinham como trabalho extra induzir o cliente a consumir as bebidas e outros serviços do estabelecimento em troca da participação nos lucros deste consumo. O valor do serviço cobrado ficava para a prostituta, porém ela precisava pagar o aluguel do quarto no próprio estabelecimento (GEY ESPINHEIRA, 1984).

Além da boate, o castelo era um estabelecimento voltado para a prostituição muito popular no centro de Salvador. Sua administração era realizada geralmente por uma mulher, a casteleira, “dona” ou “mãezinha”, que alugava um prédio, ou um pavimento do prédio, e o sublocava para prostitutas que ali moravam e trabalhavam. A experiênciada casteleira a tornava responsável por transmitir o conhecimento para as prostitutas dacasa que ali moravam e trabalhavam, ditando comportamentos e regras, ao mesmo tempo que se articulava e participava de uma rede de atores sociais importantes do cenário baiano que circulavam em seus estabelecimentos. Os castelos geralmente funcionavam durante o dia e contavam com a frequência regular de determinados grupos, interessados no zelo das casteleiras pela discrição e proteção da identidade daqueles que frequentam o local (GEY ESPINHEIRA, 1984).

As casas administradas por gerentes, em arranjos como boates e castelos, possibilitavam que a prostituição fosse exercida de modo apartado do espaço público, mais isolada, discreta e camuflada, até porque era um arranjo cuja existência era proibida por lei, sendo espaços normalmente frequentados por homens de classes superiores, coronéis e intelectuais, que buscavam por um consumo diversificado em um ambiente de discrição. Portanto, eram arranjos associados à forma de ocupação da prostituição nas zonas de alto meretrício, como na Ladeira da Montanha, e o fato de quea atividade ocorria de modo discreto, no interior dos casarões, e isolado dos outros usosda cidade, era visto como algo aceitável, que amenizava o estigma normalmente envoltona prática da prostituição, mesmo que fosse em um esquema ilegal.

Já a casa-de-cômodos (figura 10) é o nome dado ao tipo de arranjo no qual os casarões comportavam cômodos alugados para moradia temporária ou definitiva tanto por prostitutas

quanto por pessoas com outras ocupações, sem a finalidade direta do uso para a prostituição, e os locatários não se envolviam diretamente com o esquema da prostituição, tendo as prostitutas como única obrigação o pagamento do aluguel do quarto como qualquer outro inquilino. Nesse formato, as prostitutas exerciam a atividade de modo autônomo e utilizavam o cômodo como local de moradia e trabalho (GEY ESPINHEIRA, 1984). Porém, não era um arranjo onde toda a movimentação relacionada com o exercício da prostituição, desde a abordagem do cliente até a prestação do serviço, ocorria dentro do imóvel. Apesar de receberem visitas de alguns de seus fregueses, normalmente, as mulheres ficavam sentadas em bancos ou cadeiras nas calçadas em frente aos casarões, ou nas janelas, portas ou sacadas, às vezes encostadas nas fachadas dos casarões; ou elas circulavam pelas ruas e praças do entorno; ou ainda se concentravam nos diversos bares do bairro, “cada uma com o seu estilo peculiar de “atrair o consumidor”, desde sorrir, piscar os olhos, “chamar”, “convidar agressivamente”” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 94). Os bares, locais potenciais para o encontro entre prostituta e cliente, são assim descritos por Jutta Barth:

O equipamento geralmente muito simples consiste em algumas mesas e cadeiras e uma máquina de música automática, que funciona sem interrupção e a todo volume. Certos nomes como “Buraco Doce” ou uma lâmpada vermelha indicam claramente a função de estes bares como lugares de encontros amorosos (JUTTA BARTH, 1996, p. 126, tradução nossa).

Após a negociação com o cliente, eles se dirigiam para o cômodo para a realização do programa. Era um arranjo espacial da prostituição mais voltado para o atendimento de clientes da classe trabalhadora, que buscavam por um serviço rápido e de preço mais acessível, sendo associado às zonas de baixo meretrício do centro de Salvador. Nesse caso, a prostituição se localizava nas áreas residenciais, não havia uma distinção bem definida para o uso do imóvel e a prostituição convivia porta-a-porta com espaços de residência, além de ser uma atividade mais publicamente visível, pois as fases que precedem o relacionamento sexual propriamente dito ocorriam nas ruas na maioria das vezes. A maior visibilidade da atividade, junto à sua mistura com o ambiente residencial, onde as ruas eram espaços de sociabilidade em que coexistiam a prostituição, as brincadeiras das crianças e o relacionamento de vizinhança dos moradores, concedia a essas áreas a denominação de “mangue ostensivo” (GEY ESPINHEIRA, 1984).

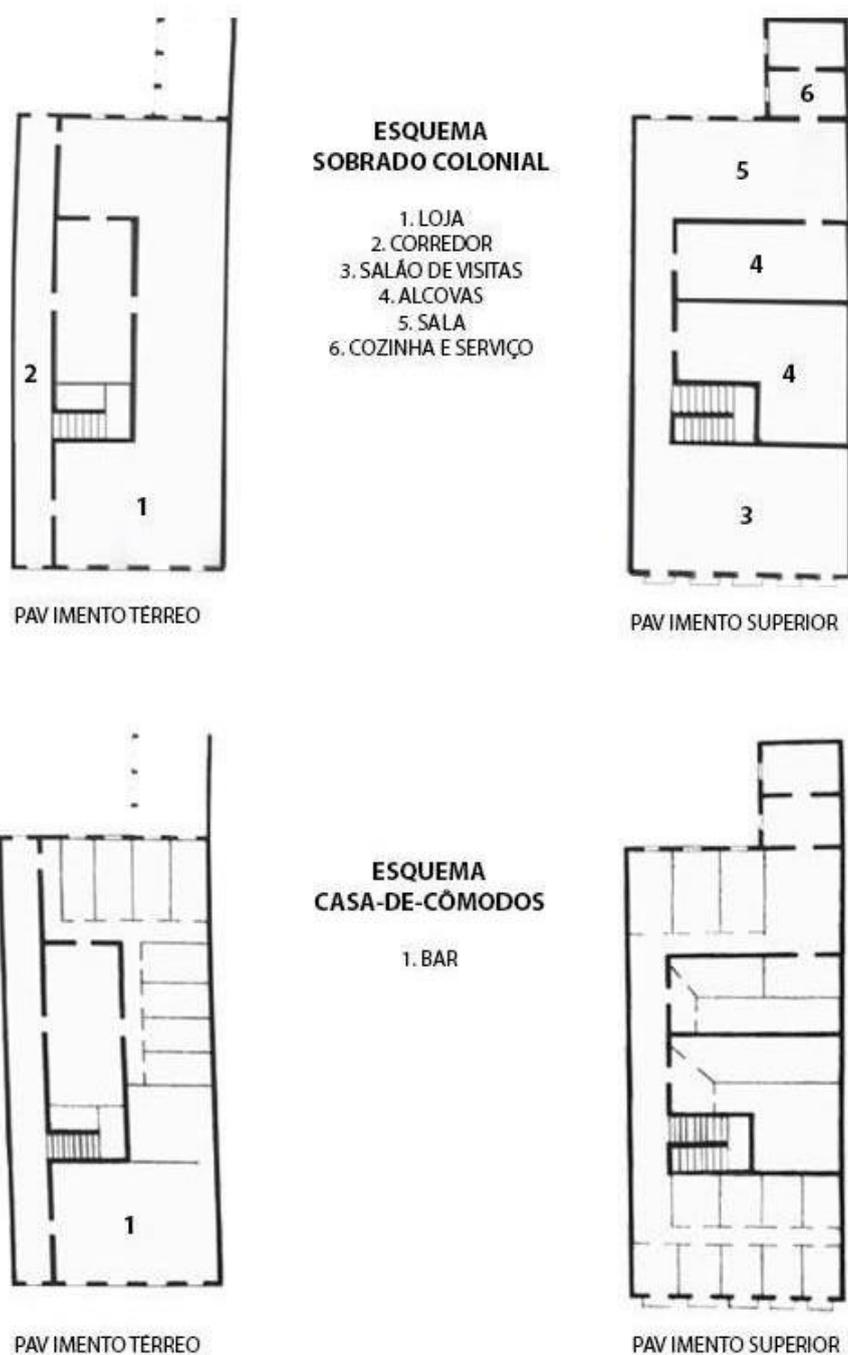


Figura 10 – Esquemas da organização espacial interna do sobrado colonial e sua adaptação para a casa-de-cômodo.

Fonte: Gey Espinheira (1971), editado pela autora.

Sobre o uso da definição “mangue ostensivo” para se referir às zonas de baixo meretrício de Salvador, Amanda da Silva (2021) afirma que a expressão “mangue” seria mais uma metáfora utilizada a fim de reforçar a representação estigmatizante desse tipo de zona de prostituição. Sobre a zona do “Mangue” do Rio de Janeiro, Soraya Simões reflete que “basta dizer que a associação imediata de mangue com lama ou lodo [...] nos leva à noção de sujeira, reforçando as crenças de que aquele lugar e suas personagens pudessem encarnar uma ameaça a um ideal de ordem” (SORAYA SIMÕES, 2010, p. 41). Portanto, enquanto a discricção é utilizada como uma forma de relativizar as atividades envolvendo o alto meretrício, o mangue ostensivo se torna uma metáfora que contribui para a produção de estigma sobre as zonas de baixo meretrício, essas sim enxergadas como o problema das cidades, apesar de que no arranjo do tipo casa-de-cômodo, diferente das casas administradas por gerentes ou casteleiras, não havia desrespeito à lei, já que a prostituta exercia a atividade de modo autônomo.

O Maciel se configurava como uma zona de mangue ostensivo, uma área residencial em que predominava a ocupação da prostituição no regime de casa-de-cômodos, coexistindo em suas ruas e calçadas as relações de vizinhança e trabalho das prostitutas e demais moradoras. As fotografias realizadas na década de 1970 por funcionários do IPAC (figura 11) registram um cotidiano diferente daqueles normalmente vinculados às zonas de prostituição brasileiras, nas quais o sexo aparece como um componente mais central e explícito na paisagem. Porém, também há que se considerar que ao longo da década de 1970 a zona do Maciel já estava passando por transformações devido aos planos de recuperação da área histórica tombada, que serão analisados no próximo capítulo, e a ambiência da prostituição estava se contraindo para algumas áreas pontuais, além de as fotografias serem registros do período diurno do bairro, o que interfere na apreensão da ambiência da prostituição na zona do Maciel, que mudava ao longo do dia:

Durante as horas claras do dia o Maciel apresenta uma movimentação discreta, um estado de dormência que caminha para o despertar completo na medida em que o dia cede lugar à noite, quando então transforma-se numa grande festa ao som melancólico das músicas que traduzem sofrimento, engano e frustrações e são lançadas nas ruas por fortes amplificadores que misturam, por múltiplos que são, as vozes e os ritmos (GEY ESPINHEIRA, 1971, p. 50).

Também na figura 11 são expostas, como um contraponto, fotografias do artista plástico Miguel Rio Branco, que frequentou o bairro do Maciel em 1979 com o objetivo de registrar a zona de prostituição e expõe de modo mais visível em seu trabalho a ligação daquele território com dimensões da sexualidade ali exercida, onde se notam as luzes vermelhas, os olhares, os corpos nus ou seminus de mulheres em recortes de revistas colados nas paredes do interior dos cômodos e das fachadas dos casarões.

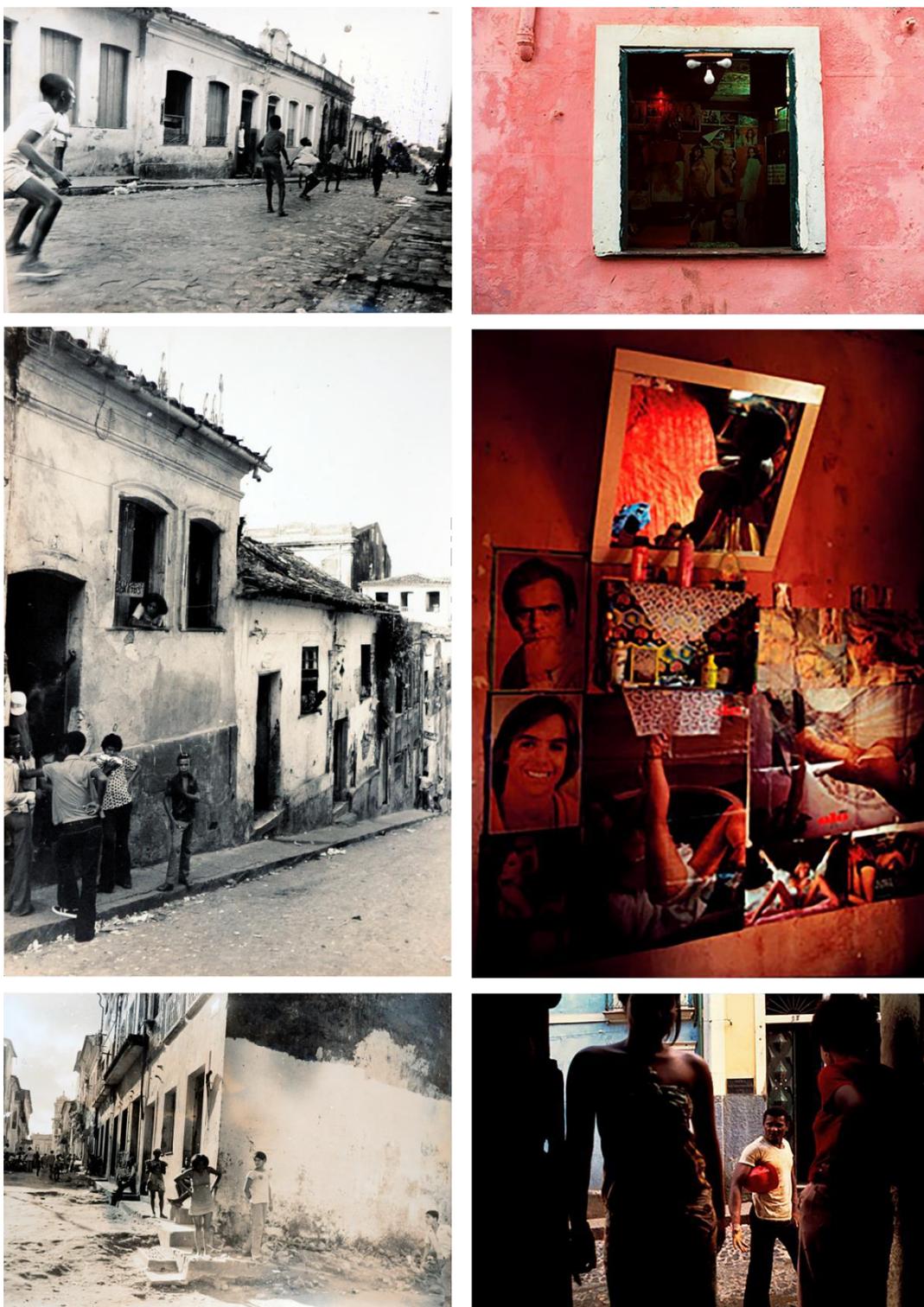


Figura 11 - Registros fotográficos da zona do Maciel realizados pelos funcionários do IPAC (à esquerda) e pelo artista Miguel Rio Branco (à direita).
Fonte: acervo online do MASP/ acervo do IPAC.

Enquanto zona de mangue ostensivo, os jornais da época contribuíram para formar uma opinião consensual na qual o Maciel era visto como “uma das zonas mais perigosas da cidade, habitada por prostitutas, ladrões, criminosos, toxicômanos e pessoas que procuravam o sub mundo para as suas realizações existenciais” (GEY ESPINHEIRA, 1984, p. 82). Desde a década de 1930, e com maior intensidade nos anos 1970, a região do Maciel aparece com frequência nas páginas policiais dos jornais locais. Nelas, as ruas que compõem o Maciel, definidas como zona de baixo meretrício, aparecem como local onde residiam criminosos, ou local onde crimes foram cometidos, ou local onde criminosos foram capturados. Essas reportagens contribuíram tanto para a construção de uma relação intrínseca entre prostituição e criminalidade, quanto para marcar espacialmente no imaginário coletivo a localização dessas atividades dentro da cidade no bairro do Maciel.

Apesar de no Maciel predominar o arranjo prostitucional do tipo “casa-de-cômodos”, o bairro abrigava uma rede de estabelecimentos voltados para a prática da prostituição que incluía ao todo 76 bares, boates, casas-de-encontro e castelos (GEY ESPINHEIRA, 1971) e que era importante para atrair os homens para a vida noturna do bairro, concentrando-se no bairro principalmente devido às ações policiais da década de 1930 que deslocaram as casas de prostituição para o território. E, assim como Gey Espinheira identificou hierarquias que estruturam as zonas de prostituição do centro de Salvador, havia uma hierarquia interna nas ruas do Maciel. A popularização dos nomes Maciel “deCima” e Maciel “de Baixo” para designar as ruas João de Deus e Gregório de Matos, respectivamente, as duas principais vias do bairro, utilizavam como referência a topografia, que por se localizar em uma área de transição entre a Cidade Alta e a área de vale correspondente à região da Avenida J. J. Seabra, possuía partes baixa e alta (figura 12). Porém, essa diferenciação topográfica passou a simbolizar também uma diferença moral no imaginário dos moradores de Salvador da época.

Novamente, a organização hierárquica da prostituição aparece mediada pelo nível de discrição ou exposição/mistura da atividade nas áreas. Como a rua Maciel de Cima integrava o circuito de transporte público de Salvador, a maior circulação de pessoas vindas de toda a cidade, inclusive as “mulheres de família” e crianças, pressionava para que a prostituição ocorresse de modo mais discreto. Milton Santos (2008 [1958]) relata que as mulheres que trabalhavam como prostitutas na rua João de Deus e outras que conformam esse setor do “Alto Maciel” normalmente moravam em outros bairros e iam ao Maciel apenas para trabalhar algumas horas no estabelecimento comercial, como qualquer outro trabalhador, enquanto que nas ruas do “Baixo Maciel” ocorria “a prostituição da mais baixa categoria”, onde as prostitutas moravam no próprio local de trabalho e as atividades associadas à prostituição se desenvolviam de modo mais exposto, em regime de “mangue ostensivo”.

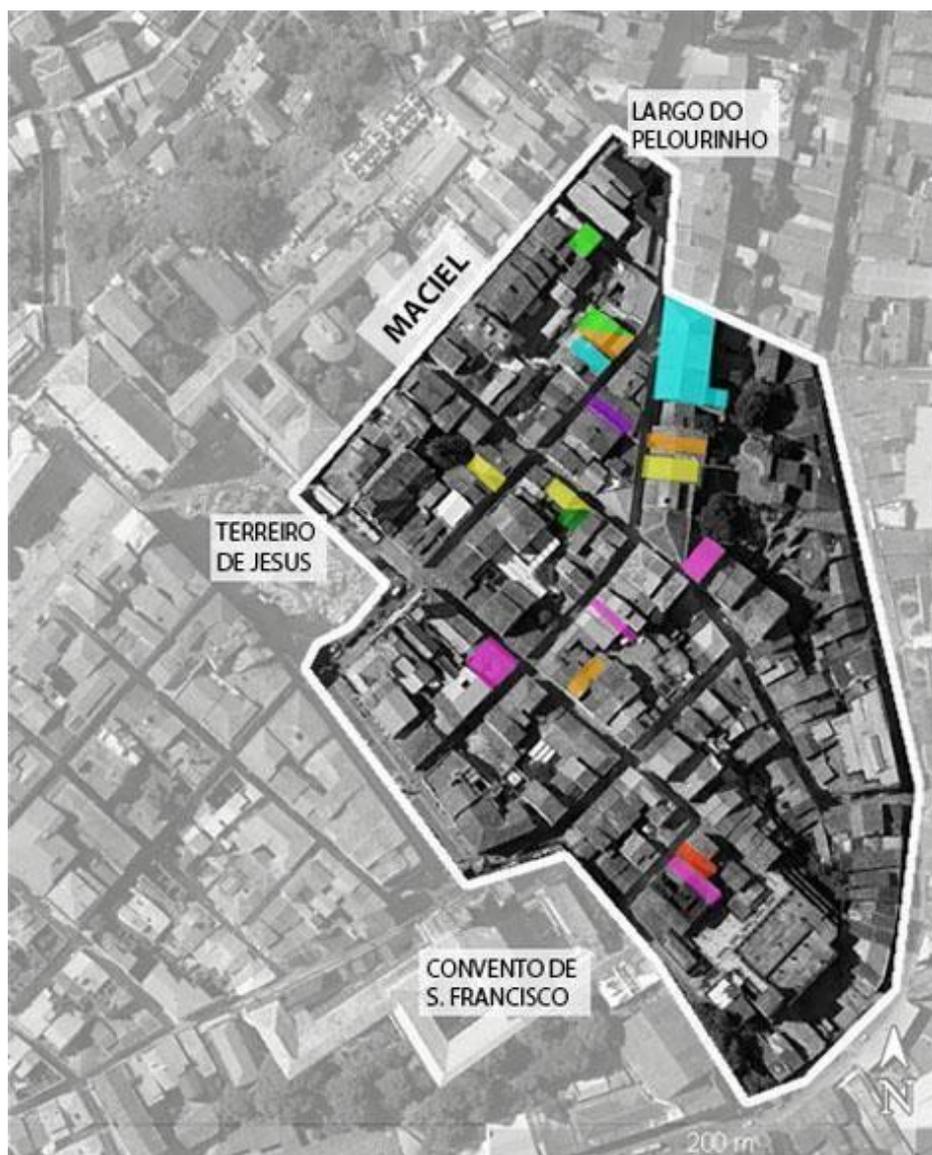


Figura 12 – Hierarquia interna da zona do Maciel.
Fonte: Google Earth 2021, elaborado pela autora.

O Baixo Maciel também estava associado à localização no bairro de homossexuais, travestis, moradores que cometiam roubos e prostitutas que praticavam o suadouro, que é o furto ao cliente durante a realização do programa (GEY ESPINHEIRA, 1984). No Maciel de Baixo, havia o “Buraco Doce”, local de trabalho de prostitutas cis e travestis que oferecia serviços sexuais diferentes do convencional “papai e mamãe” que predominava na zona de baixo meretrício, o que também contribuía para o estigma desse setor do bairro, pois, mesmo sendo uma zona de prostituição, no Maciel havia mecanismos de controle de comportamentos sexuais considerados normais e desviantes, e uma das ofensas era dizer que a mulher realizava práticas sexuais diferentes da convencional, ou que o cliente sugerisse

algo além do convencional durante a prestação do serviço (JEFERSON BACELAR, 1982). “O Buraco Doce criou fama porque as mulheres que ali trabalhavam eram, para a época, liberadas e desprovidas de qualquer preconceito sexual. Até as outras profissionais da zona não admitiam ser comparadas com as da casa de número 6” (ANÍSIO FÉLIX, 2001, p. 113).

Feita uma leitura geral das principais formas de organização espacial da prostituição que predominaram no centro de Salvador ao longo do século XX, e da relação das mesmas com a construção de uma imagem estigmatizada da prostituição nas cidades, com destaque para a construção do Maciel enquanto uma zona de prostituição do tipo mangue ostensivo, o lugar da cidade onde reside o perigo, a imoralidade, a criminalidade, a precariedade, pretende-se a seguir gerar outras compreensões sobre a zona do Maciel que realcem as experiências e relações construídas por algumas de suas moradoras ao habitar a área (figura 13).



IMÓVEIS HABITADOS	MORADORA	PROFISSÃO	ANO DE CHEGADA/ DO RELATO
	MARIA DE LOURDES QUERINO	PROSTITUTA	1975 / 1977
	MARIA TEREZA	PROSTITUTA	1967 / 1971
SEM REGISTRO	RAQUEL	PROSTITUTA	1964 / 1973
	ISABEL BISPO DA CRUZ	EMPREGADA DOMÉSTICA / PROSTITUTA	1956 / 1978
	ALZIRA DE OLIVEIRA	COMERCIANTE	1926 / 1978
	DIONIZIA DOS SANTOS	EMPREGADA DOMÉSTICA / LAVADEIRA	1974 / 1977
	ELIAS MENDES SILVA	CABELELEIRO	1966 / 1981
	MARIA LUIZA	PROSTITUTA/ GERENTE DE CASA / CRIADEIRA	1953 / 1981
	ELISA MENDONÇA MATOS	PROSTITUTA / VENDEDORA	1966 / 1981

Figura 13 – Informações gerais sobre o perfil das moradoras do Maciel entrevistadas durante a década de 1970 e 1980 pelos funcionários do IPAC.
Fonte: Google Earth (2021), editado pela autora.

3.3. AS MULHERES FAZENDO ZONA

Grande parte das mulheres cis e trans¹¹ que moravam e/ou trabalhavam nas zonas de prostituição no centro de Salvador não era soteropolitana, e vinha de cidades do interior da Bahia, ou de outros estados da região Nordeste. Muitas vezes, a zona de Salvador era apenas mais uma das paradas dentro de um fluxo migratório mais amplo das mulheres. Segundo Neusa de Oliveira (1994), Salvador seria um entreposto na rota das travestis nordestinas em direção ao sul do Brasil, principalmente às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, lugares considerados bons para trabalhar e ganhar dinheiro. Don Kulick (2008) afirma que Salvador recebia um grande número de travestis de todo o Nordeste do país principalmente nos meses de verão, até o Carnaval, uma época de muitos festejos populares propícia a maiores rendimentos. Depois do Carnaval, muitas migravam para cidades ao sul, como Brasília e São Paulo.

Soraya Simões (2010) e Diana Helene (2019a) frisam a mobilidade como um dos elementos recorrentes na prostituição, no qual as prostitutas cisgêneras costumam se deslocar para trabalhar de zona em zona em diferentes cidades, trocando entre si informações e localidades. No caso das prostitutas cisgêneras, o deslocamento por vezes era incentivado pelo perigo de encontrar conhecidos nas cidades em que trabalhavam, ou às vezes pela possibilidade de uma vida mais aventureira. As prostitutas que chegavam a Salvador vindas de outras cidades brasileiras normalmente ficavam no Maciel, reconhecidamente a zona soteropolitana daquela época.

Diana Helene (2019a) frisa a recorrente relação entre migração e a iniciação da mulher na prostituição. A migração para a mulher significa muitas vezes a possibilidade de empoderamento, de conquista de autonomia e liberdade, por meio de sua dissociação do ambiente familiar e doméstico em busca de ganhos econômicos, sociais e culturais nas grandes cidades. “A vida de muitas mulheres independentes é conectada à sua migração, ou à sua partida de casa/cidade/país. O critério de distanciamento espacial é essencial para que elas saiam do controle do marido/pai/família” (DIANA HELENE, 2019, p. 230-231). Nesse percurso, a prostituição aparece muitas vezes como uma das melhores opções de trabalho para essas mulheres conquistarem seus objetivos. “Entre voltar à miséria, à opressão provinciana patriarcal e à falta de independência com as quais conviviam em suas terras natais, preferem trabalhar como prostitutas, mesmo sabendo do estigma violento que a profissão carrega, e dos perigos que este pode lhes causar” (DIANA HELENE, 2019a, p. 231).

¹¹ O termo “cis” se refere à pessoa que se identifica com o mesmo gênero à qual foi socialmente criada para expressar, via de regra informado pelo órgão sexual reprodutor que seu corpo carrega, enquanto “trans” diz respeito à pessoa que se identifica com o gênero oposto ao qual foi criada para expressar.

Na trajetória das prostitutas cisgêneras do Maciel, predomina o exercício de controle excessivo de suas vidas pelos familiares, principalmente pela mãe, na missão de discipliná-las a seguir com o modelo de feminilidade esperado, zelando por sua reputação, em especial no que diz respeito à preservação da virgindade como critério importante para o casamento, bem como o prejuízo na vida dessas mulheres a partir do momento em que elas rompem com o modelo. O rompimento com a família devido ao controle excessivo sobre a sua vida e a sua sexualidade sob a justificativa de proteger sua honra; a busca por independência fora do domínio familiar e por uma vivência de “cidade grande”; e a fuga da cidade natal devido a situações de preconceito por terem perdido a virgindade fora do casamento são elementos presentes nos relatos de migração das mulheres cisgêneras do Maciel. Essas questões demonstram que elas já lidavam com o peso do estigma antes mesmo da prostituição (JEFERSON BACELAR, 1982; GEY ESPINHEIRA, 1984).

Em suas autobiografias, é possível também notar que o estigma de puta já se mostrava como um controle sobre a vida de Gabriela Leite antes de sua inserção na prostituição, expresso em sua relação conturbada com a mãe, que a condenava por querer ser universitária e sair à noite para beber com os colegas de trabalho, assim como no escândalo provocado na época por ser mãe solteira. Tanto é que Gabriela Leite dizia enxergar na prostituição um espaço para praticar a liberdade e viver conforme se pretendia, incorporando e assumindo de vez a identidade que a sociedade utilizava para controlá-la. Apesar disso, Gabriela Leite não estava isenta de sentir e lidar com o desvalor atribuído a ela por ocupar a posição oficial de puta na sociedade: “Me deparei com meus próprios preconceitos e estigmas. Apesar de estar ganhando dinheiro, me sentia suja e envergonhada pelo que estava fazendo” (GABRIELA LEITE, 2009, p. 55).

Neusa de Oliveira (1994) também relata que na trajetória de vida das travestis do centro de Salvador a ruptura com o ambiente familiar figuram como o marco para que elas iniciem a construção de sua identidade de gênero. Normalmente, essa ruptura ocorre de modo conturbado, principalmente devido a conflitos com os membros homens do núcleo familiar, com relatos de violência e brigas que acarretam na expulsão ou na saída das travestis de casa, e muitas vezes do Estado. Mesmo quando não há conflitos com a família, as travestis preferem sair de casa para ter mais liberdade e independência sem comprometer o respeito da família, e isso geralmente envolve mudar para outra cidade. Ao migrar para Salvador, a zona de prostituição se apresentava como a melhor possibilidade de local para o estabelecimento das travestis na cidade, que precisavam lidar com as discriminações no acesso à moradia e ao trabalho.

Na zona, era possível encontrar opções de moradia, já que os proprietários dos imóveis na área central de Salvador eram um dos poucos na cidade que aceitavam alugar quartos para

as travestis morarem; opções de emprego, trabalhando na prostituição, uma opção de trabalho que possibilitava maiores rendimentos do que as opções acessíveis de empregos assalariados, e/ou em serviços domésticos, como costureiras ou cabeleireiras; além de ser um lugar no qual as travestis eram menos discriminadas pelo seu modo de existência e onde elas encontravam umas às outras, sendo possível construir uma vida comunitária pautada no reconhecimento e aceitação de suas identidades sexuais e de gênero (NEUSA DE OLIVEIRA, 1994; GEY ESPINHEIRA, 1984). Portanto, conforme reconhece Neusa de Oliveira (1994, p. 103-104), as travestis “compõem mais um elemento na história prostitutiva que marca definitivamente o local [centro de Salvador]”, e a prostituição travesti já estaria presente no bairro desde meados dos anos 1950 de modo discreto, restrita apenas a aparições noturnas.

Segundo Don Kulick (2008), as travestis do centro de Salvador tinham como objetivos de vida, em primeiro lugar, a compra da casa própria para a mãe, quando a mesma ainda não tinha casa, e em segundo lugar, a compra de um imóvel para si mesma, que seria dividido em quartos menores a serem alugados para travestis mais jovens, garantindo assim uma fonte de renda segura para a vida toda, e passar um tempo na Itália trabalhando na prostituição costumava ser um passaporte ainda mais seguro para a realização desses sonhos. E, além do objetivo prático de possuir uma fonte de renda fixa, adquirir imóvel na área para fazer funcionar pensionatos voltados para atender as necessidades de moradia de travestis era uma tática que proporcionava também maior segurança para o grupo de permanência no centro de Salvador, diminuindo a necessidade de depender da boa vontade de locatários em aceitar a presença de travestis em seus imóveis, já que a preocupação com relações conflituosas, que poderia resultar em expulsões, entre travestis e proprietários era uma questão recorrente na vivência cotidiana do grupo.

No caso das mulheres cisgêneras, Sarah Feldman (1989) reflete que, junto com o trabalho doméstico, a prostituição se configurou no período da década de 1930, e nas décadas posteriores, como uma boa solução para sua busca de emprego ao chegarem a São Paulo, em um contexto de aumento do êxodo rural e queda na absorção da força de trabalho da mulher devido a transformações na atividade manufatureira que limitavam seu ingresso na atividade. Em Salvador, também se nota a relação entre prostituição e trabalho doméstico como as principais atividades econômicas das mulheres cis que migravam para a cidade. O censo demográfico de 1920 demonstra que cerca de 83,90% das mulheres não estavam inseridas no mercado formal de trabalho, sendo estas incluídas nos tópicos referentes a “profissões domésticas ou mal definidas” e “não declaradas ou sem profissão” (NÉLIA SANTANA, 1996).

Assim como o trabalho doméstico, a prostituição não apenas era uma das principais opções de emprego para as mulheres cisgêneras, como também, por conjugar normalmente

os espaços de moradia e trabalho, possibilitava solucionar de uma só vez duas das necessidades básicas dessas mulheres que migravam para as grandes cidades (SARAH FELDMAN, 1989). Por isso, muitas das mulheres cisgêneras que chegavam a Salvador se instalavam na zona. Jutta Barth (1996) afirma ainda que mais da metade das prostitutas do Maciel (56%) trabalharam antes com serviços domésticos, reforçando a relação entre ambas as atividades.

Sobre o contexto de sua inserção na prostituição, Raquel conta que foi a um castelo junto com um homem para um encontro amoroso e na ocasião foi abordada pela administradora do estabelecimento, que a ofereceu a oportunidade de morar e trabalhar no local. Ela conta um pouco como foi o processo de adaptação e aprendizado de viver e trabalhar naquele lugar:

Meus primeiros dias na Misericórdia eu tomei muitos calotes. Mulher nova, era muito procurada, mas a falta de experiência fazia com que os homens se aproveitassem de mim e corria do quarto sem pagar, outros diziam que iam trocar o dinheiro e não mais voltavam. Tomei muitos calotes, fui enganada. Minhas colegas me ensinaram, diziam que eu devia receber o dinheiro antes de ir para a cama; dar a desculpa que eu precisava pagar o quarto adiantado. Aprendi depressa (GEY ESPINHEIRA, 1984, p. 143).

O caso de Raquel gerou punição para a casteleira, pois ela era menor de idade e a família, ao descobrir que ela estava trabalhando como prostituta, acionou a Delegacia de Jogos e Costumes, que fechou o castelo por trinta dias. Antes de se mudar para o castelo, Raquel já trabalhava como babá em uma casa de família em bairro nobre de Salvador, seu primeiro emprego após ter fugido de Maragogipe por ter ficado com má fama de “mulher solteira” ao perder a virgindade fora do casamento. Em suas palavras, “Não podia continuar morando numa cidade que não me dava valor” (GEY ESPINHEIRA, 1984, p. 141). Raquel foi levada de volta para a casa da família, porém, devido ao controle que sofria, fugiu de casa novamente e retornou para Salvador. Dessa vez, como já estava “experimentada” na profissão, foi direto para o Maciel, que já conhecia por informações.

Isabel relata que saiu de casa aos doze anos de idade para trabalhar como doméstica, percorrendo diversas cidades da Bahia, e posteriormente diversos bairros de Salvador, onde trabalhou também como servente. Seu último local de trabalho antes de começara trabalhar como prostituta foi no bairro de Ondina, e sua escolha para a mudança de profissão ocorreu devido à insatisfação com o baixo salário que recebia como empregada doméstica: “Saí de Ondina porque ganhava pouco. Eu era empregada doméstica, falei para ganhar o dobro, a patroa não quis, aí saí, vim parar aqui” (IZABEL CRUZ, 1978, s/n). Ela também começou a trabalhar na prostituição em um castelo no Maciel, após ter ido para lá com um homem, e foi por indicação de uma conhecida, que já tinha mais experiência de zona que ela, que passou para o arranjo de aluguel de cômodo nos casarões.

Conheci um homem e ele me trouxe pra rua do Açouguinho n. 1. Fiquei lá mais de dois meses batalhando. Conheci uma menina, ela me disse: - Isabel porque que você não arranja um quarto? Ela já conhecia isso aqui tudo, tinha mais experiência de quem não conhecia nada. Arranjei um quarto no Beco do Mota n. 3, passei um ano, depois fui para o 5 loja, morei 16 anos (IZABEL CRUZ, 1978, s/n).

Além dos quartos das mulheres que moravam nos castelos, haviam também quartos separados que costumavam ser alugados por diária para pessoas de fora, como em um hotel ou casa-de-encontros, e que servia para encontros sexuais mediados ou não por dinheiro e, em ambos os relatos de Raquel e Isabel, as idas aos castelos com homens aparecem como oportunidade para a inserção na prostituição. Segundo Gey Espinheira(1984), os castelos eram organizados menos pelas relações comerciais e mais pelos laços afetivos e comunitários, funcionando como uma comunidade de mulheres onde a experiência da casteleira a tornava responsável por transmitir o conhecimento para as prostitutas da casa que ali moravam e trabalhavam, ditando comportamentos e regras que auxiliavam na elaboração de um comportamento adequado para a realização do trabalho e a conquista de clientes. Portanto, funcionavam bem como uma rede de suporte e acolhimento das mulheres que chegavam no centro de Salvador, de modo a protegê-las de ataques de clientes e dos agentes do Estado ao mesmo tempo em que as socializavam no mundo da prostituição.

Mesmo quando as mulheres ficavam mais velhas elas podiam continuar morando nos castelos, e passavam a realizar outras atividades, como limpar, lavar roupa, cozinhar. Contudo, como Raquel e Isabel, as mulheres à medida que ficavam mais experientes e maduras, conhecedoras da profissão e do centro de Salvador, elas podiam mudar para o arranjo do tipo casa-de-cômodos, exercendo uma forma de trabalho autônoma. Soraya Simões (2010) e Diana Helene (2019a) demonstram que há uma relação entre idade, ou tempo de carreira, e a escolha de local de trabalho pela prostituta cis nas cidades. No Rio de Janeiro, Soraya afirma que enquanto a Vila Mimosa, zona carioca onde existe uma infraestrutura para acolher a prostituta, é frequentada mais por mulheres novas, nas outras áreas da cidade predominam mulheres mais “maduras” que buscam a liberdade do estar na rua. No caso de Campinas, Diana identifica que as prostitutas iniciantes normalmente começam a trabalhar no Jardim Itatinga, a zona campineira onde são acolhidas, e quando ficam mais experientes se deslocam para o centro, onde exercem a profissão de forma autônoma, construindo diversas táticas de resistência e negociação entre si e as pessoas do entorno para permanecerem naquele espaço, situação que só conseguiriam lidar porque já passaram pelos ensinamentos da zona. Portanto, o acolhimento das casas de prostituição seria importante principalmente para as prostitutas iniciantes.

Contudo, para Soraya Simões (2010), mesmo diante de formas diferentes de gerenciar as casas de prostituição, como naquelas em que se privilegia o cuidado com as relações

coletivas em detrimento do lucro, todos os donos de casa possuem seu método para regular a prostituta, de modo que há um embaralhamento entre os domínios público e privado, do trabalho e da moradia, “onde se desenvolvem intimidades e redes de proteção, muitas vezes de cunho paternalista, que lhe conferem uma forma de privacidade e controle equiparável à do domínio doméstico” (SORAYA SIMÕES, 2010, p. 83). “As relações estabelecidas nessas casas parecem reproduzir a estrutura e hierarquia familiar, em que a responsabilidade por todos é centralizada na figura de um só personagem, normalmente o gerente ou o dono da casa” (SORAYA SIMÕES, 2010, p. 146). Essas considerações de Soraya dialogam com a percepção de Monique Prada (2018), para quem o prostíbulo seria um espaço que, apesar de fora dos domínios privados, reproduz uma certa ambiência de domesticidade que acolhe majoritariamente os “pais de família” e onde diversas violências mediadas por machismo, misoginia e transfobia são dirigidas às prostitutas, que precisam mostrar um comportamento “exemplar”.

No centro de Salvador, dentre os motivos para as mulheres cisgêneras normalmente optarem pela casa-de-cômodos, junto com a possibilidade de morar na área central e ter acesso facilitado a serviços e transporte e a possibilidade de economizar dinheiro ao conjugar em um mesmo espaço as funções de moradia e trabalho, estavam a maior liberdade e menor coerção e controle sobre o comportamento e o corpo da mulher, e a possibilidade de evitar maior desgaste gerado pelo trabalho no turno noturno da boate, pois tinha que manter uma rotina de trabalho durante a noite que envolvia dançar, beber, conversar, ficar em pé, e outra de tarefas domésticas e de cuidado com os filhos durante o dia. Além disso, as boates possuíam requisitos mais rígidos para escolher as mulheres que trabalhavam no local, devido a uma preocupação com o status da casa, e haviam exigências quanto à aparência, à idade e ao corpo das prostitutas que ali trabalhavam. Mesmo que a boate aceitasse a presença de uma mulher mais velha, ela dificilmente conseguiria atrair clientes suficientes para garantir uma boa rentabilidade, devido à concorrência com meninas mais jovens (JEFERSON BACELAR, 1982; GEY ESPINHEIRA, 1984).

Em alguns casos, as mulheres cis que alugavam quarto no Maciel optavam por trabalhar em boates do centro de Salvador, fosse dentro ou fora dos limites do bairro, na Montanha, no Comércio, na Barroquinha. Além da possibilidade de ganhar mais dinheiro, as mulheres que moravam nos cortiços do Maciel com companheiro e/ou filhos optavam por trabalhar fora como forma de proteger a família de conviver com seu trabalho na prostituição, separando o ambiente de moradia do de trabalho. Segundo Jeferson Bacelar (1982), quando a mulher atendia os clientes no mesmo quarto em que morava, era preciso assegurar que os filhos não estivessem no quarto enquanto o programa fosse realizado, de modo que eles ficavam em casas de amigas, vizinhas, ou brincavam nas ruas adjacentes à moradia, no Terreiro de Jesus,

ou no Largo do Pelourinho.

Além do trabalho nas boates, outra forma de evitar essa mistura entre vida familiar e profissional era alugar quartos independentes nos castelos para realizar o programa, demodo que a mulher continuava a exercer o trabalho de forma autônoma, captando clientes nas ruas e bares do bairro e os conduzindo aos castelos da região, em vez de ir para o quarto onde morava. Ainda, haviam mulheres que costumavam morar em outros bairros de Salvador e vinham trabalhar como prostitutas no centro, situação em que a separação entre vida familiar e profissional ficava ainda mais bem demarcada. Normalmente, elas alugavam quartos nos castelos durante a semana e voltavam para casa no fim de semana, ou vice-versa.

Algumas mulheres cisgêneras que moravam no Maciel também preferiam trabalhar nas boates porque achavam o ambiente da prostituição de rua, ou do tipo casa-de-cômodos, no bairro muito violento e preferiam a proteção e segurança provida pelos estabelecimentos. Há uma percepção geral das prostitutas do centro de Salvador de que no Maciel as mulheres eram mais violentas, pois tinham o costume de usar a navalha para cortar o rosto umas das outras quando surgia algum tipo de desentendimento com relação a cliente ou parceiros, além de existir também a violênciapolicial.

Segundo Monique Prada, “enquanto mulheres cisgêneras podem exercer o trabalho sexual em casa e boates, o espaço reservado às travestis é quase sempre o da prostituição precária nas ruas, o que possivelmente contribui para aumentar o risco de agressões e a insegurança” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 61). Diana Helene (2019a) também relata que apesar das mulheres trans morarem em quartos alugados em pensões dentro do bairro de prostituição do Jardim Itatinga, elas costumam se concentrar em uma única rua do bairro, trabalhando na prostituição de rua e realizando o programa nos carros (principal meio através que os clientes utilizam para circular no bairro), no matel, ou em hotéis, enquanto as mulheres cis costumam trabalhar nas casas de prostituição e predominam no restante do bairro.

Segundo Gey Espinheira (1984), a prostituição travesti era largamente observada no Maciel, apesar de sua presença estar associada ao setor do “Baixo Maciel”, conforme apontado anteriormente. Diversas reportagens expostas pelo autor em seu livro, apesar de se concentrarem em descrever ações policiais de prisão das travestis, também contribuem para se ter uma noção da presença e da circulação das travestis pela zona, sendo comum na época que elas também se colocassem nas ruas do Maciel e no Terreiro de Jesus a fim de abordar potenciais clientes e convidá-los para os quartos nos casarões. Por outro lado, Neusa de Oliveira (1994) afirma que nos anos 1980 grande parte das travestis de Salvador morava na rua Alfredo Brito, uma das principais vias do bairro e o principal acesso ao Largo do Pelourinho, e, para evitar possíveis conflitos com os proprietários dos imóveis que culminassem em sua

expulsão, elas costumavam separar os locais de moradia e trabalho, evitando levar os clientes para os cômodos que alugavam para morar.

Segundo Neusa, as travestis que moravam na rua Alfredo Brito costumavam se deslocar durante a noite para a orla atlântica de Salvador, nas imediações do Cristo da Barra, nos bairros de Ondina e Pituba, ou para o Parque da Cidade, à procura de clientes de classe média, o que as proporcionavam maiores rendimentos. Geralmente o serviço era realizado no carro do cliente ou em hotéis próximos aos pontos de prostituição. Também a rua da Ajuda, no próprio centro de Salvador, funcionava como ponto de prostituição no período noturno, e a poucos metros dela havia a rua São Francisco (figura 14), que por ser mais escondida possibilitou que as travestis também criassem uma rotina de morar e trabalhar em seus casarões, em esquema similar à casa-de-cômodos do Maciel (DON KULICK, 2008).

Segundo Don Kulick (2008), dois casarões da rua São Francisco abrigavam exclusivamente travestis, enquanto outros dois eram habitados pelas travestis apenas no primeiro pavimento, e elas costumavam ficar sentadas nas calçadas em frente aos casarões durante o dia abordando os homens que ali circulavam. Ter o ponto de prostituição localizado perto da residência era considerado uma vantagem para as travestis, pois elas podiam voltar para casa com maior facilidade caso a polícia estivesse incomodando ou houvesse baixo fluxo de clientes, apesar de que nessas ruas do centro de Salvador circulavam clientes mais pobres, e por isso os rendimentos eram mais baixos (DON KULICK, 2008).



Figura 14 – Mapa da ocupação da prostituição travesti em Salvador produzido por FayolaCaucaia tendo como referência as pesquisas de Neusa de Oliveira (1994) e Don Kulick (2008).¹²
 Fonte: Site da Cartografia Sexuada de Salvador.

No caso das prostitutas inseridas no regime de casa-de-cômodos, que não possuem a figura central de casteleiras ou gerentes de casa que ditam as relações estabelecidas para o funcionamento das casas, Jeferson Bacelar (1982) realça a importância da construção de relações de solidariedade e de amizade entre elas, não apenas para lidar com a rotina do exercício da prostituição, mas para auxiliar na rotina sobrecarregada com as tarefas domésticas e na resolução de problemas pessoais, ainda mais necessário visto que a maioria migrava para Salvador e vivia longe dos parentes:

A quem recorrer quando um homem não quer pagar, quando lhe é exigido certo “comportamento sexual” contrário ao normativo, quando seus filhos apanham de adultos, quando o banheiro coletivo não é limpo por quem o sujou, etc? Em algumas casas ainda existem casteleiras ou gerentes que mantêm o domínio da casa sob sua responsabilidade (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 86).

Jeferson Bacelar (1982), que estudou a configuração da família da prostituta cis no Maciel, conclui que geralmente a mãe exercia a autoridade e a liderança sobre os membros

¹² Para conhecer mais cartografias e narrativas sobre a ocupação travesti na cidade de Salvador, acesse: <https://cartografiasexuadasalvador.wordpress.com/xx/>

do grupo, tomando a responsabilidade por manter economicamente e proporcionar proteção e segurança para os mesmos. A autoridade masculina apenas se sustentava em casos em que o parceiro era o pai biológico dos filhos e/ou a relação possuía considerável tempo de duração. Geralmente, quando o homem possuía condições financeiras suficientes para sustentar todo o grupo, a mulher deixava de trabalhar na prostituição. Contudo, a ausência do parceiro ou a sua mínima participação econômica; a pouca responsabilidade social e jurídica dos pais para com a criação dos filhos; os abandonos e separações; eram situações comuns. Por isso, muitas das mulheres tomavam para si o papel de núcleo estável da vida família, relutantes em assumir novas uniões com parceiros que não cumprissem com critérios básicos como a participação na economia da família e o bom relacionamento com seus filhos e consigo, que não envolvesse traições ou violência. A prostituição então era o que possibilitava a manutenção econômica do grupo.

Maria de Lourdes conta que parou de trabalhar como prostituta para morar junto com o pai de seu primeiro filho, que conheceu na boate. Porém, o homem possuía outras mulheres, então ela o largou e voltou para a boate. Desde então, passou a viver sozinha com o filho e mantendo a casa através do trabalho na prostituição. “Tem vez que eu pergunto se ele quer morar com o pai ou com a mãe dele, ele diz: quero morar com minha mãe, ela me dá roupa, sapato, ele não me dá nada. Ele sente muita falta mesmo é de mim; sou eu que educo ele, que tomo conta dele. Só quando eu brigo é que ele lembra do pai” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 138). Grávida do segundo filho, Maria de Lourdes dizia não ter a intenção de se juntar com o pai da criança dessa vez, preferia continuar trabalhando e viver sozinha. “Pelo gosto dele eu não saía de casa de noite; mas eu saio; não vou esperar por uma pessoa só [...] eu gosto mais é de viver sozinha, com certos homens é melhor a gente viver só” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 137). Sobre o filho saber que ela trabalha como prostituta, Maria de Lourdes disse que ele ainda é muito pequeno para conversar sobre o assunto, mas quando crescer ela vai contar, e ele vai ter que entender e não ir contra ela, pois foi dessa forma que ela conseguiu prover para os dois: “Ele sabe que o pai e a mãe dele sou eu, ele vai ter de entender” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 137).

Do exercício da prostituição ao trabalho de cuidado e reprodução do lar, a mulher se submetia a uma rotina sobrecarregada, apesar de não existir socialmente um reconhecimento e uma valorização de ambos os trabalhos que desempenhava. Jeferson assim descreve a rotina de trabalho da prostituta cis do Maciel:

Pela manhã, cuidam dos filhos, preparam alimentação, arrumam o cômodo, limpam as áreas coletivas, caso não preparem o almoço, limpam os pratos e talheres utilizados; à tarde, quando não estão lavando ou limpando alguma coisa no cômodo, é o período de lazer entremeado pela vigilância das crianças. Dessa forma, considerando-se desde o entardecer já tem início a atividade básica para a sobrevivência, embora seja difícil fazer o cálculo

das horas de trabalho das mães prostitutas, diríamos que a média das horas de trabalho doméstico e remunerado excede as 10 horas diárias (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 102).

Por isso, as prostitutas cis costumavam se ajudar, cuidar dos filhos umas das outras, auxiliar nas tarefas domésticas, trocar remédios ou alimentos, fazer compras, ajudar em caso de doença ou parto, cuidar de cabelos e unhas, fazer festas; algumas se referiam às suas vizinhas como “família”, ou como “irmãs”. Assim, não era aos parentes que recorriam buscando soluções para seus problemas cotidianos, ou para casos de doença, gravidez ou prisão, sendo que os vínculos locais exerciam um papel crucial no círculo de relações das prostitutas (JEFERSON BACELAR, 1982).

No caso das travestis, as mais velhas e experientes eram fundamentais na acolhida e no compartilhamento de conhecimentos e conselhos para as mais novas ou recém-chegadas ao bairro, de como construir sua identidade, promover as mudanças corporais, se relacionar com os homens, trabalhar na prostituição (NEUSA DE OLIVEIRA, 1994), e a constituição e perpetuação desses laços de cooperação e aconselhamentos umas com as outras ocorria primordialmente através da convivência partilhada possibilitada pelos casarões, fundamentais para a manutenção de suas vidas e a construção de si: “Elas podem dividir um quarto alugado em um dos sobrados, passam o dia todo entrando e saindo e fazendo visita aos quartos das amigas para ver novela, pegar emprestado algum par de sapatos, pedir ajuda a respeito de hormônios ou aplicação de silicone” (DON KULICK, 2008, p. 58).

Sem querer desconsiderar as implicações negativas das condições precárias das instalações dos cortiços para a vida das mulheres, é preciso refletir também sobre o papel que a organização espacial da casa-de-cômodos desempenhava na construção e estreitamento de laços de cooperação e solidariedade, de redes de acolhimento e suporte entre as prostitutas cis e trans, e com os demais moradores. Segundo descrição de Jeferson Bacelar,

Os cômodos do Maciel têm, em média, 3 a 5 m²; são, em sua maioria, ocupados por uma cama, e, quando o grupo tem mais de um filho, é feita a adaptação de algum móvel ou estrado de madeira para que possam dormir; tem ainda um guarda-roupa ou uma penteadeira onde arrumamos vestuário e acessórios. Muitas vezes estes equipamentos são substituídos por uma mesa, onde são colocados os acessórios de beleza, e o vestuário é arrumado em cabides ou pregos na parede. Tem um pequeno fogão “jacaré” e o mínimo equipamento de cozinha: um ou duas panelas, o mínimo indispensável de pratos, colheres, garfos e facas. [...] A iluminação e aeração do quarto é a mais precária possível, em especial quando a porta é fechada. Não possui janelas, excetuando-se quando se situa de frente, de fachada, nos pavimentos superiores. Possui sempre imagens ou retratos dos santos protetores, além de fotografias dos ídolos da TV coladas nas paredes (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 95-96).

Apesar de alguns autores, como Gey Espinheira (1984), criticarem as dimensões e divisões mínimas do “cômodo” do Maciel, exaltando a falta de privacidade e individualidade

do mesmo, é preciso reconhecer também que essa convivência contínua proporcionada pelo compartilhamento de grande parte dos espaços dos casarões, que possuíam banheiros, cozinhas e lavanderias coletivas, desenrolava para relações de amizade e cooperação importantes para a manutenção dos habitantes do Maciel e para a socialização de aprendizados e experiências entre as prostitutas (JEFERSON BACELAR, 1982).

Há décadas, arquitetas contribuem com a criação de modelos de habitação que preveem a coletivização das tarefas reprodutivas como uma forma de dar suporte à vida doméstica e tirar a responsabilidade exclusiva das mulheres, através de propostas de lavanderias e cozinhas comunitárias (ROSSANA TAVARES, 2015b). Júlia Franzoni et al (2018) refletem sobre como a dinâmica da autoconstrução de ocupações urbanas pode ser enxergada como um importante instrumento para a produção de espaços que tentam suprir a defasagem dos equipamentos públicos e dos serviços urbanos não fornecidos pelo Estado, e ainda são importantes para estimular a produção e a gestão da coletividade frente a processos que tendem individualizar as pessoas no interior de suas casas. Nesse sentido, elas descrevem a construção de um centro cultural na ocupação do Izidora, em Belo Horizonte, que, além de um espaço multiuso, o projeto englobava banheiros e uma cozinha coletiva, estabelecendo-se como importante lugar para socialização do cuidado e compartilhamento das atividades domésticas, além de ser lugar de encontro e de uso variados pela população. Essa reflexão lança um novo olhar sobre uma forma de produção de habitação que tem sido enxergada como problema nas cidades, buscando compreender também suas potencialidades, e, no caso dos cortiços do centro de Salvador, que são uma forma de habitar envolta por representações estigmatizantes associadas à precariedade e à imoralidade, vale refletir também sobre o estímulo de sua conformação espacial para as relações coletivas.

Segundo Don Kulick (2008), grande parte dos conselhos e das conversas trocadas entre as travestis eram em referência a um personagem central em suas vidas, o “marido”, ou o homem “da casa”. Geralmente homens jovens e musculosos que moravam no próprio bairro e possuíam um perfil exageradamente masculino, o homem “da casa” fazia um contraponto com os homens “da rua” com quem as travestis se relacionavam por dinheiro. Algumas autoras, como Neusa de Oliveira (1994), descrevem o marido da travesti como um cafetão, ou gigolô, figura também comum entre as prostitutas cis do Maciel, definido como um homem que se colocava como marido para as prostitutas, normalmente mais de uma, sendo sustentado com uma vida de luxo por elas através da prostituição, ao mesmo tempo em que servia como uma garantia de maior proteção contra violências diversas vindas de clientes.

A relação da prostituta com o gigolô normalmente é entendida como uma forma de exploração, contudo, para Don Kulick (2008), os maridos das travestis não eram como cafetões, pois não exigiam que elas trabalhassem contra sua vontade na prostituição, nem

mantinham um controle sobre as mesmas durante o trabalho. Pelo contrário, as travestis costumavam enfatizar sua escolha tanto de com qual homem se relacionar quanto de sustenta-lo, e assim escolhiam pois viam como um mecanismo para manter o controle da casa e da própria vida, afirmando sua autonomia frente à dependência de seus maridos, e seu poder de interromper a relação a qualquer momento sem maiores prejuízos para si, apesar de que em alguns casos o marido poderia reagir de modo violento e opressivo. Assim, apesar de os maridos serem escolhidos pela sua aparente “macheza”, eram as travestis que se estabeleciam como as chefes da casa (DON KULICK, 2008).

As travestis não se relacionavam apenas entre si e com seus maridos, mas participavam dessa vivência coletiva dos casarões com os demais moradores, e na rua São Francisco, onde tinham mais liberdade para ficarem sentadas nas portas e calçadas durante o dia à espera de cliente, essas relações se ampliavam para os vizinhos do entorno, que estavam nas portas, janelas, circulando, fazendo-se presentes na rotina do bairro, como descreve Don Kulick:

As travestis que moram na região da rua São Francisco estão plenamente integradas na comunidade local, e mantem uma ampla gama de relacionamentos com homens, mulheres e crianças com quem dividem o espaço. Tendo vivido ali (por períodos mais curtos ou mais longos), as travestis passam a conhecer e a serem conhecidas pelas pessoas, que as cumprimentam na rua, fazem brincadeiras, mexem com elas, param para conversar, flertar. As travestis são uma presença contínua na rua. A qualquer hora do dia ou da noite, lá estão elas, sentadas ou encostadas na frente da porta de casa, atentas a um possível cliente, conversando em voz alta sobre a vida [...] (DON KULICK, 2008, p. 58).

Keila Simpson descreve o centro de Salvador como o espaço da cidade mais propício à prática de liberdade das travestis de sua época, onde elas moravam, se divertiam e trabalhavam, onde em sua concepção era possível praticar o direito à cidade.

[...] sempre me vem à memória a lembrança de um lugar de liberdade. Que aquela cidade ali pertencia à gente, ali nós tínhamos de fato um direito à cidade, né. [...] aquele era o nosso mundo, aquela era a nossa cidade, onde se poderia fazer o que você entendesse de liberdade, porque ali você tinha o bar, pra pessoa que gostava de beber, tocando música alta, dançando, tinha a moça que vendia comida, tinha o salão de cabeleiros, tinha o rapaz que vendia maconha, a taba. Então estava tudo ali naquele ambiente, naquela cidade. Aquela era a cidade nossa, e aquele era o lugar de liberdade, né. [...] (TRAVESTILIDADE..., 2020).

Junto das relações sociais, Keila Simpson (2019) destaca a importância das travestis na movimentação da economia local:

Porque enquanto essas pessoas [as travestis] estavam aqui, a mulher que vendia roupas para as travestis estava com os filhos dela na escola, pagando aluguel na casa dela, pagando as contas da luz da casa dela. Então era um dinheiro que circulava muito. A mulher que a gente morava na casa dela, todo mundo almoçava lá, era um restaurante, você entrava nesse restaurante, era um lugar que almoçava vinte ou vinte e cinco pessoas por dia, então você imagina quanto dinheiro girava nesse percurso todo. A comunidade como um todo, era inserido, não era uma comunidade a parte, não era as travestis

estão lá e a gente aqui, todo mundo se interagia (KEILA SIMPSON, 2019).¹³

Segundo Jutta Barth (1996), tomar o papel central como provedora e cuidadora da família era tarefa comum às mulheres do Maciel de um modo geral, prostitutas e não prostitutas, sendo que o cenário do Maciel em 1976 era de 65,7% das famílias chefiadas por mulheres no bairro. As mulheres não prostitutas que moravam no Maciel geralmente assim o escolhiam por ser uma das poucas opções de moradia que possibilitava sua localização central na cidade, e conseqüentemente acesso a serviços, transportes e geração de renda. Isabel conta que antes do início da reforma do patrimônio histórico no centro de Salvador havia linha de ônibus dentro do Maciel, feira no Largo do Pelourinho, vários armazéns, açougues, padarias, restaurantes, lojas de tecido, roupa, sapato, louça, eletrodomésticos, móveis, escola (ISABEL CRUZ, 1978). Como atesta Dionizia:

Que a gente mais longe tem mais dificuldade de muitas coisas, porque aqui, num instante desceu aqui – mostrou em direção da Ladeira do Ferrão – foi na feira de São Miguel, num instante comprou nosso pirãozinho, e jantou, botou no fogo, o menino vai mais cedo, pega o transporte aí na Praça da Sé, o outro por hora não precisa porque ele trabalha aí no Passo, como sapateiro, mas assim mesmo, tá mais perto, a gente mais longe, sempre as dificuldade aumenta, o custo – recursos - é sempre pouco, e essas coisas, qualquer coisa para mim é bom, sou de bom acomodar (DIONIZIA SANTOS, 1977, p. 11).

As mulheres não prostitutas moradoras do Maciel costumavam trabalhar como lavadeiras, costureiras, cabelereiras, vendedoras ambulantes, prestando os serviços na própria moradia ou nos limites do bairro, nos largos, na casa de vizinhos, de modo que fosse possível realizar o cuidado das crianças junto com o trabalho remunerado, adequando-o de acordo com as necessidades da família. Depois da prostituição (57,6%), as principais atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres do Maciel eram de empregada doméstica (19%), costureira (5,2%), lavadeira (3,7%) e vendedora ambulante (3,3%) (GEY ESPINHEIRA, 1971). As próprias moradoras do Maciel eram a clientela principal dessas mulheres, aquelas que movimentavam a economia local, como Keila anteriormente pontuou. “Quando há pouco dinheiro no Maciel, as encomendas de costuras diminuem, as trouxas de roupa para lavar ficam mais “leves”” (FPACBa, 1977, p. 12). Portanto, as mulheres do Maciel, na construção de estratégias de sobrevivência para si e seus dependentes, tinham papel fundamental na reprodução da vida coletiva do bairro e na manutenção dos casarões coloniais de reconhecido valor para o patrimônio histórico, construindo redes solidárias entre si: ao mesmo tempo em que cumpriam uma função social importante de abastecimento de bens materiais e imateriais dentro do bairro, as mulheres garantiam a reprodução de suas famílias com seus trabalhos, construindo suas redes sociais e econômicas dentro do próprio bairro, no entorno de sua moradia.

¹³ A entrevista de Keila Simpson pode ser acessada em formato de vídeo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lqm5XGcnHPE&t=41s>.

No caso do cuidado dos filhos, haviam as “criadeiras” no Maciel, mulheres que criavam as crianças de outras mulheres do bairro que não dispunham de tempo para realizar as tarefas domésticas e de cuidado dos filhos, ou mesmo que não tinham condições financeiras. Eram mães que em sua grande maioria exerciam o trabalho remunerado, em especial prostitutas jovens, de idade entre 20 e 28 anos, que precisavam se ausentar de casa para trabalhar, principalmente à noite; ou que utilizam o cômodo onde moravam para trabalhar, mas resistiam em exercer a prostituição na presença dos filhos; ou ainda que precisavam se manter economicamente ativas depois do nascimento do filho (FPACBa, 1977).

As criadeiras integravam as crianças ao seu lar, satisfazendo suas necessidades básicas, além de se responsabilizarem pela socialização e educação das mesmas, criando uma espécie de “creche espontânea”. Nem sempre elas eram remuneradas, e ainda assumiam todas as despesas de comprar roupa, livros para o colégio e alimentação. Mesmo nos casos em que recebia alguma remuneração pela guarda de crianças, a renda assim obtida aparecia como complementar a outras ocupações. Por isso, as criadeiras não sobreviviam apenas dessa atividade, tendo que conciliá-la com seus próprios trabalhos, como qualquer outra mulher do Maciel. O que costumava ocorrer na maioria dos casos era uma transferência de sobrecarga para a criadeira (FPACBa, 1977).

As criadeiras, que muitas vezes moravam no mesmo casarão que a mãe da criança, propiciavam a manutenção dos vínculos maternos através de visitas mais ou menos constantes. O mais comum era que as criadeiras tomassem conta até as crianças atingirem 8 anos de idade, quando se entendia que já podiam ajudar na renda familiar. Devido ao papel que a criadeira assumia de provedora e educadora dessas crianças, muitas vezes sem receber dinheiro em troca, percebe-se em suas falas uma outra noção do conceito de família e maternidade, que entende que a família da criança é aquela que lhe oferece amor, carinho e educação: “A família dele sou eu; se amanhã ou depois ele crescer e continuar morando comigo, ele vai se reconhecer disso e mesmo que ele seja levado pela mãe, também não vai me esquecer porque quem deu tudo a ele fui eu” (MARIA LUIZA, 1981, p. 17).

Apesar da relação de convivência cotidiana entre os diversos grupos familiares nos casarões do Maciel, Gey Espinheira (1971) chama a atenção para a existência de placas, em fachadas, portas ou janelas dos casarões, informando que determinado cômodo era um “ambiente familiar”, ou que nele moravam “famílias” (figura 15), como a expressão de um antagonismo que supostamente existiria entre as prostitutas e demais moradores do bairro, que buscariam então se distinguir e estabelecer uma separação entre o seu local de morada e as atividades associadas à prostituição que ali se desenvolviam. Já em outro texto, Gey Espinheira (1984, p. 83) reflete que a marcação com a palavra “família” nas portas das casas era utilizada “não tanto para indicar uma separação moral, mas para evitar que os clientes

das prostitutas entrassem inadvertidamente em seus ambientes e, sobretudo, para que a polícia não as invadisse e as depredasse como costumava fazer com as moradias das prostitutas, com os bares, com as buates”. A confusão dos clientes ocorria principalmente nos períodos em que chegavam navios no porto de Salvador e as ruas do bairro ficavam muito movimentadas, com intensa circulação de homens.



Figura 15 – Placa pendurada na porta de um casarão do Maciel: “Seja educado, não bata eão entre: FAMÍLIA”
Fonte: Gey Espinheira (1971).

Diana Helene (2019a) também identificou no bairro do Jardim Itatinga, em Campinas, o hábito de moradores identificarem os imóveis que não servem ao uso da prostituição com os dizeres “casa familiar”, ou frases similares, e a autora expõe a contradição que é pensar essa diferenciação dos espaços enquanto uma forma de separar quem é família e quem é prostituta, como se fossem categorias incompatíveis, até porque os imóveis “familiares” normalmente são ocupados por familiares das prostitutas que trabalham no bairro. Para Diana, o uso dessas placas no Jardim Itatinga estaria relacionado com uma tentativa das moradoras de se afastarem e se protegerem do “estigma de puta” que afeta todas que circundam a zona, utilizando de um discurso já estabelecido de divisões entre família e prostituição a fim de afastar o estigma que recairia sobre aquelas que ocupam a zona, mesmo as que não tenha envolvimento direto com a prostituição.

Todas as mulheres que moravam no Maciel sofriam com o peso do estigma, principalmente as mulheres jovens e sem marido. Se parassem em alguma esquina, ou caminhassem pelas ruas a partir do entardecer, elas eram automaticamente identificadas como prostitutas, e por isso podiam ser alvo de todo tipo de violência e discriminação social e institucional. A reportagem do Jornal A Tarde, “Monstruosidade policial no posto do Maciel”, por exemplo, relata a detenção e agressão de uma mulher pela polícia enquanto saía de uma audiência pública durante a noite, sendo confundida com uma prostituta.

Ao sair do palácio com destino à sua residência, foi interceptada na esquina da Catedral, por um indivíduo grosseiro, dizendo-se do posto policial do meretrício, que a tomando por meretriz, conduziu-a para aquele posto e entregou-a a dois soldados. Por mais que protestasse a sua honradez, comissário e soldados não a atendiam (MONSTRUOSIDADE..., 1959, p. 2).

Diante do peso do estigma que ronda o Maciel e recai sobre as moradoras, percebe-se uma preocupação especial com a criação de meninas no bairro. Normalmente, são as filhas as que são colocadas para morar com parentes fora da zona, rompendo as relações com a mãe. Maria de Lourdes, quando ainda estava grávida, já dizia que se fosse menina ela se mudaria para não a criar no Maciel.

Quando a filha continuava morando com a mãe no Maciel após o nascimento, sua criação geralmente ocorria sob excessivo controle e proteção, o que era contraditório visto que muitas das prostitutas haviam deixado o ambiente familiar em busca de maior liberdade e independência. Contudo, na criação dos filhos, percebe-se a reprodução dos papéis sociais definidos pelo gênero, de modo que as meninas eram mantidas em casa e iniciadas nos trabalhos domésticos, enquanto os meninos possuíam maior permissividade para circular pelas ruas, muitas vezes começando a trabalhar desde criança como engraxate, lavador de carro, ambulante, etc. (JEFERSON BACELAR, 1982). Isabel, que criou sua filha adolescente no Maciel, afirmava que não deixava ela ficar circulando pelo bairro: “Passa a manhã inteira no quarto como prisioneira, mas é ojeito, esse ambiente não serve, é briga, palavrão, não deixo nem chegar na porta da rua, é o tempo todo trancada dentro de casa” (IZABEL CRUZ, 1978, s/n).

Entre 1974 e 1982, imperou no Maciel uma ordem para toque de recolher a partir das 22 horas da noite, quando o comércio era obrigado a fechar e a população não podia circular sem que tivesse que prestar esclarecimentos para a polícia. Nesse período, reportagens de jornal denunciavam diversas ações arbitrárias dos policiais no bairro, em que as mulheres eram levadas para as delegacias e mantidas presas durante dias, sofrendo abordagens violentas, e seus cômodos eram frequentemente invadidos e destruídos. A reportagem “Agente violento faz o que quer no Maciel com apoio de superior”, do Jornal da Bahia, relata uma situação de agressão a uma proprietária de bar no Maciel por um agente policial sob a justificativa de

descumprimento do toque de recolher. Ao se dirigir ao Posto Policial para fazer reclamação da agressão sofrida pelo policial, a proprietária acabou presa por desacato à autoridade:

O fato é que o policial Reis chegou no domingo às 22 horas no Bar Santa Bárbara, que estava apenas com meia porta aberta, aguardando que dois clientes terminassem de beber uma cerveja para ser fechado, e ali fez das suas. Arrebatou um copo que estava sendo bebido pelo cliente e jogou o conteúdo no rosto da proprietária, e com a mão sobre o cabo do revólver, ordenou que todos saíssem e fechou o bar (AGENTE..., 1977, p. 16).

Já a reportagem “Policial massacró mulher no Maciel” relata a agressão a uma prostituta que saiu de casa com seu filho de três anos durante o toque de recolher para levá-lo ao hospital:

Saiu à porta de sua casa e avistou a viatura policial. Temendo consequências entrou correndo e isto foi o bastante. Os agentes Nilsone Nivaldo entraram casa adentro em sua perseguição, arrombaram a porta do seu quarto, jogaram longe a criança que ela tinha nos braços e espancaram-na a socos e pontapés até que interferiram em seu favor o motorista da viatura e a policial feminina Ivete.

Este não é o primeiro espancamento que Dilma sofre do agente Nilson. Da primeira vez, em fevereiro última, ela estava grávida, apanhou tanto que perdeu o filho (POLICIAL..., 1977, p. 8).

Chama a atenção na fala de Maria de Lourdes sua percepção do policial como alguém perverso e malvado, não como um profissional importante para garantir a segurança da população. Ao falar sobre o que pensa de profissão para o seu filho, ela afirma: “Pensotanta coisa boa pra ele, pra ser um médico, engenheiro, só não quero que ele seja Polícia Militar, porque só querem se exibir, são malvado, perverso, assim fica revoltado” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 146). Essa percepção provavelmente se relaciona com as experiências que ela e suas colegas tiveram com a violência policial enquanto prostitutas moradoras do Maciel. As mulheres que viveram esse período no centro de Salvador, quando falam sobre a violência da época, sempre mencionam o nome de “sr. Clóvis”, um delegado da polícia que realizava diversas campanhas para prender e torturar as prostitutas da área, sendo que várias tinham seus esconderijos para não serem pegas.

A aparição pública das travestis no centro de Salvador era ainda mais controlada pela polícia do que a prostituição da mulher cisgênera. A presença das travestis nos espaços públicos do centro de Salvador era diariamente reprimida pela polícia, e as ocorrências aconteciam principalmente quando elas estavam na rua trabalhando como prostitutas, momento que as colocava em exposição e vulnerabilidade aos assédios policiais. As travestis, segundo Gey Espinheira (1984), costumavam ser associadas à imagem de criminosas perigosas, sendo a sua forma de existência lida como um disfarce para “assalto a homens desprevenidos”, e por isso sofriam muito mais repressão policial do que as prostitutas cisgêneras. Quando as travestis eram presas por causa de crimes, geralmente a denúncia era feita pelos clientes, que diante de alguma quebra de acordo com relação ao programa, procurava a polícia alegando ter sido enganado ou roubado pela travesti (NEUSA DE

OLIVEIRA, 1994)

A repressão podia vir da polícia civil ou militar, ambas responsáveis pelo patrulhamento regular das ruas de Salvador. Eram frequentemente presas pela Delegacia de Jogos e Costumes sob a acusação de vadiagem, desordem, atentado ao pudor público ou quando denunciadas por eventuais clientes, por crime de roubo. Já os policiais militares eram mais violentos e, para além da prisão, praticavam abusos, como estupros e diversas formas de humilhação e tortura física e psicológica. Frequentemente, as travestis se automutilavam com giletes, abrindo cortes no antebraço para escapar da prisão (NEUSA DE OLIVEIRA, 1994; DON KULICK, 2008). “Não tinha um Órgão que defendesse, não tinha uma instituição [...] Nesse período era nós por nós, era a gente sozinhas no mundo e todo um aparato do Estado que vinha violentar a gente só porque estávamos trabalhando para sobreviver” (KEILA SIMPSON, 2019).¹⁴

No espaço da rua, as travestis também estavam expostas a assédios, agressões verbais e físicas de pessoas comuns. Neusa de Oliveira (1994) menciona os ataques a prostitutas cis e travestis realizados por homens de classe média que saíam de carro pelas ruas de Salvador para agredi-las e tomar seu dinheiro. Segundo Don Kulick, “Travestis se veem obrigadas a reafirmar a cada instante seu direito de ocupar o espaço público. Elas sabem que, a qualquer momento, podem tornar-se alvo de agressão verbal/ou violência física por parte daqueles que se sentem ofendidos pela simples presença de travestis nesse espaço” (DON KULICK, 2008, p. 47).

A travesti Florípes é conhecida por ser uma das primeiras a pleitear a aparição em público nos espaços de modernidade e visibilidade do centro de Salvador, durante a década de 1970, circulando a qualquer hora do dia pela rua Chile e Baixa dos Sapateiros, assim como participando das festas de largo. Sua presença implicava em reações discriminatórias da sociedade, com mulheres cis atravessando a rua para não circular na mesma calçada e homens dizendo ofensas, que Florípes por vezes reagia na base da agressão física. “E, embora carregasse marcas estigmatizadas pela sociedade, nunca se calou ou aceitou a submissão. Florípes andava pelos espaços de visibilidade para dizer: ‘eu existo. E eu posso e mereço estar aqui’. Essa é sua importância” (BRITO apud UZÊDA, 2020, s/n).

Uma das dimensões que Soraya Simões (2010) e Diana Helene (2019a) expõem ao analisarem as zonas carioca e campineira, respectivamente, é que, para protegerem a si mesmas e suas famílias de situações de estigma e violência, as prostitutas cis costumam viver uma “vida partida”, ou seja, tendem a separar sua vida familiar da vida profissional,

¹⁴ A entrevista de Keila Simpson pode ser acessada em formato de vídeo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lqm5XGcnHPE&t=41s>.

perpetuando a estrutura segregada e dicotômica dos papéis de “puta” e “mulher de família”, até utilizando normalmente um outro nome, um “nome de guerra”, quando está trabalhando como prostituta. Essa divisão se rebateria em sua experiênciana cidade, seus deslocamentos pelos espaços, de modo que elas costumam expor sua identidade puta apenas dentro do espaço de prostituição, enquanto fora dele tendem a ocultá-la.

Elas, assim, criam duas identidades bastante divididas, sob as quais adotam, inclusive, nomes diferentes. Além disso, em geral, os seus conhecidos de dentro da Zona ficam restritos a conhecer essa identidade, e os de fora a outra, existindo pouca mistura entre esses mundos. A constituição de cada mundo se relaciona intrinsecamente com cada identidade adotada, nestes que são, via de regra, conhecidos como “os dois mundos” da mulher prostituta [cis] (DIANA HELENE, 2019a, p. 220).

Por isso, para as prostitutas cis, tão importante quanto se proteger da violência e de prisões é se proteger do risco de ser reconhecida como prostituta por parentes ou amigos e preservar sua “vida partida” (PHIL HUBBARD; TEELA SANDERS, 2003). A segregação e o isolamento da prostituição do restante da cidade são, muitas vezes, vistos de forma positiva pela prostituta, por garantir um espaço de proteção de sua identidade estigmatizada. Muitas mulheres corroboram com a visão dicotômica que posiciona a prostituta como parte excluída da sociedade, e por isso concordam com a perspectiva de se manterem reclusas e ocultarem sua relação com a prostituição do mundo externo, mantendo uma vida dupla, muitas vezes como uma forma de proteção contra a exposição a situações de conflito, preconceito e discriminação social que envolvem o exercício da profissão (GABRIELA LEITE, 1992; SORAYA SIMÕES, 2010; DIANA HELENE, 2019a). As zonas, enquanto territórios bem delimitados que funcionam ao uso da prostituição, seriam então favoráveis para a ocorrência dessa separação nítida entre os dois mundos da mulher prostituta: “representa o distanciamento da família e do local de origem, ou seja, o acesso à mudança e à vivência das idiossincrasias em um mundo que gera conflitos no convívio familiar” (SORAYA SIMÕES, 2010, p. 147).

Para Jeferson Bacelar (1982), a condição de segregação e discriminação das prostitutas do Maciel se nota devido à limitação do seu círculo de relações pessoais de amizade e cooperação no “mundo exterior” à prostituição, para quem precisam mentir sobre suas identidades para evitar o estigma, e à permanência em grande parte de sua vida cotidiana na própria zona devido a seus afazeres, apesar delas conseguirem circular pela cidade de forma anônima para realizar tarefas de rotina ou lazer: “fazem compras, vão a lojas, supermercados, feiras; são fieis em casas-de-candômbé, centros espíritas e igrejas; são frequentadoras de festas de largo” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 120-121). Mais da metade das prostitutas do Maciel não mantinham contato com os parentes por motivos como fugir de casa, conflitos, ou por ter rompido a relação ao começar a trabalhar como prostituta. Isabel demonstrava uma certa ansiedade pela possibilidade de deixar de morar no bairro, sonhando

com o dia em que sua filha mais velha se formaria e as tiraria dali, e aí sim ela poderia ir atrás do pai da filha mais nova, quem ela sentia vergonha de procurar por conta de onde morava. Maria de Lourdes costumava esconder seu endereço mesmo das suas amigas que também eram prostitutas em outras áreas da cidade, tamanho era o estigma de morar na zona do Maciel em relação a outros espaços de prostituição de Salvador: “Eu já fazia vida, mas nunca morei em rua como essa. Sempre morei em rua família” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 142).

Apesar de em seu cotidiano estabelecer relações de amizade e solidariedade com suas vizinhas, por vezes dependendo delas para que levassem e buscassem seu filho na escola, ou o vigiassem na rua, ou por vezes cuidando dos filhos das outras, além de partilhar bate-papos e visitas diárias, Maria de Lourdes fazia questão de demarcar uma diferenciação entre seu comportamento em comparação a outras prostitutas do Maciel, suas colegas e vizinhas, a quem não considerava como amigas de verdade: “Eu me considero muito mais direita do que muita mulher que vive brigando, cortando os outros; não me acho melhor do que nenhuma, mas não vivo fazendo as coisas que essas mulheres fazem aqui” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 150). Nota-se que Maria de Lourdes não tinha problema diretamente com a profissão que exercia, mas com o estigma relacionado à mulher do Maciel.

Segundo Dionizia, depois que se mudou para o Maciel, os parentes não foram visitá-la, mas todos sabiam onde morava. Parecia já ter havido algum tipo de desentendimento com a família por ela morar no bairro, contudo, Dionizia não demonstrava vontade de se mudar e insistia para a família na justificativa da localização central da moradia como vantagem para lá residir: “Ninguém da minha família, nunca disseram nada daqui da área do Maciel. Uma vez falou, mas depois ele mesmo voltou a consequência que eu tinha bastante razão no caso do transporte” (DIONIZIA SANTOS, 1977, p. 1). Raquel relata o episódio que resultou em seu rompimento com a família, uma situação de discriminação por parte de sua irmã mais velha durante o batizado de seu sobrinho. Na ocasião, ao se desentenderem, a irmã chamou Raquel de “puta do mangue”, dizendo que sua mãe não deveria permitir uma puta numa casa de família, no meio de moças direitas. Diante da ofensa, Raquel se defendeu afirmando sua independência e autonomia conquistada através da profissão, realçando que a irmã havia diversas vezes pedido ajuda financeira, ou seja, ela se beneficiava do trabalho de Raquel (GEY ESPINHEIRA, 1984).

No final do século XX, Gabriela Leite (1992) acompanhou o processo de transformação urbana que fragmentou as zonas confinadas de diversas cidades brasileiras, em um contexto de urbanização orientado pela revalorização econômica das áreas centrais: “A zona como eu conheci, que até há dez anos era o auge da marginália, está dando seus últimos suspiros. [...] A prostituição está indo para as ruas, portas de hotéis, casas de massagem, mas a zona

fechada com a sua cara de festa permanente não tem jeito de continuar” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 143). A esse processo, Gabriela relacionou o fato de que “essas áreas históricas, numa reviravolta urbana, tornaram-se interessantes e agora sofrem assédio da especulação imobiliária. [...] O que antes era velho agora torna-se antigo, e valorizar o antigo está na moda” (GABRIELA LEITE, 1992, p. 126). Salvador é uma das cidades em que é possível perceber esse processo identificado por Gabriela, e, no próximo capítulo, será discutido como os planos de recuperação de sua área histórica tombada, iniciados em fins da década de 1960, se relacionam com as mudanças no padrão de organização espacial da prostituição aqui apresentado.

4. PATRIMÔNIO RECUPERADO, PROSTITUTAS RECUPERADAS? AS MUDANÇAS NAS DINÂMICAS ESPACIAIS DA PROSTITUIÇÃO NO CONTEXTO DE “RECUPERAÇÃO” DO CENTRO DE SALVADOR

Em meados da década de 1960, começa a se delinear no planejamento urbano a proposta de recuperação do núcleo histórico soteropolitano para o uso turístico e cultural, alinhado com o planejamento regional baiano que destinava à Salvador a função de polo turístico e terciário do Estado, assim como com as Normas de Quito e as sugestões da UNESCO, que defendiam uma nova política de preservação e gestão do patrimônio urbano na qual o patrimônio passaria a compor como um recurso econômico capaz de impulsionar a revalorização de áreas centrais da cidade como áreas de fomento ao turismo cultural. Entre a década de 1960 e o início dos anos 2000, houve uma grande produção de projetos e diagnósticos com o objetivo de recuperação da área histórica tombada de Salvador para o desenvolvimento do turismo, e um dos pontos discutidos neste capítulo é as transformações na forma de ocupação da prostituição no centro de Salvador considerando as particularidades dos processos urbanos impulsionados nesse contexto em sua relação com a exclusão e o controle do comportamento das mulheres com vistas à manutenção da ordem moral na cidade pautada na valorização da família nuclear burguesa patriarcal, que se estrutura em torno da desvalorização social da mulher através do controle de sua sexualidade e de uma nova divisão sexual do trabalho.

Identifica-se no discurso do planejamento a atualização da ideologia higienista, presente no contexto de reformas de início do século XX, para um pensamento desenvolvimentista, no qual os padrões “ímorais” de vida, que antes eram lidos como patologias biológicas e tinham no controle policial uma aposta de correção da população, passaram a ser enxergados como anomalias sociais a serem corrigidas via desenvolvimento econômico, sem perder a referência de valores culturais, costumes, formas de sociabilidade e modos de vida associada à valorização de um ideal moral embranquecido, elitista e patriarcal. Assim, desenha-se uma narrativa de reconhecimento e resgate de um “passado glorioso” dos tempos coloniais de quando os casarões eram habitados pelas “sinhas” das famílias aristocratas baianas, que funcionam como um espelho para o processo de valorização do conjunto arquitetônico tombado, e a prostituição passa a ser encarada como o principal problema social a ser solucionado na área recuperada.

Contudo, as orientações de como solucionar os “problemas” da área, em especial a prostituição, dentro do projeto para a recuperação do patrimônio histórico, variaram ao

longo das décadas seguintes: desde a proposta de recuperação física dos imóveis tombados a fim de abrigar uma rede de equipamentos públicos e instituições de assistência como meio de controle, correção e disciplinamento das moradoras visando sua recuperação social através de sua integração, ou “inclusão forçada”, ao processo de renovação da área, no qual se destaca o fomento do artesanato como um substituto à prostituição como principal atividade econômica da área restaurada; até a opção pela expulsão das moradoras como uma condição necessária para a valorização da área, recuperando os casarões tombados para o uso exclusivo do turismo, ou para uso misto, inclusive residencial, para serem ocupados por segmentos da população de classe média e alta, atrelando o processo de ordenamento do espaço com ações de limpeza social e controle intensivo da polícia sob a justificativa de manter a ordem pública.

Entre final da década de 1960 e início de 1990, nota-se que a implantação dos projetos iniciais de restauração dos imóveis tombados, concentrados no Maciel, desencadeou a gradual mudança na ambiência do bairro e funcionou como um grande impulso inicial que acelerou o processo de especulação imobiliária na área onde concentrava os imóveis restaurados, com a expulsão “espontânea” de parte das moradoras antigas e das prostitutas e o início da ocupação da área por turistas e outros grupos sociais. Contudo, como as intervenções do Estado na área histórica tombada foram pontuais, à medida que as moradoras foram afastadas das áreas restauradas devido à especulação promovida pela intervenção no patrimônio histórico, muitas se rearranjavam ainda no próprio bairro, nos imóveis onde a restauração ainda não havia ocorrido, e seguiam morando no centro em condições similares, porém lidando com a alta dos preços de aluguéis e de outras necessidades básicas e a restrição de suas possibilidades de trabalho devido à retração da prostituição no bairro, concentrando-se em áreas cada vez mais precárias e arruinadas. Foi, portanto, um longo e lento processo de reorganização da vida individual e coletiva pelas prostitutas e demais moradoras.

Já nos anos 1990, instaurou-se um processo rápido e violento de recuperação da área histórica tombada, atrelado a ações de expulsão e limpeza social, que interviu no arranjo espacial até então mais comum de prostituição na zona do Maciel, o do tipo casa-de-cômodos, afetando diretamente as possibilidades de moradia e trabalho de diversas mulheres e suas redes de solidariedade, fechando também castelos, boates e demais estabelecimentos ligados à prostituição. Diversas foram as formas de reorganização devida das prostitutas diante das transformações empreendidas, desde a mobilidade geográfica, migração, periferização, retorno à cidade de origem, ou deslocamento para outras áreas de prostituição e moradias próximas à área restaurada, até a articulação de formas de resistência à expulsão e luta pela permanência no centro de Salvador.

As diversas formas de luta organizada articuladas contra a remoção e a fim de denunciar o projeto de cidade excludente em curso no centro de Salvador nesse período, cujo protagonismo é das mulheres, são conectadas nesta pesquisa ao surgimento e à consolidação do primeiro movimento organizativo por e para prostitutas na Bahia, fundado em 1997 como Associação das Prostitutas da Bahia (APROSBA) com o objetivo inicial de denunciar as violências policiais sofridas pelas prostitutas durante a recuperação da área e de conquistar o direito das prostitutas permanecerem trabalhando no centro de Salvador, e que desde então tem contribuído para a conquista de melhores condições para as prostitutas baianas, mobilizando um discurso de valorização da profissão.

A APROSBA viabilizou a continuidade da presença histórica das prostitutas no centro de Salvador, que então se transformava no “Pelô”, o centro turístico de Salvador representado como o berço da cultura baiana a ser exportado no circuito de turismo globalizado. Com os casarões coloniais reformados para abrigar usos culturais eturísticos, prevaleceu um novo arranjo espacial da prostituição na área restaurada, que passou a ocorrer em pontos específicos de praças e ruas, ou em bares revitalizados, onde as prostitutas encontram seus clientes e se deslocam para a realização dos serviços. Por fim, é possível observar como, assim como nas antigas zonas de tolerância e áreas de cortiço, o ponto de prostituição no “Pelô” é percebido sob o olhar estigmatizante como espaço de perigo e deteriorado da área restaurada a ser evitado por turistas, famílias e mulheres, e, ao mesmo tempo, se nota em seu cotidiano a construção pelas prostitutas de relações que vão além do exercício do trabalho e envolvem arranjos coletivos que viabilizam a reprodução de suas vidas e de seus dependentes, produzindo outras relações que atravessam e vão além da fruição do capital imobiliário e turístico para o qual o espaço foi preparado.

4.1. DA INCLUSÃO FORÇADA À EXCLUSÃO: OS PLANOS DO ESTADO PARA A “RECUPERAÇÃO” DO CENTRO DE SALVADOR

Em 1967, a Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou as Normas de Quito, uma resolução referente a medidas de preservação e restauração do patrimônio histórico e artístico na América Latina, na qual frisava a potencialidade da utilização do patrimônio como um recurso para promover o desenvolvimento econômico planejado pelos países latino-americanos com o objetivo de reverter seu quadro de empobrecimento e atraso frente às grandes potências mundiais. Segundo a Carta,

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles (OEA, 1967, p.4).

A Carta sugeria a integração de projetos de valorização dos conjuntos patrimoniais tombados junto ao planejamento urbano e regional, defendendo que as medidas de proteção e conservação do patrimônio histórico não deveriam ser vistas como um obstáculo aos planos urbanísticos para o desenvolvimento e o progresso das cidades, como até então ocorria, mas como seu complemento. Assim, se até então a preservação do patrimônio era sinônimo de ausência de dinamismo de determinada área devido à sua não influência pelo capital, como Milton Santos colocou anteriormente em sua leitura sobre as transformações urbanas em curso no centro de Salvador durante a década de 1940, com as orientações das Normas de Quito, o patrimônio passaria a compor a política de desenvolvimento urbano como um recurso econômico capaz de impulsionar a revalorização econômica de áreas centrais da cidade, sob o ponto de vista do mercado, através de sua transformação física pela reprodução do capital.

Acreditava-se que a valorização de um monumento poderia promover uma “ação reflexa” no seu entorno urbano, contribuindo para sua regeneração, “que ficaria valorizada em conjunto como consequência de um plano de valorização e de saneamento de suas principais construções” (OEA, 1967, p. 6). Dentro dos projetos de valorização do patrimônio, apostava-se no fomento ao turismo cultural e no incentivo ao investimento privado como saída para a exploração econômica do mesmo, que possibilitaria a rápida recuperação do capital investido, assim como a transformação econômica da região: “As vantagens econômicas e sociais do turismo monumental figuram nas mais modernas estatísticas, especialmente na dos países europeus, que devem sua presente prosperidade ao turismo internacional e que contam, entre suas principais fontes de riqueza, com a reserva de bens culturais” (OEA, 1967, p. 8).

A exploração turística do patrimônio histórico foi objeto de especial atenção por parte da Secretaria Geral da UNESCO, que entre os anos de 1966 e 1967 patrocinou missões por diversas cidades no Brasil a fim de assessorar o IPHAN na montagem de uma nova política de preservação e gestão do patrimônio urbano brasileiro, algumas das quais contou com a participação do relator Michel Parent. Em seu relatório de 1967, Michel Parent incentivou a utilização turística e o aproveitamento econômico do acervo salvaguardado brasileiro, e apontou os conjuntos arquitetônicos de cidades brasileiras com maior potencial turístico. Mais do que a valorização do monumento, Parent sugeria a necessidade de salvaguarda de conjuntos urbanos amplos, que extrapolassem o monumento individual, para que o IPHAN conseguisse formular e implantar políticas de regeneração urbana amplas (FPACBa, 1969).

Dentre as cidades visitadas por Parent, o núcleo histórico, em especial o Largo do

Pelourinho e suas imediações, concedeu a Salvador a definição de “uma das mais surpreendentes cidades de arte do mundo” (FPACBa, 1969). Nesse período, Salvador estava passando por um processo de reordenamento urbano devido ao impacto da industrialização instalada a partir dos anos 1950 na região metropolitana. Com a crescente expansão urbana, a configuração da cidade adquiriu uma estrutura policêntrica, com o surgimento de subcentros e de novas zonas residenciais, comerciais e administrativas que deslocavam da área central da cidade os vetores mais importantes de expansão, investimentos e crescimento, desencadeando a fuga das funções administrativas e comerciais historicamente instaladas na centralidade antiga. Em resposta a isso, e alinhado com o planejamento regional baiano que destinava à Salvador a função de polo turístico e terciário do Estado, assim como com as Normas de Quito e as sugestões da UNESCO na figura de Michel Parent, o Governo do Estado da Bahia então iniciou uma série de planos de recuperação do núcleo histórico soteropolitano no final da década de 1960, com vistas em sua readequação para o uso turístico e cultural.

No sentido de descentralizar a gestão do patrimônio brasileiro, houve a criação em 1967 de um órgão estadual específico para conservar e restaurar os imóveis de interesse artístico e histórico, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACBa), atual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). A estratégia de intervenção se orientava pela conjunção dos conceitos de desenvolvimento urbano como de preservação do patrimônio cultural, expresso no lema “Restaurar é Desenvolver” (FPACBa, 1979a), com a aposta no fator econômico, ancorado no turismo, como principal propulsor do desenvolvimento da área e de sua reintegração dentro do planejamento da cidade.

Nesse período, predominou a construção de uma narrativa única para descrever o histórico das transformações urbanas no centro de Salvador, organizado em três fases “evolutivas”: a primeira seria a fase áurea, na qual viviam nos casarões coloniais as famílias aristocratas do período colonial, que perdurou até o século XIX, quando haveria o processo de decadência do conjunto colonial com a saída de seus antigos proprietários e sua ocupação por uma população de menores poderes aquisitivos, e, por fim, a terceira fase seria a de retomada da área por famílias de perfil similar à dos tempos áureos, porém, não mais como área de moradia, mas para explorá-la economicamente como área turística (GEY ESPINHEIRA, 1984). Assim, desenha-se uma narrativa de reconhecimento e resgate de um “passado glorioso” dos tempos coloniais que funciona como um espelho para o processo de valorização econômica do conjunto arquitetônico tombado.



Figura 16 - Delimitação oficial do núcleo histórico tombado do centro de Salvador nos anos 1970. Fonte: Google Earth 2021, elaborado pela autora.

Nesse contexto, a prostituição costuma ser o principal alvo a ser combatido (DIANA HELENE, 2019a). Sua presença na área histórica tombada (figura 13) foi identificada pelo poder público como o “problema central” e “talvez o de mais difícil solução em todoo plano de aproveitamento da área” (FPACBa, 1969, p. 16). As orientações de como solucionar o dito “problema” dentro do projeto para a recuperação do patrimônio histórico variaram ao longo das décadas seguintes, e a seguir são apresentadas as ideias desenvolvidas por alguns dos planos elaborados a fim de se analisar as orientações que predominaram nesse período.

O “Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho” de 1969, primeiro projeto elaborado para a área nesse contexto, propunha a recuperação dos imóveis tombados alinhada com a instauração de novas funções compatíveis com o uso turístico, como atividades na área cultural, artesanal, comercial e hoteleira, de modo a expulsar a população moradora. A primeira etapa do Plano Geral se concentrou no Largo do Pelourinho, tomado como plano piloto, a partir da qual se esperava incentivar os demais proprietários a investirem na restauração de seus próprios imóveis, instaurando o processo de renovação na área. Conforme o esperado, as redefinições na ocupação do espaço instituíram uma nova

ambiência, um novo estilo de vida, “trazendo de volta os grupos situados nos estratos socioeconômicos mais elevados que já não vêm para morar nos sobrados e casarões reformados, mas para explorá-los economicamente” (GEY ESPINHEIRA, 1984, p. 83-84).

Um comércio estável já se firma na área, em algumas de suas ruas. Nota-se crescente diversificação, por exemplo, no comércio do Terreiro de Jesus, com butiques e casas de doçaria, tipografias e escritórios de firmas comerciais do sul do país. Tudo isso vai modificando aos poucos a paisagem adjacente às ruas degradadas (FPACBa, 1969, p. 69).

Contudo, diante do desencadeamento das mudanças no Largo do Pelourinho e adjacências (figura 17), houve a preocupação com as possíveis consequências da expulsão abrupta da população moradora do centro para outras áreas da cidade sem resolver os “problemas sociais” ali instalados (FPACBa, 1972). Diferente do contexto das reformas urbanas do início do século XX, onde os padrões considerados “imorais” de vida eram lidos pela ideologia higienista como patologias biológicas e tinham no controle policial uma aposta de correção da população, o contexto inicial de atuação da Fundação do Patrimônio estava ancorado em um pensamento desenvolvimentista onde tais padrões foram enxergados como patologias sociais a serem corrigidas através do desenvolvimento econômico, como se percebe no documento “Comunidade do Maciel” (1971), que expõe um levantamento socioeconômico específico para a zona do Maciel.

Nesse documento, o “problema” da prostituição era lido como resultado da falta de condições sociais e econômicas satisfatórias, do acesso restrito da população a benefícios sociais e serviços básicos à vida coletiva - como saúde, educação, segurança -, que empurraria as mulheres para a atividade. Ao mesmo tempo, depois da inserção na prostituição, a atividade estaria organizada de modo a explorar a mulher, dificultando sua saída. No caso do Maciel, a exploração da prostituta aconteceria principalmente através do alto aluguel cobrado para o uso dos cômodos dos casarões subdivididos, que consumia grande parte do salário da mesma, fazendo com que ela acabasse presa à atividade, sem condições de procurar outras formas de trabalho. Por isso, criticava-se os procedimentos ineficazes e violentos das ações policiais que buscavam expulsar as prostitutas da área e apontava-se para a recuperação social das mesmas como solução para a prostituição, através da assistência e do desenvolvimento de políticas públicas eficazes na melhoria de suas condições sociais e econômicas (GEY ESPINHEIRA, 1971).

O documento “Comunidade do Maciel” estava alinhado com a mudança de postura de governos estaduais com relação à gestão da prostituição diante da reafirmação dos princípios abolicionistas como orientação para as ações do governo brasileiro em 1959, ao se tornar signatário da “Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio” da Organização das Nações Unidas (ONU), documento que defende a erradicação da

prostituição como saída para combater o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Sarah Feldman (1989) relata que, logo após o Brasil se inscrever às decisões tomadas na Convenção de 1959, o governo de São Paulo também demonstrou uma mudança de postura com relação à prostituição, com a elaboração de um Plano de Ação orientado para medidas de readaptação e reeducação social da mulher prostituta, a serem realizadas pelo Serviço de Amparo à Mulher, e que também previa o fechamento da zona de tolerância de São Paulo e a desestruturação do controle construído com base nos princípios higienistas pela Delegacia de Costumes.

No centro de Salvador, o “Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel”, de 1972, propôs a recuperação física dos imóveis históricos tombados como via para a promoção social da população residente, “para ali se desenvolver, como base para as mudanças desejadas, uma economia própria sedimentada na natureza cultural e turística dessa zona” (FPACBa, 1972, p. 4), e assim transformar sua fisionomia social junto à modificação física.

Esse plano tem como finalidade principal promover um clima efetivo de atividades produtivas e rentáveis na área do Maciel, utilizando a mão de obra ociosa ou mal orientada; modificando o quadro educacional e criando novas condições de trabalho e de vida para os moradores da área. E isto, claro, sem utilizar os métodos porventura mais fáceis e certamente menos humanísticos – da remoção pura e simples dos moradores considerados marginais ou indesejáveis (FPACBa, 1972, p. 2).

Com a proposta de integrar a população do Maciel no processo de renovação da área, em vez de expulsá-las, o que se percebe é que esse plano assumiu um caráter de “inclusão forçada”, pois via a inclusão da população nos planos de renovação como uma solução viável para o Estado exercer controle e correção da população da área, enquanto acreditava que uma expulsão compulsória da população do Maciel poderia acarretar em uma expansão da prostituição pelas ruas centrais de Salvador.

A importância do Plano de Desenvolvimento na comunidade do Maciel pode ser resumida na economia que fará o Governo com a solução de um problema dessa natureza no momento oportuno, impedindo que o mesmo venha a tornar-se mais complexo, dificultando o seu controle e causando com isso maiores prejuízos à sociedade (FPACBa, 1972, p. 4).

O Plano se construiu a partir de seis setores de atuação principais: saúde pública, saneamento, educação e lazer, trabalho artesanal, habitação e prostituição. Porém, priorizou-se a Educação e o Trabalho Artesanal como norteadores para condicionar as demais atividades, entendendo-os como centrais para a instauração da nova ordem econômica desejada, que seria complementada pela infraestrutura assistencial composta por equipamentos de serviços sociais básicos a serem implantados nos edifícios restaurados. A primeira etapa do plano foi chamada de “Educação para o Desenvolvimento”. Nela, propunha-se a implantação de um programa educacional ligado à formação, treinamento, especialização e colocação da mão-de-obra no mercado de trabalho, objetivando como consequência a

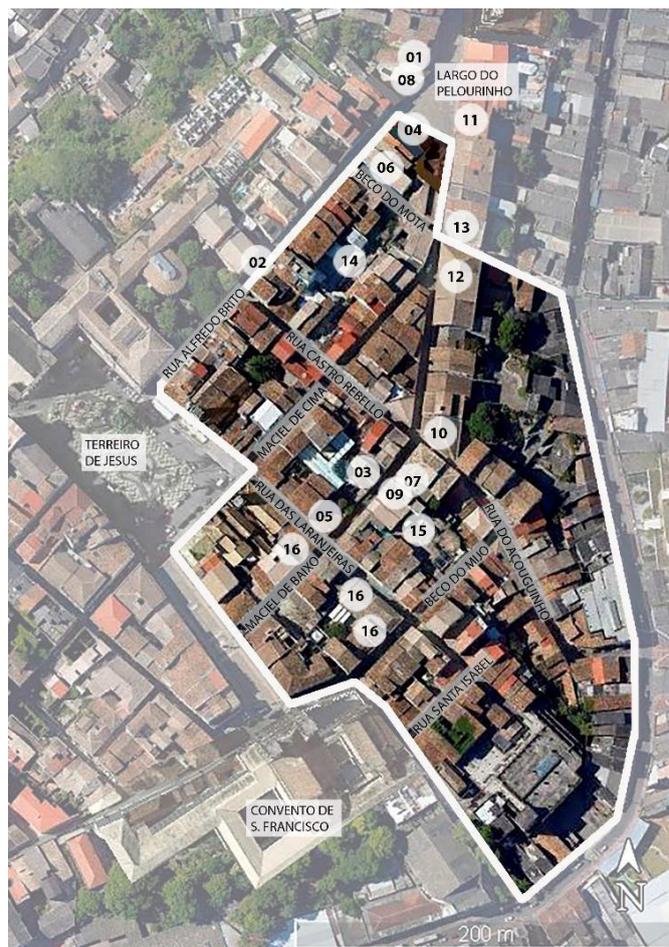
assimilação da disciplina, organização e integração aos valores sociais dominantes, atrelado ao aprendizado de uma função especializada, pela população do Maciel, no formato de “educação-para-a-produção” (FPACBa, 1972). O mercado de trabalho alvo escolhido para orientar a mão-de-obra local foi o artesanal, descrito como uma atividade produtiva rentável, mais estável e compatível com o uso turístico estabelecido para o núcleo histórico de Salvador dentro do Projeto Pelourinho.

O artesanato, numa comunidade como a do Maciel, tem possibilidades reais de [...] permitir que se crie uma situação econômica estável que, por certo, há de provocar modificações profundas no quadro sócio econômico de uma zona eminentemente prostitucional, em que predominam o desemprego e subemprego, as atividades ilícitas e criminosas, que fazem esta comunidade extremamente divergente e instável (FPACBa, 1974, p. 18-19).

Ou seja, o artesanato funcionaria como um substituto à prostituição, principal atividade econômica instalada na área, impulsionando uma mudança de ambiência no Maciel mais compatível com o uso turístico proposto para o núcleo histórico de Salvador, ao mesmo tempo em que serviria como uma alternativa de trabalho às prostitutas e demais grupos residentes, para sua recuperação e reintegração à sociedade.

A nossa sociedade, por tradição, recusa-se a aceitar programas desta ordem, por se acostumar a considerar a prostituição como um problema de moral ou de direito e não como uma problemática sociológica que pode ser mudada desde quando se interfira em seus aspectos infraestruturais. Não temos a ilusão quanto ao fato de que a prostituição persistirá enquanto persistirem certos aspectos estruturais de nossa sociedade, mas que, contudo, uma zona prostitucional pode ser resolvida desde que se disponha a resolvê-la. Não se trata de solucionar a prostituição, mas de resolver certos problemas de um certo número de pessoas que vivem em determinado espaço social (FPACBa, 1974, p. 21).

A figura 17 mostra os casarões do Maciel que foram reformados pela Fundação do Patrimônio ao longo da década de 1970 e seus novos usos, ligados a setores administrativos da Fundação e serviços públicos nas áreas de educação, saúde, segurança e geração de renda, seguindo as diretrizes estipuladas pelo “Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel”.



NUMERAÇÃO	USO DO IMÓVEL	ANO DA RESTAURAÇÃO
01	ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO	1969
02	CORREDOR TURÍSTICO NA PORTAS DO CARMO: RESTAURANTES, LOJAS	início dos anos 1970
03	POSTO POLICIAL DO MACIEL	1973-1974
04	INSTITUTO MAUÁ	1973-1974
05	POSTO MÉDICO DO MACIEL	1974-1975
06	CENTRO ARTESANAL - UNIDADE 1	1973-1975
07	CENTRO ARTESANAL - UNIDADE 2	1973-1975
08	CENTRO OPERÁRIO	1975
09	COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA SOCIAL	1974-1976
10	COORDENAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA FUNDAÇÃO	1973-1976
11	BAR / RESTAURANTE / ATELIER	1974-1976
12	SEDE DA FUNDAÇÃO	1977
13	CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO MACIEL	1978-
14	PROPOSTA HABITACIONAL - QUARTEIRÃO 2M	1977
15	PROPOSTA HABITACIONAL - QUARTEIRÃO 10M	1979
16	CENTRO DE ATENÇÃO À CRIANÇA	--

Figura 17 – Identificação dos casarões reformados pela Fundação do Patrimônio nos anos 1970 e novos usos dados ao imóvel (FPACBa, 1979a).
Fonte: Google Earth 2021, elaborado pela autora.

Já na década de 1980, houve uma perda de importância das políticas patrimoniais para o Estado, de modo que os órgãos e instituições criados nos anos 1970 foram sendo gradativamente sucateados e esvaziados. Nesse período, questões administrativas, financeiras e políticas pesaram para a pouca capacidade interventiva do órgão do patrimônio. Até 1989, apenas 20% do conjunto havia sido restaurado, sendo em sua quase totalidade (90%) efetivado pelo Estado, e somente 10% pela iniciativa privada (IPAC, 1989). Ainda assim, a expectativa no final de 1980 era de que haveria uma grande renovação da área, e Gey Espinheira (1988) identificou duas principais propostas de projeto que se sobressaíam nesse período sobre o que fazer com a população residente: a expulsão das moradoras e recuperação dos prédios exclusivamente para o uso turístico; ou a expulsão das moradoras e a recuperação dos imóveis para uso misto, inclusive residencial, para serem ocupados por segmentos da população de classe média e alta. Ou seja, a alternativa de promover a recuperação dos imóveis através da “inclusão forçada” das moradoras foi cada vez mais abandonada pelo órgão de patrimônio, que reorientava suas ações em direção à sua exclusão, propondo-se a fazer uma “limpeza social” da área com a expulsão daqueles considerados “marginais” como uma condição necessária para a recuperação do centro de Salvador, o desenvolvimento do turismo e a dinamização do comércio e dos serviços.

Cabe ressaltar que, a partir dos anos 1990 no Brasil, a proposta de exploração do patrimônio enquanto um recurso econômico para fins de turismo ocorreria cada vez mais atrelado à exploração de sua dimensão imagética dentro de uma dinâmica da economia global. Eduardo Rocha Lima (2012) realiza em sua tese importante revisão bibliográfica sobre os processos históricos que resultaram na construção de um “modelo de cidade empresarial-cultural-midiática-turística”, ou seja, uma ideia de cidade de planejamento urbano voltado para a revitalização urbana atrelados ao interesse de renovar o espaço para atrair o fluxo turístico. Segundo o autor, essa ideia de cidade inicia nos Estados Unidos na década de 1960, quando se enxerga o modelo de gestão das cidades baseado no empreendedorismo e nas parcerias criativas com empresas como saída para a revalorização econômica de áreas urbanas deterioradas pelo processo de desindustrialização das cidades estadunidenses, a serem renovadas para abrigar atividades de recreação e lazer.

Quase uma década depois, o “modelo” norte-americano chega às cidades europeias, e na França ganha novos direcionamentos através da incorporação no modelo do uso de equipamentos culturais, como museus, para funcionarem como âncoras de projeto no processo de transformação dos espaços, cuja dimensão monumental e midiática atrairia turistas e novos investidores, combinando assim os investimentos culturais nos processos de revitalização urbana com o viés de empreendimento adotado pelos estadunidenses. Ao unir esses dois elementos, e ainda renovar acrescentando questões relativas ao investimento

em marketing urbano, Barcelona se consolida como paradigma desse novo modelo de fazer cidade, exportando para o mundo sob o nome de planejamento estratégico (EDUARDO ROCHA LIMA, 2012).

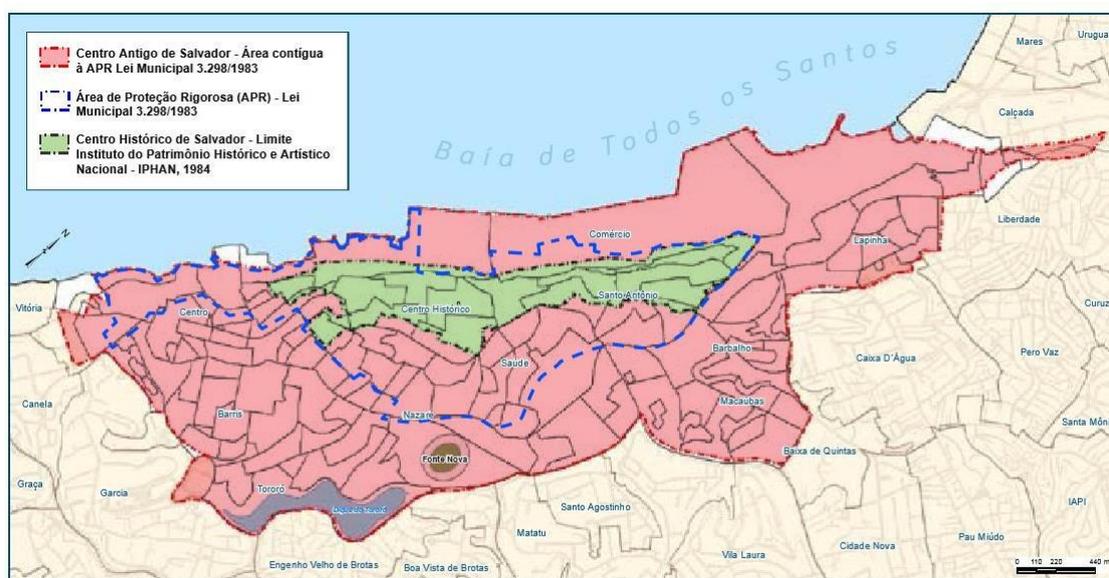
Por fim, Eduardo reflete que as desigualdades sociais existentes e visíveis nas ruas das grandes cidades sul americanas se tornam um empecilho e fonte de conflitos à implantação desse modelo de renovação do espaço, que as enxergam como um “problema paisagístico” (apud CARLOS VAINER, 2007) a ser solucionado para o sucesso da promoção imagética da cidade. Desse modo, Eduardo sugere que atrelar o processo de ordenamento do espaço com o controle intensivo por meio de policiamento a visibilidade dos “problemas sociais” pode ser considerado como a missão inovadora América do Sul sobre o espaço concebido pela “ideia de cidade” norte americana – europeia.

Espaços injetados pela lógica mercantil empresarial, recriados e postos na vitrine do mercado de cidades competitivas por meio de imagens de marca – cartões postais – que têm no seu projeto de sedução de investidores a necessidade de eliminar os conflitos provenientes da construção social do espaço que encontra-se à venda. O consenso difundido por tal imagem pacificada e sedutora é uma falácia proveniente dos interesses privados que despolitizam o processo histórico de estruturação do espaço urbano (EDUARDO ROCHA LIMA, 2012, p. 105).

Inspirados nessa “ideia de cidade”, populariza-se no Brasil a produção de grandes projetos urbanos com foco na criação de uma política de *image-making* (OTÍLIA ARANTES, 2000) pelas cidades, na qual a revitalização do espaço priorizaria a construção de uma imagem que fosse ao mesmo tempo “limpa” de conflitos, pacificada e consensual, e expressasse um alto valor simbólico-cultural, funcionando como captador de investimentos, ou seja, nova fonte de acumulação do capital, uma mercadoria, um valor de troca, capaz de aumentar a competitividade das cidades dentro de um circuito de mercado turístico internacional, a fim de atrair as classes superiores. Para isso, prevalece nesse processo ações de limpeza social e remoção de pessoas e usos com o objetivo de invisibilizar as tensões e os conflitos sociais no espaço urbano. Esse processo tem suscitado comparações com os projetos de reformas urbanas baseados nos princípios higienistas de início do século XX, bem como críticas devido ao esvaziamento e à perda de vitalidade das áreas restruturadas para atender à cultura global a partir da desestruturação das relações sociais locais responsáveis por produzir vida cultural a ser vendida no mercado internacional. Sobre os planos de revitalização do bairro do Recife Antigo, na capital pernambucana, iniciados em 1991 com vistas em sua transformação como pólo de lazer e cultura, Rogério Proença Leite reflete:

Mais de um século depois, as políticas contemporâneas de “revitalização” do patrimônio retomam, em outro contexto e com outras perspectivas, o princípio social higienizador de Haussmann, para adequar as cidades às demandas e aos fluxos internacionais de turismo e consumo urbano (ROGÉRIO LEITE, 2002, p. 15).

Um dos reflexos do contexto de política de *image-making* em Salvador é o recebimento do título de Bem Cultural do Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1985, um ano após a nova delimitação oficial da área de tombamento pelo IPHAN (figura 18). Gey Espinheira (1988) critica a ideia de expulsar os moradores para mono funcionalizar o centro de Salvador como zona turística, e faz sua defesa realçando a importância de reconhecer e preservar a cultura baiana que se constrói a partir do cotidiano produzido pelas vivências das moradoras, e que contribuiu historicamente para forjar o significado simbólico-cultural do centro de Salvador, sem o qual a renovação da área fica comprometida diante de um esvaziamento da vida cotidiana. “Qual o papel desse conjunto colonial, talvez o mais importante da América? Cenário holiudiano para turistaver? Casario asséptico, esvaziado de sua significação cultural? [...] Ou um lugar para a vida baiana?” (GEY ESPINHEIRA, 1988, p. 14).



LOCALIZAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Figura 18 - Mapa com nova delimitação oficial de tombamento do Centro Histórico de Salvador.

Fonte: BAHIA, 2013.

É nesse contexto que se insere o “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, anunciado no início da década de 1990 como solução para reverter o quadro físico, social e econômico do núcleo histórico tombado, a ser empreendido pelo IPAC em parceria com a CONDER. De modo geral, a proposta do Programa resgatou as diretrizes acordadas no Plano Geral de 1969 (MÁRCIA SANT’ANNA, 2017), que tinha o Largo do Pelourinho como plano piloto. Pretendia-se a recuperação dos imóveis tombados e da infraestrutura urbana alinhada com a reestruturação de suas funções e usos voltados para consumo, lazer e cultura de classes de maior poder aquisitivo, com a criação de um *shopping center* ao ar livre

suficientemente competitivo com os demais *shoppings* da cidade (IPAC, 1995).

Para Márcia Sant'anna (2017), a recuperação do centro de Salvador expressou “a instauração de um novo higienismo que, como o antigo, visava também a remover, das áreas que se desejava valorizar, uma população que atrapalhava e dificultava esse propósito” (MÁRCIA SANT'ANNA, 2017, p. 114), excluindo não só as populações locais, mas também as atividades tradicionais e cotidianas. Márcia também destaca que o caráter propagandista e imagético do Programa visava a manutenção de um grupo político-econômico no governo estadual. O discurso da prostituição como “problema”, presente desde o primeiro diagnóstico produzido sobre a área tombada, foi resgatado para justificar as decisões de projeto do Programa e a necessidade de expulsão da população. Assim, a prostituição aparece no Programa de Recuperação como um marcador eficaz na manutenção do estigma sobre o bairro e a população residente como marginal e criminosa:

Desde a década de 1930, quando a atividade prostitucional se instalou no Maciel-Pelourinho, este bairro passou a abrigar uma população constituída de segmentos considerados “problema” na escala de valores sociais dominantes. Isto fez com que surgissem uma série de estereótipos que classificavam a área como “local de perigo” e “submundo”, imputando diretamente aos habitantes da área, em decorrência, o estigma de “marginais”. Este processo de estigmatização da população residente contribuía para o seu empobrecimento crescente e o isolamento do bairro do todo da cidade. No início dos trabalhos, em 1991, a prostituição virtualmente inexistia, mas o estigma persistia. Para desocupação dos imóveis e realização das obras não havia como escamotear o problema (IPAC, 1995, p. 20).

Com um planejamento para a implementação do projeto em 10 etapas, entre 1992 e 1999, foram executadas seis etapas do Programa (figura 19), que se caracterizaram pela expulsão da população residente e a recuperação dos imóveis a fim de abrigar comércios e serviços de alto padrão voltados para a atividade turística. Apesar da apropriação inicial pela classe média e alta do circuito cultural proposto para o centro histórico (URPI URIARTE, 2010), tais classes rapidamente trocaram o centro por outros locais de frequência, novos ou já conhecidos, de modo que muitos comerciantes começaram a fechar seus estabelecimentos em um curto período após abertura e diversas foram as críticas quanto à perda de vitalidade decorrente da expulsão dos antigos moradores. A manutenção do centro histórico dependia da frequência de visita dos turistas, que se firmaram como os grandes consumidores da área. Os resultados desses primeiros anos de intervenção demonstravam a necessidade de repensar a forma de intervir no núcleo histórico tombado de Salvador, realçando a incapacidade dos usos exclusivos para fins culturais e de lazer de manter viva a dinâmica da área.

O Pelourinho tinha de ser pintado constantemente e parecer-se, o tempo todo, com uma fotografia. Tinha de ser um hiper Pelourinho, sempre novo em folha e isento das marcas de seus usuários e de suas próprias contradições, a fim de cumprir a função midiática de signo da baianidade, ícone do turismo e do lazer, símbolo do bom governo e anteparo visual que esconde a pobreza

localizada atrás (MÁRCIASANT'ANNA, 2017, P. 102-103).



Figura 19 - Áreas de intervenção das etapas implementadas do Programa de Recuperação.
Fonte: Google Earth 2021, produzido pela autora.

A implantação da 7ª etapa na região do Saldanha (figura 19), no início de 1999, trouxe mudanças mais significativas, com a incorporação do uso habitacional nas funções dos casarões restaurados. Segundo Laila Mourad (2011), tais alterações se relacionavam mais com o cumprimento das exigências para acesso aos recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da UNESCO do que necessariamente uma mudança de concepção em relação ao Programa. Além disso, apesar da proposta da 7ª Etapa se ancorar na recuperação dos casarões tombados para o uso misto e habitacional, não houve a abertura do acesso à moradia para a população pobre já residente nas casas-de-cômodo. Assim como as funções culturais e de lazer no primeiro momento do Programa de Recuperação, a função habitacional foi incorporada como uma possibilidade de promover a sustentabilidade econômica da área, explorando então sua rentabilidade imobiliária. Dentro do escopo do Programa, havia uma linha voltada para fornecer moradias a famílias de baixa renda, contudo, restringiu-se essa opção apenas para famílias de servidores públicos estaduais. Ou seja, na 7ª Etapa a expulsão das moradoras antigas e sua substituição pela

classe média como um objetivo do projeto é ainda mais explícita, dentro de um quadro de recuperação do patrimônio para uso habitacional (LAILA MOURAD, 2011). Ao mesmo tempo, as intenções do Programa seriam questionadas por um grupo de moradoras organizadas em torno da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH), responsável por interromper e zonear com os planos de implantação da 7ª Etapa.

4.2. “UTOPIA DISTÓPICA”: A DISSOLUÇÃO DA ZONA

Ao criticar a postura abolicionista adotada por alguns grupos feministas, Monique Prada (2018) reflete que a visão utópica fomentada por Estados e movimentos de esquerda de libertação das prostitutas através da repressão da prostituição tem gerado o efeito distópico de empurrá-las para uma situação mais restritiva de possibilidades de escolha, sendo incapazes de controlar ou extinguir por completo a prostituição e suas atividades correlatas, e eficientes no reforço da marginalização e vulnerabilização de milhares de mulheres. Sobre esse cenário de “utopia distópica”, Monique afirma:

E se uso essa expressão em vez de simplesmente “distopia” é porque considero até certo ponto válida a utopia de acabar com a prostituição na luta por um mundo com mais igualdade de gênero. Mas é bastante óbvio que a busca dessa utopia pela implementação de políticas abolicionistas ao redor do mundo resultou, por exemplo, em grandes prejuízos às mulheres que exercem trabalho sexual, empurrando-as para clandestinidade ou mesmo para o cárcere (MONIQUE PRADA, 2018, p. 34).

A ideia de “utopia distópica” lançada por Monique Prada (2018) é interessante para se pensar as transformações urbanas ocorridas no centro de Salvador, e em especial na zona do Maciel, durante a primeira década de intervenção da Fundação do Patrimônio, impulsionadas pela vontade de solucionar a prostituição na área a partir da proposição da recuperação social das moradoras atrelada à recuperação física dos imóveis tombados para abrigar equipamentos públicos.

O Centro Artesanal, que era a principal aposta do Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel para a instauração na área de uma nova economia centrada no artesanato que incorporaria a população residente como mão-de-obra, não atingiu na prática os objetivos almejados, tanto na área da educação quanto na produção artesanal. Com uma irrisória produção e comercialização do artesanato, o plano não foi um agente capaz de propiciar a formação e o engajamento da mão-de-obra no mercado de trabalho, e o Centro foi sendo progressivamente abandonado principalmente pela parcela adulta da população, que demonstrou desinteresse para se engajar nos programas desenvolvidos pelo governo (VICENTE MOREIRA, 1980), passando a servir predominantemente para a formação de crianças abaixo de 10 anos. Jeferson Bacelar (1982, p. 62) identifica um pequeno crescimento

na porcentagem de homens dedicados ao trabalho de artes e ofícios no centro de Salvador devido ao “novo artesanato”, porém, não há menção do envolvimento das mulheres na atividade, e as prostitutas em especial não frequentavam o Centro (FPACBa, 1979b, p. 8).

Ao mesmo tempo, a restauração dos imóveis para a instalação dos programas e equipamentos assistenciais gerou um impulso inicial do processo de especulação imobiliária em seu entorno imediato. Desencadeou-se uma ação favorável para os proprietários dos casarões, com a valorização no preço dos imóveis atingindo um crescimento de 300%, o que incidiu diretamente no aumento do preço dos aluguéis dos cômodos (JEFERSON BACELAR, 1982), provocando um início de processo de renovação de segmentos de população de classes superiores habitando os casarões próximos às áreas restauradas, com a expulsão “espontânea” de parte dos moradores antigos e das prostitutas para fora do bairro ou para as áreas não renovadas.

Segundo Vicente Moreira (1979, p. 343-344), “muitos grupos de indivíduos que, há 4 ou 5 anos, sequer passavam no Maciel, hoje disputam espaço com as prostitutas para residirem no local que tem a grande vantagem de situar-se na região central de Salvador”. Na dissertação de Jeferson Bacelar (1982), há uma passagem que descreve a percepção do autor sobre o imóvel no qual a sua entrevistada, Maria de Lourdes, estava morando na época, um edifício habitado em sua maioria por hippies que trabalhavam com artesanato, cuja presença contribuía para criar um “ambiente alegre”: “Faziam a ambiência da casa completamente distanciada de outras existentes no Maciel” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 161). Assim, Jeferson Bacelar registra através da presença hippie no bairro a atração de novos grupos devido às intervenções urbanas em curso, que contribuía para a renovação da ambiência da área:

Já fazem parte do Maciel, apenas se antecipam as perspectivas do futuro Maciel. É a renovação, a “ambiência cultural” atraindo novos grupos para o Pelourinho. No Maciel teve início nas ruas mais próximas, como João de Deus, mas já começa a disseminar-se embrionariamente para outras ruas (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 161).

Também nas falas de algumas entrevistadas no Maciel de final dos anos 1970 já surge a menção à presença dos turistas em seu cotidiano no bairro. Segundo Izabel,

Nunca ouvi falar em turista estou vendo agora. O Estado achou que devia botar o turismo pra melhorar a Capital e o Centro do Pelourinho pra ter mais alguma coisa elevada no Brasil. [...]

O turista adora a área do Pelourinho, pra vê as novidades do tempo dos escravos. Vejo dizer que aí no Pelourinho na praça era onde os escravos apanhavam. Tem outras coisas que eles (turistas) gosta de visitarem, não sei dizer o que é (IZABEL CRUZ, 1978, s/n).

Alzira, antiga moradora e comerciante do bairro, relata que a mudança provocada pela reforma do patrimônio fez esvaziar a área, apesar do surgimento do turismo:

Naqueles tempos tudo era mais movimentado, isso aqui tinha vida. Hoje está tudo acabado. Bem, não vou dizer que naquele tempo tinha turismo, se for dizer que tinha estou mentindo. Hoje a gente vê muitos turistas mais só no [Largo do] Pelourinho, no Maciel não porque eles têm medo de vir aqui dentro por causa dos ladrões e assaltos. O turismo não faz melhorar nada pra gente só pra ele mesmo. Tem turistas porque os governadores querem que a Bahia seja visitada por muita gente de fora (ALZIRA OLIVEIRA, 1978, s/n).

Por outro lado, como a intervenção do Estado no núcleo histórico ainda estava muito restrita a certas áreas do bairro, em especial aquelas conhecidas popularmente como Alto Maciel, muitas moradoras se deslocaram das áreas restauradas e se concentraram nos imóveis localizados no Baixo Maciel, onde os proprietários inseriram mais divisórias no interior dos casarões para poder ter mais cômodos para alugar, tornando as habitações coletivas ainda mais densas. Assim, os proprietários ainda enxergavam como mais lucrativo manter o esquema já estabelecido do aluguel de cômodos do que promover a reforma do imóvel para dar novos usos ao mesmo. Além disso, havia a expectativa de que o Estado fosse adquirir os imóveis em um futuro próximo para uma ampla intervenção restaurativa no conjunto tombado, de modo que os proprietários não tinham sequer o interesse de realizar a manutenção do imóvel, o que resultou como efeito colateral desse processo o crescente arruinamento dos imóveis tombados (figura 20), tornando-se cada vez mais recorrentes notícias sobre desabamentos e incêndios de casarões: “Comparativamente, em 1969, tínhamos apenas 13 prédios inteiramente arruinados no Maciel; em 1978 temos 41 arruinados, 13 semi-arruinados, e 37 prédios em péssimo estado de conservação física” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 55).



Figura 20 - Registros dos prédios em ruínas no Maciel, final dos anos 1970.
Fonte: acervo do AHMS/ acervo do IPAC.

Os trechos a seguir demonstram a percepção das moradoras antigas sobre o processo de arruinamento dos casarões e o aumento dos alugueis, assim como expõe o papel que tiveram durante décadas na manutenção dos casarões tombados, e a dificuldade de a realizarem no novo contexto de intervenção do Estado:

Quando eu cheguei aqui [em 1926] as casas tudo era sã, não estavam estragadas, caindo como estão hoje. O aluguel era barato, 2 mil reis, 3 mil reis, hoje é que está tudo caro. Os proprietários não consertam mais casas, os inquilinos é quem endireitava tudo e naquela época era mais organizada porque cada pessoa que alugava um quarto, pintava esse precisasse de outro conserto, consertava. [...] Quem viu como eu vi o Pelourinho e o Maciel tudo tão bonito e limpo, pra ver como está. Hoje as casas estão abandonadas, tudo caindo, esgoto pelas ruas fedendo, lixo, rato, qual nunca que antes era assim (ALZIRA OLIVEIRA, 1978, s/n).

Os proprietários habilitavam o inquilino a conservar as casas, todo mundo conservava, eu mesmo pintava a minha. Todo mundo achava fácil, comprava tinta e chamava um pedreiro. Tudo era mais fácil, a vida era mais barata, e o aluguel era bom (barato). Agora quem está consertando é o Patrimônio, botando as casas novas, estão todas caindo, a maioria é do Patrimônio, ele compra e conserta. O inquilino não pode lançar mão de consertar porque já vem morar com a casa caindo (IZABEL CRUZ, 1978, s/n).

Em meio ao processo de renovação do Maciel, Jeferson Bacelar (1982) relata a retração da rede de estabelecimentos que compunham a ambiência da zona de prostituição, como bares, boates e prostíbulos, para alguns trechos de ruas, que garantiam a continuidade de certa vida noturna, mesmo que a atividade não mais constituísse o elemento catalisador da vida no bairro:

No fim da tarde, o Maciel começa a transformar-se, as mulheres estão nas portas, os bares tocam as músicas da moda em radiolas eletrônicas, as esquinas começam a ser ocupadas para o início da noite. A ambiência noturna da zona prostitucional, com música, muitas mulheres e homens bebendo e “contactando-se” para o “desfecho horizontal”, está restrita hoje a uma parte da rua João de Deus e à rua Francisco Muniz Barreto além de parte da rua Frei Vicente. No restante, as mulheres ficam solitariamente esperando a passagem de um indivíduo ou a “visita de um conhecido” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 57-58).

No Maciel, o Bar do Barão se destacava como o principal representante da vida noturna e boêmia do bairro:

Ainda hoje é possível constatar uma versão simplificada e tímida das grandes casas da Muniz Barreto [Rua das Laranjeiras] do passado: o “Bar do Barão”. Esta casa anima, como pode, o trecho do Terreiro de Jesus e esquina com a rua Gregório de Matos (para onde são atraídos diversos vendedores ambulantes), enquanto os demais espaços do Maciel permanecem pouco frequentados [...] (VICENTE MOREIRA, 1980, p. 20).

Elias, morador do Maciel, opina no trecho a seguir quais fatores contribuíram para a crescente diminuição da procura de clientes pelas prostitutas nesse período no Maciel, apontando desde as mudanças provocadas na dinâmica do bairro pelas transformações urbanas até mudanças sociais mais amplas, como uma maior liberação sexual da “mulher de família”:

A procura do homem está sendo cada vez menor. Acho que o regulamento do Posto Policial limita a freguesia, o horário é curto, só ficava rua até às 10 horas da noite. Também o custo de vida está alto, normalmente quem vem aqui ganha pouco. Outros têm medo de entrar na área, têm medo de serem roubados. Acho que a causa mais importante mesmo é a facilidade das meninas tidas como de família, que estão saindo mais com os rapazes, a liberdade é cada vez maior. Hoje em dia está tudo mudado, está mais avançado, então, se o homem consegue aquilo que quer sem pagar nada, não vem aqui correr o risco, além disso, pagar (ELIAS SILVA, 1981, p. 8-9).

Na segunda metade da década de 1970, apesar de ainda se manter como a atividade econômica de maior representatividade no perfil ocupacional da moradora do Maciel, a prostituição sofreu uma drástica redução no contingente de trabalhadoras e encaminhava no sentido de crescente diminuição do quantitativo: de 449 prostitutas residentes em 1969, eram

171 em 1976 (JEFERSON BACELAR, 1982). Jeferson Bacelar (1982) identifica a relação entre o declínio da prostituição no Maciel com o aumento da ocupação das mulheres no trabalho doméstico. Depois da prostituição, dona-de-casa foi identificada como a segunda ocupação mais exercida pelas mulheres do Maciel em 1976, sendo que na maioria dos casos elas realizavam as atividades domésticas não apenas de modo não remunerado, mas como uma forma de complementação da renda familiar, lavando, costurando ou cozinhando para fora. O comércio ambulante nas ruas e praças do próprio bairro, como a praça da Sé e o Terreiro de Jesus, se tornou uma opção cada vez mais procurada também como atividade para complementar a renda, principalmente com o aumento do fluxo de turistas (JUTTA BARTH, 1996). Ou seja, as mulheres do Maciel continuaram transitando no rol dos trabalhos domésticos e comércio de rua.

Às vezes, as mulheres retornavam para o trabalho doméstico, ou tornavam-se vendedoras ambulantes, porém continuavam exercendo a prostituição como uma atividade complementar. Além disso, “tornou-se comum as prostitutas solicitarem qualquer emprego aos técnicos da Fundação. Algumas mulheres estão, inclusive, integrando-se como operárias nos trabalhos de restauração dos imóveis” (JEFERSON BACELAR, 1982, p. 64-65), já que a Fundação possuía um programa para absorção de mão-de-obra da população do Maciel em cargos administrativos e no quadro de trabalhadores das obras de restauração dos edifícios tombados. As alternativas de trabalho mais restritas e a diminuição nos rendimentos, a alta dos preços de aluguéis dos cômodos e de outras necessidades básicas, a moradia em áreas cada vez mais precárias e arruinadas do bairro, a crescente perseguição policial, com a instalação de um Posto Policial e a instauração de toque de recolher no bairro entre 1974 e 1982, são alguns dos agravamentos na condição de vida das moradoras do Maciel que são reflexos do longo e lento processo de especulação em curso nas primeiras décadas de intervenção no Maciel e da proposta de sua “inclusão forçada” no projeto de desenvolvimento da área, conformando um cenário de “utopia distópica” (MONIQUE PRADA, 2018).

A situação se agravou na década de 1990 com a implementação do “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, na qual a ampla restauração dos quarteirões da área histórica tombada para abrigar usos voltados ao turismo abriu espaço até então mais comum de prostituição na zona do Maciel, o do tipo casa-de-cômodos, afetando diretamente as possibilidades de moradia e trabalho de diversas mulheres e suas redes de solidariedade, fechando também castelos, boates e demais estabelecimentos ligados à prostituição. Quando falam sobre a “reforma” do centro de Salvador, as entrevistadas se referem apenas às ações da década de 1990, e apesar de algumas lembrarem vagamente da presença da Fundação do Patrimônio nos anos 1970, entendem que as ações naquela época eram pontuais, e não enxergam nela a dimensão violenta da reforma que se sucedeu nas

décadas seguintes. Elas relatam o processo de desapropriação durante o Programa de Recuperação como rápido e violento, e percebe a ação como uma expulsão. As opções oferecidas pelo governo eram a indenização, um valor insuficiente para adquirir um imóvel, ou a relocação em bairros distantes. Era muita pressão para a pessoa deixar o imóvel. Se a pessoa não o deixasse, tinha a ordem de despejo e vinha um caminhão buscar os pertences à força para esvaziar os casarões.

Depois entrou a reforma, muitas pessoas saíram daqui porque eles deram a indenização para a gente sair, para o pessoal sair. Praticamente eles expulsaram a gente porque se a gente não aceitasse o valor que eles davam, eles vinham com a ordem de despejo, pegava o que a pessoa tinha e colocava do lado de fora. Então a pessoa tinha que aceitar (Jacira, 2021).

As entrevistadas demonstram ter essa percepção de que a reforma servia à valorização do centro para o turismo, e a expulsão dos moradores era um dos requisitos: “Era isso que o Governo queria, dar dinheiro para o povo sair daqui, porque eu preciso higienizaresse espaço e vocês enfeiam essa parte da cidade. Eu quero mostrar essa cidade paraturista que vem de fora” (KEILA SIMPSON, 2019).¹⁵

Começou a ter movimento de turista foi mais por isso, porque, quando eles começaram a reformar aqui o prédio, eles sabiam que aqui ia ficar valorizado, então eles queriam tirar a gente, porque sabiam que isso aqui ia ficar valorizado, vinha os comerciantes, não iam aceitar a gente aqui. Aí praticamente expulsaram a gente daqui (Jacira, 2021).

Como eu disse a você, que a maioria dos moradores daqui, agora com essa reforma, muitos eles estão botando pra longe. Botando pros bairros, e os moradores dos bairros, eles estão trazendo pra cá, entendeu? Trazendo pra vir morar aqui. [...] Mas achando eles que elesvão acabar com os tráficos e com a prostituição (Ester, 2021).

Na percepção de Ester, a reforma teve como ponto positivo o fato de ter conseguido de fato a recuperação física dos casarões arruinados, empreendendo o que ela nomeou de “dar vida” ao Pelourinho: “Porque o Pelourinho era aquela coisa feia, aqueles prédios tudo velho, tudo caindo, né, era mal pintado, e agora não, deu vida. Deu vida ao Pelourinho” (Ester, 2021). Já Keila não acredita que a reforma tenha dado vida ao Pelourinho, já que a “maquiagem” feita nos casarões ocorreu junto com uma política de higienização que promoveu o esvaziamento do bairro:

[...] o Pelourinho fervilhava 24 horas por dia, era prostituição, era malandro, era bares, era vida e vida, que você não vê hoje. O Pelourinho está completamente repaginado, mas está higienizado também, a vida que se tinha antes não tem hoje, você não vive o Pelourinho, você vai para o Pelourinho para tirar fotos naqueles casarões, mas hoje são casarões completamente sem vida, é bonito esteticamente, a arquitetura é muito linda, mas não tem vida, não tem a vivacidade que a gente tinha no Pelourinho antigo, no Pelourinho do mangue, no Pelourinho sem a maquiagem que foi feita. Maquiado, mas sem vida. Antes não tinha maquiagem, mas tinha vida.

¹⁵ A entrevista de Keila Simpson pode ser acessada em formato de vídeo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lqm5XGcnHPE&t=41s>.

[...] o Terreiro de Jesus era mais movimentado, tinha a tia que vendia acarajé, a baiana do acarajé, tinha outro que vendia bolo, tinha outro que vendia bebida, tinha o malandro todo vestido de branco cantando suas malandragens, tinha a prostituta que ficava na esquina brigando com a outra por causa do marido dela, tinha uma radiola de ficha que tocava música bem alto que ficava todo mundo ouvindo (KEILA SIMPSON, 2019).¹⁶

Com a expulsão dos casarões restaurados, muitas prostitutas foram embora do centro de Salvador, viajaram, se mudaram, se casaram, ou voltaram para suas cidades de origem, normalmente no interior do estado. Muitas também foram morar nos “bairros”, ou seja, na periferia da cidade, trabalhando em outro emprego, ou casando. Ainda, houve a migração de mulheres para locais de prostituição já existentes nos arredores da área restaurada, concentrando-se em áreas como Barroquinha e Ladeira da Montanha, que desde a década de 1970 passava por um processo de desvalorização e seus castelos já não mais eram frequentados pelos coronéis e políticos de antigamente: “Os constantes processos de reformas e revitalizações acabaram por concentrar quem é impedido de permanecer nos novos espaços revitalizados em ambientes mais degradados ainda do próprio centro histórico de Salvador” (PROJETOFORÇA FEMININA, 2008, p. 22).

De um modo geral, o Programa de Recuperação tem como uma das dimensões de seu caráter excludente o processo forçado de periferização de uma parte da população moradora do centro, com a quebra dos laços sociais e afetivos que compunham seu habitar anterior, assim como o deslocamento para espaços que além de ficarem ainda mais distantes dos serviços básicos e não possuírem condições de infraestrutura urbana, ofereciam condições mais restritas de meios de sobrevivência. Contudo, a permanência nos arredores da área restaurada, ou mesmo nas ruas do centro, foi também uma opção escolhida por parte da população expulsa, que dependia das ruas centrais para obter renda, onde buscaram reorganizar suas formas de habitar. Em alguns casos, as moradoras expulsas se deslocaram para a periferia, porém, devido a dificuldades de adaptação, retornaram para o centro (GOTTSCHELL; SANTANA; ROCHA, 2006; URPI URIARTE, 2019).

Para Keila Simpson, apesar de ter sido um processo violento e excludente, a expulsão das travestis do centro histórico de Salvador, que até então tinham no aluguel de cômodos dos casarões coloniais uma das únicas opções de moradia na cidade, impulsionou o deslocamento das mesmas para diversos bairros periféricos onde elas precisaram aprender a construir novas redes de solidariedade e pertencimento que possibilitassem a manutenção de suas vidas, e sem abrir mão de seus modos de existência, rompendo então com a condição de ser travesti apenas dentro do centro histórico. Em alguns casos, como o de Keila, as

¹⁶ A entrevista de Keila Simpson pode ser acessada em formato de vídeo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lqm5XGcnHPE&t=41s>.

travestis permaneceram no centro de Salvador, migrando para áreas adjacentes às restauradas.

Quando eles fizeram a reforma no Pelourinho, essa reforma higienizada, eles afastaram as pessoas, principalmente as travestis, daqui, e elas precisavam sobreviver. Elas foram migrar para os bairros, e lá nos bairros elas conseguiram então fazer daquele reduto, daquele espaço, que pudesse também ser acolhedor para ela, e foi criando empatia com as pessoas e hoje tem travestis que são lideranças dos bairros e isso para nós é muito bom (KEILA SIMPSON, 2019).¹⁷

Por outro lado, conforme defende Larissa Lacerda et al (2019), os violentos processos de remoção que muitas vezes requer das mulheres um movimento de reorganização de toda a estrutura de reprodução da vida, de reconstrução das redes e de reposicionamento no território, também propicia, em toda sua contraditoriedade e conflitualidade, sua movimentação e organização em direção a formas de resistência que engendram potentes processos transformadores, onde os projetos de cidade excludentes são desafiados e novas cidades possíveis são imaginadas e disputadas. A seguir, será discutido como esse contexto de ameaça de expulsão no centro de Salvador se relaciona com a construção coletiva protagonizada por mulheres de formas de resistir e reivindicar a permanência, com destaque para a criação da Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA).

4.3. DE PROSTITUTAS “RECUPERADAS” A “MULHERES DE RUA”

Em 1972, o centro de Salvador foi escolhido por Jorge Amado para ser palco do episódio ficcional batizado de Greve do Balaio Fechado, narrado no livro “Tereza Batista cansada de guerra” como um movimento de greve mobilizado pelas prostitutas como forma de resistência à operação policial que pretendia remover a zona para uma área próxima ao porto para fins de valorização imobiliária e atração do fluxo turístico para o núcleo histórico, sendo que o desfecho da Greve foi a conquista do direito de permanecer no centro pelas prostitutas. “Tereza Batista cansada de guerra” foi publicado três anos antes de um grupo de prostitutas se organizarem coletivamente para fazer greve e ocupar a igreja de Saint-Nizier, na cidade francesa de Lyon, a fim de denunciar o aumento da violência na profissão, nesse evento que marca o Dia Internacional da Prostituta (2 de junho) e é considerado o ponto de partida para a construção de um movimento organizativo de prostitutas (SILVIA FEDERICI, 2016). Ou seja, três anos antes do início da organização do movimento de prostitutas no mundo, a cidade de Salvador já era palco de disputas entre Estado, interesses privados e movimento organizado de prostitutas, pelo menos no romance de Jorge Amado. Já na vida real, a organização

¹⁷ A entrevista de Keila Simpson pode ser acessada em formato de vídeo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lqm5XGcnHPE&t=41s>.

coletiva e autônoma das prostitutas do centro de Salvador frente à ameaça de expulsão ocorreu duas décadas depois, no contexto de implementação do Programa de Recuperação dos anos 1990, e, mais especificamente, durante a reforma da praça da Sé.

Desde a década de 1980, com o crescente sucateamento do terminal de ônibus da Sé devido ao plano para a descentralização do transporte urbano em Salvador, e sua posterior transformação em uma praça, nota-se a produção de um estigma sobre o local, promovida pelos jornais da época e por comerciantes insatisfeitos com as mudanças, como um espaço que estaria entregue a malandros, desocupados, prostitutas e “onde tudo pode acontecer”, comparando-a com a ambiência do Terreiro de Jesus (RENATA PINTO, 2003, p. 147): “O calçadão acabou com a praça que agora está transformada numa verdadeira maloca [...] os bancos que foram colocados são verdadeiros convites para o que “nada querem da vida”” (RENATA PINTO, 2003, p. 150). As reportagens “Polícia nas ruas” e “A polícia recolhe-se cedo”, do Jornal A Tarde, relatavam a presença de prostitutas e travestis na região entre a praça Castro Alves e a praça da Sé, exigindo o retorno do policiamento ostensivo nessa área, a fim de “coibir a algazarra do trottoir” em período em que há fluxo de turistas e “as pessoas saem do trabalho em agências bancárias, repartições públicas ou casas comerciais e são ameaçadas ou desrespeitadas” (POLÍCIA..., 1991, p. 6; A POLÍCIA..., 1991, p. 6).

Ester começou a trabalhar como prostituta na Sé em meados dos anos 1980 e relata que havia um movimento grande de homens e mulheres, onde ela arranjava os clientes depois se deslocava para o Maciel para realizar o programa nos castelos. A maioria das travestis nesse período ainda permanecia dentro dos casarões durante o dia e saía apenas à noite, quando iam para os locais de prostituição travesti da cidade, na Barra e Pituba, e na volta do trabalho, já de madrugada, elas costumavam frequentar a Sé para “passear com os bofes”. Já nessa época se registrava a circulação de turistas na Sé, que iam tirar fotografias no belvedere, e muitos eram roubados, situações nas quais muitas vezes eram as prostitutas as que eram presas e punidas pela polícia. A perseguição policial que as prostitutas já sofriam na Sé se intensificou com os planos, no âmbito do Programa de Recuperação, para reformar a praça para o fluxo turístico em 1998 (RENATA PINTO, 2003).

Lúcia era uma das poucas vendedoras de rua nesse período que trabalhavam na Sé no período da noite. Ela e suas filhas vendiam feijoada, cada uma localizada em um ponto fixo ao longo da Sé com os caldeirões de feijão, e seus clientes iam desde as prostitutas até turistas e políticos. Ela relembra que, por causa da reforma, passou a ser perseguida pela polícia, que queria apreender seu caldeirão de feijão para impedi-la de trabalhar no espaço público, e por isso começou a vender feijoada dentro de uma loja em frente à Sé. Apesar de ter sofrido perseguição policial durante a reforma, Lúcia afirma que ninguém foi tão sofrido nesse período como as prostitutas, que continuaram utilizando o espaço da Sé como local de trabalho

mesmo com as tentativas de expulsão.

As prostitutas começaram a ocupar o que elas chamam de “becos”, que são as ruas transversais que desembocam na praça Sé, onde haviam alguns hotéis e casas-de-cômodos ainda não reformados que alugavam quartos para o programa, e os homens as procuravam lá. Eram locais mais escondidos, que não davam tanta visibilidade quanto a praça, e se tornaram locais estratégicos para que as prostitutas pudessem trabalhar, se esconder ou fugir da perseguição policial que sofriam nesse período. Maselas não se contentaram em ficar apenas nos becos e continuaram ocupando a praça, resistindo ao processo de expulsão. A polícia parava com o camburão na praça e prendia as prostitutas por um ou dois dias, colocando-as para fazer faxina na delegacia, e depois de soltas elas voltavam para a praça.

Apesar de não ter sido seu local de trabalho, Fátima Medeiros convivia com as mulheres que trabalhavam na Sé, a maioria era suas vizinhas, e sabia da importância de mantê-la como ponto de prostituição. As prostitutas da Sé eram em sua maioria mulheres mais velhas que não conseguiam se inserir em ambientes de boates e bares, como os da Ladeira da Montanha, Barroquinha e Comércio para onde as prostitutas estavam migrando devido à reforma. Por outro lado, já tinham uma dinâmica estabelecida na Sé que propiciava a captação de seus clientes e a prestação do serviço, de modo que Fátima reconhecia que era fundamental manter a Sé como local para a prática da prostituição para que suas colegas de trabalho mantivessem seus meios de sobrevivência de acordo com a forma de trabalho que tinham a vivência e o saber para exercer. Como ela mesma relata:

Eu ficava pensando: "Poxa, tem um monte de mulheres de até 60, 70 e tantos anos, e elas ganhavam o dinheiro delas ali. Qual era a boate que ia aceitar uma mulher acima de 30 para ganhar seu dinheiro?". Essa amiga mesmo dizia para mim: "Fátima, para onde eu vou? Eu ganho meu dinheiro aqui. Ainda tem meu velho de navio que me acha por aqui, tem os meus clientes que vem aqui, tem o menino novo que quer a experiência da mulher mais velha. Qual a boate que me aceita?" (FÁTIMA MEDEIROS, 2020).

Fátima acompanhava a violência policial com que suas colegas eram tratadas e resolveu denunciar o caso durante um Encontro da Pastoral da Mulher Marginalizada, onde conheceu Lourdes Barreto, liderança do movimento brasileiro de prostitutas, que falou da Gabriela Leite e da construção de um movimento autônomo de prostitutas no Brasil. A partir desse Encontro e do contato com Lourdes, Fátima conta que voltou para Salvador motivada a se organizar com as colegas para encontrar uma solução para a violência policial e as tentativas de expulsão que estavam sofrendo na praça da Sé.

Eu me reuni com umas oito mulheres que tinham coragem de mostrar a cara, a gente ia para o meu quartinho e planejava o que fazer, quem poderia estar no nosso lado para nos ajudar, para gente não sair do centro de Salvador. E aí eu comecei a juntar história que a gente sabia, que lá já foi lugar de magnata, que ninguém nunca mexeu com as prostitutas, elas quem ajudaram a fundar o Sport Club Bahia, e a gente tinha que estar afiada para dizer que

a prostituta também fazia parte da sociedade, quer queira ou não. A gente é história (FÁTIMA MEDEIROS, 2020).

Com a orientação do Grupo Gay da Bahia (GGB), fundaram a Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA). A mobilização em torno de uma Associação possibilitou uma maior visibilidade para a pauta de permanência no centro de Salvador levantada pelas prostitutas, assim como a denúncia dos casos de violência policial, recebendo ampla divulgação pela imprensa: “A imprensa ajudou a gente porque era um prato cheio puta mostrar a cara na televisão, dizer que a gente queria ficar no Pelourinho porque quem chegou primeiro foi as putas, tem história de mais de cem anos” (FÁTIMA MEDEIROS, 2020). Esse fato impulsionou uma mudança de postura do governo em relação à reivindicação da recém-fundada APROSBA, que passou a estar mais aberto à escuta das prostitutas: “Depois que a APROSBA surgiu, ACM, que era senador na época, ele falou: “as prostitutas vão sair do pelourinho!!”. E eu disse: “não vão não porque eu já sei que não é crime”. E aí a gente mandou uma carta para ele e ele atendeu pessoalmente a APROSBA” (FÁTIMA MEDEIROS, 2020).

Nesse processo de negociações entre poder público e movimento associativo de prostitutas, Fátima conta que o principal entrave era a associação da presença da prostituição com a criminalidade na praça, de que a presença das prostitutas implicaria manutenção de atos criminosos na Sé: “Vocês acham que toda puta é ladrona e não é verdade. Tem a puta que batalha, tem puta que nem toma cerveja. Não existe polícia? Então faz ronda ali e olha quem está roubando e tira. Mas deixa as outras, sabe” (FÁTIMA MEDEIROS, 2020). Por fim, ficou acordado que as prostitutas poderiam continuar trabalhando na praça e que a polícia se encarregaria de atuar apenas sobre as mulheres que de fato estivessem cometendo crimes na praça, sendo feitas reuniões entre a APROSBA e o batalhão da polícia para garantir que nenhum abuso persistiria acontecendo.

Em um contexto de retirada de direitos, no qual grande parte das moradoras do centro sofria com a perda da moradia, a possibilidade de ocupar a praça da Sé, no coração do distrito turístico de Salvador, sem a ameaça da expulsão, foi importante para as mulheres. Sobre as tentativas de expulsão das prostitutas dos espaços públicos das cidades, Fátima possui uma posição firme de quem sabe que possui o direito de circular e permanecer nas ruas e espaços públicos, e sabe da importância de seu trabalho e de sua presença na construção cotidiana desses espaços, e vice-versa. Apropriando-se da expressão “mulheres de rua”, recorrentemente associada às prostitutas, Fátima exalta essa relação intrínseca entre o domínio da rua e a vivência de seu trabalho e experiências de vida de modo geral, reivindicando o reconhecimento de seu pertencimento e da legitimidade de sua apropriação dos espaços públicos da cidade, que precisa ser assegurado:

Por que vai tirar a gente da rua? Eles têm que entender que [...] a gente é da rua, então por que vai tirar a gente? As mulheres têm que permanecer.

Permanecer! A rua é nossa! Não é à toa que chamam a gente de mulheres de rua (FÁTIMA MEDEIROS, 2020).

A expressão “mulheres de rua” também é significativa para pensar o novo arranjo espacial da prostituição que passa a predominar no centro histórico restaurado de Salvador, que da ocupação dos casarões concentrados em zonas de tolerância passa a ocorrer em pontos específicos das ruas e espaços públicos, onde, assim como nas casas-de-cômodo, as mulheres constroem suas redes de sociabilidade como forma de enfrentamento ao estigma, ao controle e à violência, e de viabilizar a sua sobrevivência.

Fátima também utiliza a expressão “mulheres de rua” para explicar o impacto que o contexto de pandemia do novo coronavírus tem gerado na vida das prostitutas baianas. As necessárias medidas de isolamento social adotadas com o objetivo de conter a transmissão do vírus e se proteger da contaminação afetaram diretamente as dinâmicas das ruas e espaços públicos em cidades de todo o mundo, atingindo o espaço primordial de trabalho e sociabilização das prostitutas atendidas pela APROSBA, trazendo complicações tanto no aspecto financeiro, na dificuldade de manter a renda familiar, quanto no social, na importância das relações construídas na rua para a vida da prostituta, questões que levam algumas das mulheres a continuarem frequentando os locais de trabalho, apesar da APROSBA ter desempenhado importante papel de assistência às mulheres nesse período a fim de contribuir para sua proteção do risco de exposição do vírus.

A partir da conquista de permanência na praça da Sé, as prostitutas se mantiveram organizadas em torno da APROSBA, primeira Associação formada na Bahia por e para prostitutas, que se conformou como um espaço de reconhecimento e fortalecimento das mesmas na busca por melhores condições de trabalho e de vida. A APROSBA define sua missão como “batalhar para a educação das mulheres profissionais do sexo da Bahia valorizando-as como cidadãs, conscientes dos seus direitos e deveres, e investindo na capacitação e organização da classe para sua inclusão na sociedade” (MÔNICA MARINHO, 2007, p. 40). Ou seja, o objetivo da Associação tem sido o de lutar para que a prostituta exerça sua profissão de forma mais segura, livre de violência e estigmas, e se conscientize de sua condição como cidadã, afirmando a possibilidade de autonomia da mulher escolher ser prostituta ao mesmo tempo que busca também garantir seu acesso à formação e qualificação profissional, caso seja de sua vontade a mudança de profissão.

Ao longo de sua trajetória, a APROSBA já teve três mil prostitutas cadastradas, cujo perfil geralmente se enquadra no que Fátima denomina de “mulheres de rua”, ou seja, mulheres que ocupam os espaços públicos para a prática da prostituição, em ruas e praças, ou bares e boates, do centro e da orla marítima de Salvador, sendo a rua portanto um espaço primordial de domínio da prostituta associada da APROSBA, onde se trabalha, socializa,

constrói formas de existir e enfrentam o estigma e as violências sofridas em seu cotidiano, os quais elas contam com a Associação para resolução (MÔNICA MARINHO, 2007; ERICA WILLIAMS, 2013). Da mesma forma, a luta da APROSBA tem sido pelas ruas. A preocupação das prostitutas militantes tem sido de levar o trabalho de informação e educação para a rua, a zona, fazendo a informação chegar em seus pares de modo acessível e de igual para igual, sem discursos de resgate das mulheres da prostituição, pelo contrário, valorizando a sua profissão e sua condição de cidadãs de direitos e deveres, ao mesmo tempo que provoca as mudanças comportamentais desejadas.

Nesse sentido, as principais frentes de luta da APROSBA têm sido o combate à violência, a prevenção à saúde e a defesa dos direitos humanos, sendo que Erica Williams (2013) expõe a percepção das prostitutas associadas da APROSBA de que a mesma tem feito diferença positiva no exercício da profissão, contribuindo para a diminuição de gravidezes indesejadas, na conscientização das mulheres sobre a prevenção de doenças e cuidados, assim como no combate à violência e à discriminação sobre as prostitutas através de uma mudança de postura por parte de clientes e policiais com relação ao tratamento dado às prostitutas e ao cuidado com a saúde, principalmente no centro de Salvador, onde foi instalada a sede da Associação.

A APROSBA ainda esteve envolvida em processos de tentativa de expulsão das prostitutas em outras áreas da cidade de Salvador e região metropolitana. Participou de audiência pública no caso da proposta de uma vereadora da cidade de Camaçari (BA), em 2005, para a retirada das trabalhadoras sexuais do centro e sua concentração em um “putódromo” (uma espécie de “camelódromo” voltado para a prostituição), no qual a Associação questionou a inconstitucionalidade de criar uma área de tolerância para as casas de prostituição na cidade, assim como de retirar as mulheres da rua. Em Salvador, a APROSBA acompanhou alguns conflitos envolvendo a prostituição de rua praticada na orla: no bairro da Pituba, onde houve no início dos anos 2000 tentativas de expulsão, perseguição, torturas e extorsões pela polícia de prostitutas cis e trans que trabalhavam no calçadão, sendo que a Associação conseguiu através de denúncia dos policiais garantir a permanência da prostituição no local; e no bairro da Barra, onde seguranças de uma boate agrediam e tentavam expulsar as mulheres que faziam ponto na calçada em frente ao estabelecimento, alegando que ali só frequentava mulher de família, situação na qual a Associação chegou a denunciar os seguranças na polícia e na imprensa, mas as mulheres acabaram se deslocando do ponto pois a boate faliu.

Fátima comenta com pesar a falta de organização e resistência das prostitutas para lidar com o processo rápido e controverso de desapropriações e demolições de casarões tombados das Ladeiras da Montanha e da Conceição da Praia que funcionavam como boates, bares e

bordeis, condenados pelo poder público após fortes chuvas e deslizamentos de terra em maio de 2015. O evento gerou discussões em torno do proposital estado de abandono pelo poder público nas últimas décadas dos casarões tombados da Montanha, localizados em uma área de interesse do capital turístico e imobiliário em frente à Baía de Todos os Santos e nas proximidades do setor restaurado do centro, com o uso do estigma social aliado aos argumentos técnicos de risco de desabamento dos casarões para justificar a recente intervenção, e assim abrir caminho para a valorização econômica da área (PROJETO FORÇA FEMININA, 2008). Atualmente, Fátima afirma que apenas um casarão ainda funciona como bordel na Ladeira da Montanha, e confessa seu desejo de que a Montanha fosse preservada e reconhecida como um importante espaço para a memória coletiva da prostituição na cidade.

Além das conquistas objetivas na vida das prostitutas, a APROSBA teve um importante papel no território baiano na construção de uma nova forma de se identificar com a profissão, com a construção de uma identidade coletiva pelas próprias prostitutas, em intercâmbio com outras associações de prostitutas brasileiras e com o movimento associativo nacional, através da qual as mesmas se estabeleceram como profissionais sujeitas políticas interessadas no acesso a direitos e cidadania. Um dos pontos principais exaltado pela Rede Brasileira de Prostitutas e incorporado pela APROSBA é a importância de a prostituta assumir publicamente sua profissão, mostrar a cara, como forma de lutar por direitos, contra o estigma e o preconceito, e em favor da valorização de sua condição enquanto profissional, sujeita política e cidadã. Fátima afirma que precisou “mostrar a cara” para que as prostitutas conseguissem permanecer na praça da Sé sem sofrer mais ameaças de expulsão, o que confirma o raciocínio de que “se assumir” seria uma das etapas para uma mobilização mais efetiva na disputa por direitos.

Mônica Marinho (2007) afirma que a relação da APROSBA com a mídia como canal para visibilizar a Associação se estabeleceu desde o momento de sua criação, indo além de uma prática institucional e se consolidando como um elemento fundamental na reelaboração dessa identidade da prostituta mais positiva, atrelada a uma imagem de profissional e sujeita política. Se até então as notícias sobre prostituição veiculadas na mídia se concentravam basicamente na seção policial, houve uma circulação de diferentes discursos e pontos de vista a partir das prostitutas que deslocava a questão da prostituição para os âmbitos social e político, e a cobertura dos jornais sobre o I Encontro Nordeste-Sudeste de Profissionais do Sexo, evento organizado pela APROSBA em 2002 que reuniu cerca de 150 pessoas de todo o país e tinha como tema central as formas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, é um exemplo disso (figura 21).



Figura 21 - A Aprosba no Jornal A Tarde.

Fonte: Biblioteca Estadual da Bahia - Acervo digital do Jornal A Tarde, elaborado pela autora.

Nas reportagens “Prostituta quer direitos sociais garantidos por lei” e “Prostitutas criticam hipocrisia social”, do jornal A Tarde, as prostitutas aparecem exaltando a luta pela regulamentação da profissão, pelo reconhecimento de sua cidadania, do acesso a direitos como à saúde integral, para além do combate às DSTs. A presença de Gabriela Leite no evento também ganha destaque, no qual ela fala sobre o trabalho da prostituta no atendimento às fantasias sexuais de seus clientes e da moral cristã como impedimento para o reconhecimento da prostituição (PROSTITUTA..., 2002, p. 6; PROSTITUTAS..., 2002, p. 4). Além da mídia tradicional, na última “Coluna da Gabi” de 2002, do Jornal Beijo da Rua¹⁸, Gabriela Leite elegeu como acontecimento do ano o I Encontro Nordeste-Sudeste de Profissionais do Sexo, dedicou a coluna, intitulada de “Fadas Baianas”, às organizadoras do evento, e assim o descreveu:

Assim como o encontro de 1987, no Rio, é um marco para o movimento por ser o primeiro e ter lançado as bases do que iríamos fazer, o encontro de Salvador também se caracteriza como um marco dos novos tempos e introduz, no movimento, uma nova geração de prostitutas assumidíssimas e com uma carga menor de estigma. Foi um encontro extremamente político e ao mesmo tempo de muita doçura e emoção. Foi maravilhoso! (FADAS..., 2002, s/n).

Fátima conta orgulhosa que, em dezembro de 2004, a APROSBA realizou o I Seminário Nordestino de Sustentabilidade das Ações para Profissionais do Sexo em Salvador, onde

organizou para a abertura do evento um desfile com as prostitutas para escolher a Garota Verão APROSBA, com o objetivo de incentivar as colegas a mostrarem a carana passarela, assumirem e sentirem orgulho da profissão que exercem. Logo depois, no final de 2005, a ideia de utilizar as passarelas como meio de incentivar as prostitutas a assumirem publicamente sua identidade foi ainda mais explorada por Gabriela Leite através da criação da grife de moda Daspu. Os desfiles da Daspu têm ocupado diversos espaços de diversas cidades, e a APROSBA esteve presente na realização do primeiro desfile da marca no Nordeste, que ocorreu em 2007 no bairro do Rio Vermelho em Salvador (DASPU..., 2007, p. 7), bem como contribuiu para a organização do mais recente desfile da Daspu em Salvador, no ano de 2018, durante a programação do IC Encontro de Artes, que ocorreu no Goethe-Institut de Salvador.

Ao longo da trajetória de luta da APROSBA nos últimos 25 anos, Fátima ainda considera a permanência das prostitutas na praça da Sé como a primeira e maior conquista da Associação, por ter gerado o reconhecimento pelo Estado do direito das mulheres se manterem em ruas e praças historicamente ocupadas pelas mesmas. Como uma forma de reafirmação pública dessa presença histórica da prostituição no centro de Salvador, destacou-se em 2018 a produção do desfile da coleção “Salve Exu Motoboy”, do estilista Cássio Bonfim, no qual as prostitutas foram as modelos e desfilaram pelos espaços públicos do centro histórico, na praça da Sé e demais ruas, uma “ocupação putizante” (DIANA HELENE, 2019a) importante para afirmar corporalmente seu direito de aparecerem público (JUDITH BUTLER, 2018) e se apropriar desses espaços da cidade através da afirmação de sua identidade enquanto prostituta: “A gente fez o desfile de Exu, foi bacana, um prédio inteiro na praça [...]. Foi lindo, criança aplaudindo. E a ideia de a gente passar na rua foi minha. Seu Clóvis disse: “bem que você disse que um dia você ia fazer a polícia parar para vocês desfilarem de biquíni”” (FÁTIMA MEDEIROS, 2020).

O evento estava inserido na programação de encerramento da exposição “Mulher-Dama”, composta por registros fotográficos de Flávio Damm produzidos em 1966 sobre espaços e modos de vida das prostitutas no Maciel e na Ladeira da Montanha, na qual a APROSBA participou da organização em parceria com a curadora Silvana Olivieri. Além do desfile, também foi significativo para Fátima o fato da exposição ter ocorrido no Museu da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB), localizado na rua Ruy Barbosa, local historicamente ocupado pelas prostitutas, e que durante os dois meses de evento foi ocupado por prostitutas

ativistas de todo o Brasil para bate-papos, discussões sobre sua profissão e participação nas oficinas e demais atividades.

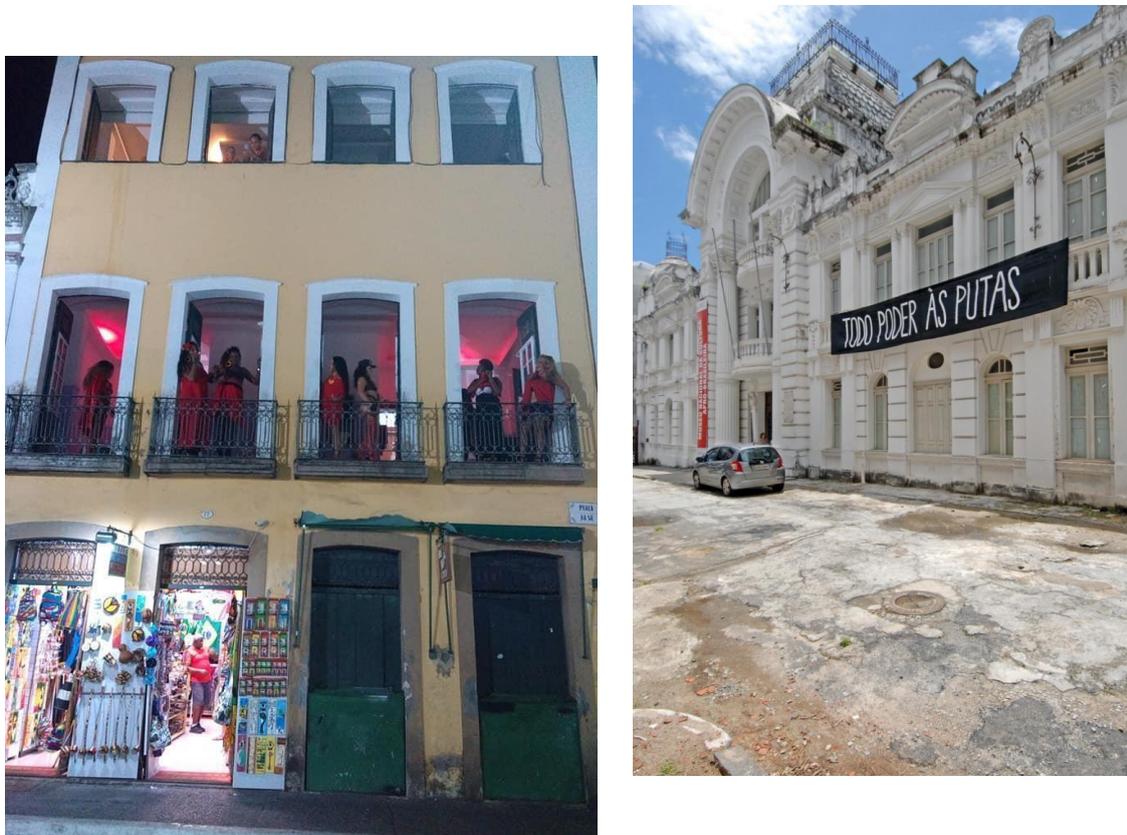


Figura 22 - Registro do evento Mulher-Dama no centro de Salvador.
Fonte: domínio público.

A APROSBA é uma das diversas formas de luta organizada protagonizadas por mulheres que aflorou a partir da limpeza social empreendida no centro de Salvador no âmbito do Programa de Recuperação a fim de denunciar o projeto de cidade excludente em curso e reivindicar a permanência, produzindo discursos e práticas em torno da luta urbana, da luta por moradia e outras demandas importantes para a reprodução da vida. José Maurício Bittencourt (2011) ressalta o protagonismo das moradoras ameaçadas de expulsão na criação e fortalecimento da AMACH a partir de 2001, na busca por garantia de permanência e participação no projeto do governo para a 7ª Etapa do Programa de Recuperação: são mulheres que já cuidavam dos casarões e do bairro, e, diante da ameaça de remoção, colocam-se à frente da associação de moradores a fim de pleitear sua permanência no território.

Na luta contra a remoção, a AMACH conseguiu realizar uma Ação Civil Pública junto ao Ministério Público contra o Governo do Estado, assim como a denúncia à Relatoria Nacional e ao representante da Organização das Nações Unidas (ONU) das violações de direitos (à

Moradia Adequada; à Gestão Democrática da Cidade; à Identidade e Manifestação Cultural; e ao Trabalho) efetuadas pelo Estado durante as etapas de intervenção do Programa de Recuperação, o que resultou na paralisação da implantação da 7ª etapa em 2005, e na assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público e Governo, contendo as demandas formuladas pela AMACH (LAILA MOURAD, 2011).

O programa habitacional foi reestruturado de modo a englobar dois públicos alvo: o PROHABIT reafirma o interesse do poder público em fornecer habitação social para os servidores públicos estaduais, com a previsão de execução de 234 unidades habitacionais e 42 pontos comerciais, e o Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) atenderia às 103 famílias integrantes da AMACH que conquistaram o direito de permanência na área, composto de 103 apartamentos e 13 pontos comerciais (LAILA MOURAD, 2011). Segundo José Maurício Bittencourt (2011), é possível perceber uma ética do cuidado (POLIANA MONTEIRO ET AL, 2017) na forma de atuação das mulheres na AMACH, por exemplo, na preocupação com a alocação das famílias nas novas moradias, considerando o imóvel de origem, o número de componentes familiares, a quantidade de cômodos das casas a serem reformadas e as relações de vizinhança. Além disso, a participação das mulheres na negociação com o Estado resultou em demandas inseridas no TAC pela AMACH para além da própria moradia, como a instalação de pontos comerciais e equipamentos comunitários no bairro, como a sede da Associação, creche e cozinha comunitária. Tais demandas expõem uma outravisão de cidade desejada para o centro de Salvador, mais compatível com a função social, onde as mulheres e seus dependentes possam viver em uma habitação digna e em um entorno urbano qualificado, onde tenham acesso a serviços básicos e possibilidades de geração de renda.

Ao mesmo tempo, José Maurício Bittencourt (2011) relata a dimensão de conflito no cotidiano das mulheres inseridas na organização da AMACH devido à dificuldade de conciliarem os trabalhos remunerados e não remunerados com a participação na associação, tanto por causa do tempo quanto pela pressão familiar e brigas conjugais, o que gerava situações de estresse e sobrecarga que se arrasta até hoje, já que o cumprimento do TAC pelo governo ainda não ocorreu em sua completude. Depois de mais de década, diversas têm sido as problemáticas e os obstáculos que ainda mantêm distância entre a conquista do direito de permanecer de modo digno na área e a efetivação desse direito pelas mulheres. O trabalho “Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador” registra que, após 12 anos de acordo firmado, apenas 70 das 103 famílias haviam recebido suas casas, que já apresentavam diversos problemas de habitabilidade logo nos primeiros momentos de uso, enquanto o restante das famílias continuava exposto à condição precária de moradia provisória em casas de passagem no próprio bairro. Além da problemática envolvendo o acesso à moradia pelo

programa habitacional, a instalação dos outros equipamentos, como os pontos comerciais e os equipamentos públicos, também não havia sido até então cumprida, ou foi parcialmente cumprida (EMANUEL VASCONCELLOS ET AL, 2017).

O descumprimento do governo com relação à reforma dos casarões para a moradia das famílias beneficiadas da AMACH é apenas um pequeno retrato do atual abandono de diversos casarões do centro de Salvador pelo poder público e iniciativa privada. Inclusive, a AMACH tem buscado denunciar, junto com o não cumprimento do TAC pelo Estado, o estado arruinado da 7ª Etapa e seus casarões, que isola as moradoras no bairro e dificulta a permanência das mesmas, que dependem da circulação das pessoas para obter renda. Jacira relata que conseguiu continuar morando em um dos casarões reformados durante o Programa, em uma rua transversal à que morava antes da reforma, já que o casarão, que foi reformado dentro do programa de moradia destinado aos servidores públicos estaduais, permaneceu abandonado e sem morador após a conclusão da obra. Foi então que algumas pessoas ocuparam o imóvel, onde Jacira mora até hoje. O prédio de três andares possui apenas três moradores, e a ocupação tem tido um papel importante na conservação do imóvel. No caso do espaço de moradia de Jacira, ela conta que as paredes costumavam ser úmidas e não havia banheiro, então ela fez uma reforma interna para tornar o espaço mais habitável, colocou revestimento nas paredes, forro, gesso, construiu o banheiro. Sobre o motivo de optar por seguir morando no centro, ela diz: “Eu gosto de morar aqui, é centro, é perto de tudo, e eu moro só e Deus, aí não posso morar em bairro sozinha né, é mais arriscado, e aqui eu me sinto mais segura. Já estou acostumada com a vizinhança”.

A antiga gerente que costumava administrar a pensão que funcionava no casarão ocupado por Jacira, antes da reforma, relata que não queria deixar o imóvel, mas o caminhão veio com a ordem de despejo, pegou suas coisas e levou para outro bairro, ela recebeu uma indenização e ficou sem ter onde morar. Até hoje, tem esperança de que o governo ainda vai permitir por meios oficiais que ela volte a morar nesse casarão que costumava tomar conta. Acredita que os casarões precisam ser ocupados pelas moradoras antigas como ela, para que possam voltar a morar neles e trabalhar, movimentar o bairro e a economia, recuperar a vida que existia antigamente, quando fervilhava de pessoas nos bares e nas ruas. Já foi oferecida a ela a opção de morar em um apartamento do programa “Minha casa, minha vida” na periferia de Salvador, mas disse que não aceita uma opção de moradia fora do centro, já que morou no bairro há mais de 70 anos, se diz “fundadora” do Pelourinho, criou os filhos ali, toda sua sabedoria é sobre aquele território, é idosa, e não quer ir para longe, onde não conhece ninguém e não se sente segura.

Nesse cenário, com diversos casarões reformados pelo governo durante o Programa de Recuperação e abandonados em pleno centro de Salvador, percebe-se não apenas sua

ocupação mais dispersa por grupos não organizados, como no caso de Jacira, mas também por movimentos de luta por moradia, interessados na reconquista do seu direito de morar no centro como forma de denúncia à crise habitacional e às desigualdades sociais e urbanas estruturais de Salvador, dentre os quais o Movimento Sem-Teto da Bahia (MSTB). Urpi Uriarte (2019), ao analisar as formas de habitar das ocupações do MSTB no centro de Salvador, descreve a autogestão de suas moradoras em três prédios reformados durante o Programa de Recuperação e posteriormente abandonados, na construção do que chamou de um “habitar com dignidade”.

Nos três prédios, a autora identificou a predominância de mulheres, que são as lideranças e majoritariamente as moradoras, na empreitada coletiva de transformar um espaço abandonado em habitável, no qual se destaca o cuidado com estabelecer os espaços individuais destinados a cada moradora, de acordo com sua configuração familiar, mas também com preservar as áreas comuns mediante limpeza, decoração, pintura, iluminação, cultivar boas relações com a vizinhança, criar regras de convívio que garantam a segurança daquelas que habitam o casarão (como não aceitar homem que bate em mulher), e seguir com a formação política do movimento. “Na contramão do poder absoluto da propriedade privada, do governo das regras impostas e do poder masculino, estes ensaios de função social da propriedade, gestão coletiva e poder feminino se constituem em alternativas que não podem nem devem ser ignoradas” (URPI URIARTE, 2019, p. 331).

O MSTB ainda compõe junto com outras cinco organizações - Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, Centro Cultural Que Ladeira é Essa?, Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho e Coletivo Vila Coração de Maria -, que variam entre movimentos de luta por moradia, centros culturais e associações de moradores, a Articulação do Centro Antigo de Salvador, uma rede engajada na luta por moradia popular digna no centro de Salvador e na denúncia e enfrentamento dos processos de gentrificação e remoções promovidos pelo poder público em parceria com o setor privado para atender a interesses do capital turístico e imobiliário. Os movimentos e comunidades envolvidos, predominantemente organizados por mulheres, estão associados a territórios de atuação que foram recentemente ameaçados por projetos de renovação de áreas públicas ou empreendimentos privados, como hotéis, marinas, restaurantes e flats, que se seguiram ao Programa de Recuperação, tanto na área histórica tombada quanto na sua área central ampliada, denominada de Centro Antigo de Salvador (CAS).

Em meio aos casarões abandonados em pleno centro de Salvador, Keila Simpson chama atenção para a importância simbólica de que um deles abriga hoje o Casarão da Diversidade (figura 23), um espaço institucional criado em 2018 para o desenvolvimento de projetos de apoio e proteção da população LGBTQIA+, no qual Keila já foi coordenadora de

políticas públicas. Ela relembra como o imóvel em frente ao Casarão da Diversidade costumava funcionar na década de 1980 como moradia coletiva de travestis, além de ter sido utilizado por aquelas que trabalhavam à noite no centro de Salvador como uma via de escape para se esconder e se proteger das perseguições policiais. Ou seja, o espaço do Casarão da Diversidade historicamente funcionou dentro de um esquema informal de proteção coletiva para as travestis que trabalhavam na área, e hoje funciona institucionalmente como lugar destinado à promoção de políticas públicas, de modo que é um testemunho da presença travesti no centro histórico de Salvador, assim como do avanço do grupo na conquista de um maior amparo institucional para sua existência (EDUARDO ROCHA LIMA ET AL, 2021).



Figura 23 – O Casarão da Diversidade, localizado na Rua do Tijolo [28 de Setembro], antiga zona de prostituição de Salvador.

Fonte: domínio público.

A articulação das travestis de Salvador em torno de uma luta organizada para conquista de direitos e reconhecimento começa a ser observada nas décadas de 1980 e 1990, quando houveram algumas manifestações mobilizadas para denunciar as violências policiais que as mesmas sofriam no centro. As manifestações foram organizadas por um grupo de travestis em parceria com o Grupo Gay da Bahia (GGB), os atos normalmente se concentravam nas praças públicas do centro histórico e o grupo, munido de faixas, se dirigia para a Secretaria de Segurança Pública. Essas manifestações foram uma importante forma de apropriação do espaço público pelas travestis, que apesar de utilizarem durante décadas o espaço da rua cotidianamente para trabalhar, seu uso ainda ocorria de modo regulado, com restrição de horários e espaços. Nas manifestações, as travestis exerciam seu direito de aparecer em

público (JUDITH BUTLER, 2018), denunciando violações de direitos sofridas durante décadas. Com a apropriação do discurso dos direitos humanos e a parceria com o Grupo Gay da Bahia, as travestis do centro de Salvador construíram seu próprio movimento organizativo, que culminou na criação da Associação de Travestis e Transformistas de Salvador (ATRAS), em 1995, a mais antiga organização de travestis do Nordeste, cujos objetivos principais envolviam o combate à violência e à discriminação, a prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, a luta pela cidadania plena, pelo direito de sindicalização como profissionais do sexo e transformistas, e pela profissionalização alternativa das travestis que desejassem abandonar a prostituição:

Ninguém segura a ATRAS, a Associação de Travestis da Bahia; já imaginou uma ONG que consegue reunir toda semana 20 a 30 travestis, na sua maioria profissionais do sexo, para durante duas, três horas, discutir nossos problemas do dia a dia: violência policial, prevenção da Aids, uso correto da camisinha, problemas do silicone, etc., etc. Não existe no Brasil (só na Argentina) um grupo de travestis tão organizado, dinâmico e combativo como o da Bahia! (ATRAS, 2000, p. 1).

Amara Moira (2020) considera importante reconhecer o papel da prostituição como “trincheira trans”, já que se hoje a população trans tem alcançado cada vez mais conquistas, disputado e acessado espaços de poder na sociedade, há toda uma trajetória, uma luta histórica das que vieram antes e conseguiram se manter, sobreviver e se fortalecer através dos espaços da prostituição, e isso não pode ser deixado de lado ou esquecido: “esses não-lugares onde nos queriam presas são justamente aqueles onde as revoluções vão se tramando” (AMARA MOIRA, 2018b, p. 15). E, mesmo que o movimento organizado pelas travestis não pareça ter uma relação tão direta com a luta contra a remoção no centro de Salvador durante o processo de recuperação do patrimônio tombado, que também as afetou, é importante destacar aqui seu pioneirismo na área em articular uma organização coletiva a fim de denunciar as violências policiais sofridas nos ambientes de prostituição do centro de Salvador, afirmando publicamente sua identidade de gênero e reivindicando seu reconhecimento perante a sociedade, apropriando-se dos espaços da cidade para além dos limites físicos e horários impostos, o que desafia o modelo segregado de cidade.

4.4. A PROSTITUIÇÃO NO PELÔ: DA ZONA AO PONTO

Em sua dissertação, Soraya Simões (2010) descreve como a memória de resistência construída em torno da organização coletiva das prostitutas do Rio de Janeiro está centrada nas ações de resistência a diversas tentativas de expulsão durante processos de intervenção urbana na área central. A partir disso, a autora analisa que essa narrativa tem sido utilizada atualmente pela Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa

(AMOCAVIM) – associação fundada por donos de casa que trabalham na zona de tolerância onde hoje se concentram os estabelecimentos de prostituição no Rio de Janeiro - como um elemento a ser explorado na construção de um “novo conceito de zona”, pautado na modernização e ordenamento dos espaços e em sua valorização como “uma grife da lendária zona do baixo meretrício carioca” a fim de firma-lo como olugar turístico do lazer noturno da cidade. Ou seja, a memória de resistência da prostituição na cidade do Rio de Janeiro é utilizada para a criação de uma “cidade cenográfica”, favorável para o desenvolvimento dos negócios, porém, contraditória quando se pensa no processo de luta pela efetiva conquista de direitos pelas prostitutas, em muitos casos trabalhando para a manutenção de mecanismos de controle social e reforços do estigma sobre as prostitutas, como no zelo pela condição segregada e pelo ocultamento das identidade de prostitutas e clientes para o funcionamento da zona (SORAYA SIMÕES, 2010).

A apropriação da cultura, memória e história da prostituição durante o processo de construção de espaços cenográficos por meio de revitalizações urbanas tem sido uma estratégia adotada por diversas cidades a fim de se consolidar no circuito turístico globalizado. Eduardo Rocha Lima (2012) defende que, com a valorização do sexo enquanto mercadoria, houve uma maior flexibilização da sociedade com relação a códigos morais e práticas sexuais, com a propagação de saberes e técnicas vinculadas a processos econômicos que em vez de conter o corpo sexuado potencializa seu vigore performance sexual, dando vazão a uma “economia do sexo” tecnologicamente inovadora e produtora de objetos, vidas e espaços extremamente sexualizados. Nessa lógica, o autor destaca como exemplo a ocupação pela prostituição das áreas urbanas revitalizadas para fins turísticos como atrativo para a circulação de pessoas e capital no mundo globalizado:

[...] os corpos que comercializam a sua prática sexual e os investidores que fornecem suporte espacial a esta prática articulam agenciamentos que os fazem circular nas áreas urbanas revitalizadas e expostas nos catálogos turísticos das cidades que competem no mercado global por visitantes: as “luzes vermelhas” invadiram os cartões-postais da cidade-sedutora e o sexo é mais uma mercadoria nestas “vitrines” do consumo (EDUARDO ROCHA LIMA, 2012, p. 45).

João Pena (2020) relaciona o processo de regulamentação da prostituição na Holanda, e o suporte dado pelo Estado para a atividade se desenvolver, com o contexto de final dos anos 1970 em que houve o crescimento do turismo internacional e de expansão de redes globais nos países europeus. Para o autor, a prostituição estabelecida no bairro central do Red Light District em Amsterdam foi utilizada como um dos principais atrativos da cidade como destino turístico internacional, contribuindo para bem posicionar a cidade no ranking das cidades europeias mais visitadas nos anos 1990.

O principal arranjo espacial da prostituição no Red Light District de Amsterdam é aquele

no qual as mulheres alugam cômodos no térreo dos imóveis que funcionam como vitrines voltadas para as ruas do bairro a partir das quais as mesmas realizam o contato com clientes. Se as vitrines possuem uma função prática durante a rotina de trabalho das prostitutas de garantir uma maior segurança para a mulher, no caso do Red Light District, parece que a exposição das prostitutas se tornou uma forma de explorar economicamente sua presença como um dos elementos que compõem a imagem vendida da cidade para fins turísticos. As prostitutas relatam que, durante sua rotina de trabalho, é comum que pessoas que não desejam contratar seus serviços, principalmente turistas, permaneçam a observá-las por longos períodos, como se elas fossem algum tipo de atração turística e não trabalhadoras cumprindo com sua atividade, como se estivessem em um zoológico, ou em um parque temático, um tipo de comportamento que as desumaniza. Com o tempo, uma parte significativa do centro da cidade se tornou precisamente uma espécie de “parque temático” (NIJMAN, 1999, p. 156 apud JOÃO PENA, 2020, p. 183). Se as prostitutas de modo geral sofrem com processos de invisibilização nas cidades, no caso de Amsterdam, sua presença foi superexposta, dentro de um plano de desenvolvimento econômico pautado no fomento ao turismo da cidade (JOÃO PENA, 2020).

Por outro lado, João Pena (2020) denuncia como a prefeitura de Amsterdam recentemente mudou seu plano de promoção turística a fim de atrair perfis mais “bem comportados” de visitantes, e por isso tem buscado apagar a associação da cidade com a prostituição, de modo que tem se utilizado para isso de um discurso de combate à criminalidade, em especial ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, em uma abordagem vinculada à crescente campanha abolicionista, a despeito de sua política de regulamentação da prostituição, para justificar intervenções no Red Light District que visam o fechamento das vitrines e a expulsão das prostitutas da área central turística da cidade. Junto a isso, a mudança no plano de marketing da cidade que pretende diminuir a importância da prostituição no centro e na imagem da cidade resultou na decisão de resgatar o nome De Wallen para se referir à área central, que nas últimas décadas tem sido denominada de Red Light District com o objetivo de visibilizar e explorar a imagem da prostituição para criar uma representação do povo holandês como progressista. O nome De Wallen, um termo tradicionalmente utilizado pelos moradores e que faz referência ao muro que protegia a cidade no período medieval, traria mais atenção para os aspectos históricos da área em detrimento da presença da prostituição (JOÃO PENA, 2020).

O discurso abolicionista sobre a prostituição aliado ao combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual também tem sido utilizado pelo governo francês em suas ações ambíguas de controle da presença das prostitutas no espaço urbano ao mesmo tempo que explora a prostituição no contexto de promoção da imagem turística das cidades francesas.

Diante da criação de lei francesa em 2003 que criminaliza qualquer tipo de abordagem e de demonstração de interesse por prostitutas em oferecer serviços sexuais para clientes no espaço da rua, Eduardo Rocha Lima (2012) analisa duas diferentes ambiências de prostituição em um cruzamento de ruas na cidade de Paris. Em uma das ruas, ficavam prostitutas francesas representativas da forma de ocupação da “prostituição tradicional” da Paris do século XIX, um elemento cultural a ser valorizado pelas políticas de patrimonialização da cidade com vistas à promoção turística. Nesse caso, os serviços sexuais eram ofertados pelas prostitutas sem disfarce na calçada em frente aos prédios onde moram e trabalham, sendo que as mesmas cumprimentavam inclusive os policiais da área durante sua rotina de trabalho.

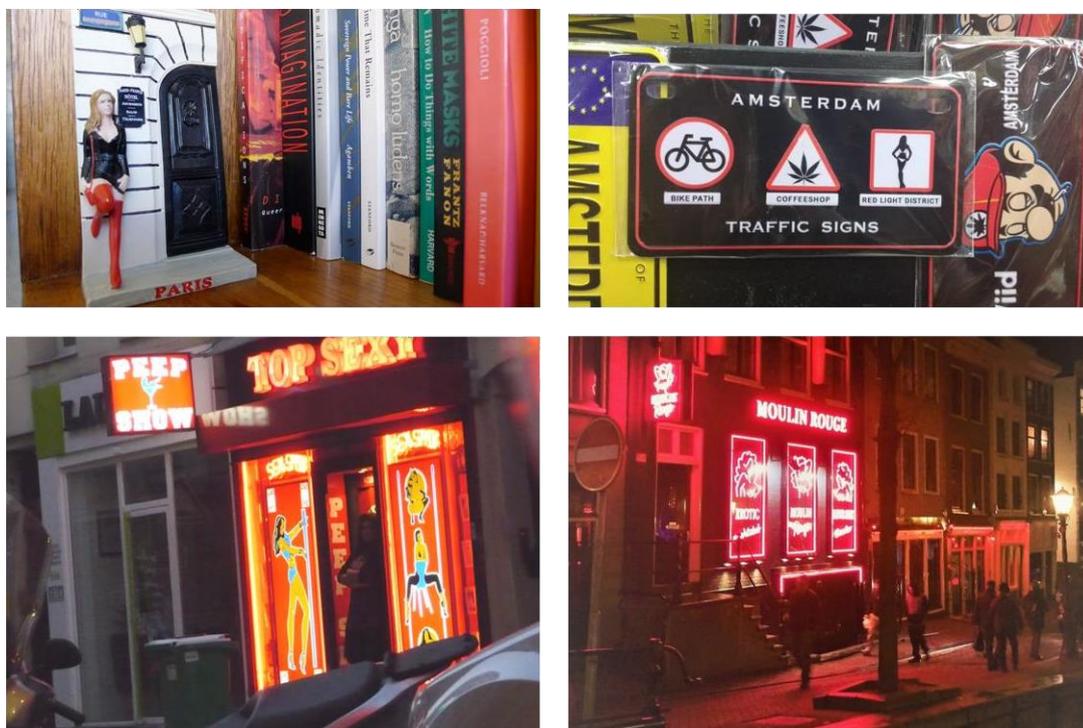


Figura 24 – A prostituição nas áreas turísticas de Paris (à esquerda) e Amsterdam (à direita).
Fonte: Eduardo Rocha Lima (2012) e João Pena (2020).

Na outra rua, mulheres orientais que também praticam a prostituição de rua em Paris precisavam engendrar uma dinâmica muito mais discreta de ocupação dos espaços públicos devido ao controle rígido sobre imigrantes no país, que se utiliza do estigma que as enxerga como vítimas de exploração e tráfico para justificar como combate ao crime as ações que intervêm sobre sua prática de prostituição nas ruas de Paris, que muitas vezes resultam na exclusão das mesmas do espaço, deslocando-as para as periferias da cidade (EDUARDO ROCHA LIMA, 2012). O que as análises de Soraya Simões (2010), Eduardo Rocha Lima (2012) e João Pena (2020) demonstram é que, apesar da prostituição se inserir como um elemento a ser visibilizado e compor o quadro cultural a ser vendido pelas cidades no circuito

de turismo internacional (figura 24), percebe-se ainda que esses processos não estão comprometidos com a construção de modelos de cidade mais abertas à diversidade sexual e menos desiguais e excludentes, pelo contrário, há a manutenção de mecanismos de controle e segregação das mulheres na cidade.

No caso do centro histórico renovado de Salvador, a prostituição não tem sido uma atividade diretamente visibilizada na área revitalizada, como se percebe nas cidades de Paris e Amsterdam, contudo, Erica Williams (2014) argumenta que há uma superexposição de estereótipos sexualizados e racializados da mulher baiana como componente cultural a ser vendido internacionalmente no circuito turístico que ao mesmo tempo que funciona para a promoção turística da área também estaria interligada a processos de controle e exclusão das mulheres dos espaços turísticos de Salvador.

A partir das décadas de 1980 e 1990, a agência estadual baiana de turismo Bahiatursa começou a participar mais ativamente na construção de uma “ideia de Bahia” (OSMUNDO PINHO, 1996) com o objetivo de inserir o estado no circuito globalizado do turismo cultural, na qual predominou a apropriação da cultura afro-brasileira como componente principal a ser vendido para os turistas e consagrar Salvador como um destino turístico único no Brasil. Na imagem turística vendida de Salvador, junto das praias, culinária, festas e rituais religiosos, os corpos das mulheres negras são expostos como retrato do erotismo que compõem a cultura baiana, como extensões de paisagens naturais e culturais exuberantes: “De acordo com o nosso primeiro levantamento, de 1982 a 1996, na maior parte dessas peças publicitárias, as mulheres mostradas são negras ou mulatas vestidas com trajes típicos, maiôs, biquínis ou fazendo top less e os textos convidam as pessoas para “desfrutar as delícias” da “terra da felicidade” e da festa” (ANTÔNIO FILHO, 1996, p. 53).

Essa narrativa sobre a Bahia seria especialmente associada à área histórica recuperada no centro de Salvador, tida como o berço da cultura baiana, que passou a ser conhecida como o “Pelô”. Assim como João Pena (2020) identifica em Amsterdam a intenção do governo holandês de recuperar o nome De Walle para se referir à área turística até então visibilizada como Red Light District, em uma tentativa de criar uma nova narrativa sobre a cidade alinhada com o marketing turístico, em Salvador, o Pelourinho, ou “Pelô” seria escolhido como a nova denominação da área turística restaurada do centro de Salvador, que enquanto espaço renovado para a circulação de turistas também foi forjado como o lugar simbólico dos representantes da cultura popular e afro-brasileira do estado.

Alguns trabalhos, como de Antônio Filho (1998), Erica Williams (2014) e Cassiana Gabrielli (2011), analisam que, apesar do Brasil manter um posicionamento de perfil abolicionista com relação à prostituição e de empreender uma ampla divulgação de

campanhas governamentais e da sociedade civil contra o turismo sexual, a superexposição dos corpos de mulheres negras nas propagandas turísticas desenvolvidas pelo governo baiano tem influência direta no incentivo ao turismo sexual em Salvador desde a década de 1980, que tem se moldado no sentido de atender ao imaginário construído que atrai diversos turistas estrangeiros para a cidade. Antônio Filho (1996) identificou o uso frequente da expressão “morena-jambo” pelas agências envolvidas com o circuito de turismo sexual de Salvador em referência à imagem estereotipada da mulher baiana, que é construída em material publicitário e o estrangeiro toma contato antes mesmo de chegar a Salvador.

Para Erica Williams (2014), apesar da mídia e das campanhas governamentais construir o turismo sexual como uma espécie de invasão de homens estrangeiros perversos e exploradores à procura de sexo em território nacional que trazem consigo determinados tipos de comportamentos e práticas imorais relativas às mulheres brasileiras vítimas desses atos, a dinâmica das relações construídas entre turistas estrangeiros e mulheres brasileiras são reflexo de relações profundamente enraizadas no tecido cultural e social do Brasil muito antes do advento do turismo de massa, que guarda relações com as reflexões de Lélia Gonzalez (1984; 1988) e Sueli Carneiro (2003) sobre o lugar da exploração sexual da mulher negra na construção da sociedade brasileira e a posterior criação de representações hipersexualizadas que naturalizam e legitimam a perpetuação de assédios praticados contra a mesma pelo homem branco como forma de controle e dominação.

Nesse sentido, junto com o incentivo ao turismo sexual, a construção e divulgação da imagem estereotipada da mulher baiana no circuito turístico globalizado também funciona como mecanismo que reforça o controle e a exclusão das mulheres dos espaços turísticos de Salvador. Erica Williams (2014) argumenta que as mulheres negras costumam lidar cotidianamente com situações de assédio na área turística de Salvador por parte de homens que as enxergam como sexualmente disponíveis, independentemente de trabalharem como prostitutas ou não, situações que funcionam como uma forma violenta de afirmação do quanto suas presenças estariam deslocadas na paisagem turística, e que tem como reação muitas vezes dessas mulheres a tentativa de se distanciarem da imagem da prostituta através de práticas corporais que exigem mais respeitabilidade.

Se o processo de revitalização do patrimônio implicou na exclusão da população para os bairros periféricos, espaços que aparecem nos mapas turísticos da cidade como áreas verdes ou terrenos vazios, para dar lugar para os turistas circularem livremente, dentro de um “projeto racista de branqueamento da paisagem urbana no Brasil” (apud KEISHA-KAHN PERRY, 2004, p. 819) e putofóbico de policiamento da sexualidade, a “paisagem turística de Salvador é dividida em zonas cuidadosamente demarcadas onde classe e raça são fatores cruciais para determinar quem 'pertence' e quem está 'fora do lugar’” (ERICA WILLIAMS, 2014,

p. 3, tradução nossa).

Após a reforma do Pelô, tornou-se comum mulheres que moram nos bairros periféricos de Salvador se deslocarem para o centro durante o período da tarde ou noite, pernoitando na área em busca de clientes, empreendendo o que Juarez Bomfim (2008) chama de “viração”. Além disso, segundo o diagnóstico publicado pelo Projeto Força Feminina em 2008, quase metade das 96 prostitutas entrevistadas (45,9%) morava no próprio centro de Salvador, nas regiões que margeiam a área restaurada, como a Ladeira da Montanha, o Saldanha, Taboão, Baixa dos Sapateiros e 2 de Julho, em quartos alugados, ocupações do Movimento Sem Teto, nos próprios locais dos programas (como os castelos) ou na rua (PROJETO FORÇA FEMININA, 2008).

Desde seu primeiro quarto no Maciel, em meados dos anos 1980, Ester tem feito o que ela chama de “correr trecho”, habitando temporariamente, por meio de aluguel, diversos casarões de diversas ruas no centro de Salvador. Contudo, com a reforma, ela relata que ficou muito mais difícil de conseguir moradia no bairro, pois os alugueis ficaram mais caros do que antigamente, além da oferta ter reduzido consideravelmente, já que os casarões reformados deixaram de funcionar no regime de casas-de-cômodos. Os poucos casarões renovados que ainda funcionam como espaços de moradia não são possíveis de alugar, pois os preços são muito elevados. A solução tem sido encontrarmoradia nas áreas que margeiam o centro histórico restaurado.

Porque às vezes você agora quer procurar um quarto para alugar, você não acha. Você não acha mais um quarto aqui para alugar dentro do Pelourinho. Se você achar um quarto agora para alugar aqui, o povo quer é 700, 800 reais em um quarto para alugar. E antigamente não, você fechava o olho e achava um quarto ali, só assim na gente dizer que estava procurando, aparecia em tal lugar, em tal lugar, tal lugar temquarto. Agora você chega para alugar um quarto é um trabalho, e tudo caro (Ester, 2021).

Mesmo nas áreas adjacentes ao centro histórico reformado, por causa da elevação do preço dos alugueis, muitas mulheres hoje em dia não possuem condições de arcar com a moradia no centro de Salvador como acontecia antes da reforma, e muitas vezes acabam dormindo na rua: “Antigamente, as mulheres tinham os seus quartos alugados, moravam nos seus quartos, dentro dos prédios, dentro do Maciel [...] E agora, não. Agora elas dormem na rua, né, quando não tem o dinheiro do aluguel, do hotel, dormem debaixo das marquises” (Ester, 2021). Fátima, que atualmente mora em uma casa em um bairro periférico de Salvador que comprou com o dinheiro que juntou com a prostituição, diversas vezes falou de sua vontade de voltar a morar no centro, devido à dificuldade que era se deslocar de sua casa para ir ao centro realizar as atividades da Associação e visitar os locais de prostituição. Chegamos a procurar juntas casas à venda nas áreas adjacentes ao perímetro restaurado, em um período no qual ela encontrou um comprador para sua casa atual, contudo, as opções mais baratas

no centro costumavam ser pelo menos o dobro do preço que valia sua casa na periferia.

Além das maiores dificuldades no acesso à moradia no centro de Salvador, as prostitutas precisam lidar com os mecanismos de controle e exclusão em seus espaços de trabalho dentro da nova paisagem turística. No circuito turístico de Salvador, Erica Williams (2014) utiliza os termos “Boca de Luxo” e “Boca de Lixo” para descrever a diferenciação na cidade dos espaços de prostituição, tendo como referência as áreas de prostituição de São Paulo. Sarah Feldman (1989) explica que na segunda metade do século XX, com a eliminação da zona confinada de prostituição em São Paulo, há a estruturação de espaços de prostituição na cidade organizados a partir da classe social dos frequentadores e das mulheres prostitutas, já que nesse período há a entrada de um grande contingente de mulheres da classe média na profissão devido à maior liberdade sexual e inserção no mercado de trabalho.

A Boca do Lixo de São Paulo se conformava enquanto território de prostituição voltado para as classes baixas cuja dinâmica envolve a circulação nas ruas para abordar o cliente e a consumação do serviço sexual em hotéis e apartamentos. Já a Boca do Luxo se estruturava em torno de boates e casas noturnas chiques, estabelecimentos de diversão legalmente instalados na cidade nas quais era estabelecido o contato inicial com os clientes, servindo como “antessala” de hotéis de apartamentos, onde o serviço era posteriormente realizado. A partir da década de 1970, outras formas espaciais mais discretas e camufladas voltadas para a classe alta se popularizam, como as casas de massagem, motéis, assim como a utilização dos meios de comunicação, catálogos em agências e sites (SARAH FELDMAN, 1989). Ou seja, em ambos os casos há uma separação entre o local onde ocorre a abordagem do cliente e aquele utilizado para a prestação do serviço sexual; contudo, a contraposição da boate com a rua como local do primeiro contato com o cliente cria uma diferenciação entre os espaços de prostituição destinados a cada classe na cidade, similar ao que se percebe na diferenciação entre o discreto e o mangue ostensivo no centro de Salvador antes da reforma.

Em Salvador, segundo Erica Williams (2013), a “Boca do Luxo” era uma expressão utilizada para se referir à prostituição localizada na orla marítima, onde concentravam as mulheres que trabalhavam através de agências e frequentavam restaurantes, clubes e hotéis de luxo, normalmente estudantes universitárias de classe média que preferiam ser denominadas de garotas de programa como uma forma de se afastarem da imagem estigmatizada da prostituta. Já a “Boca do Lixo” soteropolitana se referia ao centro de Salvador, onde estavam as mulheres que trabalhavam abertamente nas ruas e bares, as “mulheres de rua” como denomina Fátima, o perfil de mulher atendida pela APROSBA, essas consideradas de fato as prostitutas.

Sobre a diferenciação entre as mulheres que trabalham na “Boca do Luxo” e na “Boca

do Lixo” de Salvador, cabe ressaltar o olhar ambíguo sobre esses dois espaços de prostituição na cidade através da postura de um frequentador do centro histórico de Salvador, que, ao mesmo tempo que trabalha como recepcionista no turno noturno de um hotel quatro estrelas na Pituba, orla marítima de Salvador, e ganha comissão passando contatos de “acompanhantes de luxo” para hóspedes que recorrentemente as procuram, trata as prostitutas do centro com olhar de estigma e repulsa, e se mostradesconfortável por ser colocado na condição de seu cliente, ou ser abordado na rua por elas perguntando se ele quer relaxar, informando o preço do programa. Nessa hierarquia de espaços de prostituição em Salvador, o senso comum é que os turistas estariam interessados apenas nas garotas de programa de luxo em vez das prostitutas do centro, que atenderiam clientes já conhecidos, geralmente homens mais velhos, ou outros moradores locais que procuram por um serviço rápido a preços baixos. Contudo, apesar das diferenças de classe nas diferentes áreas de prostituição soteropolitanas, o serviço sexual voltado para o turismo ocuparia presença de destaque em todas elas, e as prostitutas do centro também teriam experiências com turistas estrangeiros.

Sobre a ocupação pelas prostitutas dos bares revitalizados do centro de Salvador como ponto de encontro com clientes, elas contam situações em que os donos passaram a ter atitudes higienizadoras depois da reforma, impedindo-as de frequentar seu estabelecimento, expulsando-as, e por vezes até cercando o estabelecimento para restringir o acesso, o que muitas vezes acabava em prejuízo para o próprio dono devido à diminuição de clientes: “Ele começou a botar as putas para fora, os gringos pararam de ir. [...] Porque se os gringos vinham de fora querendo conhecer as baianas, né? As putas que ficavam lá... e ele achou que já estava com um bocado e começou a ficar expulsando as putas. Os gringos pararam de ir”.

No centro histórico renovado de Salvador, o principal local de prostituição segue sendo a praça onde as prostitutas, organizadas em torno da APROSBA, conquistaram o direito de permanecer diante da ameaça de expulsão durante o Programa de Recuperação. Tal praça, cuja localização a torna ponto de passagem obrigatório dentro dos roteiros turísticos do centro histórico de Salvador, tem nas linhas de bancos e árvores que conformam o “promenade”, espaço de descanso e lazer pensado para os turistas, o principal local ocupado diariamente por prostitutas e seus clientes, e o que se percebe dessa ocupação é o predomínio da discricção como código que rege a relação entre ambos os grupos. As prostitutas normalmente usam de modo muito contido roupas, comportamentos ou gestos para visibilidade de seu corpo como fator de atração de clientes. É um vestido ou short um pouco mais curto, ou uma maquiagem um pouco mais chamativa, ou mesmo o uso de um bom perfume, que se torna chamariz para potenciais clientes. Além disso, o processo que envolve desde a captação do cliente até a finalização do programa ocorre de modo sutil e discreto, sem que as ações

chamem a atenção de quem está na praça ou destoe das atividades e relações ali travadas entreoutros sujeitos. Às vezes, o homem se aproxima das mulheres, sentam ao seu lado e conversam, bebem, ou às vezes elas se levantam, circulam e abordam diretamente os homens, sempre discretamente. Após firmado o acordo, o programa é realizado em hotéis próximos, e as prostitutas costumam se dirigir ao local separadas de seus clientes, cada um traçando caminhos diferentes, tanto na ida quanto na volta.

Pela fala a seguir de Fátima, percebe-se que a forma mais discreta adotada pelas prostitutas de se vestir, se comportar e se relacionar com o cliente resulta de negociações das mesmas com a polícia e pessoas que circulam na praça, em um espaço de alta visibilidade e valorização para o fluxo turístico:

[...] geralmente tem umas mulheres que gostam de se mostrar um poucomais e por causa disso o pessoal vai dar queixa na polícia por atentadoao pudor. Eu digo para elas que não precisa se vestir como freira, mas se colocar sua bermudinha, sainha, não precisa ficar nua, porque ali passa muita gente. [...] Então, a gente conversa, não façam isso, porquequem perde é o lado mais fraco, e o lado mais fraco é puta (FÁTIMA MEDEIROS, 2020).

A presença constante da polícia no local, com um ponto fixo e em fluxo pela praça, atua na vigilância desses corpos, assim como a própria sociedade pressiona para a punição daquelas mulheres que por ventura “mostre demais” e desrespeite os “bons costumes”.

Também há um consenso geral produzido por frequentadores, polícia e pessoas envolvidas com o turismo de que o local seria perigoso, frequentado por criminosos e prostitutas, e a orientação dada aos turistas pelos hotéis e guias é a de que não é seguro de parar ali, de que se deve passar direto. Não frequentar a praça foi um “conselho” dado por inúmeros homens quando eu sentava sozinha nos bancos. A afirmativa “branca pra casar” utilizada por Lélia Gonzales (1988) para se referir às representações racializadas das mulheres na cultura brasileira parece explicar o fato de que grande parte desses homens, apesar de assumirem que a minha presença sem acompanhante no espaço público indicasse uma disponibilidade para abordagens masculinas diversas, raramente me abordavam como um cliente, mas na condição de potencial marido ou namorado. No geral, eles assumiam posturas paternalistas, muitas vezes sugerindo que eu não deveria me “misturar” com as mulheres que trabalham na praça, que não deveriam sentar naqueles bancos, e que não me deixariam sozinha com aqueles homens da praça que vão lá ofender mulher, em uma atitude de “proteção”, apesar de alguns deles serem ou já terem sido clientes das prostitutas da praça, ou até mesmo se beneficiarem indiretamente da prostituição.

Junto com a praça, o conjunto de quarteirões cujos limites conformam a área de intervenção da 7ª Etapa durante o Programa de Recuperação é outro perímetro do centro revitalizado não indicado para turistas circularem, sob o discurso de que a 7ª Etapa seria o lugar de morada daqueles criminosos e delinquentes que ocupam diariamente a praça. Laila

Mourad (2011) demonstra que a atualização do programa habitacional da 7ª Etapa, a fim de incluir as moradoras integrantes da AMACH, expressam uma postura de controle, exclusão e correção do Estado sobre as moradoras antigas que conquistaram o direito de permanecer no bairro. É notório o fato de que grande parte dos casarões reformados para os servidores públicos é hoje ocupado por policiais, o que tem instaurado certa tensão entre as relações de vizinhança. No caso das senhoras com quem conversei e que ainda residem no bairro, a presença policial é percebida em alguns momentos como um aspecto positivo, de garantia de maior proteção e segurança, em outros momentos há uma certa descrença de que a presença deles impeça que atividades ilícitas ocorram no entorno, e em outros momentos há um certo incômodo com a própria vigilância e controle às quais estão submetidas, principalmente se for considerar a histórica perseguição policial que as prostitutas sofreram no centro histórico. Jacira, por exemplo, preferiu não nomear uma policial que costumava espancar as prostitutas na praça durante a reforma porque a mesma hoje em dia mora em um dos casarões reformados da área. Nas conversas realizadas na própria rua onde moram, em alguns momentos, palavras eram sussurradas para que seus vizinhos policiais não tomassem conhecimento de sua relação com a prostituição.

A partir da leitura do projeto habitacional proposto (figura 25), Laila Mourad (2011) ressalta que a escolha dos casarões destinados aos programas habitacionais demonstrava a intenção do Estado de localizar os servidores públicos nas quadras mais próximas das áreas mais valorizadas e com maior fluxo de pessoas e turistas, em torno dos monumentos históricos e do Terreiro de Jesus, enquanto as moradoras representadas pela AMACH foram localizadas nos quarteirões mais distantes e escondidos da 7ª Etapa, que foram historicamente estigmatizados como locais de prostituição e tráfico de drogas, e que por isso também eram os espaços historicamente mais controlados e vigiados: dos 21 imóveis destinados à habitação das antigas moradoras, 11 (52% da amostra total) se concentravam entre as ruas São Francisco e 28 de Setembro (Rua do Tijolo), duas ruas que antes da reforma eram conhecidos locais de prostituição, sendo que muitas dessas casas nas décadas de 1980 e 1990 serviram como moradias das travestis que foram expulsas durante o Programa de Recuperação.

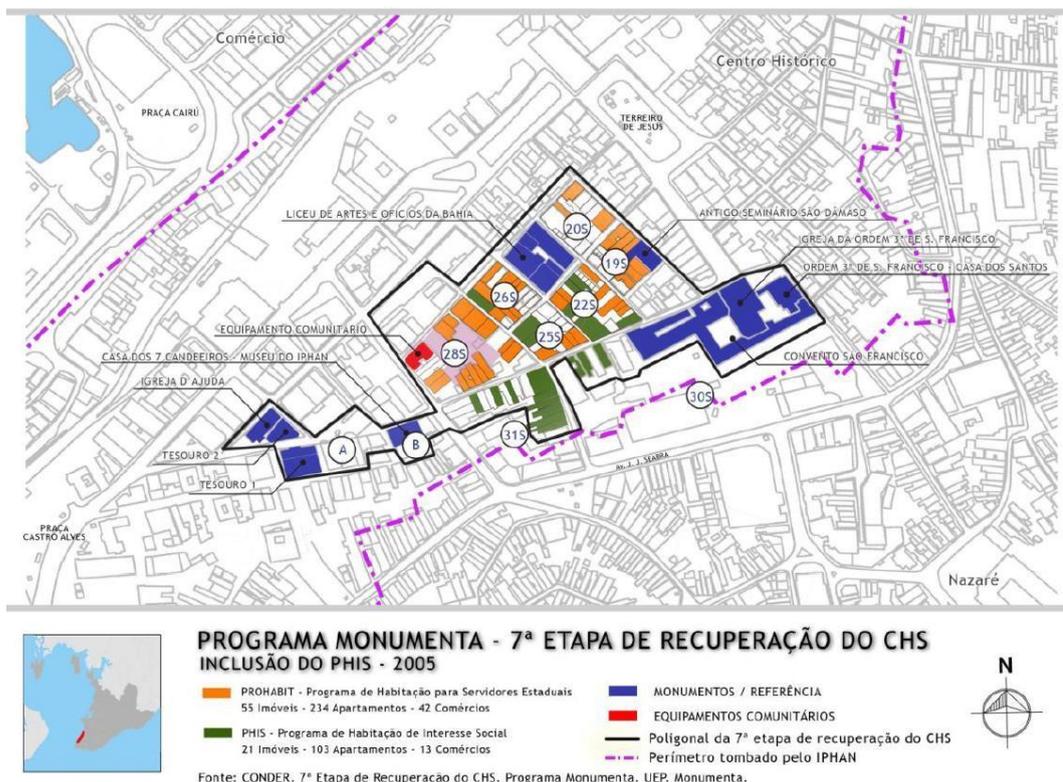


Figura 25 – Novo projeto habitacional proposto para a 7ª Etapa.

Fonte: LAILA MOURAD, 2011.

Portanto, em meio ao processo de valorização da área histórica tombada de Salvador, que prioriza o fluxo turístico, o perímetro da 7ª Etapa e praça, ambos territórios onde ocorreram organizações coletivas contra a remoção e ainda são habitados por grupos de mulheres alvos da expulsão empreendida, ganharam status de espaço perigoso e deteriorado, e sofrem com mecanismos de controle e exclusão, atualizando processos que antes da reforma eram percebidos na região do Maciel. E, assim como no caso do Maciel, é preciso compreendê-los para além do olhar de estigma, reconhecendo a dimensão de disputa e construção cotidiana de outras formas de se relacionar com o espaço por mulheres que seguem os ocupando como forma de viabilizar suas vidas e de seus dependentes; no caso das prostitutas, construindo-se como “mulheres de rua”.

Se a “casa” é definida por Soraya Simões (2010) como o elemento estruturante da zona de prostituição, Elisiane Pasini (2000) aponta o “ponto” como o elemento básico que estrutura a prostituição de rua, primariamente o local onde as prostitutas permanecem durante seu período de trabalho, pois é onde acontece o encontro e a negociação entre a mulher e o cliente. Sobre o ponto de prostituição, Elisiane Pasini (2000) busca entender a importância desse espaço para a mulher elaborar e vivenciar seu entendimento sobre a prostituição, onde ela constrói junto com suas colegas de trabalho uma série de regras de convivência e de posturas profissionais que orientam as particularidades de como a prostituição acontece em

determinado lugar da cidade e qualé o comportamento ideal esperado da prostituta, e, para além disso, Elisiane desvela o ponto como um local de sociabilidade das mulheres na cidade.

Nele, são criadas relações que vão muito além do exercício da prostituição, onde as mulheres compartilham suas vidas dentro e fora da prostituição, relacionando-se entre si e com outros grupos que também constroem esse espaço, como os moradores da região e vendedores ambulantes, e assim fazem amizades, convivem, compram e vendem objetos. “Neste espaço elas conversam sobre seus problemas, trocam experiências e ajudam, aconselham-se, enfim, interagem. Essa reunião de mulheres é um modo de formar laços, de estar com os outros, de formar grupos através da sociabilidade” (ELISIANE PASINI, 2000, p. 44). Phil Hubbard e Teela Sanders (2003) também identificam em um espaço de prostituição de rua em Birmingham que, a despeito da disputa que possa ocorrer para ocupar espaços mais privilegiados do bairro, as prostitutas relatam que criam uma espécie de pequena comunidade entre elas, na qual elas estabelecem normas e tomam conta umas das outras, assim como dos pontos.

Foi possível perceber, através dos deslocamentos, interações e permanências entre as prostitutas nos bancos, a divisão entre dois principais subgrupos de mulheres concentrados na praça, sendo que Fernanda Silva (2017) identifica que um dos fatores para a separação entre grupos na praça é o desejo das mulheres que fazem seu trabalho “direito”, ou seja, respeita as regras estabelecidas no ponto, de se distanciarem daquelas denominadas de “sacizeiras”, que seriam mulheres que fazem uso contínuo e abusivo de álcool, crack e outras drogas, roubam clientes, não se cuidam e andam sujas. As principais regras de convívio estabelecidas pelas prostitutas na praça para a realização do programa seriam manter o preço base do programa; evitar clientes violentos e comunicar às outras mulheres quando encontram um cliente violento; não realizar programa com clientes fixos de outras colegas de trabalho, ou ficar com seus maridos ou companheiros; e usar preservativos. Diante do contexto de pandemia, as mulheres se ajudam compartilhando orientações de formas mais seguras para realizar o programa sem se expor demais ao vírus, lembrando umas às outras da importância do uso de máscara, álcool gel, banhos antes e depois da prestação do serviço. Também se ajudam com clientes, indicando umas para as outras quando aparece algum homem na praça.

Percebe-se que as mulheres costumam se concentrar em torno de guias utilizadas para venda de bebidas, cigarros e doces, e que são administradas pelas próprias prostitutas. O trabalho ambulante tem sido uma tática adotada nos últimos dez anos por algumas prostitutas da praça como forma de melhorar seu rendimento, como uma complementação de renda, já que elas perceberam que não haviam vendedoras de ruana praça, e havia a demanda dos próprios clientes, com quem elas precisavam se deslocar para um bar para beber com eles.

O trabalho ambulante proporciona uma renda extra nos dias em que não há procura de clientes na praça, e em alguns períodos do ano, como Carnaval e São João, quando os homens não costumam frequentar a praça por causa da grande circulação de pessoas conhecidas que vem dos bairros periféricos para as festas no centro, proporciona mais renda do que a prostituição. Em 2016, as mulheres foram cadastradas e regularizadas durante uma ação da Prefeitura que objetivava substituir os isopores dos vendedores ambulantes licenciados de Salvador por *coolers* padronizados, concentrando-se nos bairros do Rio Vermelho, Barra e Centro Histórico (ALEIDA BATISTOTI; GABRIELA PINTO DE MOURA, 2021).

Fernanda Silva (2017) identifica na fala de suas interlocutoras da praça que a maioria enxerga no trabalho ambulante uma possibilidade para sair da prostituição e ao mesmo tempo se manter trabalhando no mesmo ponto da praça, livrando-se do estigma sem que para isso precisem deixar aquele espaço, preservando as relações já criadas. Esse fato demonstra que, para além das próprias práticas envolvendo a realização do trabalho, na praça se nota a construção cotidiana de uma rede de convivência, solidariedade e apoio mútuo das mulheres entre si e com diversos grupos sociais que é importante para a manutenção de suas vidas.

A praça é espaço de trocas e conversas entre as prostitutas, sobre a vida amorosa, moda, novela, família, doenças, vizinhos, trabalho, conhecidos, clientes. Inclusive, algumas prostitutas vão para a praça mesmo em dia de folga para beber e conversar com as colegas em torno da guia. As prostitutas têm um conhecimento apurado de quem é quem na praça, e comentam e interagem com diversas pessoas que circulam por ali. Fernanda Silva (2017) realça ainda como a “dupla carreira” da mulher prostituta se reflete nas relações que produzem o ponto da praça, onde se misturam muitas vezes suas vidas profissionais e familiares, e a rua se torna um espaço onde formas compartilhadas de tarefas de cuidado, especialmente no que diz respeito ao cuidado dos filhos, são realizadas, principalmente no caso das mulheres que permanecem morando no centro de Salvador, quem Fernanda afirma que enxerga a praça como uma extensão da própria casa. É comum a presença dos filhos das prostitutas na praça durante o horário de trabalho, e há uma ajuda mútua com o cuidado das crianças quando a mulher precisa deixar a praça para trabalhar.

Por isso, Fernanda Silva (2017) destaca o termo “batalha” como definidor das experiências que envolvem o “fazer a vida” na prostituição de rua no centro de Salvador, que não se resumem às atividades laborais em si, mas também se direcionam às relações e interações no espaço com outros atores sociais, que tanto expressam julgamentos moralistas que as constroem, envergonham e culpabilizam, tornando seu local de trabalho um “campo de batalha”, quanto dão suporte por solidariedade e partilha, enfrentamento e apoio mútuo, para que elas se construam como mulheres guerreiras, “da batalha”, livres, autônomas e independentes:

A batalha, ora é entendida como um trabalho, lugar/exercício por onde elas garantem seu sustento e de seus familiares, ora este espaço é visto e sentido como lugar de exploração, violação, preconceito; e ora, este espaço é visto e sentido como lugar de encontro e trocas (FERNANDASILVA, 2017, p. 197).

Mesmo com as décadas de projeto e ações visando a extinção da prostituição no centro histórico restaurado, e que a percepção geral seja de que a prostituição na praça estejacada vez mais se acabando, com cada vez menos clientes procurando o serviço, ou dispostos a pagar o preço do programa, Ester possui convicção ao afirmar que a prostituição é uma “tradição” e não acredita que ela vai acabar ou sair daquele espaço, que tem sido construído cotidianamente com base em uma rede de apoio e solidariedade que tem possibilitado e seguirá possibilitando a vida de muitas: “Se os próprios moradores que moram aqui acolhem os que vem de fora, vai acabar? Se as prostitutas estão aqui, chega outra estranha, as daqui acolhem, aí a que chegou hoje, acolheu hoje, amanhã ela vem e já traz outra, e aí? Vai passando...”. Passada a fase crítica da pandemia do novo coronavírus, já se nota na praça novos grupos de mulheres aparecendo em busca de trabalho.

No documentário “Santa Efigênia e seus pecados”, Gabriela Leite constrói uma reflexão sobre as tentativas de extinção pelo poder público da “Boca do Lixo” paulista que converge com a reflexão de Ester sobre a “Boca do Lixo” soteropolitana, ao defender que os processos de revitalização urbana e repressão estatal não dão conta de apagar por completo as relações construídas nos espaços de prostituição, que sempre encontram meios de se reorganizar no território:

Quando as pessoas querem revitalizar uma área histórica que está ruim, eles querem expulsar as putas, expulsar os malandros. Expulsar toda a cultura que tinha ali e criar uma nova coisa. Só que o que eu acho é que isso não adianta nada. Porque as pessoas voltam. As pessoas sofrem, mas as pessoas voltam. Porque isso daqui tem uma cultura, uma cultura da prostituição, da malandragem, da música, do cinema. Que ninguém vai tirar desse pedaço. Ninguém. Nunca (SANTA..., 2006).

4.5. A INTERNET ZONEADA

Se as tentativas de extinção da prostituição dos espaços da cidade não têm bem-sucedido na prática, é preciso reconhecer que a migração das prostitutas para o espaço virtual já é uma realidade bastante comum para o exercício da prostituição, e em franca expansão e desenvolvimento. Como reflete João Pena,

A utilização do espaço virtual para desempenhar atividades que antes demandavam a ida a um lugar específico da cidade, seja para comprar algo, para trabalhar, para estudar etc. não é nenhuma novidade. Assim como em outros setores, os avanços das tecnologias da informação têm ampliado as possibilidades do trabalho sexual e proporcionado maior visibilidade, uma vez que nesse espaço de fluxos informacionais há uma quase superação dos

limites físicos e o estabelecimento de um tempo contínuo (JOÃO PENA, 2020, p. 202).

Ao mesmo tempo, João Pena (2020) afirma que já não é mais necessário o confinamento das prostitutas nas casas de tolerância, ou nas zonas confinadas brasileiras, para o exercício do controle estatal, que nas últimas décadas cada vez mais não depende mais do confinamento no espaço de uma instituição para a efetivação do controle e vigilância do Estado sobre grupos sociais, que se faz pelas máquinas e recursos tecnológicos, atualizando a sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

Essa nova forma de controle político através do uso de aparatos tecnológicos ganhou ainda mais terreno no contexto de pandemia do novo coronavírus, que, assim como epidemias anteriores, incitou um estado de emergência propício para experimentações e atualizações de tecnologias por parte de governos no sentido do controle, disciplinamento e vigilância de corpos sociais e individuais em larga escala (MICHEL FOUCAULT, 2001). No caso da Covid 19, Paul Preciado (2020) identificou que, dentre as diferentes estratégias de enfrentamento ao novo coronavírus adotadas pelos países, enquanto o grupo composto por países da Europa Ocidental, como Espanha, Itália e França, dentre outros, manteve a reprodução do modelo tradicional de quarentena, países asiáticos como China, Coreia do Sul e Cingapura, utilizaram meios digitais para a vigilância da população, através dos telefones celulares e cartões de crédito, reforçando a instalação de uma espécie de “controle cibernético estatal e corporativo.

Para Paul Preciado (2020), “a gestão política da Covid-19 como forma de gerenciar a vida e a morte desenha os contornos de uma nova subjetividade”, no caso, o “sujeito do tecnopatriarcado neoliberal”, dentro dessa nova configuração política chamada pelo autor de farmacopornografia, em que o corpo e a subjetividade contemporâneos não são mais regulados apenas pela passagem por instituições disciplinares (escola, fábrica, casa, hospital etc.), mas, e acima de tudo, por um conjunto de tecnologias biomoleculares, microprotéticas, digitais e de transmissão e informação. Paul Preciado já identificava esse novo modo de vida na criação do apartamento de solteiro da Playboy, de 1968, no qual o morador conseguia realizar todas as suas funções, do trabalho ao lazer, sem sair da cama, totalmente conectado às novas tecnologias. Esse modo de vida se tornou norma diante da crise sanitária instaurada pela Covid 19 e as recomendações de isolamento social combinado ao uso das tecnologias para execução do máximo de atividades possíveis sem sair de casa, como o trabalho remoto, as compras online, o uso das redes sociais: “O domicílio pessoal se converteu agora no centro da economia do teleconsumo e da teleprodução” (PAUL PRECIADO, 2020).

Para Monique Prada (2018), o uso da internet pelas prostitutas como ferramenta de trabalho se inicia no Brasil no final do século XX, com a migração da prostituição de rua para os anúncios de jornal, e depois para a internet, a partir do uso de chats, sites de anúncios

especializados, blogs individuais, fóruns de divulgação e avaliação de serviços de acompanhantes, dentre outras plataformas virtuais. Com a pandemia do novo coronavírus, as prostitutas também foram impelidas a adotarem o confinamento e o trabalho remoto: uma cartilha sobre como se proteger do novo coronavírus voltada para o público LGBTQIA+ foi lançada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Brasil, em que sugeria o trabalho remoto para as prostitutas, incentivando sua migração para o ambiente virtual durante o isolamento social. Desse modo, o deslocamento da prostituição para o ambiente virtual, que já estava acontecendo nos últimos anos, foi intensificado, tornando o espaço virtual central dentro das novas perspectivas para o exercício da prostituição.

Ao mesmo tempo, o controle das prostitutas pelo Estado através desse novo conjunto de instrumentos de vigilância digital já tem sido discutido internacionalmente. Por exemplo, o conjunto de leis estadunidense conhecido por FOSTA-SESTA, criado em 2018, tinha como objetivo criminalizar sites de hospedagem de conteúdo relativo ao tráfico sexual na internet, contudo, o fechamento desses sites tem tido um impacto prático de repressão também dos perfis das prostitutas e de seu ambiente de trabalho virtual, dificultando para elas trabalharem, se organizarem e se comunicarem online. Monique Prada (2018) já denunciava a problemática envolvendo a maior exposição da identidade da prostituta no uso de plataformas virtuais: “Quando se trabalha com sexo, fica cada dia mais complicado esconder-se num meio em que, hoje, a privacidade praticamente inexistente” (MONIQUE PRADA, 2018, p. 84-85).

Por outro lado, percebe-se uma nova geração surgindo no movimento de prostitutas, que já enxergam o espaço virtual como o ambiente de trabalho principal, mas veem também a importância de articular o domínio da tecnologia com o engajamento político, respeitando a “ancestralidade puta”¹⁸ das ruas. Durante a pandemia, surgiu o perfil brasileiro “Zona das Manas” nas redes sociais, que, reconhecendo esse crescente deslocamento da prostituição do espaço das ruas para o virtual, ressalta a importância de as prostitutas buscarem construir ambientes seguros na rede para sua proteção e articulação política, diante da ameaça da perseguição e da vigilância desses espaços de compartilhamento entre prostitutas na internet. Ou seja, diante das novas formas de controle sobre a prostituição desenvolvidas no ambiente virtual, percebe-se o início de articulações de prostitutas interessadas em “zonear” a internet, inspiradas na luta histórica de suas colegas nas ruas das cidades. Abaixo, segue o texto de apresentação do perfil “Zona das Manas” no twitter:

A luta das profissionais do sexo não eh de hoje. Nem no Brasil, nem no mundo. Mas as tecnologias de apagamento de nós e de nosso movimento nunca foi tão forte e tão complexa. Dentro do nosso movimento, podemos

¹⁸ Ver live “Putacast um papo sobre vivência e ancestralidade puta”, realizada em 25 ago. 2020 e disponível no canal da ANPROSEX no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=zp6lshqDWcw&t=10s>. Acesso em: 07 dez. 2021.

pensar diferentes gerações de luta por direitos. E cada movimento foi atravessado pelas diferentes tecnologias utilizadas pra trabalhar e fazer ativismo. Nos anos 60 e 70, os hotéis e boates eram não apenas lugar de trabalho, mas também de encontro com nossas iguais, de articulação política, de afeto e proteção. Hoje, pra quem trabalha com anúncios online, sexo virtual, e/ou redes sociais, esse espaço de trocas foi perdido. E não é incomum que meninas entrem pra essa forma de trabalho sem nunca terem encontrado pessoalmente uma colega, ou se quer tido uma conversa ou orientação - muito menos consciência política.

Isso aumenta exponencialmente nossa vulnerabilidade enquanto grupo marginalizado que somos, especialmente num país com uma das maiores taxas de feminicídio no mundo. Mas não precisaria ser assim. Até por volta de 2016 ainda existiam fóruns online, grupos em redes sociais etc. onde trocávamos informações básicas sobre como lidar com os clientes (virtuais ou presenciais), redução de danos, conhecer outras colegas que trabalhassem na mesma região, etc. Com as leis de censura como a FOSTA, do dia pra noite, esses espaços foram criminalizados.

Com a pandemia, um grande número de pessoas buscam no trabalho sexual online uma forma de sobrevivência. Muitas dessas pessoas nunca trabalharam no ramo do sexo, ou da internet. Nunca foi tão urgente criar um espaço virtual nosso, livre de censura e falsos moralismos.

Aqui na Zona, buscamos formas seguras de superar esse oferecendo um espaço para trocas entre iniciantes e veteranas, de solidariedade mútua, e de consciência política entre profissionais. Aliadas tbm terão seu espaço. Fiquem ligades <3 (MAYA DA ZONA, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos séculos XX e XXI, o centro de Salvador passou por grandes projetos de intervenção urbana mobilizados pelo planejamento urbano e regional como impulsionadores dos processos de valorização da área, desde os planos de melhoramento de início do século XX com o objetivo de reforçar a sua centralidade no projeto de cidade republicano como centro comercial do Estado da Bahia, até os planos elaborados a partir da década de 1960 para a recuperação da área histórica tombada e sua transformação no “Pelô”, o centro turístico de Salvador representado como o berçoda cultura baiana a ser exportado no circuito de turismo globalizado. Esses processos foram acompanhados das mudanças nas dinâmicas espaciais da prostituição, com a predominância inicial de zonas de tolerância onde se concentravam as prostitutas e os estabelecimentos ligados à prostituição, e sua posterior dissolução e prevalência da prostituição de rua, da ocupação das prostitutas de modo mais pontual e disperso em pontos fixos em esquinas, portas de hotéis, praças, ruas e bares, em negociação com os demais fluxos da cidade.

Nesse contexto, buscou-se discutir como a lógica que orientou as ações do Estado na organização da prostituição do centro de Salvador ao longo dos séculos XX e XXI expressa processos de segregação, exclusão e controle do comportamento das mulheres de um modo geral na cidade, em favor da manutenção da ordem moral pautada na valorização da família nuclear burguesa patriarcal, que se estrutura em torno da desvalorização social da mulher através do controle de sua sexualidade e de uma nova divisão sexual do trabalho que a exclui do trabalho assalariado e naturaliza sua função no desenvolvimento das tarefas não remuneradas de reprodução da vida do núcleo familiar, construindo a mulher de família como modelo ideal, a serviço da reprodução da força de trabalho humano necessária para o desenvolvimento capitalista. A prostituta tem funcionado como uma categoria de controle que recai sobre todas as mulheres, não apenas aquelas que exercem a prostituição, de modo a demarcar aquelas que por transgredirem os papéis sociais de gênero são passíveis de punições, retirada de direitos e discriminações.

No início do século XX, a apropriação pela mulher, na condição de esposa e mãe consumidora, dos novos espaços de sociabilidade e centros comerciais transformados pelos projetos de melhoramento do centro de Salvador, que expressavam o modo de vida moderno, estava interligada com os discursos produzidos por saberes médico-policiais pautados no tema da higiene pública que estabeleciam através de argumentos biológicos o legítimo papel social da mulher enquanto construíam a prostituta como resultado de uma degenerescência do corpo que precisava ser controlada de modo a não contaminar as mulheres “saudáveis”.

O regulamentarismo francês, exemplo paradigmático de política pública para controle estatal da prostituição da época, influenciou as ações da polícia no centro de Salvador, mesmo que esse modelo de gestão não fosse o oficialmente adotado pelo governo brasileiro, que empreendeu mecanismos de controle da localização e circulação da prostituta, permitindo o funcionamento das casas de prostituição em determinados setores urbanos enquanto o reprimia em outros, ou realizando prisões indevidas de prostitutas que exerciam seu trabalho de modo autônomo em determinadas ruas, sob a justificativa de liberar os espaços da modernidade para a frequência das mulheres de família, em especial como desenvolvimento do sistema de transporte por bonde elétrico, símbolo de urbanização da época que servia como um termômetro para definir as ruas principais em que era proibida a circulação das prostitutas.

Já no final do século XX, a transformação da área histórica tombada de Salvador para o desenvolvimento do turismo previa a liberação da mesma para as mulheres de família, desejo expresso na narrativa de retomada de um “passado glorioso” dos tempos coloniais de quando os casarões eram habitados pelas “sinhas” das famílias aristocratas baianas. O uso das representações estereotipadas da mulher negra como sexualmente disponível como parte da cultura baiana a ser vendida internacionalmente pelas políticas de desenvolvimento do turismo cultural reforçou a manutenção de estruturas racistas e sexistas que legitimam a perpetuação de violências que funcionam como uma forma de demarcação e exclusão das mulheres dos espaços turísticos de Salvador, ao mesmo tempo que influenciou e incentivou a dinâmica do turismo sexual de Salvador.

No caso do processo de recuperação do centro histórico de Salvador, identificou-se uma atualização da ideologia higienista para um pensamento desenvolvimentista, no qual os padrões “imorais” de vida que antes eram lidos como patologias biológicas e tinham no controle policial uma aposta de correção, como no caso da prostituição, passaram a ser enxergados como anomalias sociais a serem corrigidas via desenvolvimento econômico. Inicialmente, com a proposta de recuperação física dos imóveis tombados a fim de abrigar uma rede de equipamentos públicos e instituições de assistência como meio de controle, correção e disciplinamento das moradoras visando sua recuperação social através de sua integração, ou “inclusão forçada”, ao processo de renovação da área, no qual se destaca o fomento do artesanato como um substituto à prostituição como principal atividade econômica da área restaurada, logo houve a opção pela expulsão das prostitutas como condição necessária, atrelando o processo de ordenamento do espaço com ações de limpeza social e controle intensivo por meio de policiamento da visibilidade dos “problemas sociais” sob a justificativa de manter a ordem moral pública.

Portanto, sob justificativa da ameaça que representa à moralidade pública expressa na valorização da mulher de família, as prostitutas seriam alvos de constantes deslocamentos

forçados nas cidades, um dos principais alvos de expulsão em contextos de valorização de áreas a serem renovadas, sendo que no caso das transformações urbanas empreendidas no centro de Salvador ao longo dos séculos XX e XXI, as prostitutas seriam inicialmente localizadas nas áreas históricas tombadas, que até a metade do século XX eram aquelas apartadas do processo de modernização, que não passaram por projetos de melhoramento e onde se concentravam os cortiços, e posteriormente sofreriam com o processo de periferização forçado pela recuperação do patrimônio. Assim, as prostitutas fazem parte do grupo de mulheres que, devido aos processos de segregação e às desigualdades territoriais, são maioria da população localizada em áreas de precárias condições de infraestrutura e serviços urbanos na cidade. Outra face dessas ações violentas contra as prostitutas que as localizam nas áreas materialmente precárias das cidades é o olhar de estigma sobre esses territórios, que não são enxergados para além das definições como espaços deteriorados, perigosos, desvalorizados e marginais da cidade, desconsiderando a construção diária daqueles espaços pelas prostitutas, ao mesmo tempo que serve de justificativa para as intervenções visando seu ordenamento e “integração” à cidade.

Foi possível perceber a produção do discurso estigmatizante sobre o Maciel, maior zona de prostituição de Salvador nas vésperas do processo de recuperação da área histórica tombada, cuja expressão “mangue ostensivo” utilizada para denominar a área informava sua percepção como o lugar de sujeira, perigo e marginalidade da cidade. Do mesmo modo, identificou-se como hoje ainda há áreas dentro do próprio centro histórico recuperado que são taxadas de perigosas e deterioradas, e que são ocupadas por aquelas que conseguiram resistir ao processo de remoção e construíram uma luta coletiva contra o projeto de cidade excludente que se delineou nas últimas décadas para a consolidação do Pelô. Pois uma outra dimensão que esta pesquisa buscou visibilizar foi como esses violentos processos de segregação e acessos desiguais à cidade muitas vezes guardam a potência transformadora das formas de se relacionar com o espaço, inaugurando novas formas, mais coletivas, mobilizando resistências e desafiando o modelo excludente de cidade.

Desde um novo olhar inaugurado sobre o Maciel, pôde-se apontar sua importância para as mulheres como possibilidade de se estabelecerem na cidade e viabilizarem suas condições de vida e de seus dependentes, contribuindo cotidianamente para a construção de formas coletivas e solidárias de se relacionar centradas no cuidado e na reprodução da vida coletiva do bairro, e na preservação dos casarões coloniais tombados, criando formas de resistir às violências cotidianas e de lidar com o estigma. Durante a implantação dos planos de recuperação do centro histórico de Salvador, percebeu-se que da gradual mudança na ambiência do Maciel nas primeiras duas décadas de intervenção pontual no patrimônio pelo Estado, que possibilitou que as moradoras ainda se rearranjassem nos casarões onde a

restauração ainda não havia ocorrido e seguissem morando no centro, mesmo com o agravamento na condição de vida devido à alta dos preços de aluguéis, ao crescente processo de arruinamento dos casarões, à maior exposição à perseguição policial e ao decréscimo da rentabilidade da prostituição, o processo rápido e violento de expulsão das moradoras e de reforma dos casarões nos anos 1990 e 2000 impulsionou, dentre as diversas ações possíveis de reorganização da vida e das redes sociais e econômica dos grupos afetados, a instauração de diversas formas de organização coletiva com o objetivo de resistir à tentativa de remoção, onde se destaca o protagonismo da mulher.

Dentre elas, houve a criação da Associação de Prostitutas da Bahia em 1997, com o objetivo inicial de denunciar as violências policiais sofridas pelas prostitutas durante a recuperação da área e de conquistar o direito de as prostitutas permanecerem trabalhando no centro de Salvador, e que desde então tem contribuído para a conquista de melhores condições para as prostitutas baianas, mobilizando um discurso de valorização da profissão. Ao longo da trajetória de luta da APROSBA, a conquista da permanência das prostitutas no centro histórico restaurado ainda se sobressai como a primeira e maior conquista da Associação, por ter gerado o reconhecimento pelo Estado do direito das mulheres se manterem em ruas e praças historicamente ocupadas pelas mesmas, proporcionando maior segurança para as trabalhadoras e rompendo com um ciclo de violências e perseguições diárias. Permanecendo no espaço agora identificado como “Pelô”, assim como outros grupos de mulheres comprometidos com a luta pelo direito à cidade e à moradia no centro de Salvador, as prostitutas seguem na “batalha” construindo diariamente, em um espaço planejado para o fluxo turístico, um espaço centrado nas relações solidárias e ajuda mútua entre mulheres que o ocupam para o trabalho sexual e ambulante, e assim construindo-se enquanto “mulheres de rua”.

Disso, conclui-se que a discussão conduzida em torno das dinâmicas da prostituição no centro de Salvador contribuiu com novos apontamentos sobre o contexto de estudo, desvelando processos de “zonear” a cidade em distintos momentos históricos, sendo que os recentes deslocamentos da prostituição para o espaço virtual também já apontam que esses processos estão se atualizando e ganhando novos contornos que conformam uma internet zoneada. Reconhece-se que a centralização da análise nos processos sintentizados pela ideia de “zonear”, na qual se buscou focar as ações cotidianas das mulheres enquanto protagonistas de formas de organização de luta e resistência frente a processos urbanos que geram exclusões, gera limitações na pesquisa no sentido de secundarizar a compreensão em torno de como essas lógicas dominantes que estão presentes nos processos urbanos macros também são reproduzidas no cotidiano e moldam os discursos e as narrativas das próprias mulheres e suas interações, o que precisaria ser melhor estudado.

Sobre as ferramentas teórico-metodológicas utilizadas, diante das dificuldades de acesso e contato direto com as prostitutas, o exercício de mobilização e costura dos diversos fragmentos de narrativas das prostitutas oriundos principalmente de fontes de dados secundárias é enxergado como uma potencialidade dentro da pesquisa. Acredita-se que a partir desse exercício foi possível promover diálogo com diversas pesquisas já consolidadas sobre a prostituição no centro de Salvador, buscando manuseá-las a partir de um ponto de vista próprio que inaugura novos olhares e novas compreensões, gerando atualizações e acúmulos em torno das produções já existentes, o que reforça a ideia de um trabalho coletivo em constante refazimento.

A construção do ponto de vista próprio da pesquisa que embasou a leitura sobre as dinâmicas da prostituição no centro de Salvador, por sua vez, também teve como propósito a instauração do diálogo entre putativistas escritoras e putafeministas e diferentes conjuntos de pesquisas, sobre prostituição no campo do urbanismo e de viés feministas sobre o urbano e a prostituição, a fim de lançar perspectivas feministas sobre a prostituição e o planejamento urbano que contribuam para o fortalecimento das alianças em torno do putafeminismo, e em direção ao reconhecimento da luta das prostitutas nos feminismos e na luta urbana junto a outros grupos de mulheres.

Por fim, dentre os possíveis desdobramentos e caminhos futuros de pesquisa, destaca-se a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a dinâmica espacial atual da prostituição no centro de Salvador, maiores reflexões em torno da noção de “mulheres de rua” utilizada por Fátima Medeiros para se referir a si e a suas colegas, da rua enquanto espaço de sociabilidade das mulheres e sua relação com o espaço da moradia, tanto nos casos em que as mulheres moram nos bairros periféricos quanto nos que moram no centro, especulando o direito à moradia como uma possível dimensão de luta a ser construída e disputada também pelo movimento organizado de prostitutas, além da discussão sobre as potencialidades de adoção de perspectivas interseccionais para a análise da prostituição no espaço urbano, ampliando os pontos de contato das prostitutas com os feminismos.

REFERÊNCIAS

- AGENTE violento faz o que quer no Maciel com apoio de superior. **Jornal da Bahia**, Salvador, 19 nov. 1977, p. 16.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMADO, Jorge. **Tereza Batista cansada de guerra**. São Paulo: Editora Martins, 1972.
- A POLÍCIA recolhe-se cedo. **Jornal A Tarde**, Salvador, 21 jul. 1991, p. 6.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-74.
- ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS DE SALVADOR - ATRAS. **Princesa – Boletim da Associação de Travestis de Salvador**, Salvador, ano 1, n. 2, p. 1, março/abril/maio 2000.
- AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Beneditina, 1949.
- AZOULAY, Ariella. **Archive**. Political Concepts: a critical léxicon, 21 jul. 2017, online. Disponível em: <http://www.politicalconcepts.org/archive-ariella-azoulay/>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática; Salvador: FPACBa, 1982.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **CAS – Centro Antigo de Salvador**: território de referência. Salvador: SEI, 2013.
- BARRETO, Letícia Cardoso. **"Somos sujeitas políticas de nossa própria história": prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2015.
- BARRETO, L.C.; MAYORGA, C. Gabriela Leite – histórias de uma puta feminista. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 287-307.
- BARRETO, Lourdes. Puta. In: MACEDO, Carolina; VIEIRA, Maria Aparecida; KALIL, Pedro (org.). **Guaicurus: a voz das putas**. Belo Horizonte: [s.n.], 2018. p. 120.
- BARTH, Jutta. Prostitución en el Maciel. In: AUGEL, Johannes. **Centro y periferia: desarrollo urbano y problemas sociales de una metrópoli brasileña**. Bissau: Escolar, pp.119-144, 1996.
- BATISTOTI, Aleida; MOURA, Gabriela Pinto de. Interseccionalidade e espaço urbano: fazer-cidade das trabalhadoras ambulantes e sexuais nas práticas de rua. Outras fronteiras: **Revista discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMT**, v. 9, p. 29-49, 2021.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São

Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 79-110.

BITTENCOURT, José. **A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ª etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula da. Classy Whores: Intersections of Class, Gender, and Sex Work in the Ideologies of the Putafeminista Movement in Brazil. **Contexto Internacional**, v. 4, n. 3, p. 549-571, 2018.

BOMFIM, Juarez Duarte. O censurável turismo sexual. **Jornal Grande Bahia**, 22 dez. 2008, online. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2008/12/o-censuravel-turismo-sexual/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 98, de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 4211, de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Judith Butler sobre a covid 19**: o capitalismo tem seus limites. Blog da Boitempo, 20 mar. 2020, online. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CALIÓ, Sônia. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. In: Encuentro de Geografos de America Latina, 6, 1997. Resúmenes. **Observatório Geográfico**, 1997. v. 1, p. 1-9. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericatlatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, pp. 49-58.

CARTA a um querido amigo. **Correio da Bahia**, Salvador, 13 dez. 1993, p. 3.

CESAR, Flavio Lenz; ANDRADE, Ana Beatriz Pereira de; AQUINO, Henrique Perazzi de. Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas. In: Congresso Internacional de Design da Informação, 7, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Blucher, 2015, p. 460- 467.

CHENG, Tsaiher. **Red Light City**. Montreal/Amsterdam: The Architecture Observer, 2016.

CLUA, Anna. La batalla simbólica de las prostitutas: El papel de la comunicación. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, n. 1, pp. 139-150, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, pp. 99-127, 2016. p. 103.

CONVERSA de rua. [S. l.: s. n.], 17 out. 2006. 1 vídeo (1h 46min 23s). Publicado pelo canal Labeurb Unicamp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btR2jIWUcqw>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COSTA, Ana Lourdes Ribeiro da. **Ekabó!**: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, Isabel Bispo da. **Entrevista: moradores antigos do Maciel**. [Entrevista concedida a] Walmaria Fernandes Silva. Salvador: FPACB, 1978.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, n. 26, 2007, pp. 92-101.

DA rua do Tijolo para as Laranjeiras: A nova localização do meretrício. **Jornal A Tarde**, Salvador, 27 jul. 1935, p. 12.

DASPU chega a Salvador. **Jornal A Tarde**, Salvador, 10 set. 2007, p. 7.

DENNY, Emily. "The personal is political science": Epistemological and Methodological Issues in Feminist Social Science Research on Prostitution. **Journal of International Women's Studies**, v. 16, n. 1, 76-90, 2014.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1966.

ESPINHEIRA, Gey. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Cingrafi, 1971.

ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

ESPINHEIRA, Gey. Pelourinho: a hora e a vez do Centro histórico. **CARTA DA CPE: Fundação Centro de Projetos e Estudos**, v.1, n.1, p. 1-15, jul. 1988.

FADAS baianas. “Coluna da Gabi”, **Beijo da Rua**, nov./dez. 2002.

FEDERICI, Sílvia. “Nossa luta não será bem sucedida a menos que reconstruamos a sociedade”. [Entrevista concedida a] Alana Moraes e Maria A. C. Brant. **Revista Sur**, v.13, n. 24, pp. 203-213, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÉLIX, Anísio. **Pelo Pelourinho**. 2 ed. Salvador: EGBA, 2001.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas**: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. **Salvador das Mulheres**: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.

FILHO, Antônio Jonas Dias. As mulatas que não estão no mapa. **Cadernos Pagu**, v. 6,n. 7, 1996, pp.51-66.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber – Volume 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANZONI, Júlia; ALVES, Natália; FARIA, Daniela. As bruxas da Izidora: feminismos e acumulação por despossessão. In: ROLNIK, Raquel et al (org). **Cidade Estado Capital**: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2018. pp. 312-345.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografiada civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, n. 36, p. 131-156, 2005.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. Estudos feministas sobre a questão urbana: abordagens e críticas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 18, 2019, Natal. **Anaisdo XVIII Encontro Nacional da Anpur**. Natal: ANPUR, 2019. p. 1-24.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Plano geral de recuperação da área do Pelourinho na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, Brasil**. Salvador: [s.n.], 1968.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Levantamento Sócio econômico do Pelourinho**. Salvador: FPACBA, 1969.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Plano geral de recuperação do Pelourinho: estudo para um plano de desenvolvimento da comunidade do Maciel**. Salvador: FPACB, 1972.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. 1974. **Restauração e reintegração socioeconômica e cultural dos sítios históricos da Bahia: uma experiência em desenvolvimento.** Salvador: [s.n.], 1974.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **As "Criadeiras" no Maciel.** Salvador: FPACBA, 1977.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **10 anos de Fundação.** Salvador: [s.n.], 1979a.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Programa de artesanato do Maciel.** Salvador: FPACB, 1979b.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Programa educacional do Maciel.** Salvador: FPACB, 1979c.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Censo do Maciel: 1983/1984.** Salvador: [s.n.], 1985.

GABRIELLI, Cassiana. Intersecções entre o mercado turístico e o mercado do sexo em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.5, n.2, p.136- 156, 2011.

GAROTAS do Pelô. **Jornal A Tarde**, Salvador, 12 nov. 2000, p. 6.

GEA, Karina; MOREIRA, Lisandra; BARRETO, Letícia. "Putá não tem protocolo!": Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, pp. 160-185, mai/ago 2018.

GEA, Karina; MOREIRA, Lisandra; BARRETO, Letícia. O direito à cidade "no truque": As resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte. URBS. **Revista de Estudos Urbanos y Ciencias Sociales**, v. 9, n. 1, pp. 57-71, 2019.

GÓES, Juliana. O que a luta das profissionais do sexo tem nos ensinado sobre a exploração dos corpos das mulheres? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11; Women's Worlds Congress, 13, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2017, p. 1-12.

GONZAGA, Terezinha. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero.** São Paulo: Ed. Annablume, 2011.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências SociaisHoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, pp. 133-141, 1988.

GOTTSCHALL, Carlota de Souza; SANTANA, Mariely Cabral de; ROCHA, Ana Georgina Peixoto. Perfil dos moradores do centro tradicional de Salvador à luz do Censode 2000. In: GOTTSCHALL, Carlota de Souza; SANTANA, Mariely Cabral de (org.). **Centro da cultura de Salvador.** Salvador: Edufba, 2006, p. 16-50.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.

Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUERRA, Carolina. “**Mulher da Vida, É Preciso Falar**”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARTMAN, Saidiya. **Wayward lives, Beautiful Experiments**: Intimate Histories of Riotous Black Girls, Troublesome Women, and Queer Radicals. New York: W. W. Norton & Company, 2019.

HARVEY, David. David Harvey: Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Blog da Boitempo**, 24 mar. 2020, online. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, v.5, n. 3, p. 170-187, 1980.

HELENE, Diana. **Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero**: a segregação urbana da prostituição em Campinas. São Paulo: Annablume, 2019a.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019b.

HELENE, Diana. ““Eu quero sair daqui!”: do isolamento doméstico a coletivização do cuidado”. In: BORGES, Andrea; MARQUES, Leila. (Org.). **Reflexões durante a pandemia**: coronavírus e as cidades no Brasil. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020. pp.58-65.

hooks, bell. Choosing the Margin as a Space of Radical Openess. In: hooks, bell. **Yearning**: Race, Gender and Culture Politics. Cambridge: South End Press, 1990. pp. 223-225.

HUBBARD, Phil; SANDERS, Teela. Making space for sex work: female street prostitution and the production of urban space. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, pp. 75-89, mar 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. **Programa especial de habitação do Maciel - PEM**. Salvador: IPAC, 1989.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. **Plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador**: termo de referência. Salvador: [s.n.], 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. **Bahia - Centro Histórico de Salvador, Programa de Recuperação**. Salvador: Corrupio, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. **30 anos do IPAC nos jornais**. Salvador: [s.n.], 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. **Censo**

socioeconômico do centro de Salvador – parte 1. Salvador: IPAC, 1998.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KULICK, Don. **Travesti:** prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACERDA, Larissa; HARKOT, Marina; SANTORO, Paula; ALHO, Isabella; BRITO, Gisele. Desposseção, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. In: MOREIRA, Fernanda; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula (org). **Cartografias da produção, transitoriedade e desposseção dos territórios populares.** São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. pp. 147-179.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

LEITE, Gabriela. (entrevista) “Daspu: uma grife surpreendente”. In: **Revista Caros Amigos nº 106.** São Paulo: Editora Casa Amarela, 2006.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta:** a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, pp.115-134, 2002.

LENZ, Flávio. **Daspu:** a moda sem vergonha. São Paulo: Aeroplano, 2008.

LEONARDI, Fernanda. **A sexualidade feminina sob a ótica da prostituição:** uma análise feminista da prostituição no Brasil. Monografia (Graduação) – Faculdade de Direito de Vitória. Vitória, 2019.

LUIZA, Maria. Dona Maria Luiza, perfil de uma “criadeira” no Maciel. [Entrevista concedida a] Jorge da Silva Maurício. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO ECULTURAL DA BAHIA – IPAC. **Sobrevivência no Maciel.** Salvador: IPAC/SBPC, 1981, p. 11-19.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARINHO, Mônica Benfica. Uma carreira para a cidadania - Abordagem sobre as práticas de comunicação da Associação das Prostitutas da Bahia. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 9, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.], 2007, p. 1-15.

MARINHO, Mônica Benfica. A construção e a comunicação de uma identidade coletiva: anotações de uma etnografia da Associação das Prostitutas da Bahia. In: FREITAS, Ricardo O. (org). **Mídia alter{n}ativa:** estratégias e desafios para a comunicação hegemônica. Ilhéus (BA): Editus, 2009. pp. 223-248.

MARIPOSAS esvoaçadas. **Jornal A Tarde**, Salvador, 23 jan. 1960, p. 16.

MAURÍCIO, Jorge da Silva. **Sobrevivência no Maciel.** Salvador: IPAC/SBPC, 1981, p.11-19.

MAYA DA ZONA. **Apresentação**. Brasil, 21 jul. 2020. Twitter: @ZonadasManas. Disponível em: <https://twitter.com/ZonadasManas/status/1285563826595864576>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MEDEIROS, Fátima. **Entrevista** [Jan. 2020]. Entrevistadores: João Pena Soares e Gabriela Pinto de Moura. Salvador, 2020.

MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. **Marias sem glória**: retratos da prostituição feminina na Salvador das primeiras décadas republicanas. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

MERETRÍCIO mal localizado: reclamações que precisam ser atendidas. **Jornal A Tarde**, Salvador, 25 jun. 1935, p. 2.

MERETRÍCIO que escapa localização. **Jornal A Tarde**, Salvador, 23 abr. 1936, p. 2.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (eds). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: ed. Cátedra, 2008.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse put(r)a**. São Paulo: Hoo Editora, 2018a.

MOIRA, Amara. Prefácio: Prostituinto saberes. In: PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018b, pp. 11-15.

MOIRA, Amara. A prostituição como trincheira trans. **Revista Contraste**, n. 6, p. 114-119, 2020.

MONSTRUOSIDADE policial no posto do Maciel. **Jornal A Tarde**, Salvador, 5 dez. 1959, p. 2.

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. Insurgência feminina: a ética do cuidado e a luta contra a remoção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17, 2017, São Paulo. **Anais** do XVII Encontro Nacional da Anpur. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-19.

MONTEIRO, Poliana. A produção feminista do espaço: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 18, 2019, Natal. **Anais** do XVIII Encontro Nacional da Anpur. Natal: ANPUR, 2019. p. 1-18.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **A realidade e o futuro do Pelourinho**: relatório final. Salvador: FPACBA / UNESCO, 1979.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. A ambiência prostitucional do Maciel, antes da intervenção da Fundação. **MONUMENTO: Boletim Informativo da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia**, Salvador: FPACBA, v.1, n.2, p. 18-21, 1980.

MOURA, Gabriela Pinto de. Guias de baianidade, patrimônio e prostituição no Centro Histórico de Salvador. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 16, 2021, Salvador. **Anais** do XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador: UFBA, 2021. p. 2780-2797.

MOURA, Gabriela Pinto de. Prostituição e cidade: estratégias de territorialização e disputas por espaço no centro de Salvador (1930-60). In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 6, 2021, Brasília. **Anais** do VI ENANPARQ. Brasília: FAU-UnB, 2021. p. 1456-1471.

MOURA, Gabriela Pinto de. Prostituição e espaço urbano: a perspectiva putafeminista nos escritos de três prostitutas ativistas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades**, v. 23, pp.1-20, 2021.

MOURAD, Laila. **O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a2010**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

MULHERES GUERREIRAS: Desbravando Estradas da vida. Direção: Theresinha Ferreira, Diana Helene e Aline Tavares. Campinas, 2014. Documentário, cor, 30 min.

MURRAY, Laura. Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil. In: ABA: POLÍTICAS DA ANTROPOLOGIA: ÉTICA, DIVERSIDADE E CONFLITOS, 30, 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2016, p. 1-14.

NÃO valeu a localização o meretrício invade as ruas o nde moram famílias. **Jornal A Tarde**, Salvador, 26 jun. 1936, p. 2.

NÃO é rua familiar? O Maciel de Baixo invadido por mulheres de vida fácil. **Jornal A Tarde**, Salvador, 4 mai. 1938, p. 2.

OBSERVATÓRIO DA PROSTITUIÇÃO. **Carta de Princípios da RBP**. Disponível em: <<https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/carta-de-principios-da-rbp/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

OLIVEIRA, Alzira de. **Entrevista: antigos moradores do Maciel**. [Entrevista concedida a] Janette Barreto Nunes. Salvador: FPACBA, 1978.

OLIVEIRA, Neusa Maria de. **Damas de Paus**: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

O meretrício ainda quer invadir o Maciel de Baixo. **Jornal A Tarde**, Salvador, 29 abr.1938, p. 10.

O meretrício fora do seu covil. **Jornal A Tarde**, Salvador, 24 jul. 1953, p. 10.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Normas de Quito**. Quito: [s.n.], 1967.

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PALACIOS, Maria das Graças Lima de Souza. **A reforma do Pelourinho**: o período pré-1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

PASINI, Elisiane. “**Corpos em evidência**”, **pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

PASINI, Elisiane. **Nós existimos**: reflexões sobre o trabalho sexual e covid-19 no Brasil.

Agência Patrícia Galvão, 14 abr. 2020, online. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/trabalho/nos-existimos-reflexoes-sobre-o-trabalho-sexual-e-covid-19-no-brasil-por-elisiane-pasini/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PAULA, Mayara Almeida de. **Análise interseccional da vida urbana**: reflexões acerca da condição das mulheres negras na cidade de Maceió – AL. Trabalho final de graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PENA, João Soares. Gestão pública da prostituição no Brasil e na Holanda. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 7, n. 1, 2019, p. 1-20. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/345>. Acesso em: 24 ago. 2019.

PENA, João. **Além da vitrine**: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

PENA, João Soares; SILVA, Fernanda Priscila da. Trabalho sexual e covid-19: entre o risco e a sobrevivência. **Revista Espirales – Dossiê Especial: COVID-19 na América do Sul**, p. 36-43, 2021.

PENA, João Soares; MOURA, Gabriela Pinto de; MEDEIROS, Fátima. Prostituição e direito à cidade em Salvador: disputas e resistência no Centro Histórico. **[no prelo]**

PEREIRA, Amanda Gomes. Estudos sobre prostituição: uma revisão da bibliografia sobre o tema e sua inserção no campo dos estudos de gênero. **Revista História - Dossiê Câmara Municipal**, ano 5, v. 1, n. 1, p. 313-334, 2014.

PEREIRA, Gabriela. **Corpo, discurso e território**: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PHETERSON, Gail. **The prostitution prism**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. **Descentrando o Pelô**: narrativas, territórios e desigualdades raciais no Centro Histórico de Salvador. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1996.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 36, 1998.

PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé - suas faces durante o século XX (1933/1999)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura. Salvador, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 7-23, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. **Revista Mundaú**, n1, p.73-90, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação. In: PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018, pp. 17-22.

POLICIAL massacrou mulher no Maciel. **Jornal da Bahia**, Salvador, 19 abr. 1977, p. 8.

POLÍCIA nas ruas. **Jornal A Tarde**, Salvador, 10 jul. 1991, p. 6.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, Paul. Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017, pp. 1-31.

PRECIADO, Paul. Aprendiendo del vírus. **El país**, 27 mar. 2020, online. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html. Acesso em: 30abr. 2021

PROJETO FORÇA FEMININA. **Um olhar a respeito da prostituição**: diagnóstico das mulheres em situação de prostituição atendidas pelo Projeto Força Feminina. Salvador: Press Color, 2008.

PROSTITUTA quer direitos sociais garantidos por lei. **Jornal A Tarde**, Salvador, 15 dez. 2002, p. 6.

PROSTITUTAS criticam hipocrisia social. **Jornal A Tarde**, Salvador, 17 dez. 2002, p. 4.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 117-142.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). Tese (Doutorado) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ROCHA LIMA, Eduardo. **Cidades-sensuais**: práticas sexuais desviantes x renovação do espaço urbano. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

ROCHA LIMA, Eduardo; PAJEÚ MOURA, Alexandre; MOURA, Gabriela Pinto de. Narrativas em disputa: a cidade sexuada e a 'recuperação' do Centro Histórico de Salvador. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 6, 2021, Brasília. **Anais** do VI ENANPARQ. Brasília: FAU- UnB, 2021. p. 1142-1160.

ROSA, Thaís T. Pensar por margens. In: JACQUES, P.; PEREIRA, M. (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018, pp. 176-204.

SANTA Efigênia e seus pecados. Direção: Thiago Mendonça. Politeama Filmes. São Paulo, 2006. Documentário, Cor, 26 min.

SANTANA, Nélia de. **A prostituição feminina em Salvador (1900-1940)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 1996.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: Edufba, 2017.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu/MG. **Anais** do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG): [s.n.], 2008. P. 1-16.

SANTOS, Dionizia Rosa Pereira dos. **Entrevista**. [Entrevista concedida a] Álvaro Raimundo de Jesus Menezes. Salvador: FPACB, 1977.

SANTOS, Milton. **O Centro da cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008.

SILVA, Amanda Santos da. “Decaídas”, “embriagadas” e “raivosas”: a representação da prostituta na cidade de Salvador (1960-1978). In: ANTUNES, Aline Ferreira (org). **História**: sujeitos, teorias e temporalidades. Ponta Grossa (PR): Atena, 2021. pp. 178- 188.

SILVA, Elias Mendes. Opiniões, expectativas e valores de um cabeleireiro do Maciel. [Entrevista concedida a] Jorge da Silva Maurício. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC. **Sobrevivência no Maciel**. Salvador: IPAC/SBPC, 1981, p. 5-10.

SILVA, Fernanda Priscilla. **Mulheres pobres em circulação**: aprendizados e saberes construídos na batalha nas ruas de Salvador. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2017.

SILVA, Natália Alves da, FARIA, Daniela, PIMENTA, Marília. Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17, 2017, São Paulo. **Anais** do XVII Encontro Nacional da Anpur. São Paulo: ANPUR, 2017.p. 1-17.

SILVA, Natália Alves da. **Feminismo negro e produção do espaço**: as ocupações urbanas a partir de uma abordagem interseccional-espacial. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.

SIMPSON, Keyla. **Entrevista** [Out. 2019]. Entrevistadores: Eduardo Rocha Lima e Fayola Caucaia Pereira. Salvador, 2019.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p.103-125.

SOUZA, Gabriel A. **“Fala mulher, da vida”**: representações da prostituição no jornal Beijo da rua (1988-1997). Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TAVARES, Aline. Prostituição como ocupação: complexificando o debate. In: GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Lúcia; TOSTA, Tania Ludmila Dias (org.). **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiânia: Editora da Puc Goiás, 2014.

TAVARES, Aline. **Movimento Feminista em disputa**: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2015a.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistênciana perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro, 2015b.

TEIXEIRA, Marcelo. **Presença incômoda**: corpos dissidentes na cidade modernista. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

TRAVESTILIDADE & direito à cidade. [S. l.: s. n.], 6 jul. 2020. 1 vídeo (1h 34min 24s). Publicado pelo **canal Filtro de Barro**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hhsik41Oo74&t=3983s>. Acesso em: 30 abr. 2021.

UM BEIJO para Gabriela. Direção: Laura Murray. Miríade Filmes e Rattapallax. Rio de Janeiro, 2013. Documentário, Cor, 29 min.

URIARTE, Urpi Montoya. **Entra em beco, sai em beco. Formas de habitar o centro**: Salvador e Lisboa. Salvador: EDUFBA, 2019.

URIARTE, Urpi Montoya. Por trás das fachadas coloridas: etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). **Ponto Urbe**, n. 7, 2010, p. 1-24.

UZÊDA, André. A história de Floripes, primeira travesti assumida de Salvador, morta de forma brutal. **Correio da Bahia**, 29 nov. 2020, online. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/amp/nid/a-historia-de-floripes-primeira-travesti-assumida-de-salvador-morta-de-forma-brutal/?twitter_impression=true&fbclid=IwAR3NI0QFqlfWq0gkb1HXmrE5CY9uhDuxCcT0NY2yc_E-qAsrJpjurSub2o. Acesso em: 30 abr. 2021.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 75-104.

VASCONCELLOS, Emanuel Lins Freire; FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos; MELLO, Jecilda Maria da Cruz; BOULLOSA, Rosana de Freitas (coord.). **Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador**: avaliação das condições de vida dos habitantes vulnerabilizados pelo descumprimento do TAC da 7ª Etapa. Salvador: [s.n.], 2017.

VILHENA, Luís. **A Bahia no Século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

WILLIAMS, Erica. **Sex tourism in Bahia**: ambiguous entanglements. Chicago: University of Illinois Press, 2013.

WILLIAMS, Erica. Sex work and exclusion in the tourist districts of Salvador, Brazil. **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, v. 21, n. 4, pp. 471-488, 2014.